

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**TERRITÓRIO, IDENTIDADE, PAISAGEM E GOVERNANÇA NO PANTANAL MATO-
GROSSENSE: UM CALEIDOSCÓPIO DA SUSTENTABILIDADE COMPLEXA**

CURITIBA
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**TERRITÓRIO, IDENTIDADE, PAISAGEM E GOVERNANÇA NO PANTANAL MATO-GROSSENSE:
UM CALEIDOSCÓPIO DA SUSTENTABILIDADE COMPLEXA**

ICLÉIA ALBUQUERQUE DE VARGAS

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Comitê constituído pelos professores: Dr. Dimas Floriani, orientador principal, Dr. Francisco Mendonça, Dra. Maria do Rosário Knechtel e Dr. Álvaro Banducci Júnior.

CURITIBA
2006



<http://www.pantanalemfoco.com.br>

A unidade de uma paisagem se oferece como a realização de um sonho muitas vezes sonhado.

Gaston Bachelard, *A poética do Espaço*.

*Para os que já me deixaram:
Christóvão, meu pai, e Clecyr, pai de meus
filhos.*

*Para quem acabou de chegar: Gabriela, que
desde a última primavera me enche de luz.*

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos se dirigem a todos aqueles que participaram desta produção inter e multidisciplinar.

Em especial, ao meu orientador principal, o Prof. Dr. Dimas Floriani, figura ímpar em minha trajetória. Foi ele quem mostrou que o mundo não tem fronteiras e as idéias também não.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Francisco Mendonça, que me mostrou como é possível fazer uma geografia aberta, comprometida e, acima de tudo, prazerosa.

À Profa. Dra. Maria do Rosário Knetchel, quem primeiro me acolheu no programa.

Ao amigo Prof. Dr. Álvaro Banducci Júnior que desde antes havia se disposto a discutir comigo as complexidades do Pantanal.

Ao Prof. Dr. Ademar Heemann que me dedicou tempo em discussões filosofantes, compartilhando idéias e projetos.

Aos colegas da linha de pesquisa Epistemologia Ambiental, Carlos, Cynthia, Edmilson, Lílian e Wilma que nas inúmeras reuniões, oficinas, seminários e cafezinhos, compartilharam minhas inquietações, proporcionando profícuos ambientes de discussão e trocas para a construção do saber interdisciplinar. Jamais deixarei de lembrar da decisiva participação do Edmilson neste trabalho.

Aos demais colegas do curso participantes de outras linhas que também contribuiram na re-construção do conhecimento. Agradeço especialmente ao Antonio Castelnou que se juntou a mim, à Janise e ao Dimas em um passeio pela complexidade pantaneira.

À Profa. Dra. Salete Kozel que me incentivou a fazer o estágio na França, facilitando meu contato com o Prof. Dr. Paul Claval.

Aos demais professores doutores de nosso programa que tiveram participação nessa importante fase de construção e re-construção do conhecimento: Paulo Lana e Guillermo Foladori; e aos os “rurais” que eu sempre espreitava: Ângela Damasceno, Álfio Brandenburg, Osvaldo Heller.

À Secretaria do programa MADE, nas pessoas de Cássia e Iolanda, que sempre dispuseram informações e materiais para o bom desenvolvimento de nossos trabalhos.

Ao Prof. Dr. Jean-Paul Billaud, orientador oficial de meu estágio de doutorado realizado na França, que prontamente me recebeu no LADYSS (Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces) colocando toda a infraestrutura à disposição e dedicando parte de seu tempo em diálogos pertinentes, proporcionando eventos ao nosso grupo de estagiários.

A toda equipe do LADYSS, em especial à Béatrice Moellic e à Sylvie Armagnacq, que com muita simpatia e incansável atenção tornaram nosso estágio muito mais proveitoso e agradável.

Agradecimento especial ao Prof. Dr. Paul Claval que também atuou como um orientador extremamente dedicado durante minha estada na França. Grande interlocutor da Geografia Cultural providenciou meu acesso a laboratórios, biblioteca, centro de documentação e eventos do Instituto de Geografia da Sorbonne, em Paris.

Aos professores e técnicos do Laboratório Espace et Culture que facilitaram minha pesquisa naquela instituição.

À Federação de Parques Naturais Regionais da França que me acolheu e concedeu materiais da instituição.

À CAPES por conceder-me bolsa, modalidade doutorado no país, através do programa PICDT, via UFMS, e, também, por proporcionar-me

condições materiais de realização do estágio de doutorado na França, concedendo-me bolsa, passagens e ajuda de custo para o deslocamento.

À PROPP-UFMS que me inseriu no plano de capacitação e também no programa de bolsas da CAPES, em especial à Coordenadoria de Pós-graduação;

Ao DED-CCHS-UFMS por apoiar meu afastamento durante esses quatro anos.

À amiga e eterna orientadora Profa. Dra. Ângela Zanon por tudo que há longa data vem me proporcionando, em especial nas veredas da problemática ambiental.

À amiga Eurides que fez parte do trajeto comigo, ávida na busca da difícil definição de Pantanal.

Aos técnicos, secretários e dirigentes do IPP (Instituto Parque do Pantanal), alguns já desligados da instituição na época de meus contatos, que me concederam informações e materiais fundamentais para minha pesquisa.

Ao Sr. Edson dos Santos que atenciosamente me concedeu informações e disponibilizou seus estudos sobre o PNRP e outros empreendimentos dessa natureza.

À amiga e também orientadora, Profa. Dra. Alda Maria Quadros do Couto, que compartilhou cada pedacinho desta tese em seu dedicado e criterioso trabalho de revisão do texto, proporcionando sugestões brilhantes e envolvendo-se profundamente com a temática.

Agradecimentos especiais aos colegas que se tornaram meus grandes amigos, meus amigos do Paraná. Alguns, como eu, vindos de longe, de Belo Horizonte, de Porto Alegre, de Londrina, de Pato Branco, outros já estabelecidos em Curitiba, mas todos muito especiais, figuras imensas, exclusivas, substanciais, que preencheram essa trajetória de quatro anos com imaginação fértil, energia pulsante e muita solidariedade. Aos “Bromelianos”

Cimone, Edmilson, Hieda, Janise, Joel, Ritinha, Roberto e Tomas, espero estar presente, pelo resto de nossas vidas, nas assembléias do Cetuga.

Cimone, Janise e Tomas, habitar Paris e flunar pelo Quartier Latin, Sena, Trocadero, Rivoli, Muftard, Champs-Élysées e tantos outros lugares, na companhia de vocês foi “tudo de bom”, maior do que imaginava.

Aos meus amigos da terra, assim como eu, “pantaneiros” de alguma forma: Mara (ainda minha irmã do coração), Fernando (fornecendo também informações valiosas para a pesquisa), Caíque (meu afilhado e “sobrinho” predileto), a doce Luiza, e a turma maravilhosa de Dourados, Cléo e Osvaldo (queridos parceiros antigos), Eudes (que ilumina o trajeto dessa “comitiva”), Edvaldo e Silvana (companheiros sempre).

A todos os meus familiares, agradecendo especialmente a meus amados filhos Murilo, Virginia e Estela que, juntos com a Shell e o Eduardo (Dú), durante esse longo período, abriram mãos de minha presença e tornaram propícias as condições ao bom desenvolvimento de meu trabalho.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE SIGLAS	xiv
RESUMO	xviii
RÉSUMÉ	xix
ABSTRACT	xx
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL NO PANTANAL:UM OLHAR INTERDISCIPLINAR NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO	14
1- A PREMÊNIA DA SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL	19
2 – SITUANDO O OBJETO E O PROBLEMA	
2.1 - O PANTANAL MATO-GROSSENSE	28
2.2 – A CONVERGÊNCIA DE PAISAGEM, TERRITÓRIO E IDENTIDADE PANTANEIROS PARA O PARQUE NATURAL REGIONAL	38

CAPÍTULO II

O OBJETO À LUZ DA TEORIA: PAISAGEM, TERRITÓRIO E IDENTIDADE ENQUANTO CATEGORIAS ANALÍTICAS	49
1- Desenvolvimento Territorial	50
2 – IDENTIDADE TERRITORIAL	59
3 – A PAISAGEM SOB O OLHAR DA GEOGRAFIA	63
4 - A PAISAGEM PARA A GEOGRAFIA CULTURAL - A SÍNTESE DAS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA	70
5 - PAISAGEM E TERRITÓRIO COMO CAMPOS IDENTITÁRIOS	77
6 – TERRITORIALIDADES E PERTENCIMENTO	81
7 - GOVERNANÇA AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	85
8 - A EMERGÊNCIA DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO	88
9 – GLOBALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIDADES	92

CAPÍTULO III

EMBATES DA SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL	99
1 - Propostas e modelos de gestão sustentável do território e da paisagem	101
2 - O Parque Natural Regional do Pantanal	104

3 - A gênese do projeto de apoio à criação do PNRP	107
3.1 - A BUSCA POR NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO: AS RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA E O PAPEL DA SUDECO	108
3.2 - O PROPANTANAL (PROGRAMA DE ECODESENVOLVIMENTO DO PANTANAL) E A MISSÃO FRANCESA	116
3.3 - ITERPAN -1º. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO DO PANTANAL	127
4 – O PNRP TORNANDO REALIDADE NO PANTANAL	128
5 – VITPAN – VITelo DO PANTANAL: A INVENÇÃO DE UM PRODUTO DE <i>TERROIR</i>	135
6- ÁREAS PROTEGIDAS NA FRANÇA E NO BRASIL	
6.1 - ÁREAS PROTEGIDAS, ESPAÇOS DE PROTEÇÃO	139
6.2 – A INSTITUIÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA FRANÇA	146
6.3 – A POLÍTICA FRANCESA DE COOPERAÇÃO PARA A GESTÃO DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS	149
6.4 – OS PARQUES NACIONAIS FRANCESES	150
6.5 – OS PARQUES NATURAIS REGIONAIS FRANCESES	151
6.5.1 – A MARCA “PARC NATUREL RÉGIONAL”	153
6.5.2 – A FEDERAÇÃO DOS PARQUES NATURAIS REGIONAIS FRANCESES	154

6.6 – AS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL	
6.6.1 – OS PARQUES NACIONAIS NO BRASIL	155
6.6.2 – ÁREAS PROTEGIDAS PARTICULARES NO BRASIL – AS RPPNs	156
7 – VOZES E EMBATES DOS TÉCNICOS BRASILEIROS E FRANCESES E OUTROS ENVOLVIDOS	160
7.1 – CONCEPÇÃO DE MODELO PARQUE NATURAL REGIONAL	160
7.2 – GOVERNANÇA AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL	170
7.3 – LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIALIZAÇÃO	174
7.4 – A QUESTÃO AMBIENTAL E A PAISAGEM	180
7.5 – MANEJO DA BIODIVERSIDADE	182
7.6 - EMBATES GLOBALIZADOS –TERRITORIALIZADOS	185
8 - CONSIDERAÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO	188

CAPÍTULO IV

SUSTENTABILIDADE E SÓCIO-DIVERSIDADE: TERRITORIALIDADES DA(S) IDENTIDADE(S) PANTANEIRA(S)	193
1 – IDENTIDADE PANTANEIRA: UMA IDENTIDADE DIFUSA?	195
2 – O PANTANEIRO COMO ATOR NAS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA: DIÁLOGO DE SABERES	
2.1 – OLHARES DO SABER CIENTÍFICO	199
2.2 – VOZES, FATOS E ESPAÇOS VIVIDOS: O SABER LOCAL	209
3 – CONSIDERAÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bacia do Alto Paraguai (BAP-Brasil), Pantanal Mato-Grossense e sub-divisões	30
Figura 2 – Aspectos do Pantanal Mato-Grossense	39
Figura 3 – Aspectos do Pantanal Mato-Grossense	40
Figura 4 – Aspectos do Pantanal Mato-Grossense	41
Figura 5 – Aspectos do Pantanal Mato-Grossense	42
Figura 6 – Bacia do Alto Paraguai (BAP- Brasil), Pantanal Mato-Grossense e sub-divisões e Parque Natural Regional do Pantanal (PNRP)	130

LISTA DE SIGLAS

ACA	<i>Agence d'Aménagement et Administration</i> (Agência de Ordenamento e Administração)
AFSSA	<i>Agence Française de Sécurité Sanitaire des Aliments</i> (Agência Francesa de Segurança Sanitária dos Alimentos)
APA	Área de Preservação Ambiental
APPAN	Associação de Pousadas Pantaneiras
APPPEP	Associação de Parceiros, Pais e Professores da Escola Pantaneira do Município de Aquidauana (MS)
BID	Banco Inter-americano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIDEPAN	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável (da Universidade de Brasília–UnB)
CIRAD	<i>Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement</i> (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento)
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNPq	Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CP	<i>Confédération Paysanne</i> (Confederação Camponesa)
CPNT	<i>Chasse, Pêche, Nature et Tradition</i> (Caça, Pesca, Natureza e Tradição)
DFA	Delegacia Federal de Agricultura

DH	Diretiva Habitats
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESB	Encéphalopathie Spongiforme Bovine
FFEM	Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial
FNMA	Fundo Nacional para o Meio Ambiente
FNSEA	Fédération Nationale des Syndicats des Exploitants Agricoles
FPNRF	Fédération des Parcs Naturels Régionaux de France
GPS	Global Positioning System
IAGRO	Agência Estadual de Defesa Sanitária e Animal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IESB	Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia
IFB	<i>Institut Français de la Biodiversité</i> (Instituto Francês da Biodiversidade)
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPP	Instituto Parque do Pantanal
ITR	Imposto Territorial Rural
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
LOADDT	<i>Loi d’Orientation, d’Aménagement et de Développement Durable du Territoire</i> (Lei de Orientação, de Ordenamento e de Desenvolvimento Sustentável do Território)
LOADT	<i>Loi d’Orientation pour l’Aménagement et le Développement du Territoire</i> (Lei de Orientação para o Ordenamento e o Desenvolvimento do Território)

MAE	<i>Mesures Agri-Environnementales</i> (Medidas Agro-ambientais)
MATE	<i>Ministère d'Aménagement du Territoire et de l'Environnement</i> (Ministério do Ordenamento Territorial e do Meio Ambiente)
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Ministério do Interior
OCDE	<i>Organisation de Coopération et de Développement Économiques</i> (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico)
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Política Agrícola Comum (da UE)
PAPNRP	Projeto de Apoio ao Parque Natural Regional do Pantanal
PARNA	Parque Nacional
PN	Parque Nacional
PNR	Parque Natural Regional
PNRP	Parque Natural Regional do Pantanal
PRODEPAN	Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal
PRP	Parque Regional do Pantanal
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SPVS	Sociedade de Proteção da Vida Selvagem
SODEPAN	Sociedade de Defesa do Pantanal (ONG criada em 18/09/1986)
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
UC	Unidade de Conservação
UE	União Européia
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnB	Universidade de Brasília
UNIPAN	União dos Pantaneiros da Nhecolândia
VITPAN	Vitelo do Pantanal
WWF	<i>World Wildlife Found</i> (Fundo Mundial para a Vida Selvagem)
ZEE	Zoneamento Econômico e Ecológico
ZNIEFF	<i>Zone Naturelle d'Importance Ecologique, Faunistique et Floristique</i> (Zona Natural de Importância Ecológica, Faunística e Florística)

RESUMO

A presente tese é o resultado de uma construção interdisciplinar, no domínio do meio ambiente e do desenvolvimento, que visa analisar os conflitos e os embates decorrentes dos processos de gestão do território e da paisagem do Pantanal Mato-grossense em sua porção sul. Elaborada a partir da perspectiva do pensamento complexo e dos referenciais teóricos da Geografia Cultural, tendo como referência o espaço de discussão engendrado pelo Parque Natural Regional do Pantanal, aprofunda o debate sobre território, territorialidade, identidade, paisagem, sustentabilidade, governança, pertencimento. A tese tenta desvelar o jogo que permeia as perspectivas do discurso da sustentabilidade ambiental. O Pantanal é analisado enquanto uma região que reúne inúmeros interesses conflitantes - áreas de proteção ambiental, patrimonialização da natureza, cultura tradicional, paisagem dinâmica e de especial valor cênico, enorme rebanho bovino produzido nos moldes tradicionais, anseios por modernização etc. Mais recentemente seu território vem sofrendo alguns re-direcionamentos político, social e econômico, em virtude de pressões internas e externas fomentadas pelo apelo sócio-ambiental de suas paisagens.

PALAVRAS-CHAVE

Pantanal, Território, Identidade, Paisagem, Governança, Pertencimento, Sustentabilidade.

RESUME

Cette thèse est résultat d'un travail interdisciplinaire dans le domaine de l'environnement et du développement, qui vise analyser les conflits et les enjeux issus du processus de gestion du territoire et du paysage du Pantanal Mato-grossense de son côté sud. Elaborée sous une perspective de la pensée complexe et des démarches théoriques de la Géographie culturelle, et ayant comme référence l'espace de discussion conçu pour le Parc naturel régional du Pantanal, il approfondit le débat sur le territoire, la territorialité, l'identité, le paysage, la soutenabilité, la gouvernance, l'appartenance. Ce travail essaie de dévoiler l'enjeu qui passe par les perspectives du discours de la soutenabilité. Le Pantanal est analysé comme une région qui attire de nombreux intérêts en conflit – site de protection de l'environnement, patrimoine naturel, culture traditionnelle, paysage dynamique d'une grande valeur scénique, important élevage bovin produit sur les modèles traditionnels, envie de modernisations, etc. Plus récemment ce territoire subit des transformations politiques, sociales et économiques, en raison de contraintes internes et externes des appels environnementaux de ses paysages.

MOTS-CLES

Pantanal, Territoire, Identité, Paysage, Gouvernance, Appartenance, Soutenabilité.

ABSTRACT

The present thesis is the result of a multi-disciplinary work, in the domains of environment and development, which aims to analyze the conflicts due to the processes of management of the territory and the landscape of the Pantanal Mato-Grossense, in its south region. This research is elaborated from the perspective of the complex thought and the theoretical references of Cultural Geography, taking as reference the discussion produced about the Regional Natural Park of Pantanal. The intention of this thesis is to make a profound study on the debate about territory, territoriality, identity, landscape, sustainability and governance. This thesis intends to reveal those interests which permeate the speech of Sustainability. The Pantanal is analyzed as a region which congregates conflicting interests – areas of environmental protection, patrimonialization of the nature, traditional culture, dynamic landscape with special scenic value, enormous herd of cattle (in the traditional mould), longing for modernization. Recently its territory is suffering some political, social and economic re-directions due to internal and external pressures fomented by the social and environmental appeal of its landscape.

KEY WORDS

Pantanal, Territory, Identity, Landscape, Governance, Accountability, Sustainability.

INTRODUÇÃO

O Pantanal da atualidade vive intensamente as contradições da modernidade, que se expressam de variadas formas: através da complexidade das relações sociais e das relações sociedade-natureza; pela redefinição do papel das instituições; pelas formas de ocupação e gestão dos territórios; pelo grande apelo ambiental suscitado por áreas dessa natureza; e pela emergência de novos atores no cenário global, com a participação veemente da sociedade civil.

No momento em que o Pantanal novamente ganha projeção na mídia por conta dos embates e debates travados em âmbitos sócio-políticos, provocados pelas intenções governamentais de revisão da legislação que proíbe a instalação de usinas de açúcar e de álcool na Bacia do Alto Paraguai, considero oportuna uma reflexão substancial acerca da realidade vivenciada na contemporaneidade por seu território e sua gente.

Esta tese objetiva a realização de um estudo acerca das manifestações do processo de globalização e das novas condições de apropriação e de gestão do território e dos recursos sócio-ambientais em áreas de proteção no Brasil, tendo como referência o Pantanal Mato-grossense (porção Sul).

Através de um diálogo interdisciplinar, circulando entre a geografia, a antropologia, a literatura, a psicologia, a sócio-lingüística, a história, retornando novamente à geografia, foi possível mapear e analisar parte da realidade cultural do Pantanal que, na sua essência, encontra-se imbricada com a sua natureza singular.

Como resultado do trabalho para a aquisição do título de doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pelo Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná, esta tese apresenta-se como uma realização que teve, em seu início, ainda em 2002, um caráter

coletivo. Nos exercícios interdisciplinares da fase inicial do curso foram constituídos vários grupos em nossa Turma V. Eu tive o prazer de compor um grupo com colegas de formações diversificadas (sociologia, direito, arquitetura, agronomia, economia, engenharia florestal) e idéias sintonizadas, e participar da primeira experiência interdisciplinar. Foi quando realizamos um estudo sobre as relações sócio-ambientais da comunidade Borda do Campo, município de Quatro Barras, região metropolitana de Curitiba. Por ser uma região localizada em faixa de transição entre áreas de intensa ocupação industrial e áreas de proteção ambiental – junto aos principais mananciais que abastecem a metrópole e aos contrafortes da Serra do Mar – e constituir-se basicamente por uma população de hábitos simples e tradicionais e poucos recursos financeiros, nosso grupo encontrou um campo fertilíssimo de trabalho.

Os conflitos presentes na comunidade eram muitos e intensos e se colocavam ao inteiro dispor de nossas tentativas de compreensão coletiva. Muitas trocas foram estabelecidas e algumas conclusões foram alcançadas. A principal lição foi a certeza da necessidade de desconstrução do saber específico que cada um carrega com sua história de vida. Agora nos propúnhamos a ir ao encontro de outros saberes. De nós eram exigidos tempo, dedicação e predisposição para intensas e fecundas trocas e construções e reconstruções teóricas, metodológicas e epistemológicas.

De acordo com meu orientador Prof. Dr. Dimas Floriani (2004), quando as disciplinas se abrem, ouvem e internalizam os questionamentos que ocorrem ao seu redor e no interior das agências de conhecimento, estão em condições de incubar novas fertilizações e gerar procedimentos diferentes, optando pela mudança.

Na fase seguinte foi dado início à construção interdisciplinar dentro de cada linha de pesquisa do programa. Fazendo parte da linha Epistemologia Ambiental, passei a trabalhar junto aos professores e outros quatro colegas, também de diferentes formações (sociologia, biologia, economia). Dávamos início a nossa Oficina I, que tinha como objetivo principal a produção de subsídios para a elaboração individual do projeto de tese de cada doutorando.

Foi quando demos o passo inicial para a construção de nosso referencial teórico e estabelecemos um campo aberto de diálogo interdisciplinar.

A partir daí realizamos vários estudos, elegemos alguns teóricos e temas a serem trabalhados nessa e nas demais oficinas, preparamos e apresentamos seminários, produzimos textos individuais e coletivos. Tendo em conta que cada um dos doutorandos pretendia elaborar uma tese no campo sócio-ambiental, logo tivemos a certeza da necessidade de ampararmo-nos em referenciais teórico-metodológicos afinados com a complexidade.

Desde o início me sintonizei com as propostas de Edgar Morin e de Enrique Leff para os estudos que envolvem o sistema natureza-sociedade. Morin foi quem primeiro se ocupou a pensar em termos de complementaridade e de uma racionalidade mais aberta, não simplificadora, capaz de reconhecer a complexidade da relação sujeito-objeto, ordem-desordem, sociedade-natureza.

Leff, por seu lado, concebe uma racionalidade fundada em relações de co-existência com o sistema natureza. Destacando a incorporação das complexidades dos sistemas natureza e sociedade ao conceito de racionalidade ambiental, uma racionalidade que pressupõe complementaridades e não antagonismos entre os sistemas natureza e sociedade. Propõe uma reforma do conhecimento para captar a dimensão ambiental, dando ênfase à necessidade de estabelecimento de conexões com as demais formas de saber, pois o ambiente encontra-se integrado por processos de ordem física e social.

Por outro lado, em Geografia, recorro à abordagem do enfoque cultural que julga o mundo muito mais complexo. Para a apreensão desta complexidade Paul Claval julga necessário partir dos indivíduos que compõem os lugares e de suas experiências, compreendendo o sentido que as pessoas dão à existência¹.

Para o Prof. Dr. Francisco Mendonça, co-orientador deste trabalho, a geografia possui uma natureza multi e interdisciplinar, tendo o mérito de ter sido a primeira das ciências a tratar do meio ambiente de forma mais

¹ Cf. Claval, 2002.

integralizante. A formação em Geografia, e os passeios pela Educação Ambiental e pelo Turismo, facilitaram meu entrosamento com outras áreas do conhecimento.

A discussão ambiental contemporânea questiona a relação sociedade-natureza. A demanda por melhor qualidade de vida e por justiça sócio-ambiental se impõe. As ciências convergem para essa temática. O pensamento ambiental se consolida. Tudo isso provoca o desmantelamento da célebre dicotomia – sujeito-objeto, sociedade-natureza, ciência humana-ciência natural – que sustenta o paradigma da racionalidade econômica e instrumental ainda hegemônico.

A abordagem da Geografia Cultural eleita para este trabalho como a mais adequada para a apreensão dos lugares e de sua gente, de suas experiências, dos sentidos que dão aos seus espaços vividos, soma com a teoria da complexidade para compor o arcabouço teórico que dá sustentação na construção da tese a defender. A fenomenologia enquanto método de investigação, em fusão com outros métodos que acompanham a ciência geográfica, permite avançar no processo de observação diante da complexidade dos fenômenos engendrados pela sociedade contemporânea. Concordo com Mendonça (2002) quando afirma que a abordagem da problemática ambiental prescinde da escolha de um método único na elaboração do conhecimento científico. Esse tipo de abordagem demanda a formulação de novos métodos, muitas vezes acompanhados da aplicação de métodos já experimentados no campo de várias ciências.

A reflexão epistemológica me levará a sondar termos como arquipélago e caleidoscópio para representar, como chaves, as assertivas do pensamento complexo e de um paradigma integrador entre o natural e o sócio-cultural aplicados ao universo singular do Pantanal.

O mundo globalizado desencadeou uma pressão internacional por uma conversão das mentalidades, inclusive dos agentes econômicos. As pressões, formalizadas por documentos, deliberações, conferências, normatizações, e pelo apoio da grande mídia, engendraram o pensamento sócio-ambiental que

ora ganha destaque no cenário sócio-econômico e político-cultural. Este novo quadro não deve ser entendido como uma mudança paradigmática, mas como re-acomodações de posturas e comportamentos diante de um novo cenário.

Nesse sentido, decidi-me pela realização de um estudo sobre as estratégias encontradas por grupos de proprietários rurais no Pantanal, para protelarem o cumprimento da lei brasileira, no tocante à sua manutenção no espaço vivido (e também possuído), evitando assim, por ora, o desmantelamento da estrutura sócio-econômica secular que ainda vigora em mais de 90% do território pantaneiro. A chancela constitucional estabelecida para o Pantanal corre o risco de se traduzir em desapropriação de terras e em expulsão radical daqueles que nelas habitam e/ou delas extraem suas condições materiais de reprodução social.

A complexidade dessa situação demanda novas alternativas. Algumas são sugeridas pelos países ricos. Um exemplo desse tipo de intercâmbio é o que acontece, pela primeira vez no Brasil, no Pantanal Mato-grossense, em sua porção Sul: o Parque Natural Regional do Pantanal (PNRP), idealizado e implantado com base em um sistema francês de gestão negociada e contratual do território.

O Pantanal de Mato Grosso do Sul, reunindo inúmeros interesses conflitantes – áreas de grande interesse ambiental, patrimonialização da natureza, cultura tradicional, paisagem dinâmica e de especial valor cênico, enorme rebanho bovino produzido nos moldes tradicionais, anseios por modernização, etc. –, sofre um re-direcionamento político, social e econômico, a partir da importação desse modelo de gestão territorial.

É importante destacar que a proposta do PNRP é apresentada como um projeto global e integrado, de bases territoriais, tendo todas as suas ações contextualizadas em rede, visando ao uso sustentável dos recursos naturais. Esse modelo de gestão compartilhada, que envolve o proprietário rural, o Estado e a sociedade civil organizada, é percebido, por seus interlocutores, como um “modelo de governança”, um instrumento para o desenvolvimento local e integrado da região.

Para o desígnio desta tese estabeleci, como principal eixo norteador, uma discussão acerca dos elementos de natureza sócio-ambiental, espacial, política e econômica, dos obstáculos e limites das dinâmicas observadas no Pantanal, que aproximam e/ou distanciam este espaço de um modelo francês de Parque Natural Regional.

Esta proposição desemboca nas reflexões:

- ✓ O que estaria em jogo, no Pantanal, diante das mesmas emergências da França, na perspectiva de um discurso da sustentabilidade?
- ✓ Quais seriam as contradições do modelo de desenvolvimento social, político, econômico e ambiental, no Pantanal, que fazem emergir as questões de interesse que terão rebatimento na idéia de políticas públicas, de governança, que retomam novas ou velhas identidades, que redefinem a paisagem e o território?
- ✓ Seria o Parque Natural Regional do Pantanal uma nova estratégia de reprodução material e social de grupos de proprietários de terra, bovinocultores, ante à expansão e consolidação de novas políticas sócio-ambientais que restringem e ameaçam suas ações?

Enfatizo que o Pantanal apresenta-se como um território pleno de atributos que o fazem destacar-se no cenário mundial por suas singularidades. Nesse ambiente foram estabelecidas formas culturais de apropriação que resistem ao tempo, manifestando-se segundo antigos conceitos e tradições, consideradas por muitos como responsáveis pela conservação do ambiente, da paisagem e de sua gente. A pecuária extensiva muitas vezes é interpretada como determinante na manutenção da sócio-biodiversidade da região.

Entretanto, mais recentemente, com os crescentes processos de modernização da pecuária e elevação da produtividade, começam a ser veiculadas opiniões contrárias, chegando a atribuir à atividade criatória a responsabilidade por parte da degradação sócio-ambiental sofrida pelo

Pantanal², tais como: desmatamento de vegetação ciliar e das áreas mais elevadas, as chamadas “cordilheiras” e a conseqüente implantação de pastagens exóticas; a adoção de queimadas e uso de biocidas para a limpeza e o controle das pastagens; a matança de animais silvestres que representam ameaças para a criação; a expulsão do peão pantaneiro para as cidades, quando muitas das lidas tradicionais vêm sendo substituídas por formas mais modernas que necessitam menos de braços e mais de máquinas³; a ínfima assistência social – saúde e educação – que também afugenta os trabalhadores para as periferias das cidades pantaneiras.

Antes de descrever a composição dos capítulos desta tese, quero registrar a importância do estágio de doutorado realizado em Paris e Nanterre, na França, com o apoio da CAPES. Naquele país fiquei vinculada, oficialmente, ao LADYSS (Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces), tendo como orientador o próprio diretor do laboratório, o sociólogo Prof. Dr. Jean-Paul Billaud. No LADYSS tive acesso à fértil bibliografia e a seminários sobre temas muito próximos ao meu problema de tese.

Paralelamente estabeleci estreito contato com o Prof. Dr. Paul Claval, um dos expoentes da Geografia Cultural francesa. Claval, integrante da Sorbonne, abriu-me as portas do Instituto de Geografia daquela instituição, permitindo-me o acesso aos laboratórios, bibliotecas, colocando-me em contato

² Extensas áreas de vegetação natural do planalto circundante, principalmente de cerrado, foram substituídas por pastagens. Até o ano 2000 houve aumento das áreas desprovidas de vegetação em 62% do planalto da Bacia do Alto Paraguai (BAP). Dados confirmam que, de toda a área que teve sua vegetação natural eliminada, nesse planalto, 88% destinou-se à implantação de pastagens, inclusive com a supressão da vegetação de áreas de preservação permanente. Sobre este assunto ver Abdon *et al.* (2005). Mais recentemente foi divulgada na mídia eletrônica a conclusão de um relatório da ONG Conservação Internacional (CI) que aponta a acelerada destruição da cobertura vegetal original do Pantanal, sendo que 17% dessa cobertura teriam sido eliminadas para a abertura de áreas de cultivo e de pastagens. Em relação à totalidade da BAP, o índice chegaria a 45% de destruição. Apresenta ainda números significativos no aumento desse processo: entre 1990-2000, a destruição avançava em 0,46% ao ano; de 2000 a 2004 essa taxa teria se elevado a 2,3% ao ano (JC E-mail N. 2.928, de 03 de janeiro de 2006. Disponível em: www.jornaldaciencia.org.br/index2.jsp).

³ Fato exemplar dessa alteração é o quase desaparecimento da figura do peão boiadeiro, condutor de gado, que, através das chamadas “comitivas”, transitava por caminhos pantaneiros e por estradas boiadeiras, transportando o gado “em pé” para outras fazendas da planície ou do planalto e até para estados e países vizinhos. Sobre este assunto ver Leite (2004).

com outros geógrafos, indicando-me seminários e outros eventos relacionados a minha temática de estudo.

Voltando à forma e ao conteúdo específico deste trabalho, ele está constituído por quatro capítulos, nos quais os assuntos foram distribuídos. O Capítulo I, convertido pelo olhar da Geografia Cultural, circula pelas questões de territorialidade e de sustentabilidade do Pantanal Sul-mato-grossense, transita pela construção do objeto da tese, descrevendo o problema e as principais questões analisadas. Faz a apresentação do território em referência, o Pantanal Mato-grossense, na sua porção Sul, mais especificamente a área que constitui o Parque Natural Regional do Pantanal.

O Capítulo II apresenta as categorias centrais de análise. São categorias tradicionalmente trabalhadas pela Geografia Cultural. O território, como categoria principal, está sendo entendido como a base das relações sócio-ambientais, o espaço onde se materializam as práticas sociais. A territorialidade, também outra categoria de análise, seria a concretização do processo de produção espacial em lugares específicos. A desterritorialidade, enquanto um processo inverso, para muitos surge como fruto da globalização e da compressão tempo-espaço. A identidade territorial também é utilizada para explicar a importância da relação de indivíduos ou grupos com o território. A paisagem, outra categoria muito importante, entendida como o resultado, a síntese de todas as relações que se estabelecem no território. O sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a construção das territorialidades. O processo de patrimonialização que vem se consolidando através da atribuição de títulos a determinadas paisagens. E, por fim, a categoria governança, mais especificamente, a chamada governança ambiental, que envolve gestão local, relação entre o nível local e os demais níveis, gestão integrada, democracia local e participativa, e descentralização do poder.

Considera-se a corrente da Geografia Cultural como um importante auxiliar na aproximação entre os estudos da sociedade e os estudos da natureza na Geografia, capaz de atenuar a contumaz dicotomia entre o físico e o humano. Ao focalizar o conceito de paisagem, a Geografia Cultural dedica especial atenção ao estudo do espaço vivido, entendendo a paisagem como

um construto sócio-cultural, contribuindo também para a revisão paradigmática das bases teórico-conceituais do pensamento contemporâneo, visando à melhor compreensão da complexidade da problemática ambiental. Já o conceito de território, visto como espaço de articulação, de negociação, de mediação, de conjugação, para onde confluem as ações, abarca aspectos objetivos e subjetivos das relações que nele se celebram. O território participa efetivamente na construção histórica da identidade do povo que nele vive definindo e absorvendo suas características, hospedando o espaço vivido e o espaço a se viver, em movimento simbiótico que se encaminha para a paisagem, esta que seria a tradução de todo esse processo. É nesse sentido que o Pantanal, enquanto paisagem ou enquanto território revela uma trama de categorias múltiplas e diversas, que se interagem para se traduzirem em diferentes adjetivos, de acordo com a vontade de seu interlocutor.

Essas categorias foram eleitas por serem consideradas capazes de atender, direta ou indiretamente, a todas as questões propostas na trajetória de construção desta tese.

É no Capítulo III que o trabalho mais se aproxima do objeto, discutindo de perto as questões vinculadas à proposta do Parque Natural Regional do Pantanal, enquanto um projeto piloto, baseado em um modelo de gestão territorial adotado na França e em outros países europeus. Para tanto é realizado um passeio pela história de ocupação do Centro-Oeste brasileiro, de busca de modelos de desenvolvimento, de aproximações com a França, de projetos internacionais de cooperação. São descritos os programas originados pela Sudeco que atingiram diretamente o Pantanal Mato-grossense e estabeleceram convênios com organismos franceses. Evidenciam-se os conflitos entre as práticas de produção econômica e de conservação ambiental e é feito um mapeamento da concretização do modelo francês de Parque Natural Regional no Brasil. Esse capítulo ainda descreve o Vitpan (Vitelo do Pantanal), um protótipo de *produit de terroir* brasileiro. Também discute e faz breve histórico do processo de gestão de áreas protegidas no Brasil e na França. É nesse capítulo que também são apresentados os atores envolvidos no processo de consolidação do modelo de parque francês no Brasil, através

de entrevistas que revelam conflitos, disputas e concepções dos diferentes setores envolvidos dentro da diversidade sócio-econômica e cultural vigente.

Por fim, é no Capítulo IV que as identidades pantaneiras são analisadas à luz de estudiosos que há tempos se debruçam sobre a temática. Também são trabalhados vários depoimentos e relatos de pantaneiros, vinculados a diversos setores da sociedade local. São analisados os aspectos mais próximos da complexidade das relações sociedade-natureza. Realizo uma tentativa de aproximação entre os saberes científicos e os saberes locais, um exercício de “diálogo de saberes”. Parto da premissa de que um território, para se consolidar, necessita ser identificado e valorado simbolicamente por seus habitantes. E que a identidade é parte integrante do complexo sistema território-paisagem e fator relevante para a efetiva implantação de qualquer projeto de gestão de áreas protegidas. São destacadas também as transformações que incidem nas relações sociais, interferindo diretamente nas relações sociedade-natureza no Pantanal.

Após a apresentação do conteúdo da tese considero primordial registrar o meu interesse pela temática. O paradigma cartesiano, ainda hegemônico em nossa sociedade, impõe certo distanciamento do pesquisador em relação ao seu objeto de análise. Entretanto a evolução da ciência tem permitido o rompimento de muitas estruturas rígidas que mantiveram esse quadro.

O espaço vivido, como espaço de relação, de realização do ser enquanto integrante de uma sociedade e de um meio é visto como uma das dimensões da Geografia. A abordagem do espaço vivido busca um retorno às tradições da região estudada. O geógrafo Paulo César da C. Gomes mostra que o sentimento de simpatia, estabelecido entre o geógrafo e a região estudada por ele, coloca-se como um dos elementos centrais da concepção de espaço vivido. E que a compreensão da região se define pela relação de empatia entre o pesquisador e esse espaço.⁴ Nessa perspectiva, o sentimento de proximidade e de identidade encontra-se na base da comunicação entre dois sujeitos: o pesquisador e a região.

⁴ Cf. Gomes, 2003.

O espaço vivido é, portanto, o espaço de vida, construído e representado pelos atores que aí vivem, mas também é vivido pelo geógrafo que adentra este território. A proximidade física e afetiva seriam elementos fundamentais na relação do pesquisador com o espaço estudado. O ponto de partida seria a singularidade e a individualidade do espaço estudado. E o objetivo seria o fornecimento de um quadro interpretativo às realidades vividas espacialmente. O método de interpretação consistiria em resgatar o sentido, a partir do que circula entre a esfera da ação e a da representação, projetado sobre o espaço.⁵

Esse posicionamento da Geografia atual, de cunho humanista, vem ao encontro de minhas aspirações. Dadas as minhas origens, sempre considerei o Pantanal meu território de pertença, minha paisagem telúrica. Nascida e criada em Aquidauana, juntinho do Pantanal, bebendo da água e me banhando no rio do mesmo nome, águas que me envolviam e, por vezes, me assustavam. Como o nosso poeta Manoel de Barros diz, águas que me espiavam pela janela, quando o rio crescia em mais uma cheia.

Sempre me envolvi com as histórias e os causos pantaneiros. Os mitos e as representações que povoam o imaginário pantaneiro se estendem para além fronteiras. E eu sempre estive muito próxima às flexíveis fronteiras pantaneiras.

Por isso, cada vez mais me interesso pela temática aqui exposta. E pretendo dar continuidade aos estudos iniciados.

⁵ *Idem.*



Humberto Espíndola – Boi Bandeira - óleo s/ tela – 1968 – 152 x 172 cm

Província-Boi: assim era chamada no Centro do País – que, na verdade, não é o Centro, mas o Leste, porque o verdadeiro centro, o geográfico, escreve-se com minúscula, assim: “centro”, e fica em alguma selva, ou Brasília, como se queira – e assim nos chamavam de Província-Boi decerto para ensinar a todos os brasileiros de onde vinham os chifres para confeccionar os pentes, as crinas para encher os travesseiros e o charque para forrar os estômagos. Honrados com esse título bovino, fomos adiante e trocamos o inferior gado reiúno por reses importadas da Inglaterra, e assim entusiasmados já neste século declaramo-nos também “O celeiro do Brasil”, dispostos a complementar as refeições dos brasileiros ao incluir em suas dietas alimentos mais nobres, como o trigo. É certo que depois as coisas foram decaindo, e o gado da Europa cedeu lugar ao Zebu da Índia, e o trigo foi substituído pela soja, mas vamos lutando, até quando criarmos cabras e plantarmos inhame – aí, sim, seremos felizes por estarmos próximos do Momento Inicial da Criação, quando será possível começar tudo de novo.

LUIZ ANTONIO DE ASSIS BRASIL

Anais da Província-Boi

CAPÍTULO I

**TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL NO PANTANAL: UM
OLHAR INTERDISCIPLINAR NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO**

A Geografia, como toda disciplina científica, apresenta sub-divisões e correntes de pensamento, que manifestam diferentes formas de entender e explicar a relação sociedade-natureza. O geógrafo francês Claval (2002) defende a hipótese de que esta ciência, no período que corresponde ao século XVIII até a década de 1970, dividiu-se entre duas grandes correntes, cada uma com sua concepção específica: uma insistindo nas relações entre natureza e sociedade (enfoque naturalista), e a outra se preocupando com o papel do espaço no funcionamento dos grupos humanos (enfoque funcionalista). “Elas diferiam em muitos pontos, porém baseavam-se em um pressuposto comum: o da existência de realidades globais fossem elas a natureza, a sociedade ou sociedades” (CLAVAL, 2002, p. 11).

Entretanto, o autor observa que as correntes naturalista e funcionalista em Geografia sofreram muitas críticas, a partir da década de 1970, sobretudo por serem consideradas incapazes de apreender a complexidade do mundo e explicar a diversidade dos homens (CLAVAL, 2001b e 2002). Nesse sentido Armand Frémont escreve em 1976:

Do homem à região e da região ao homem, as transparências da racionalidade são perturbadas pelas inércias dos costumes, as pulsões da afetividade, os condicionamentos da cultura, os fantasmas do inconsciente (FRÉMONT, *apud* CLAVAL, 2002, p. 21).

Inconformados com os dois paradigmas dominantes na disciplina, alguns geógrafos passam a almejar outras vias que possam implementar a apreensão da complexidade do mundo e das relações sociedade-natureza. É quando, nos anos 1950-60, muitos se entusiasmam com a análise sistêmica. “Em vez de se limitar a apenas uma cadeia causal em particular, é pelo conjunto de cadeias causais ativas, num meio ou numa sociedade, que há interesse: nascem os enfoques sistêmicos” (CLAVAL, 2002, p. 22).

Tais enfoques, ao prestarem-se tanto a análises do campo natural quanto do campo social, atraem geógrafos diversos, proporcionando certo rompimento da barreira, muito acentuada quando da primazia da corrente funcionalista, entre a Geografia Física e a Geografia Humana.

O geógrafo Francisco Mendonça, ao considerar a superação do positivismo na Geografia e a adoção do enfoque sistêmico, sublinha as novas perspectivas para os estudos ambientais: vertical (ecossistema) e horizontal (geossistema), das paisagens, abarcando, também, as ações humanas como fatores da dinâmica da paisagem estudada. Afirma que tais propostas metodológicas baseiam-se na TGS (Teoria Geral dos Sistemas), muito utilizada pelas ciências naturais. Entretanto, apoiado em K. J. Gregory, o autor alerta para o perigo de se “adotar a abordagem sistêmica acriticamente e considerar ser suficiente apenas identificar as estruturas do sistema e delinear as inúmeras variáveis envolvidas do sistema particular (...)” (MENDONÇA, 2002, p. 137). Por outro lado, reconhece que, apesar de parciais e limitadas, essas metodologias de perspectiva globalizante, adotadas pela geografia física, têm o mérito de promover a interação sociedade e natureza em uma mesma abordagem, contribuindo para o aprimoramento da ciência.

Concomitantemente, a partir dos anos 1970, certa corrente “humanista” passa a exercer influências sobre o pensamento geográfico (GOMES, 2003, p. 13). Esta corrente incorpora à Geografia questões e críticas próprias do debate da pós-modernidade, ou seja, questões concernentes ao período de revisão de valores e ao clamor por novos paradigmas capazes de explicar o mundo da contemporaneidade.

A pronta participação dos geógrafos neste debate se deve em parte ao fato de que as discussões sobre a pós-modernidade incidem freqüentemente sobre temas caros à tradição geográfica: o espaço, o urbano, o planejamento, o regionalismo, a escala local, a natureza etc. A geografia, que tem seus objetivos acadêmicos inscritos no projeto da modernidade, se sente naturalmente interpelada pelo questionamento do qual ela é simultaneamente o objeto e o sujeito, e se preocupa, portanto, em buscar as possibilidades, os meios e os limites de um novo quadro contextual e conceitual (GOMES, 2003, p. 14).

Quando a urgência de uma revisão paradigmática e de uma reforma do pensamento emerge na contemporaneidade, a corrente denominada Geografia Cultural aparece como importante instrumento para auxiliar nesse desígnio no âmbito da ciência geográfica.

A gênese do novo enfoque cultural se estende por uns vinte anos, ligada ao aumento da insatisfação dos pesquisadores à procura de novas perspectivas, à influência de uma corrente filosófica, a fenomenologia, e ao reforço de atitudes cada vez mais críticas em relação à ciência em geral e às ciências sociais em particular (CLAVAL, 2002, p. 25).

O enfoque cultural julga o mundo muito mais complexo e, para apreendê-lo, é necessário partir dos indivíduos que compõem os lugares, assim como, também, de suas experiências, pois, o que importa é “compreender o sentido que as pessoas dão à sua existência” (CLAVAL, 2002, p. 37). Assim, a evolução do pensamento geográfico propõe a constituição de uma série de pontos de vista diferentes, que não se excluem totalmente. Na Geografia, o autor considera que as correntes naturalista e funcionalista, devidamente modernizadas, permitem a compreensão de boa parte dos problemas do mundo atual. Entretanto, não conseguem esclarecer o aumento dos sentimentos de identidade, dos fundamentalismos, o progresso das seitas ou a nova preocupação com a preservação do patrimônio (natural e/ou cultural), questões presentes em quase todo o mundo contemporâneo. Nesse sentido, a emergência do enfoque cultural se apresenta “fundamental para entender a ressurreição dos lugares, as transformações dos territórios e os problemas de identidades nas sociedades multiculturais de um mundo globalizado” (CLAVAL, 2002, p. 40).

A Geografia, enquanto ciência é reconhecidamente multi-interdisciplinar desde as suas origens: “o que se compreende hoje como meio ambiente faz parte da origem da geografia e isso lhe confere o mérito de ter sido a primeira das ciências a tratar do meio ambiente de forma mais integralizante” (MENDONÇA, 1993, p. 32).

Essa característica facilitou o entrosamento com as outras áreas do conhecimento no desenvolvimento deste trabalho. Trata-se de uma tese produzida a partir de uma proposta interdisciplinar, tendo havido, em sua fase embrionária, a participação de profissionais de outras áreas, todos reunidos em torno de uma linha de pesquisa comum¹. Para tornar possível a investigação considerou-se necessário trafegar em outros campos do conhecimento que, assim como a Geografia, também admitem a relevância da perspectiva humanístico-cultural para o estudo das relações sociedade-natureza, tais como a Sociologia, a Antropologia Cultural, a Sócio-linguística e a Psicologia.

Frémont, conforme Gomes (2003), ao apresentar o espaço vivido, revela a grande influência da psicologia no estabelecimento de sua conduta metodológica. A psicologia genética e a psicanálise seriam dois elementos de base para a investigação do vivido. “O humanismo, que contextualiza todas as coisas a partir da cultura, é obrigado, também, a interrogar-se sobre a natureza dos fenômenos da personalidade e do comportamento” (p. 321).

Para Gomes (2003), a análise da ordem simbólica passa pelo estudo de tudo o que possa estar carregado de sentido, ou pelo estudo de tudo aquilo por onde as significações transitam.

(...) cada lugar significa uma combinação de elementos econômicos, ecológicos, sociológicos e demográficos, sobre um espaço reduzido, o lugar é visualizado como uma forma que se integra à paisagem local e regional. O que ele representa deve ser decodificado mais ou menos como uma linguagem, a linguagem dos homens falando com o espaço como meio de expressão (Frémont, apud GOMES, 2003, p. 324).

O estudo das relações natureza-sociedade exige que os fundamentos teóricos estabeleçam suas bases na interdisciplinaridade. Esta é entendida como “a articulação de diferentes disciplinas para melhor compreender e administrar situações de acomodação, tensão ou conflito explícito entre as

¹ Linha de Pesquisa “Epistemologia Ambiental”, do programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, coordenada pelo sociólogo e epistemólogo Dimas Floriani (orientador principal desta tese), da qual participaram mais dois docentes e seis doutorandos, profissionais de diferentes áreas: geografia, sociologia, economia, biologia e história.

necessidades, as práticas humanas e as dinâmicas naturais“ (FLORIANI & KNECHTEL, 2003, p. 75). Os autores enfatizam ainda a necessidade de se combater os efeitos ideológicos do reducionismo ecologista e do funcionalismo sistêmico, visto que “ambos pensam o homem e as formações sociais como populações biológicas inseridas no processo evolutivo dos ecossistemas” e, definem a Ecologia como “a disciplina mais importante das inter-relações homem-natureza, elegendo-a a ciência das ciências, através da teoria geral dos sistemas” (Id.).

A noção de meio ambiente deve ser multicêntrica, complexa e objeto de diferentes escalas de abordagem. No entanto, a dimensão ambiental não pode deixar de ser reconhecida como um dos eixos centrais dos processos de desenvolvimento das sociedades. (...) O campo interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento pertence à construção do conhecimento sistemático e sistematizado, remetendo-se à história dos conhecimentos disciplinares e às suas práticas metodológicas (Ibid., p. 75-76).

Apoiados em Ilia Prigogine, os autores admitem a inviabilidade para a ciência, e para os cientistas, de reafirmarem verdades em um mundo que se define nas incertezas (Ibid., p. 69).

1- A PREMÊNIA DA SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

No cenário mundial, ao mesmo tempo em que as incertezas teórico-metodológicas ganham destaque, engendrando uma corrida em busca de paradigmas mais eficazes para a elucidação da complexidade do mundo, a problemática ambiental se coloca como um imperativo, refletindo-se em todas as esferas da vida contemporânea.

Os anos 60 e 70 do século XX figuram como um marco na evolução do pensamento contemporâneo, quando as preocupações ecológicas se colocam como essenciais no panorama mundial, em reação a um modo de vida fundamentado “na idéia de que a natureza é fonte inesgotável de recursos” (CASTELNOU *et al.*, 2003, p. 44).

O logocentrismo, a racionalidade tecnológica e o desequilíbrio dos crescimentos econômico e populacional conduziram a uma crise que hoje aflige a humanidade, promovendo inúmeros questionamentos sobre todas as formas de ação da sociedade na natureza, traduzindo-se, inclusive, em reflexões e interferências sobre as formas de produção do espaço engendradas pelas sociedades humanas. Como signos dessas mudanças de representação do conhecimento, emergem novos resgates cognitivos sobre o *ser* (identidade) e o *fazer* (tecnologias) das culturas abafadas pela modernidade impositiva (Id.).

É por isso que o pensador mexicano Enrique Leff (2001b) enfatiza que a crise ambiental é, acima de tudo, um problema de conhecimento e que, enquanto uma crise de civilização, torna-se impossível encontrar soluções através da racionalidade teórica e instrumental que constrói e destrói o mundo. O autor acentua:

A crise ambiental é a crise de nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise apresenta-se a nós como um limite no real, que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Mas também crise do pensamento ocidental: da “determinação metafísica” que, ao pensar o ser como ente, abriu o caminho para a racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada como formas de domínio e controle sobre o mundo (LEFF, 2001b, p. 191).

As contingências da história da humanidade que marcaram o chamado período pós-guerra - meados do século XX -, promoveram o fortalecimento das correntes de pensamento contrárias ao positivismo, provocando revisões no paradigma vigente. Tal fato fomentou a promoção de grandes eventos, em âmbito internacional, em grande parte voltados para as questões ambientais. Em consequência, ocorreu a divulgação de importantes obras e relatórios científicos que apontaram para um quadro crítico, ou até catastrófico, da situação do nosso planeta, contribuindo para a emergência de um sentimento coletivo, logo chamado de “consciência ambiental”.

Assim se desenvolveu, e ainda está em curso, esse processo no qual coabitam o descrédito pela ciência moderna e a comoção pela degradação dos meios naturais. Grandes problemas sociais – a seca, a fome, a miséria, o retorno de antigas endemias e o aparecimento de novas – se impõem, interpretados como resultantes da queda da qualidade de vida, justamente em um período em que a ciência e a tecnologia mais avançaram.

A emergência da consciência ambiental trazia em seu âmago a certeza de que o modelo de desenvolvimento praticado pelas sociedades humanas não mais condizia com a capacidade de manutenção da vida humana no planeta. Havia um reconhecimento da perda de controle técnico e científico dos homens sobre a natureza. É assim que se impõe, a partir da década de 1980, uma revisão nos conceitos de desenvolvimento, até a gênese da expressão “desenvolvimento sustentável”, adotada inicialmente pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em seu famoso *Relatório Bruntland* ou *Our common future*, de 1987 (CASTELNOU *et al.*, 2003).

A nascente expressão “desenvolvimento sustentável”² – intensamente vulgarizada nos dias de hoje – quando da época de seu lançamento, era traduzida pela necessidade de incorporação, nos planos de desenvolvimento, além dos fatores econômicos, das variáveis sociais e ambientais, considerando as conseqüências das ações em longo prazo. Foi idealizada, então, uma revisão nos processos produtivos, almejando conciliar o aumento da produção

² Na sua gênese foi estabelecido que “desenvolvimento sustentável” deveria significar o suprimento das necessidades do presente sem o comprometimento da capacidade das próximas gerações suprirem as suas necessidades. Entretanto, muitos autores tecem críticas categóricas a essa expressão. A geógrafa Arlete Rodrigues (2000), por exemplo, expõe a contradição entre os dois termos da expressão. Entende que “desenvolver” é uma meta que implica na produção contínua de mercadorias, em conseqüência, necessita sempre de recursos naturais (matéria-prima), assim como de espaços para depositar os resíduos, destruindo e/ou transformando a natureza duplamente. Para a autora a “sustentabilidade” significa a manutenção das condições, isto é, uma situação impensável em um sistema de produção contínua de mercadorias. Por sua vez, o geógrafo Carlos Walter P. Gonçalves (2001) contesta essa expressão por considerá-la normativa, ou seja, por ter sido gerada no campo diplomático, tratando-se de uma idéia diluidora, consensual, não merecendo, portanto, o caráter de cientificidade. Outros destacam a ambigüidade da expressão “desenvolvimento sustentável”, como Raynaut *et al.* (2002), afirmamando que pode fazer referência a diferentes domínios da realidade e aplicada em diferentes níveis de análise, tanto globais, quanto locais. Podendo, da mesma forma, contemplar diferentes escalas de tempo, quando é dirigida tanto às gerações presentes, quanto às gerações futuras.

com a redução dos impactos ambientais, estabelecendo-se, assim, um confronto direto com a própria lógica de mercado da sociedade capitalista (Id.).

Paralelamente aos processos de conscientização ambiental e de desencantamento com o desenvolvimento técnico-científico, há um fortalecimento da globalização da economia e do mercado. Giddens define globalização como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 69). Leis (1999), ao considerar esta definição, assegura que as inter-relações que definem o processo de globalização não são exclusivamente sociais, mas também ecológicas, visto que as questões ambientais envolvem numerosas trocas e negociações entre dimensões e atores diferentes, implicando em tomadas de decisões que supõem verdadeiros dilemas e opções em aberto para a sociedade, como, por exemplo, o caso das alterações climáticas.

O processo de globalização, com seus crescentes fluxos econômicos, comerciais, tecnológicos e de pessoas, tem rompido barreiras temporais e espaciais, acelerando, inclusive as trocas genéticas e culturais. Esse processo é determinado pelo domínio da racionalidade econômica (CASTELNOU *et al.*, 2003).

Ante a grande complexidade que acompanha esse processo de despertar da humanidade para os profundos problemas que a afligem no período de transição para o século XXI, frutíferos debates e embates ocorrem nos âmagos das diferentes ciências, consolidando novas visões de mundo e re-estruturando todo o processo de conhecimento, estabelecendo como tema crucial e recorrente a relação sociedade-natureza.

É nesse sentido que o filósofo e sociólogo francês Edgar Morin, como um árduo crítico do paradigma hegemônico da ciência moderna, assegura que os princípios desta não são eficazes na explicação do real. Em oposição a esse paradigma clássico, admitido como o paradigma da simplificação, Morin (2001) propõe o paradigma da complexidade que não dissocia o sujeito do objeto e

que emerge da comunicação entre as ciências, ou seja, a ciência em processo de transgressão criativa das fronteiras do conhecimento, buscando atingir a almejada *transdisciplinaridade*. Para o autor, não somente o real é complexo³, mas também a ciência, pois é impossível separá-la de seu contexto histórico.

Morin (2001) salienta que a complexidade não deve ser concebida como receita, como resposta, mas como desafio e como motivação para pensar. Deve ser um substituto eficaz da simplificação, mas que, como esta, possa permitir programar e esclarecer. Assevera ainda que o problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento. O pensamento complexo luta contra a mutilação.

Por exemplo, se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante (MORIN, 2001, p.176).

A temática da relação sociedade-natureza emerge em resposta à demanda crescente por melhor qualidade de vida e pela construção de um mundo sócio-ambientalmente mais justo e equilibrado. Esse movimento que contribui para a consolidação do pensamento ambiental, concomitantemente, favorece a convergência das chamadas ciências da natureza e ciências da sociedade, desestruturando, portanto, a célebre dicotomia engendrada pelo paradigma da simplificação que deu sustentação à racionalidade econômica e tecnológica dominante. Tanto as ciências da natureza quanto as ciências da sociedade se ocupam de sistemas complexos, ou seja, de sistemas em que os desenvolvimentos futuros resultam de processos temporalmente irreversíveis.

³ Para Morin (2000, p. 38), *complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si.

A crise paradigmática do período de transição para a Modernidade, aliada à emergência da crise ambiental, desafia também os geógrafos, encaminhando-os a um profundo questionamento em relação ao estatuto da geografia contemporânea frente às novas dimensões do espaço e aos graves problemas sociais que se materializam na superfície terrestre (MENDONÇA, 2002).

É sabido que na ciência geográfica o movimento por uma maior integração entre os estudos da sociedade (Geografia Humana) e os estudos da natureza (Geografia Física) é bastante antigo e rendeu enorme produção científica, como também numerosas desavenças. Acredita-se que o movimento da chamada Geografia Cultural pode ser um importante auxiliar na aproximação entre esses dois ramos desta ciência, atenuando a contumaz dicotomia entre o físico e o humano.

A Geografia Cultural, quando focaliza o conceito de paisagem⁴ e de território, dedica atenção especial ao estudo das atitudes e preferências das populações envolvidas, ao estudo do espaço vivido⁵. Isto revela uma preocupação epistemológica surgida no seio dessa corrente, acompanhando uma tendência do pensamento saueriano⁶, que considera relevantes para a Geografia tanto o pensamento científico quanto os outros saberes (HOLZER, 1999). Lowenthal ratifica esta idéia quando afirma que a geografia “era a ciência que mais se aproximava da incorporação sem mediações dos elementos da vida cotidiana, que deveriam ser considerados em suas

⁴ O conceito de Paisagem em Geografia é rico em significados. Sua origem, no século XIX, é atribuída aos geógrafos alemães, tendo sido fortemente associada ao quadro físico-natural (*landschaft*). O conceito se enriquece com a inserção dos elementos humanos e sociais no século XX e, dependendo da corrente de pensamento, pode-se privilegiar mais um enfoque naturalista ou humano da paisagem. Este conceito, juntamente com o de Território, é trabalhado no Capítulo II desta tese.

⁵ Para Gomes (2003), o espaço vivido deve ser compreendido como um espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que circulam neste espaço. Pelo viés do espaço vivido a Geografia não tenta criar leis nem observar regularidades generalizadoras, ela parte da singularidade dos espaços estudados. Frémont (apud GOMES, 2003) explica que o espaço vivido visa a substituir a noção de um espaço alienador, definido, ao mesmo tempo, por uma atitude de nostalgia do passado e por uma febre futurista de planificação.

⁶ Pensamento de Carl Ortwin Sauer (1889-1975), geógrafo norte-americano, considerado o criador da chamada Escola de Berkeley, em 1925. Sauer definiu a paisagem geográfica como o resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural. É autor do clássico estudo “A morfologia da Paisagem”, publicado em 1925.

particularidades a partir da inclusão dos mundos vividos pessoais como dado concreto da disciplina” (Lowenthal, apud HOLZER, 1999, p. 155).

Revela-se, nessa abordagem da Geografia Cultural, uma proposta de “diálogo de saberes”, categoria desenvolvida mais recentemente pelo sócio-economista e pensador Enrique Leff, hoje seguido por muitos dos pesquisadores que labutam na seara das relações sócio-ambientais. O sociólogo Dimas Floriani (2004) o elege como detentor da reflexão que mais se aproxima às indagações de um pensamento sócio-ambiental, buscando integrar uma visão sobre os processos de produção do conhecimento científico com as outras esferas de criação e intervenção humanas, nos espaços das trocas materiais e simbólicas entre ser humano, sociedade e natureza. Leff tenta “evitar as renomadas teorias gerais ou totalizantes que tentam monopolizar a pretensão de explicar o mundo por uma teoria unificada” (FLORIANI, 2004, p, 119). Isso seria necessário para poder engajar-se à teoria da complexidade, ou seja, “com um paradigma que é abertamente partidário da incerteza e da incompletude” (id.). Leff então nos apresenta a teoria da “racionalidade ambiental” para explicar os processos conflitivos, relacionados às dinâmicas de produção e reprodução material das sociedades, com as ações e as (ir)racionalidades humanas, ou ainda com as disputas pelas ressignificações do mundo e dos territórios de saberes e poderes (FLORIANI, 2004, p. 121).

A questão da sustentabilidade se inscreve dentro das lutas sociais contra a globalização e pela reapropriação da natureza, deslocando o discurso do chamado desenvolvimento sustentável para a desconstrução da lógica econômica, abrindo o campo para a construção de uma “racionalidade ambiental” (LEFF *et al.*, 2002).

Leff propõe um tipo de parceria entre sistema sociedade e sistema natureza, à medida que concebe uma racionalidade que sugere não mais a apropriação abusiva do sistema natureza, mas relações de co-existência entre sociedade e natureza. O conceito de racionalidade ambiental incorpora a complexidade dos dois sistemas: natureza e sociedade. Leff parece superar o dualismo ao apresentar a racionalidade ambiental como produtiva e não

produtivista, tal como é a lógica predominante da sociedade capitalista: “uma racionalidade produtiva pressupõe complementaridade e não antagonismo entre os sistemas natureza e sociedade” (SOUZA-LIMA, 2005, p. 92).

Leff elege como categorias centrais de análise a racionalidade ambiental e o saber ambiental, tendo como meta o que ele intitula “diálogo de saberes”, e considera primordial para o processo de construção de um novo paradigma que possa estabelecer novas relações sociedade-natureza.

No intuito de propor uma reforma do conhecimento para captar a dimensão ambiental, Leff (2001a) dá ênfase à necessidade de estabelecimento de conexões com as demais formas de saber, pois o ambiente encontra-se integrado por processos de ordem física e social. Também apresenta o ambiente como uma categoria sociológica, relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes.

Para Leff (2001a), o saber ambiental é um saber sobre o campo externalizado pela racionalidade econômica, científica e tecnológica da modernidade, mas que também conota os saberes marginalizados e subjugados pela centralidade do logos científico. O saber ambiental encontra-se em processo de construção e depende do contexto ecológico e sócio-cultural no qual emerge e se aplica. A questão ambiental gera um processo de fertilizações transdisciplinares por meio da transposição de conceitos e métodos entre diferentes campos do conhecimento.

O diálogo de saberes, para o qual Leff convoca a complexidade ambiental, é um encontro de tradições e formas de conhecimento legitimadas por diferentes matrizes de racionalidade, por saberes arraigados em identidades próprias que não só entram em jogo num processo de tomada de decisões, mas que se “hibridam” na co-determinação de processos materiais. Leff ainda afirma que o diálogo de saberes na gestão ambiental implica na participação de pessoas no processo de produção de suas condições de existência. Seria o encontro entre a vida e o conhecimento, a confluência de identidades, de espaços vividos e saberes.

A encruzilhada pela sustentabilidade é uma disputa pela natureza e uma controvérsia pelos sentidos alternativos do desenvolvimento sustentável. Isso faz com que a sustentabilidade tenha como condição iniludível a participação de atores locais, de sociedades rurais e comunidades indígenas, a partir de suas culturas, seus saberes e suas identidades (Leff, 2001a, p. 183).

A natureza, apropriada como matéria-prima, coisificada e desnaturalizada de sua complexidade ecológica, tornada simplesmente objeto de exploração do capital, hoje, sob o domínio da nova economia globalizada e ecologizada, se transforma em “capital natural”. Tem-se, assim, ampliado e generalizado os modos de valorização econômica da natureza, a partir de uma perspectiva de exploração “conservacionista” (LEFF *et al.*, 2002).

No contexto de uma globalização econômica se configura uma geopolítica da sustentabilidade que leva a uma desnaturalização da natureza, ao mesmo tempo em que o discurso do “desenvolvimento sustentável” promove uma estratégia de apropriação que busca “naturalizar” a mercantilização da natureza (LEFF *et al.*, 2002).

A economia política [...] tem sido redirecionada para uma ecologia política em que os antagonismos das lutas sociais se definem em termos de identidades, territorialidades e processos de sustentabilidade. As relações de produção e as forças produtivas estão sendo redefinidas nas relações com a natureza. No novo discurso sobre a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável os conceitos de território, de autonomia e de cultura se converteram em conceitos políticos que questionam os direitos do ser e a formas de apropriação produtiva da natureza (Ibid., p. 483).

É, portanto, com o apoio de Enrique Leff, que se aponta, nesta tese, para uma confluência da ciência geográfica, através da abordagem da Geografia Cultural, para um “diálogo de saberes”, ou seja, para a incorporação dos diversos saberes presentes entre os envolvidos com o objeto de estudo, assim como, também, para o entrosamento com outras ciências e áreas do conhecimento.

O processo de observação desta tese tem como objeto delimitado o Pantanal Mato-grossense, em sua porção Sul, mais especificamente o território, a identidade e a paisagem que dizem respeito, hoje, ao que veio a se constituir no Parque Natural Regional do Pantanal.

2 – SITUANDO O OBJETO E O PROBLEMA

2.1 - O PANTANAL MATO-GROSSENSE

A grande planície do Pantanal Mato-grossense, localizada no centro da América do Sul, ostenta o *status* de área protegida através de inúmeros títulos: Patrimônio Natural da União, Sítio do Patrimônio Mundial Natural, Reserva da Biosfera Mundial⁷. Nesta vasta região, tradição e modernidade coexistem espacialmente entre interesses diversos e conflitantes: área de preservação ambiental, área de produção, população tradicional, emergência de novos atores, paisagem de especial beleza cênica, ecossistemas frágeis, atividades econômicas modernas e tradicionais, implementação de novas políticas públicas e de novos modelos de gestão e ordenamento territorial, etc.

O título de *Sítio do Patrimônio Mundial Natural*, concedido pela Unesco ao Pantanal, na visão do Ministério do Meio Ambiente (MMA)⁸, revela um reconhecimento internacional de tudo o que Brasil faz pelo desenvolvimento da

⁷ As Reservas da Biosfera fazem parte do Programa “O Homem e a Biosfera” (MAB), criado em 1971 – programa mundial de cooperação científica sobre as interações entre o homem e o seu meio. A Reserva da Biosfera tornou-se, então, um instrumento de planejamento regional para um desenvolvimento integrado e sustentável das regiões que a reserva abarca. O governo brasileiro tem como política, ditada pelo Ministério de Meio Ambiente, criar uma reserva por bioma. Os biomas são: da Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, dos Campos Sulinos e da Zona Costeira e Plataforma Continental. Desses sete, cinco receberam o título de Reserva da Biosfera declarado pela UNESCO. A reserva é uma parte do bioma, uma área onde se buscam estruturas que modelem o desenvolvimento sustentável do bioma como um todo. Caso esses modelos sejam bem sucedidos, serão aplicados em todo o bioma. Simplificando: ser uma Reserva da Biosfera significa estudar parte do bioma para modelar o desenvolvimento sustentável em todo o Pantanal. Disponível em: http://www.mercedessanchez.com.br/pantanal/biosfera_entrevista.htm, acesso em 15/04/2004.

⁸ Entrevista com Fredmar Corrêa, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, membro do Comitê Interestadual de Monitoramento do Programa Pantanal e também membro do Conselho da Reserva da Biosfera do Pantanal. Disponível em: http://www.mercedessanchez.com.br/pantanal/biosfera_entrevista.htm, acesso em 15/04/2004.

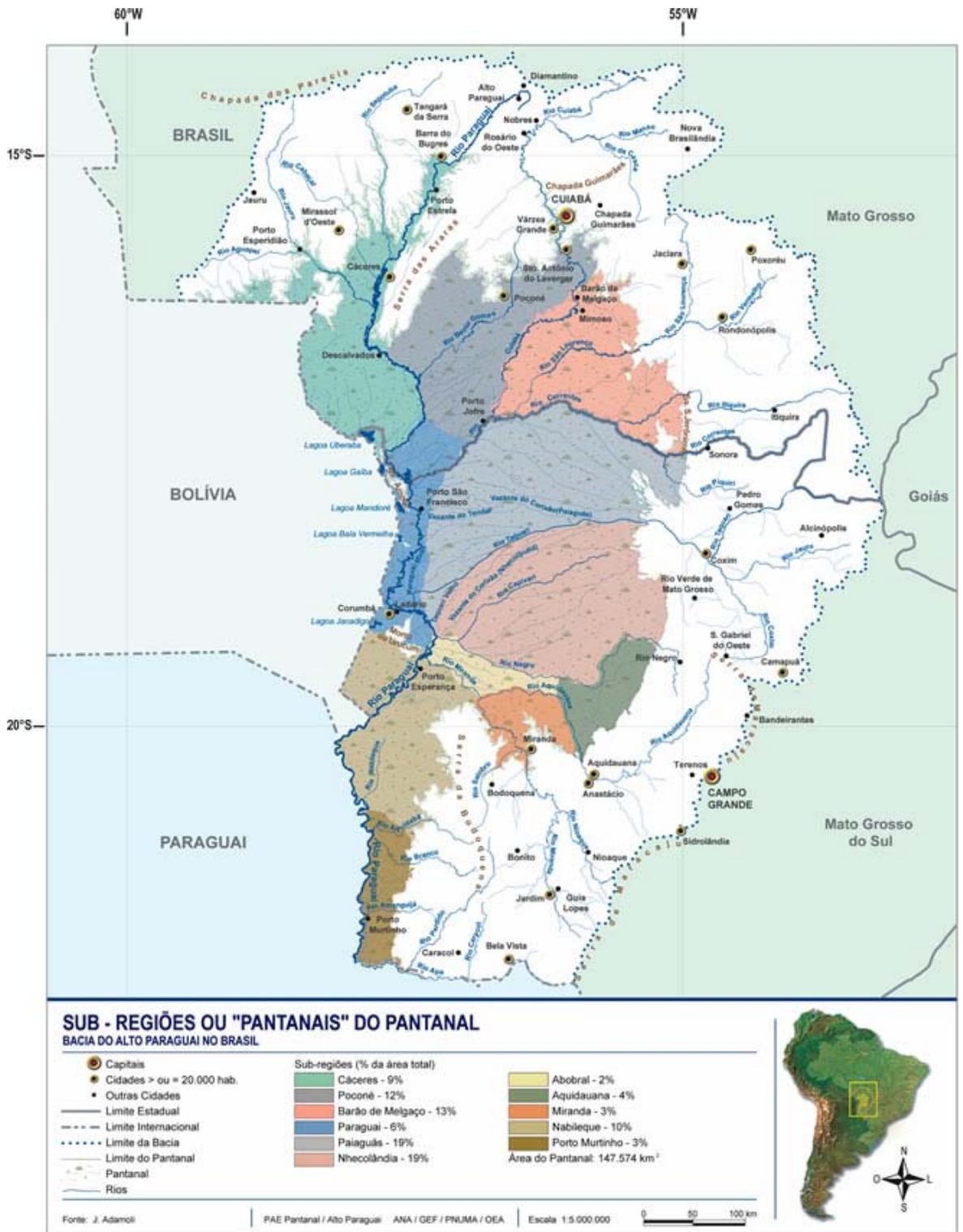
humanidade e conservação da natureza. Na realidade, essa é a premissa estabelecida pela Convenção do Patrimônio Mundial adotada em 1972, na “Conferência Geral da Unesco”, constituindo-se no mais importante instrumento de criação de um patrimônio mundial. A Convenção obriga os Estados signatários ao compromisso com a proteção, no interior e no exterior de suas fronteiras, dos monumentos e sítios que possam ser vistos pela comunidade humana como testemunhos únicos da diversidade das criações da humanidade e como repositórios de um patrimônio comum (PEIXOTO, 2005, p. 7)⁹. O espírito da Convenção, segundo Peixoto (2005), é de que os bens, reconhecidos como patrimônio mundial, têm um valor universal e um interesse excepcional, justificando o empenho da humanidade na sua salvaguarda. Entretanto, sabe-se que muito pouco tem sido feito, sobretudo no Brasil, no sentido de atender às exigências previstas pela Convenção do Patrimônio Mundial.

O Pantanal, como uma zona úmida que reúne ecossistemas singulares, únicos no mundo, concentrando enorme riqueza de biodiversidade e possuindo uma cultura singular, a cultura pantaneira¹⁰, veio a constituir-se em um bem de “valor universal e de interesse excepcional”.

⁹ A inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial é de iniciativa do país onde estão situados, cabendo a decisão final ao Comitê do Patrimônio Mundial, órgão composto por 21 representantes de estados-parte e que tem anualmente um terço de sua composição substituída. O reconhecimento de um bem e sua conseqüente inclusão na Lista do Patrimônio Mundial é um procedimento complexo e rigoroso. Além de comprovar o valor universal e as condições de integridade, o proponente deve apresentar um plano de gestão para a área e os sítios devem contar, previamente, com uma proteção jurídica adequada em seu país de origem (SCIFONI, 2004).

¹⁰ A sócio-linguista Albana X. Nogueira, em seu livro *Pantanal: homem e cultura*, empresta da antropologia o conceito de cultura, no seu sentido mais simples “conjunto de hábitos, de modos de ser dos membros de uma sociedade”. Para a autora, a “cultura pode ser encarada como o conhecimento prático, o *saber fazer*, o conhecimento teórico, o *saber o que as coisas são e para que servem*, de cordo com experiências adquiridas dentro do grupo a que o indivíduo pertence” (NOGUEIRA, 2002, p. 20). Nesta tese far-se-á uso dessa concepção de cultura. As singularidades da “cultura pantaneira” se configuram a partir de determinadas características do mundo vivido da sociedade que habita o Pantanal Mato-grossense: distanciamento dos núcleos urbanos; relativo isolamento; alternância da paisagem; adaptação de tecnologias; tradição da pecuária de corte.

Figura 1 – Bacia do Alto Paraguai (BAP-Brasil), Pantanal Mato-grossense e sub-divisões



Nos termos da Convenção do Patrimônio Mundial, na medida em que um país escolhe um determinado bioma e separa o que ele chama de sua melhor parte e a conserva, a preserva para que se tenha uma memória genética, a humanidade como um todo estaria apoiando o esforço que esse país signatário faz para manter determinado sítio preservado. Para o MMA, o Pantanal foi escolhido por cumprir uma função importante de equilíbrio ambiental das águas da América do Sul, pois, além de se constituir na maior planície alagável do mundo, também é ponto obrigatório de passagem de pássaros migratórios. Todavia, mesmo havendo um reconhecimento da importância do Pantanal pela sociedade, reconhecimento este reforçado ou induzido pela mídia, poucas mudanças foram efetivadas a partir da atribuição desse título.

Para o cenário internacional e, sobretudo, após a formação do bloco econômico do Mercosul, o Pantanal se apresenta como uma região estrategicamente localizada – centro da América do Sul – abarcando as divisas e partes dos territórios do Brasil, da Bolívia e do Paraguai. Isto, aliado ao potencial hidrológico e de transportes fluviais, se configuraria, na atualidade, como um fator determinante na valorização do espaço do Pantanal Mato-grossense, conferindo-lhe uma “importância geopolítica ímpar” (MORETTI, 2000, p. 8).

Constituindo-se na maior extensão de terras alagáveis contínuas do planeta¹¹, o Pantanal Mato-grossense situa-se entre os paralelos 16 e 22 graus de latitude Sul e os meridianos 55 e 58 graus de longitude Oeste. Distribui-se pelos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, em território brasileiro, além de uma parcela menor que se estende em áreas da chamada região do Chaco paraguaio-boliviano. No Brasil possui uma área de 138.183 km² (ABDON *et. al.*, 2005), sendo que sua maior parte, cerca de 65% da área total, localiza-se na metade Oeste de Mato Grosso do Sul. As águas desta imensa planície pertencem à Bacia do Alto Paraguai (BAP), que é tributária da imensa bacia do Prata. O seu rio principal, o Paraguai, nasce em terras de Mato

¹¹ O Pantanal Mato-grossense é definido como "a maior planície de inundação contínua do planeta", segundo a Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CIMA. Fonte: <http://www.riosvivos.org.br/pantanal/> . Acesso em novembro de 2005.

Grosso, mas é em Mato Grosso do Sul que as suas águas e as de seus rios tributários se espraiam mais extensamente, avançando em territórios paraguaios e bolivianos (COSTA, 1999).

O geógrafo Aziz Ab'Saber (1988) considera o Pantanal Mato-Grossense uma grande e relativamente complexa “planície de coalescência detrítico-aluvial”.

(...) o Pantanal Mato-Grossense funciona como um notável interespaço de transição e contato comportando fortes penetrações de ecossistemas dos cerrados; uma participação significativa de floras chaquenas; inclusões de componentes amazônicos e pré-amazônicos; ao lado de ecossistemas aquáticos e subaquáticos de grande extensão nos “pantanaís”, de suas grandes planícies de inundação. Espremidas nos patamares e encostas de serranias, por entre paisagens chaquenas e matas decíduas ou semidecíduas de encostas, ocorrem relictos de uma flora outrora mais extensa, relacionada ao grande período de expansão das caatingas pelo território brasileiro, ao fim dos Pleistoceno (AB'SABER, 1988, p. 40).

Reunindo essa diversidade de ecossistemas, o Pantanal apresenta, basicamente: cerrados e cerradões sem alagamento periódico; campos inundáveis; e ambientes aquáticos, tais como lagoas de água doce ou salobra, rios, vazantes e *corixos* (cursos d'água intermitentes).

O clima predominante no Pantanal é o tropical semi-úmido, quente e úmido no verão, e frio e seco no inverno. Seus solos, em sua maior parte, são arenosos e suportam pastagens nativas utilizadas pelos herbívoros originais do local e pelo imenso rebanho bovino. Devido à baixa declividade dessa planície, a água precipitada nas cabeceiras do rio Paraguai, e de seus principais afluentes, sofre escoamento lento, podendo levar mais de quatro meses para atravessar todo o Pantanal, compondo paisagens inundadas em boa parte do ano.

Visitada por europeus já no início do século XVI, quando se constituía inteiramente em território indígena, a imensa planície, hoje denominada Pantanal, foi chamada de *Laguna de los Xarayes*, ou *Mar de Xarayes*, ou, simplesmente, *Xarayes*. As primeiras descrições sobre o Pantanal desse

período foram registradas pelos conquistadores espanhóis Cabeza de Vaca, Pedro Hernández, Hernando de Ribera e Ulrico Schmidl, que, “através das suas narrativas, introduziram a paisagem inundável da bacia alto-paraguaia no imaginário ocidental” (COSTA, 1999, p. 18). Tendo sido conquistado pela Coroa Espanhola, o Pantanal permaneceu como território hispânico por mais de dois séculos, sendo agregado ao território colonial português pelas bandeiras paulistas e ratificado como lusitano por força dos tratados de limites do final do século XVIII. Assim, “a área mais inundável da bacia alto-paraguaia teve possibilitada a leitura da sua história no contexto das Américas hispânica e lusitana” (Ibid., p. 32).

O Pantanal é suscetível a inundações periódicas com intensidade e duração variadas. Às enchentes cíclicas é atribuída a responsabilidade pelo equilíbrio do sistema ecológico de toda a região. O antropólogo Álvaro Banducci Júnior (no prelo) destaca que o ciclo das cheias é apontado como um dos principais fatores controladores e moderadores da ação humana e de seus impactos sobre o ambiente da planície, desde seu início, no século XIX.

No período das águas, as pastagens naturais são revigoradas proporcionando boas condições para a manutenção do rebanho bovino e dos demais herbívoros. Também nesse período são reabastecidos os corixos e as “baías” (imensas lagoas) da região. A abundância de água implica na abundância de vida animal e vegetal. Cursos d’água e lagoas servem de habitat para numerosas espécies de vegetação aquática, conhecidas regionalmente por aguapés e camalotes. Quando há o adensamento desse tipo de vegetação podem vir a se constituir em verdadeiras “ilhas” flutuantes na imensidão hídrica. Por outro lado, as extraordinárias ictiofauna e avifauna pantaneiras também são revigoradas pelo fenômeno das enchentes.

Ab’Saber (1988) assevera que o Pantanal, por sua posição de região situada entre três grandes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos sul-americanos, funciona como uma imensa “depressão-aluvial-tampão” e, ao mesmo tempo, como receptáculo de componentes bióticos provenientes das áreas circunvizinhas.

Nesse sentido, como acontece com todas as faixas de transição e contato, o Pantanal Mato-Grossense se comporta como um delicado espaço de tensão ecológica, em termos fitogeográficos. Em termos zoogeográficos, devido à sua extraordinária diversificação de habitats e potencialidades de cadeias tróficas, funciona como centro de concentração competitiva, numa espécie de réplica às áreas de difusão. Fato que redundava em uma riqueza biótica ímpar, dentro e fora do País. Uma riqueza que, de resto, deve ser preservada a qualquer custo, independentemente da existência de governantes e tecnocratas insensíveis e cooptantes com a predação (AB'SABER, 1988, p. 41).

As virtualidades naturais da região promoveram formas de apropriação que resistem ao tempo, manifestando-se, ainda, segundo antigos conceitos e tradições considerados responsáveis pela conservação do ambiente e da paisagem.

A lingüista Albana X. Nogueira assegura ser o Pantanal um sistema ecológico que não se completa apenas com o conjunto de uma avifauna e de uma flora variadíssimas, pois, “muito mais importante é o homem que nele vive tanto na condição de dono da terra, quanto na de vaqueiro, empreiteiro, bagualeiro¹², garimpeiro, balseiro, pescador, etc.” (NOGUEIRA, 1990, p. 12). A autora vê o pantaneiro como um “ambientalista nato” que, no convívio diário com o ambiente, aprendeu a fazer a leitura da natureza, a fim de captar suas mais sutis transformações. Além disso, por estar perfeitamente adaptado ao ambiente natural do Pantanal, pode-se considerar o homem local um “quase anfíbio” que tem se revelado grande conhecedor do ambiente, desenvolvendo profundos saberes necessários à sua sobrevivência na região.

A pecuária extensiva de bovinos destaca-se como principal atividade econômica na região, implantada ainda no século XVIII, quando da formação dos primeiros latifúndios de gado no Pantanal. Hoje o Pantanal reúne mais de três milhões de cabeças de gado bovino.

¹² Nogueira define o “bagonal” como um adjetivo que qualifica o animal arisco, bravio, criado à solta. No Pantanal esse termo é empregado ao animal bovino ou eqüino. A “bagualeação” seria o ato de bagualear, ou seja, de pegar o gado bravo nos cerrados e campos abertos e trazê-lo para o mangueiro (curral). É uma atividade típica dos pantaneiros (NOGUEIRA, 2002, p. 144). Portanto, “bagualeiro” trata-se do indivíduo, pantaneiro, que pratica a bagualeação.

O cavalo e o boi foram introduzidos no Pantanal pelos aventureiros espanhóis no século XVI, quando de suas incursões pela região. Sabe-se que o gado bovino de origem européia, com o passar do tempo, foi adaptando-se ao ambiente pantaneiro, tendo sofrido uma degeneração, transformando-se no chamado *tucura*¹³ ou *boi pantaneiro*. Mais tarde houve inúmeras incursões de rebanhos bovinos, sobretudo o zebuino (de origem indiana), que hoje vem se constituir na raça nelore, prevalecente no rebanho pantaneiro da atualidade.

Banducci afirma que, junto com os rebanhos bovinos vieram para o Pantanal, também, os desequilíbrios inerentes ao regime pastoril, reproduzindo na região as contradições e desigualdades próprias da estrutura fundiária brasileira. De todas as atividades desenvolvidas no Pantanal, a pecuária é a mais determinante, tanto do ponto de vista econômico, quanto ocupacional. “Foi ela que realmente possibilitou a expansão humana na região, pois o gado, adaptando-se ao ambiente, permitiu que o vaqueiro penetrasse os lugares mais inóspitos e, apesar de todos os reveses, lá permanecesse e constituísse fazendas” (BANDUCCI, 1995, p. 24). Nesse sentido, o Pantanal encontra-se dominado pela atividade pecuária. Esta atividade determina a forma de ocupação fundamentada, sobretudo, nas grandes propriedades rurais, as fazendas de gado. A população despossuída de terras e que não habita as poucas cidades pantaneiras, encontra-se, em quase sua totalidade, distribuída nas zonas ribeirinhas, sobrevivendo das atividades pesqueiras e/ou turísticas, ou encontra-se envolvida nas atividades de trabalho, nas “lidas” das fazendas de gado, onde também reside. Com a exceção de algumas comunidades indígenas, praticamente inexistente, no Pantanal de Mato Grosso do Sul, a exploração comunal.

No século XX, foi o avanço da pecuária bovina que promoveu a ocupação do território pantaneiro, em especial em sua porção Sul, juntamente com o extrativismo ervateiro. A atividade criatória foi propagada desde o século anterior, quando da sua expansão a partir do Norte, região de Cuiabá, na qual servia de apoio à atividade de mineração. Com o advento da chamada

¹³ O termo “tucura” é aplicado, no Pantanal, ao bovino introduzido pelos colonizadores, antes do zebu indiano, assim como seus mestiços. Por tratar-se de uma raça antiga, anterior ao nelore que hoje prevalece nos campos pantaneiros, é comum a crença de que são animais nativos, sendo assim naturalizados pela cultura, podendo ser chamados de “boi pantaneiro” (Cf. CAMPOS FILHO, 2002).

globalização e, em consequência, com a emergência imposta pelo mercado mundial, a pecuária do Pantanal, formatada em moldes tradicionais, passou a vivenciar sérias crises por não corresponder aos ditames da modernidade, que exigem produção em série, abundante, de baixo custo, em áreas cada vez mais reduzidas, com alto emprego de insumos.

Entretanto, o Pantanal, mesmo sediando uma pecuária pouco valorizada, que ainda não assimilou muitas das práticas impostas pela modernização agrícola, não está imune a graves problemas sócio-ambientais provocados pelo avanço indiscriminado da moderna exploração agroindustrial, desencadeada na segunda metade do século XX, quando a revolução agrícola toma conta da paisagem do Centro-Oeste brasileiro¹⁴. Por tratar-se de uma imensa planície de inundação e sedimentação, o Pantanal é suscetível à recepção de detritos e sedimentos contaminados por metais pesados ou por agrotóxicos, oriundos de atividades desenvolvidas nas regiões de planalto da BAP (Bacia do Alto Paraguai). A contaminação das águas e dos solos do Pantanal por resíduos agroquímicos promove alterações significativas na vida animal e vegetal, interferindo nos ciclos reprodutivos. Os principais rios que percorrem a planície têm sido constantemente preenchidos por cargas consideráveis de sedimentos descarregados pelo planalto, ocasionando sérios problemas de assoreamento. Problemas que, constantemente, se traduzem em alterações nas dinâmicas de enchentes-vazantes, afetando substancialmente os ecossistemas pantaneiros. É o caso do rio Taquari, um dos mais importantes tributários do rio Paraguai, que se encontra agonizando e a sua recuperação, segundo estudos realizados, demandaria altos custos com resultados ainda incertos¹⁵.

¹⁴ Ignacy Sachs, em seminário da EHESS, seção de 12/01/2005, fez o seguinte comentário: “No Brasil, enquanto ainda existe uma população agrícola marginal, sem futuro, os ‘pioneiros do oeste’ de hoje, que já estão na Amazônia, há também, uma agricultura extremamente moderna do grande *agribusines*, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul” (SACHS, 2005).

¹⁵ A rápida e desordenada expansão da agropecuária, iniciada na década de 1970, no planalto da bacia do rio Taquari, intensificou um processo erosivo na planície, dando origem ao que pesquisadores consideram o mais grave problema ambiental e sócio-econômico do Pantanal: o assoreamento do rio Taquari em seu baixo curso. O alerta provém de um grupo de cientistas da Embrapa Pantanal, do Instituto Alterra e da Universidade de Wageningen, da Holanda. Em um estudo que combinou o uso de imagens de satélite e expedições a campo, os pesquisadores concluíram que a destruição do rio Taquari é o maior desafio para a vida no Pantanal. O desmatamento, as plantações e a criação de gado nesse

A bovinocultura, ainda que considerada de baixo impacto para a região, gradativamente vai substituindo as pastagens nativas por exóticas e, para isto, promove o desmatamento das “cordilheiras”, áreas que apresentam pequena elevação altimétrica na imensidão plana do Pantanal¹⁶. São também consideradas ameaças à sócio-biodiversidade do Pantanal a caça e a pesca clandestina e o turismo desordenado, dentre outras.

Para Banducci (no prelo), o Pantanal Mato-Grossense é conhecido internacionalmente como uma área de elevado grau de conservação ambiental, com grande diversidade biológica e natural, sendo considerado uma espécie de santuário natural por abrigar, aproximadamente, 1.700 espécies vegetais, 322 espécies de aves, mais de 260 espécies de peixes, 80 de mamíferos e dezenas de espécies de répteis e anfíbios. O autor também destaca a localização no Pantanal de importantes centros urbanos regionais, como Cáceres – MT, Corumbá e Miranda – MS, além do fato de abrigar diversos grupos indígenas, dentre os quais, os Terena e os Kadiuéu.

Foi na interação com um meio hostil, no modo como adaptou a sua economia e sua vida aos ciclos naturais pantaneiros, que a população local, apesar de sua presença secular na região, conseguiu estabelecer um convívio equilibrado com o ambiente do Pantanal, fosse na atividade pecuária, na pequena agricultura ou na pesca profissional (BANDUCCI, no prelo, p. 28).

O autor confirma que as mudanças impostas ao planalto que circunda a planície, tais como o plantio de pastagens, sem manejo adequado do solo, e a monocultura da soja promoveram a devastação de imensas áreas no entorno pantaneiro e contribuíram para provocar o assoreamento de rios nas terras baixas do Pantanal. Ressalta também que a pesca predatória, patrocinada por

solo arenoso transformaram uma imensidão de terra em uma paisagem lunar de barrancos e ravinas. A hemorragia de terra dessa área é tamanha que uma parte do rio Taquari assoreou e inundou em caráter permanente seis mil quilômetros quadrados do Pantanal. Os imensos lagos rasos não sustentam mais a fauna e não permitem o plantio. “Pantanal arrombado: inundação permanente mata seis mil km²”. 20 de Agosto de 2005. Disponível em: www.campograndenews.com.br, acesso em 21 de agosto de 2005.

¹⁶ Apresentando-se mais imunes às inundações, as “cordilheiras” constituem-se em extensos cordões arenosos, com vegetação mais densa, servindo de abrigo para a fauna em épocas de cheia, assim como para a implantação de edificações e demais benfeitorias nas fazendas pantaneiras.

grandes frigoríficos, e a presença crescente do turismo serviram para promover a desarmonia dos homens com o ambiente da planície.

Da mesma forma, assinala-se a ocorrência de transformações no âmbito das relações econômicas e de trabalho no interior do latifúndio pastoril. Dois fatores interferiram para essas transformações: a entrada de novos atores na administração das unidades produtivas e a implementação da legislação trabalhista no campo, impondo o rompimento das tradicionais relações de compadrio. Ao conferir formas diferenciadas de exploração da natureza e novas condições de trabalho, o recente quadro provoca o distanciamento do trabalhador do campo, resultando na intensificação dos desequilíbrios ambientais na região.

Nas páginas seguintes encontram-se algumas imagens que expressam a rica sócio-biodiversidade do Pantanal Mato-Grossense.

Figura 2 – Aspectos do Pantanal Mato-Grossense

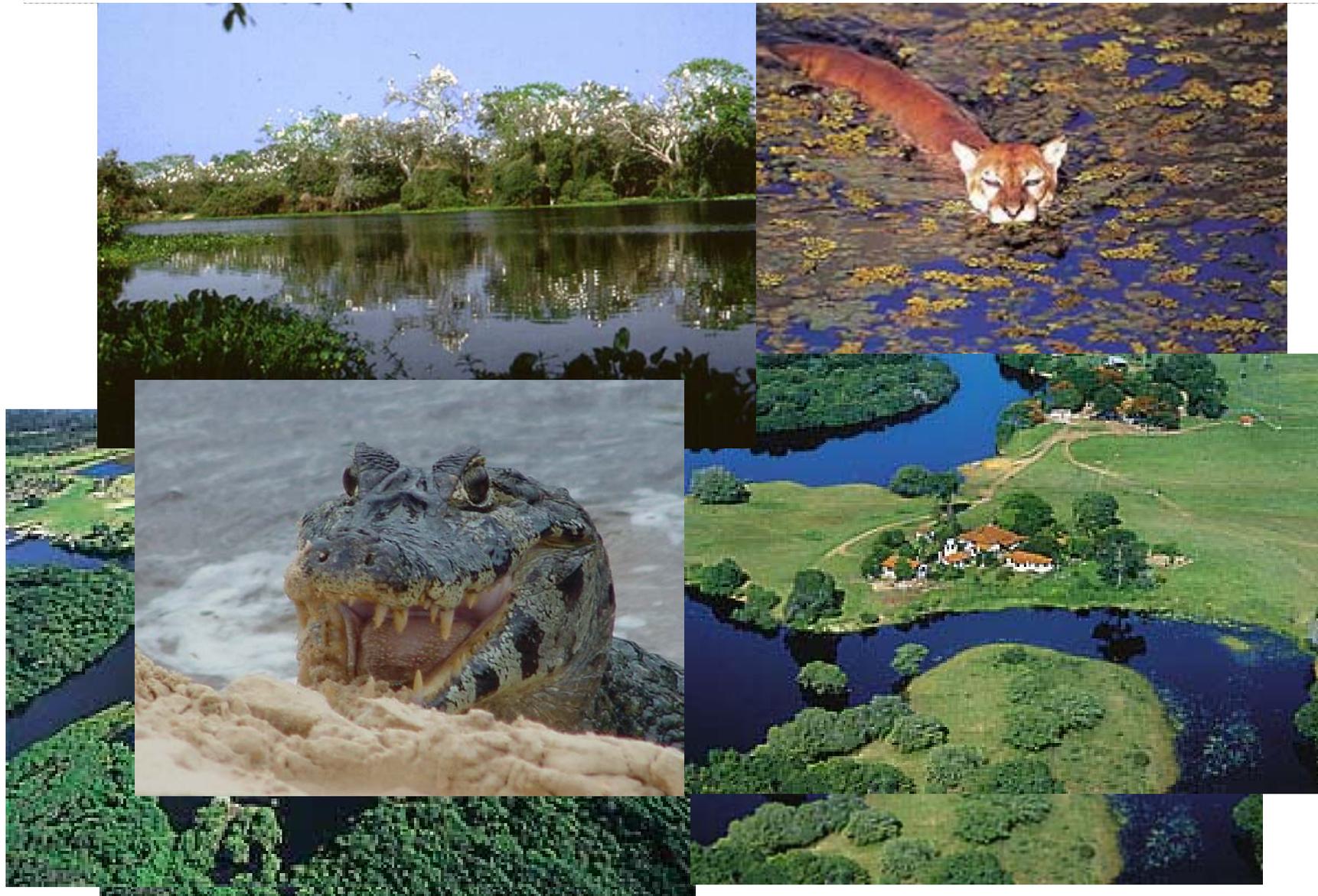


Figura 3 – Aspectos do Pantanal Mato-Grossense



Figura 4 – Aspectos do Pantanal Mato-Grossense



Figura 5 – Aspectos do Pantanal Mato-Grossense



2.2 – A CONFLUÊNCIA DO TERRITÓRIO, DA IDENTIDADE E DA PAISAGEM PANTANEIROS NO PARQUE NATURAL REGIONAL

Na contemporaneidade há uma tendência à busca por modelos de gestão de territórios que possam conciliar a produção econômica, tradicional ou moderna, com a conservação do meio sócio-ambiental. No Brasil, tradicionalmente, existe uma nítida divisão entre as áreas de produção, onde tudo é permitido, e as áreas de proteção, onde as atividades humanas são bastante restritas. Por outro lado, a Constituição Brasileira, em seu Artigo 225, parágrafo 4º, afirma que “(...) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. Essas áreas possuem, assim, uma chancela constitucional e deveriam, portanto, ser protegidas. A população instalada tradicionalmente nessas áreas sente-se, constantemente, ameaçada pelos processos de desapropriação, que podem traduzir-se na perda de seus espaços vividos. Como a legislação ambiental brasileira é pouco flexível, há iniciativas de ultrapassar as normas, ou mesmo ignorá-las, através de alternativas que permitam a conciliação entre produção existente e proteção exigida, mantendo a estrutura vigente, mas adotando novas práticas que amenizem os impactos aos meios sócio-ambientais.

O paradigma teórico no qual se assenta o enfoque conservacionista, segundo Diegues (1996), prescinde de validade científica quando se confunde com a noção de busca de estabilidade. Ele direciona suas críticas à ideologia da conservação, que inspira muitos discursos e muitas decisões, e vincula a sustentabilidade à separação quase estanque entre uma natureza mitificada e os homens, geralmente se traduzindo na promulgação de regras de uso extremamente restritivas. O autor assevera que qualquer espaço da atualidade, por intocado que pareça, é inseparável de sua relação com as sociedades humanas. As relações sociedade-natureza não podem ser fixadas em uma posição estável de equilíbrio. Para serem duráveis, têm que ser ajustadas, reconstruídas coerentemente, permanecendo inseridas no tempo da história.

Lana (2002) em suas considerações sobre a antropização dos meios naturais incita reflexões acerca da existência, em nosso planeta, de meios não antropizados. Utiliza o termo “prístino” para designar os sistemas não perturbados pela sociedade humana. Lana (2002), assim como Diegues (1996), acredita que a ausência do homem em um determinado sistema não é garantia de que este seja prístino, pois o lugar, mesmo que aparentemente isolado sempre estará sujeito às grandes modificações regionais ou globais, engendradas pela sociedade, podendo ser profundamente afetado.

Os homens sempre foram capazes de fazer previsões e especulações otimistas ou pessimistas sobre seu próprio futuro. De acordo com Lana (2002) isso ocuparia enorme espaço na literatura científica e na mídia. As modificações e inovações culturais e tecnológicas prevaletentes nas sociedades modernas apontam para várias tendências:

- ✓ As formas com que o homem pode afetar o meio ambiente estão se diversificando;
- ✓ Problemas ambientais que antes tinham expressão local passam a ter importância regional e global;
- ✓ A complexidade, a intensidade e frequência dos impactos estão certamente aumentando;
- ✓ Com o aumento populacional, há um aumento generalizado do consumo *per capita* e dos impactos sobre o meio ambiente. Recursos energéticos estão sendo desenvolvidos em taxas cada vez maiores, dando aos humanos uma enorme capacidade de transformar a natureza (LANA, 2002, p. 12).

O processo de globalização permite maiores intercâmbios entre as diversas nações. Os países ricos geralmente comportam-se como melhor conhecedores dos problemas sócio-ambientais e idealizadores das respectivas soluções. Muitas das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, possuindo enorme extensão territorial e localizando-se em regiões tropicais, reúnem rica biodiversidade, como é o caso de muitos países da América Latina

e também da África. O continente europeu, por sua vez, enquanto berço da civilização ocidental e em avançado estágio de desenvolvimento sócio-econômico, há muito tempo se desfez de suas reservas de natureza não transformada. Atividades econômicas diversificadas ocupam o continente em quase sua totalidade, existindo algumas poucas áreas que foram deixadas como reservas de natureza, geralmente as mais inacessíveis, tais como as cadeias montanhosas. Naquele continente, não repercutiu como em outras regiões, a exemplo da América do Norte, a prática de destinar grandes áreas como reservas naturais de ocupação restrita, na forma de Parques Nacionais – entendido como um modelo norte-americano de áreas protegidas.

Como alternativa às grandes extensões de áreas protegidas, na Europa e, sobretudo na França, disseminam-se modelos de gestão territorial que, através de gestão compartilhada entre os vários atores, dos vários segmentos da sociedade, prometem proporcionar a harmonização entre as atividades produtivas e a conservação sócio-ambiental. Tais empreendimentos partem de enfoques que permitem a fixação da população local, as condições de reprodução social, e, a própria conservação do meio natural e cultural. Acredita-se que, ao fixar a população, ao invés de expulsá-la do território a ser conservado, é possível contar com o aproveitamento do saber local, como saber mais eficiente na conservação sócio-ambiental.

Nesse contexto, no Brasil e em outros países, grupos tomadores de decisão optam pela importação de modelos das nações mais ricas. Estas, constantemente, exigem da América Latina e da África - continentes ricos em sócio-biodiversidade -, a manutenção daquilo que consideram riqueza natural. Coincidentemente, essa mesma riqueza constitui-se nos espaços vividos das populações locais, muitas vezes sua única possibilidade de sobrevivência, sendo impossível, portanto, abdicar dessa fonte.

A respeito dos modelos de gestão dos recursos naturais pode-se utilizar os argumentos que Ignacy Sachs expressa na obra *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, quando utiliza o conceito de *ecodesenvolvimento* expresso nos projetos do Global Environmental Fund – GEF, ou seja, como “uma estratégia para a proteção de áreas ecologicamente valiosas (áreas

protegidas), em face de pressões insustentáveis, ou inaceitáveis, resultantes das necessidades e atividades dos povos que vivem nelas ou no seu entorno” (SACHS, 2000, p. 72). Desta forma Sachs assevera que o *ecodesenvolvimento* requer o planejamento local e participativo, no nível micro – das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área (Ibid., p. 73). A proposta de *ecodesenvolvimento* de Sachs vem ao encontro da proposta do *diálogo de saberes* de Enrique Leff, quando o primeiro afirma que o *ecodesenvolvimento* pode ser mais facilmente alcançado com o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão de recursos, como também com a organização de um processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade como caminho para a melhoria do nível de vida dos povos (Ibid., p. 75).

Sachs, na mesma obra, apresenta os “parques naturais regionais” da França como exemplos de uma *gestão negociada e contratual dos recursos*, que o autor considera fundamental para qualquer desenvolvimento sustentável. Ele se refere a esses parques como microrregiões com ecossistemas frágeis e/ou com importante herança natural ou histórica, cujos habitantes negociam entre si um acordo, definindo os objetivos de desenvolvimento para a região e as modalidades de implantação. O autor chega a considerar essa modalidade de gestão como predecessora do *ecodesenvolvimento*.

No Pantanal, sociedade e natureza ainda apresentam formas peculiares que contribuíram para o fortalecimento de uma concepção conservacionista, estimulada a partir das décadas de 1980 e 1990, época que coincide com os momentos de projeção do ambientalismo no Brasil e com o período de construção da nova unidade federativa, o Estado de Mato Grosso do Sul, implantado no ano de 1979. O novo território, um “pedaço” do antigo Mato Grosso, que abarca 70% da planície do Pantanal, necessitava se colocar no cenário nacional e, para isso, precisava engendrar sua própria identidade. É possível, portanto, atribuir à reorientação promovida pelo movimento de conscientização político-ambiental deflagrado no Estado, grande parte da responsabilidade pela implantação ou pelo fortalecimento de uma identidade mais ambiental, portanto, paisagística e territorial.

Essa condição de valoração e projeção do Pantanal contribuiu para exacerbar o enfoque ambientalista na construção dessa identidade. A saga dos coureiros¹⁷, a mineração do norte, a moderna agricultura no planalto circundante, dentre outras atividades econômicas irregulares, foram projetadas na mídia, mobilizando a opinião pública e motivando a implementação de políticas e a criação de organismos direcionados aos assuntos ambientais.

Em consequência, houve, também, grande promoção da atividade turística na planície pantaneira, que atrai anualmente milhares de turistas interessados em conhecer as belezas naturais, a imensa diversidade de flora e fauna e a riqueza dos ecossistemas aquáticos (BANDUCCI JR. & MORETTI, 2001).

Para Pellegrini Filho, estudioso do turismo no Brasil, o Pantanal se constitui em uma das mais importantes áreas com potencial para o ecoturismo.

Embora conhecido e procurado por pescadores e caçadores amadores há longa data, o Pantanal Mato-grossense passou a ser alvo de turismo ecológico (inicialmente por grupos franceses) na década de 1980, ao fim da qual foi promovido fartamente pela mídia televisiva [...] o que criou um modismo e provocou grande aumento da demanda turística (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 54-55).

Vargas & Heemann enumeram alguns dos adjetivos que o meio turístico atribui ao Pantanal e dissemina através da grande mídia: “Paraíso Ecológico”, “Paraíso das Águas”, “Paraíso Terrestre”, “Santuário”. Apoiados em Albana X. Nogueira, os autores alertam para as consequências dessas adjetivações que contribuem para fortalecer mitos, sobretudo aquele que “atribui ao Pantanal uma auto-suficiência para sobreviver às inúmeras adversidades pelas quais tem sido acometido”, favorecendo assim a mercantilização de um Pantanal irreal, fictício, amparado nesses mitos (VARGAS & HEEMANN, 2003, p. 136). Seria como atribuir ao Pantanal uma resiliência¹⁸ fantástica, capaz de se

¹⁷ Caçadores de jacarés que sobreviviam com a venda do couro desse réptil que alcançava bom preço no mercado internacional.

¹⁸ Resiliência, conceito emprestado da física moderna, tem uma forte aplicabilidade em sistemas biológicos e sociais. Significa “a capacidade de um sistema responder a choques externos recompondo-se, reestruturando-se e chegando assim a um novo estado organizacional” (RAYNAUT *et al.*, 2002, p. 243).

recompor a todo instante, mantendo-se incólume aos constantes choques internos e externos.

Esse Pantanal, enquanto uma paisagem emblemática, agrega muito valor simbólico com fortes poderes de sedução. Para Moretti (2000), os empreendedores do turismo no Pantanal criam o “paraíso da terra” vendendo um símbolo: a idéia da natureza preservada e disponível para o consumo¹⁹.

Outro exemplo que ilustra essa condição de exaltação do Pantanal pela mídia e, conseqüentemente, pela opinião pública, é relatado em documento que reproduz os debates realizados em torno da questão ZEE (Zoneamento Econômico Ecológico) do Ministério do Meio Ambiente, de 2002. Nesse documento, um dos debatedores, Fredmar Corrêa, ao tentar explicar a política pública de desenvolvimento sustentável desse Ministério, mostrando a intenção de se criar uma “reserva da biosfera” para cada um dos grandes biomas brasileiros, vai descrevendo cada uma das reservas criadas, deixando a do Pantanal para apresentar no final. Ele afirma considerar fantástico o interesse da opinião pública brasileira pelo Pantanal: a cada momento em que era criada uma reserva, havia uma repercussão regional, foi assim com a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com a do Cerrado, com a da Caatinga e com a da Amazônia, mas quando foi criada a Reserva da Biosfera do Pantanal foi um estardalhaço. Foi a única noticiada em “67 importantes jornais regionais brasileiros e em três dos quatro grandes jornais nacionais. Com mais de meia página” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2002, p. 161).

¹⁹ O geógrafo Edvaldo Moretti, em sua tese de doutorado, destaca algumas campanhas publicitárias, de caráter apelativo, utilizadas para a promoção do turismo no Pantanal, tais como: “... você pode apreciar algumas das mais espetaculares cenas da natureza: o alvorecer e o pôr-do-sol no pantanal, e à noite, o esplendor da Via Láctea e o luar a cobrir a região. É o paraíso na terra, o local ideal para relaxar, renovar suas energias e encontrar a verdadeira paz interior” (MORETTI, 2000, p. 120).



Humberto Espíndola
Inscrições rurais, 2005
Acrílica sobre tela
75 X 95cm

A antiga forma de nossos trabalhos reaparece no novo. A palavra latina pagus designava o campo que o agricultor lavrava. Termo tão antigo e venerável que o paganismo dos pagãos, as paisagens de um país, pacientemente modeladas pelos camponeses (paysan), tiraram dela seu nome, religioso ou cultural. A página onde escrevo, que o leitor agora lê, estocagem das mais antigas informações conhecidas e um de seus primeiros circuitos, deriva, também e ainda, do mesmo vocábulo. As linhas da escrita parecem imitar os sulcos da lavoura; a erva daninha torna a brotar, e a página e o pagus, tornam-se mais complexos?

Michel Serres – A lenda dos anjos

CAPÍTULO II

**O OBJETO À LUZ DA TEORIA: TERRITÓRIO, IDENTIDADE E PAISAGEM, ENQUANTO
CATEGORIAS ANALÍTICAS**

1- DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A tomada de consciência pelo meio ambiente, de acordo com Leff (2001b), não provém apenas dos interesses envolvidos em determinada problemática, mas se constitui em condições culturais, geográficas, políticas e econômicas específicas, que afetam os diferentes grupos sociais e as nações onde se produzem diversas problemáticas ambientais.

A análise do desenvolvimento territorial de um determinado espaço com suas implicações sócio-ambientais requer a apreensão desse território em seu processo de construção e reconstrução permanente, envolvendo necessariamente a compreensão de sua complexidade: as significações e ressignificações atribuídas ao território, resultantes dos embates travados entre diversos atores que disputam os sentidos do que realmente seja o desenvolvimento territorial de uma região.

Essa complexidade demanda uma reflexão sobre o(s) conceito(s) de território, na tentativa de definir qual poderá ser considerado. O geógrafo Rogério Haesbaert (2004) destaca a amplitude do conceito de território e a sua apreensão por várias áreas do conhecimento, nas quais, a cada uma corresponde uma perspectiva própria. Enquanto a Geografia tende a enfatizar a materialidade do território em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder, a Economia percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como base de produção, a Antropologia destaca a dimensão simbólica do território, a Sociologia focaliza a sua intervenção nas relações sociais e a Psicologia incorpora o território no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, direcionando-o para a escala do indivíduo. O autor ainda ressalta que essa

polissemia se faz visível na própria Geografia, apresentando uma síntese das várias noções de território, agrupando-as em três vertentes básicas:

- ✓ Política (referência às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado;
- ✓ Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- ✓ Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2004, p. 40).

A essas três vertentes Haesbaert acrescenta posteriormente uma interpretação “natural(ista)” - mais usual nas chamadas ciências da natureza do que nas ciências da sociedade - que desenvolve uma noção de território com base nas relações sociedade-natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico. Entretanto lembra que esta interpretação está sendo incorporada ao âmbito social. O geógrafo Manoel Corrêa de Andrade também assevera que para as ciências naturais o território aparece como a área de influência e dominação de determinada espécie animal, que ao exercer o domínio nessa área o faria de forma mais intensa no centro, perdendo a intensidade ao aproximar-se da periferia, onde passaria a concorrer com domínios de outras espécies. A expressão território é usada desde o século XIX, “por geógrafos como Frederico Ratzel, muito preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e por Elisée Reclus que procurava estabelecer as

relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado” (ANDRADE, 1996, p. 213).

Por outro lado, Haesbaert, admitindo a presença de uma polissemia conceitual na Geografia em relação ao termo território, ressalta a dificuldade em estabelecer fronteiras entre as concepções mais veiculadas: a política e a cultural. A concepção política é considerada a mais sólida no âmbito acadêmico, sendo a que vê o território como uma forma de controle dos indivíduos e/ou processos sociais a partir do controle de seu espaço material de existência. Enquanto que a dimensão cultural aborda o território como um espaço dotado de identidade, uma identidade territorial (HAESBAERT, 2001). Assim, mesmo que seja priorizada a dimensão cultural, esta só pode ser considerada como cultura política, sobretudo porque a produção simbólica que domina nossa contemporaneidade é fruto das relações de poder às quais se encontra imbricada. Para tanto, este autor analisa os posicionamentos de três importantes geógrafos que destacaram a tradição política do território, sem ignorarem as bases culturais, simbólicas: Friedrich Ratzel, Claude Raffestin e Robert Sack. Enquanto Ratzel denomina o território de “solo”, admitindo a existência de “um lugar” e de um “vínculo psicológico” ao solo, Raffestin trabalha o território isento de uma “materialidade neutra” e por sua vez, Sack, apesar de priorizar os aspectos políticos do território, também admite a existência de contextos afetivos e de significação no cotidiano das pessoas.

Bonnemaison & Cambrezy são enfáticos:

O poder do lugar territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e a mais forte razão para que ele preceda o espaço econômico (BONNEMAISON & CAMBREZY, 1996, p. 10)¹

Embora apresente dimensões política, cultural, econômica e naturalista, nas quais o território é usualmente focado, Haesbaert reconhece a

¹ “La puissance du lieu territorial révèle que l’espace est investi de valeurs non seulement matérielles mais aussi éthiques, spirituelles, symboliques et affectives. C’est ainsi que le territoire culturel précède le territoire politique et à plus forte raison qu’il précède l’espace économique ». Tradução da autora.

necessidade de superação da dicotomia material/ideal para pensar o território, envolvendo, concomitantemente, “a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto das representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações” (HAESBAERT, 2004, p. 42).

Para Vargas, o território, considerado como um espaço delimitado, apropriado, dotado de uma humanização que o diferencia e define, permite a concretização e a materialização das relações sociais que, mediante ele, são cobertas de especificidade. “Se a espacialidade é o processo genérico de produção do espaço, a territorialidade é sua concreção em lugares específicos” (VARGAS, 2004).

O conceito de território tem sido amplamente utilizado na Geografia, com maior ênfase, na Geografia Política e na Geopolítica. Há uma tendência a relacioná-lo às idéias de: poder, estratégia, limites e fronteiras, apropriação. Cavalcanti (1998), ao analisar este conceito à luz de importantes nomes da Geografia, apoia-se em Raffestin para afirmar que o território deve ser concebido como um produto dos homens ou dos atores sociais nas relações de poder tecidas em sua existência, e, como poder, como uma força dirigida, orientada, canalizada por um saber enraizado no trabalho.

Para Raffestin, o espaço viria antes do território:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, apud CAVALCANTI, 1998, p. 108).

Andrade (1996) enfatiza a necessidade de não se confundir o conceito de território com o de espaço ou de lugar, tendo em vista que o primeiro está sempre muito ligado à idéia de domínio e de gestão de uma determinada área.

Sobre uma possível hierarquia entre o território e o espaço, Santos (2000 e 2001) considera que tal definição nada acrescenta ao verdadeiro

debate substantivo. Ele, inclusive, afirma ter renunciado à busca de uma distinção entre espaço e território, alertando sobre a necessidade de não falar de território em si mesmo, mas de “território usado”, incluindo assim todos os atores. “Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada” (SANTOS, 2001, p. 19). Santos chega a admitir a expressão “território usado” como sinônimo de espaço geográfico.

É importante também considerar os demais processos que permeiam essa (re)construção do conceito de território através da materialização das ações, isto é, as objetivações dessas ressignificações na paisagem. Neste cenário, os aspectos ambientais constituem hoje o pano de fundo. Isso pode ser percebido por uma série de restrições de uso e reorientações para a gestão dos ambientes.

É possível eleger, para esta tese, o conceito de “território”, enquanto um campo de forças, junto a alguns de seus elementos principais, como as territorialidades e as desterritorialidades, os poderes, as redes, os limites, as fronteiras, verdadeiros alicerces para a construção do trabalho aqui proposto. Uma forte justificativa para atribuir ao conceito de território o papel de uma das categorias principais de análise se dá pelo direcionamento das políticas públicas disseminadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo brasileiro, que utilizam esta categoria como base de seus programas de desenvolvimento rural. Trata-se do chamado Desenvolvimento Territorial Sustentável, programa apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que tem por objetivo estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais.

Abramovay (2002) atribui um papel central aos territórios no processo de desenvolvimento e destaca que em todo o mundo, cada vez mais, o processo de planejamento adquire dimensões territoriais. Alerta para a crescente coordenação de iniciativas e organizações variadas – empresas de todos os portes - em torno da valorização de determinadas regiões brasileiras. Isso estaria gerando novas responsabilidades para o Estado e para os atores locais na busca dessa coordenação. Destaca a experiência francesa, na qual há o

caráter contratual entre o Estado e as regiões, que se traduz na criação de novas entidades geográficas, os “pays”², instância na qual os políticos, os atores econômicos e sociais se organizam, em “concerto”³, para levar adiante projetos de desenvolvimento comuns a uma determinada área. É a atividade do “pays” que o torna uma entidade geográfica. O “pays” é criado a partir de uma articulação das forças endógenas de cada território ou região. Para o autor, o “pays” seria um espaço de projeto, um bom exemplo de “gouvernance”.

Shneider (2004) considera que o enfoque territorial tem tido um significado muito relevante nas diferentes perspectivas analíticas que trabalham com o tema do desenvolvimento rural. Para ele o território passou a figurar como importante unidade de análise conceitual e de referência normativa entre os estudiosos do tema.

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo (SHNEIDER, 2004).

Ao indagar sobre os fatores que levaram à emergência da abordagem territorial, Shneider (2004) acredita que a origem se deve, inicialmente, ao esgotamento teórico e prático da abordagem regional, evidenciando os limites

² “Pays”, palavra de difícil tradução para a língua portuguesa, por caracterizar, em nossa língua, exclusivamente a unidade territorial de uma nação: o termo país se restringe à Pátria. Enquanto que para a língua francesa, “pays” possui significado mais amplo. O geógrafo Vidal de la Blache, em sua obra *Tableau de la géographie de la France*, editada na França inicialmente em 1903, definiu « pays » como uma “unidade espacial homogênea, um espaço de dimensões limitadas, cuja unidade se impõe tanto de fora quanto de dentro, tanto aos olhos de um viajante pouco atento quanto à consciência de seus habitantes e que resulta de uma combinação particular de numerosos elementos de ordem clássica, histórica, econômica, social e cultural” (ALPHANDÉRY, 2001, p. 577). “Pays”, algumas vezes, é traduzido para a língua portuguesa como “região”.

³ Nesta tese far-se-á uso da palavra “concerto” como tradução de “concertation”, muito utilizada na língua francesa para designar uma ação em concerto, no sentido de discussão em conjunto, de acordo entre pessoas, ou instituições, visando a objetivos comuns.

da noção de região como unidade de referência para se pensar as ações e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Observa-se que o desgaste da noção de região, assim como de desenvolvimento e planejamento regional, se dá a partir de meados da década de 1970, iniciando-se com a crise da capacidade de intervenção macroeconômica e macrossocial do Estado. Ele lembra ainda que a partir dessa época e, especialmente, na década de 1980, passam a vigorar novos critérios de julgamento e avaliação daquilo que poderia ser definido como desenvolvimento: quando as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida passam a vigorar e a se legitimar, provocando mudanças significativas do conteúdo conceitual e normativo da noção de região. Além disso, “a mudança de critérios e métodos de abordagem do desenvolvimento também modificou a atuação normativa dos agentes, das instituições e do próprio Estado” (SHNEIDER, 2004).

Desta forma o território ganha destaque, mas, esse território que emerge está relacionado às mudanças sócio-espaciais e político-institucionais do capitalismo em sua fase pós-fordista:

Trata-se dos efeitos mais gerais de reestruturação dos processos produtivos, que não apenas se internacionalizam (ou globalizam), mas também recompõem e afetam os territórios e as localidades que são a projeção particular sobre um espaço determinado. Neste sentido, o território emerge como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território (SHNEIDER, 2004).

Diante desse quadro, algumas iniciativas ganham destaque, tais como: descentralização das políticas públicas; valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs; redefinição do papel das instituições; além da crescente importância das esferas infranacionais do poder público.

Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com esses organismos locais tornou-se necessário forjar uma nova unidade de referência, que passou a ser o território e, conseqüentemente, as ações de intervenção decorrentes deste deslocamento passaram a se denominar desenvolvimento territorial (SHNEIDER, 2004).

Outro fator que Shneider (2004) considera relevante para a emergência da abordagem territorial teria sido a projeção dos estudos sobre a industrialização difusa na Itália, que, desenvolvidos na década de 1980, promoveram a retomada da idéia de distritos industriais sob o enfoque das economias locais de proximidade (*clusters*) e do papel dos territórios (*milieu* ou entorno). Esses estudos indicaram, segundo Shneider, que “os territórios passam a ser agentes de transformação social e não um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos” (SHNEIDER, 2004).

Essa afirmação dá relevância à posição da ciência geográfica, quando a dicotomia físico-humano se dilui, e a abordagem evolui do âmbito simplesmente naturalista (Geografia Física), para somar-se ao âmbito político, social e cultural (Geografia Humana). Vê-se que o termo território abarca todas essas nuances, inserindo ainda outros fatores, imprescindíveis para a vida humana, tais como o vínculo à terra, a percepção do lugar, o compartilhamento da paisagem, em síntese, aquilo que em Geografia é chamado de espaço vivido.

Assim, o conceito de região se esgota porque não dá mais conta de explicar a complexidade da relação sociedade-natureza, por relegar aqueles fatores importantes para o homem que habita determinado território. Também se evidencia esse esgotamento em relação à instância governamental, quando o Estado perde forças diante do movimento globalizante. Na atualidade, o fluxo de ações está diretamente ligado ao movimento global, sem a intermediação estatal, incidindo sobre as instâncias locais, resultando em uma melhor definição dos territórios, quando são reconhecidos como tal e valorizados.

Quando as decisões eram mais centralizadas nos Estados, o conceito de região possuía mais força, pois servia ao controle e à fiscalização e induzia a pensar os territórios a partir de uma idéia de homogeneidade. O território, como Shneider destaca, supera a posição de mero suporte de recursos físicos, para atingir o estatuto de agente de transformação social, revelando identidades próprias, ausentes no conceito de região.

Se para Raffestin (1993) o território seria o espaço territorializado, ou seja, o espaço apropriado mesmo que seja simbolicamente, o espaço apropriado, por sua vez, também inclui os valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos plantados ali pelos atores territorializados, em uma relação dialética.

Também a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas e suplantou a dicotomia espacial entre o rural e o urbano, entre o campo e a cidade: “Na perspectiva territorial as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores adotam visando sua reprodução social e econômica” (SHNEIDER, 2004).

Então, a construção do conceito de território adotado por esta tese é equacionada a partir da fusão das abordagens que contemplam as vertentes naturalista, política e econômica, sobrepondo-se à vertente cultural, admitindo, entretanto, que esta, por sua vez, reaja impondo-se às demais vertentes com sua carga de representações simbólicas.

À luz dessa equação conceitual, no Pantanal de hoje, esse processo vem se traduzindo na atribuição de vários títulos de patrimonialização ambiental, implicando em um verdadeiro redirecionamento das ações locais, no fortalecimento da postura ambientalista, assim como na valorização da cultura e das especificidades locais, com a interferência de novos projetos institucionais e com a participação de novos atores.

2 – IDENTIDADE TERRITORIAL

Ao tratar as chamadas “identidades territoriais” - relação dos indivíduos e grupos sociais com uma parcela do espaço, um território - em tempos de extrema mobilidade acentuada pelo processo de globalização, Haesbaert afirma que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta” (HAESBAERT, 1999, p. 172). O autor trata a identidade territorial primordialmente como identidade social, sem, contudo, ignorar a indissociabilidade das dimensões individual, mais subjetiva, e social, mais objetiva, na construção das identidades. Mesmo que a maioria dos autores restrinja a existência da identidade ao campo das representações, Haesbaert ressalta a base material, neste caso a territorial, que serve de referência para a construção de muitas identidades.

Mais enfático, Claval (1997) afirma que os problemas do território e a questão da identidade são indissoluvelmente ligados e que as categorias território e identidade são produtos da cultura.

Toda identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas. Fundamentando-se em Charles Taylor, Haesbaert assegura que:

(...) a(s) identidade(s) implica(m) uma busca de *reconhecimento* que se faz frente à *alteridade*, pois é no encontro ou no embate com o Outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isto, ao mesmo tempo, pode promover *tanto o diálogo quanto o conflito* com o Outro (HAESBAERT, 1999, p.175, grifos do autor).

Entretanto, Haesbaert esclarece que nem toda identidade tem no território um dos fundamentos de sua construção, trata-se, porém de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais da estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto no

concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial, quando o referente simbólico central para a construção dessa identidade parte do ou transpassa o território. Ou seja, o território “pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquelas de uma paisagem como espaço cotidiano, ‘vivido’, que ‘simboliza’ uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo e, em tese, mais abstrato, como o do Estado-nação” (HAESBAERT, 1999, p. 179).

Ao questionar sobre o impacto da última fase da globalização sobre as identidades (nacionais), o sociólogo Stuart Hall (2004) remete à idéia da “compressão espaço-tempo” – desenvolvida pelo geógrafo David Harvey (1992) – ou seja, a aceleração dos processos globais, de forma a tornar o mundo e as distâncias menores, promovendo repercussões imediatas dos eventos ocorridos em qualquer porção do planeta sobre pessoas e lugares situados a longas distâncias. Entretanto, Hall argumenta que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação e que a identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Nesse sentido, “a moldagem e a remoldagem das relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (HALL, 2004, p. 71).

Em consonância com Hall, Haesbaert (1999) ressalta que as identidades se situam frente ou num espaço simbólico, social e historicamente produzido. Alerta, entretanto, que não defende a tese de que todas as identidades sejam territoriais, somente quando sua estruturação depender dessa apropriação simbólica no/com o território.

O Pantanal, constantemente veiculado pela mídia, apresenta-se como uma paisagem acessível a quase todas as pessoas, através da ampla disseminação das informações referentes a quase tudo o que acontece na região. Entretanto, o acesso real às localidades pantaneiras não é fácil. Além das barreiras impostas pelos limites das propriedades privadas e pela deficiência de infraestrutura de estradas e meios de transportes em geral, as características naturais, próprias do Pantanal, dificultam o livre acesso do

grande público. Áreas alagadas e temperaturas extremamente elevadas na maior parte do ano, a falta de equipamentos, os altos preços dos transportes, das hospedagens e da alimentação e, muitas vezes, até, a ausência de energia elétrica, não contribuem para a popularização do Pantanal real. A maioria dos interessados tem que se satisfazer com o Pantanal simbólico, presente na grande mídia.

Assim, no Pantanal, a compressão espaço-tempo, para o público em geral, é parcialmente dificultada. Pode-se afirmar que espaço e tempo são diferentes no Pantanal, como de resto, em qualquer lugar ermo. Resgatam-se as palavras do poeta Manoel de Barros, para quem, no Pantanal, as coisas acontecem paradas. “Acontecem porque não foram movidas. Ou então, melhor dizendo: desacontecem” (BARROS, 1992, p. 238).

Suertegaray, apoiada em Milton Santos, refere-se à coabitação de tempos diferentes em um mesmo espaço, tempos tecnológicos diferentes, “resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares” (SUERTEGARAY, 2001).

No Pantanal, por exemplo, é possível deparar-se com certos avanços tecnológicos proporcionados a partir da implantação de antenas parabólicas que permitem, via satélite, a captação de imagens, sons, telefonia, internet. Assim, coexistem em espaços pontuais do Pantanal, formas arcaicas, tradicionais, com formas avançadas de tecnologias.

Se para Hall (2004), tempo e espaço são, também, as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação e, considerando que a identidade encontra-se profundamente envolvida no processo de representação, admite-se que a forte veiculação do Pantanal simbólico interfere na construção identitária do indivíduo pantaneiro. O processo de representação, afetado pela grande mídia, tem sido alterado em relação à compressão espaço-tempo, acabando por configurar diversas temporalidades, conforme o tipo de acesso à mídia e, também, de acordo com os interesses dos atores influentes. Grupos diversos de atores, empresários, fazendeiros,

tomadores de decisão, atuam sob perspectivas próprias de tempo, enquanto que, no espaço pantaneiro real, em suas inúmeras manifestações, o tempo transcorre de maneira diferente, com diferentes níveis de influência da mídia.

A identidade territorial recorre a uma dimensão histórica do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência condense a memória do grupo. “A (re)construção imaginária da identidade envolve portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade” (HAESBAERT, 1999, p. 180). O autor assevera ainda que a construção da “comunidade imaginada” de qualquer nação ou região faz com que o indivíduo aja como próprio daquele lugar, porque se sente pertencente a esse recorte territorial (nacional, regional ou local).

Pode-se, dessa forma, inferir que o indivíduo que se auto-intitula “pantaneiro” – nascido ou não na região - expressa, dessa forma, seu sentimento de pertencimento ao Pantanal e, para tanto, sente necessidade de falar e agir como um pantaneiro típico. A identidade social/territorial pode ser interpretada como algo “dado”, decorrente da naturalidade, da vivência e da cultura, e também como algo construído, uma “auto-atribuição”, quando os indivíduos se reconhecem como gaúchos, mineiros, nordestinos, ou, para este caso, como pantaneiros. Para Claval (1999), a territorialidade é um dos ingredientes essenciais das identidades, mas ela não tem sempre a mesma capacidade de reprodução e nem a mesma forma. Na realidade as territorialidades se hierarquizam e podem ser fragmentadas.

Numa perspectiva ambiental, para Haesbaert (1999, p. 181) “a definição de parques e reservas nacionais, tanto como uma questão ecológica, transforma-se também, concomitantemente, numa ‘questão cultural’, carregados que estão de simbolismo na construção de uma identidade nacional, regional e/ou local (ou até mesmo ‘mundial’, no caso dos ‘patrimônios da humanidade’), como é o caso do Pantanal.

Claval (1999) assegura que a territorialidade se manifesta muitas vezes no cuidado de preservar o patrimônio monumental – e por vezes natural – das áreas reivindicadas, tomando, então, uma dimensão paisagística.

3 – A PAISAGEM SOB O OLHAR DA GEOGRAFIA

Paisagem, apesar de se apresentar como um termo extremamente polissêmico é, para a geografia, um conceito-chave, um dos temas clássicos da investigação geográfica, capaz de fornecer unidade e identidade à disciplina. Há que se considerar que paisagem também é um conceito importante para outras áreas do conhecimento, como a arquitetura, a ecologia, a história e, hoje, até para as ciências sociais. Corrêa & Rosendahl (1998) asseguram que a importância do conceito de paisagem na história do pensamento geográfico tem variado no tempo, tendo sido algumas vezes relegado, quando suplantado pela ênfase de outros conceitos, também fundamentais para a geografia, como espaço, região, território e lugar.

Os autores afirmam que houve uma retomada da paisagem pela geografia, após a década de 1970, através de novas acepções fundadas em outras matrizes epistemológicas. A paisagem geográfica, nesse sentido, apresenta, simultaneamente, várias dimensões, cada uma privilegiada por uma matriz epistemológica: a dimensão morfológica, a funcional, a histórica, a espacial, a simbólica.

Na contemporaneidade, de acordo com Werther Holzer, o termo paisagem, assim como os termos ambiente e ecossistema, “ganham as páginas da mídia e a boca dos cidadãos” (HOLZER, 1999, p. 149). Hoje, o conceito de paisagem estaria sendo “retomado por diversos coletivos de geógrafos, atrelado ao contexto de uma revisão de todas as questões que fundamentaram a Modernidade, que vêm sendo profundamente reavaliadas” (Ibid., p. 150).

Holzer ainda elege como primeiro problema para o estudo conceitual de paisagem pelo geógrafo a observação de que:

[...] diversamente do conceito de “lugar”, que está associado ao surgimento da consciência do espaço, e por isso foi bastante estudado pelos filósofos, o conceito de “paisagem” pode colher poucos subsídios na filosofia que não sejam os de uma reflexão a partir de seus significados estéticos. Para outras disciplinas, assim como para o senso comum do pensamento ocidental, a paisagem se reduz a uma porção do espaço que pode ser observada com um golpe de vista (Id).

Assim, desde o início do século XX, os geógrafos, seguindo a tradição de Alexander von Humboldt e de outros naturalistas românticos, produziram uma reflexão conceitual própria sobre paisagem. Humboldt, na Alemanha do século XVIII, fez referência à paisagem demonstrando seu interesse pela fisionomia e aspecto da vegetação, pelo clima, sua influência sobre os seres e o aspecto geral da paisagem, variável conforme a natureza do solo e sua cobertura vegetal. Humboldt se destacou como o predecessor de uma visão holística da paisagem, sistematizando a Geografia a partir da associação de elementos diversos da natureza e da ação humana (MAXIMIANO, 2004). Foi Humboldt quem introduziu o termo paisagem no âmbito científico, no sentido de “característica total de uma região terrestre” (METZGER, 2001).

Holzer assegura que os geógrafos pioneiros associaram a paisagem a “porções do espaço relativamente amplas, que se destacavam visualmente por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumirem uma individualidade” (HOLZER, 1999, p. 151). O autor também destaca que a Geografia acadêmica e o conceito acadêmico de paisagem têm origem simultânea e comum, quando todo um aparato técnico ligado à trigonometria e à geometria é disponibilizado, permitindo aos geógrafos a projeção e identificação de grandes áreas em cartas geográficas (Id.).

Em termos lingüísticos e etimológicos, a palavra paisagem, derivada das palavras *paesaggio* (italiano) e *paysage* (francês), aparece a propósito da pintura renascentista, no sentido de aparência, representação, um arranjo de objetos visíveis percebido por um sujeito através de seus próprios filtros, humores e fins (BRUNET, FERRAS & THÉRY, 1993).

Holzer chega a imaginar que talvez tivesse sido melhor que a Geografia embrionária procurasse outros termos que dessem conta dos avanços nas técnicas de projeção, mas, os primeiros cientistas românticos não puderam deixar de associar as novas técnicas à pura observação de maravilhas, que proporciona a visão do espaço em todas as suas derivações (HOLZER, 1999, p. 152).

O espaço mostrava as suas diversas personalidades, e a estas decidiu-se primeiramente denominar de “*landschaft*” ou de “*paysage*”. As duas primeiras escolas da geografia acadêmica [alemã e francesa] passaram cada uma a seu modo, a refletir e a estudar sobre a “paisagem” (Id.).

Em seguida, Holzer questiona:

[...] será que “*landschaft*” equivale a “*paysage*”? Acredito que não. A palavra alemã é mais antiga, medieval, seu conteúdo é mais abrangente e mais complexo que o das línguas latinas, onde o termo é renascentista, já limitado, em sua origem, às artes plásticas (Id.).

O autor acredita que o termo “*landschaft*” se refere a uma associação entre o sítio e os seus habitantes, uma associação morfológica e cultural. Lembra que, transmutado em “*landscape*”, chegou à Geografia norte-americana, no início do século XX, através do geógrafo Carl Sauer, o qual atribuía o mesmo sentido de formatar (*land shape*) a terra, implicando em uma associação das formas físicas e culturais (Id.).

A palavra francesa “*paysage*”, resgatada pelo geógrafo Vidal de La Blache para definir áreas amplas com características físicas e culturais homogêneas, tem sua origem no radical “*pays*”, que na Idade Média francesa significava, simultaneamente, “habitante” e “território”. Assim, “a geografia francesa apropriou-se da palavra ‘*paysage*’, destituindo-a de seu sentido renascentista, e restituindo o sentido mais amplo de seu correlato alemão” (HOLZER, 1999, p. 153), ou seja, o relacionamento do homem com o seu espaço físico.

Da mesma forma, o sociólogo francês Jacques Cloarec (2005) admite que o termo “*paysage*” parte da família das palavras que exprimem a propriedade coletiva: *pays-age*, sendo “*pays*” um substantivo plural que significa “onde se habita”, designando a fisionomia do país, o território. No contexto francês, para Cloarec, a paisagem está ligada ao país, ao mesmo

tempo em que à pintura e à poesia, havendo, portanto, uma ambivalência de significado: território e espetáculo. Também afirma que a concepção de paisagem origina-se a partir dos jardins ingleses, séculos XV e XVI, quando inicia o processo de redescoberta e de estetização da natureza.

Schier alude à relação do conceito de paisagem com o positivismo. Através da escola alemã, de uma forma mais estática, quando se focalizam os fatores geográficos agrupados em unidades espaciais. E da escola francesa, de forma mais dinâmica, quando o caráter processual se destaca. Sendo que “ambas tratam a paisagem como uma face material do mundo, onde se imprimem as atividades humanas” (SCHIER, 2003, p. 80). Já na abordagem neopositivista, através da chamada revolução quantitativa, que teve início na década de 1940 nos Estados Unidos, o termo “landscape” é substituído pela idéia de “região”, entendendo-se esta como “um conjunto de variáveis abstratas deduzidas da realidade da paisagem e da ação humana” (Id.). A abordagem marxista, através da chamada Geografia Crítica, pouco se interessou pela geograficidade da paisagem, se identificando, também, com o termo região, definindo-o como “um produto territorial da ação entre capital e trabalho” (Id.), interpretando a organização espacial em termos críticos e funcionalistas. Schier também estende sua análise para as abordagens da ecologia humana, admitindo que estas se beneficiam “da idéia de paisagem ao demonstrar suas características sistêmicas, reunindo diversas categorias no mesmo recorte espacial” (Id.).

Georges Bertrand, geógrafo francês, admite que “paisagem” ainda é um termo impreciso, por isso mesmo cômodo, e utilizado, muitas vezes, sem critérios.

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p. 141).

Bertrand (2004) frisa que não se trata apenas da paisagem natural, mas da paisagem total, que integra todas as implicações da ação antrópica. Sua posição, portanto, não privilegia uma abordagem mais natural, ou mais humana da paisagem.

A geógrafa Suertegaray vê a paisagem como um conceito operacional para a geografia, aquele que permite analisar o espaço geográfico “sob uma dimensão, qual seja o da conjunção de elementos naturais e tecnificados, sócio-econômicos e culturais” (SUERTEGARAY, 2001). A autora ainda admite que na opção pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, pode-se conceber esta enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização).

Não necessariamente entendendo forma-funcionalidade como uma relação de causa e efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Nela poderão persistir elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificializada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta (SUERTEGARAY, 2001).

Para a abordagem mais naturalista que resiste ao tempo, através da chamada Geografia Física, a partir da segunda metade do século XX, o termo “paisagem”, sob influência da Ecologia, vai, gradativamente, sendo substituído por “ecossistema”. Essa percepção da unidade da paisagem, através da perspectiva da produção de uma geografia física global e por meio das relações dos ecossistemas, contribui para o fomento das idéias de “desenvolvimento sustentável” e do ecocentrismo. Assim, a paisagem ganha destaque como objeto de exploração por grupos econômicos e como objeto de proteção pela coletividade, muitas vezes instigada por grupos externos, desenvolvendo uma certa “consciência ambiental”. É quando, também, a multidisciplinaridade se fortalece nos estudos ambientais e se estabelece uma nova visão cultural na Geografia Física, que passa a necessitar “do elemento humano, sem o qual não teria uma significação, uma vez que o próprio pesquisador é um agente cultural” (SCHIER, 2003, p. 84).

Assim como Humboldt, que no século XIX adota a idéia de paisagem para expressar suas observações em relação aos meios visitados, acredita-se que, na atualidade, essa mesma idéia é apropriada pelos instrumentos midiáticos que envolvem as paisagens, dando ênfase às imagens, projetando-as internacionalmente, como é o caso do Pantanal, cuja paisagem ganha destaque, tornando-se mais atraente à exploração por grupos econômicos, sobretudo os ligados ao turismo. Sua paisagem torna-se também mais suscetível aos olhares de grupos ambientalistas que passam a percebê-la como objeto de proteção.

O registro das paisagens ocorreu, inicialmente, na pintura renascentista, e, avançando no séc XIX, os cientistas foram apropriando-se do termo paisagem. Considerando as origens etimológicas deste termo – a germânica “landschaft” e a latina “paesaggio” ou “paysage” -, é a latina que permite melhor associação com a mídia, ou seja, uma atualização da relação com a arte, por se tratar do uso da imagem visual, quando se expressa uma estetização da natureza, ou seja, ao “território enquanto espetáculo”, conforme asserção de Cloarec (2005). Por outro lado, é o sentido do termo germânico que melhor contempla a questão trabalhada por esta tese por admitir uma sinergia do lugar com o seu habitante.

O termo paisagem, para Humboldt, era associado a porções amplas do espaço com homogeneidade física e cultural suficiente para particularizá-las. Percebe-se aí uma correspondência à idéia de região, desenvolvida por Vidal de La Blache no início do século XX, que traduzia a singularização dos espaços através da homogeneização aparente. Foi visto no item que discute o desenvolvimento territorial que a noção de região foi amplamente utilizada até a década de 1980, quando servia ao Estado centralizador para melhor exercer o controle e a fiscalização, pensando os territórios a partir de uma idéia de homogeneidade. Assim constata-se que inicialmente admitia-se a idéia de paisagem para expressar porções na superfície terrestre, avançando a seguir para a adoção da idéia de região como mais eficaz para a compreensão, o controle e a administração de grandes áreas, tendo-se, hoje, avançado a discussão, para a acepção dos termos território e paisagem, como mais adequados para expressar as realidades dos espaços estudados.

Admitiu-se como necessário historicizar o processo de adoção do termo paisagem em geografia, porque este conceito – que une natureza e sociedade – garante a operacionalidade deste estudo, por tratar-se de um conceito integrador. Soma-se a isto o fato de, na atualidade, haver uma forte evocação da paisagem na definição de áreas protegidas.

O Pantanal se consolida no cenário nacional e internacional enquanto uma paisagem especial. É projetado pela mídia como um espaço de grande beleza cênica, de rica biodiversidade e de importante função para o equilíbrio ecológico da América do Sul. Portanto, um espaço com necessidades prementes de proteção. Desde então, o Pantanal vem sendo associado à ecologia e ao meio ambiente, sendo abordado mais como uma paisagem natural.

Note-se que se trata de uma paisagem de extremo dinamismo, que se refaz a cada momento, tendo provocado, inclusive, na história da intervenção oficial, algumas confusões de ordem administrativa, dada a sua imprevisibilidade que, muitas vezes, dificulta ou impede a execução de obras em seu território⁴.

Também em relação às concepções de paisagem para o Pantanal, constata-se que, hoje, se fortalece uma vertente mais cultural que privilegia o *modus vivendi* do pantaneiro, valoriza o seu espaço vivido, transformando-o, ora em objeto de estudos, ora em mercadoria para o turismo. É nesse sentido que a abordagem da Geografia Cultural torna-se relevante para analisar o Pantanal nesta tese.

Reforça-se que a construção do conceito de território adotado por esta tese se dispõe a partir da fusão das abordagens que contemplam as vertentes naturalista, política e econômica, sobrepondo-se à vertente cultural, e esta reagindo dialeticamente com as demais vertentes. Da mesma forma, admite-se uma concepção de paisagem coerente com o paradigma da complexidade, no qual aparece a integração consistente, dialética e dinâmica, entre as dimensões naturais e culturais.

⁴ Ver no Item 3 do Capítulo III, por exemplo, os problemas de execução dos subprogramas do PRODEPAN, da SUDECO, na década de 1970 no Pantanal.

4 - A PAISAGEM PARA A GEOGRAFIA CULTURAL - A SÍNTESE DAS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA

Paul Claval, ao considerar que muitas atitudes têm suas raízes na experiência que cada indivíduo tem do mundo, assevera que “a geografia não pode ignorar o sentido do já vivido” (CLAVAL, 1987, p. 150). Os geógrafos de hoje tentam descobrir como “as pessoas sentem o ambiente em que vivem e se deslocam: para lá de percepção, é na profundidade dos laços íntimos que ligam o homem ao meio que eles procuram penetrar” (Id.).

Escutando as sensibilidades a nova geografia descobre que as realidades regionais que explora existem em primeiro lugar no espírito das pessoas. (...) Esta aproximação revela o papel do espaço no equilíbrio da personalidade: o saber e a harmonia que tantas vezes notamos nos camponeses testemunham o que o enraizamento traz a cada um; as nossas sociedades sem laços não impõem aos homens “stresses” insuportáveis? A doença das grandes cidades não teve as suas origens no esquecimento dos fundamentos territoriais necessários à existência humana? O geógrafo é levado a trabalhar nas fronteiras da psicologia, da psicanálise e da literatura: eis um campo de investigação apaixonante (CLAVAL, 1987, p. 150-151).

Conforme enfatizado por Augustin Berque (1998), todas as ciências humanas e sociais têm a ver com o estudo da paisagem do ponto de vista cultural. Assegura que a Geografia Cultural não tem a pretensão de fazer a síntese de todas as abordagens, mas colocar em perspectiva a contribuição das outras ciências a partir de seu próprio ponto de origem.

Ao contrário da maioria das ciências sociais, a geografia cultural sempre levará cuidadosamente em conta o material físico no qual cada cultura imprime a marca que lhe é própria – marca que ela considerará como uma *geo-grafia* em primeiro grau: a escrita da terra por uma sociedade. Essa marca (...) possui um sentido que implica toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais na qual a paisagem desempenha um papel perpétuo e simultâneo de marca e de matriz (BERQUE, 1998, p. 87-88).

Desta forma admite-se que na consideração da paisagem, pela Geografia Cultural, como um construto sócio-cultural, há uma retomada da dimensão sócio-cultural na Geografia, ocorrendo de forma concomitante, como já vimos, ao embalo desse amplo movimento de questionamento das bases teórico-conceituais do pensamento contemporâneo, visando à melhor compreensão da complexidade da problemática ambiental.

Paul Claval, enquanto um dos expoentes da Geografia Cultural, admite que este enfoque se recusa a considerar a natureza, a sociedade, a cultura, o espaço como realidades prontas, dados externos que se impõem aos homens. Considera o mundo mais complexo e, para mostrá-lo, parte dos indivíduos e se debruça nas suas experiências (CLAVAL, 2002).

Denis Cosgrove, também produtor e divulgador da Geografia Cultural, defende uma revisão das conexões entre a Geografia e demais disciplinas. Admite que muitos dos estímulos para o que ele chama de nova Geografia Cultural são provenientes da “convergência teórica e metodológica entre disciplinas humanísticas tais como a história, a filosofia, e do estudo das línguas e das ciências sociais, as quais sustentam o amplo campo dos estudos culturais” (COSGROVE, 1999, p. 17). Isso vem ao encontro do “diálogo de saberes” e das propostas de métodos inter e transdisciplinares de conhecimento, tão em voga na contemporaneidade.

A retomada dos estudos das paisagens, pelos geógrafos, na opinião de Holzer (1999), torna a “percepção ambiental” um tema recorrente, criando novas demandas para o estudo da paisagem, mas não se limitando apenas a métodos de “avaliação da paisagem”, a partir de seus atributos visuais, ou meramente estéticos. Não teria sido por esta via que os geógrafos culturais encaminharam suas análises ao estudarem a paisagem. Para Holzer (1999), a Geografia Cultural inglesa radicaliza as questões epistemológicas, tornando-as ontológicas, transmudando-se em Geografia Humanista, tendo a fenomenologia como método filosófico. Com o intuito de revelar a necessidade de diferenciar diversos conceitos correlatos muito usados no âmbito da geografia, apóia-se em Meinig, para quem:

a paisagem se diferencia da natureza pelo caráter unitário que imprime a nossos sentidos; de cenário porque não nos relacionamos apenas esteticamente com ela; de ambiente porque não trata apenas de nossa sustentabilidade enquanto seres vivos; de região e de área porque o sentido da paisagem é eminentemente simbólico; e, dos lugares pois estes se referem ao indivíduo e são nomeados, enquanto que a paisagem se caracteriza como superfície contínua e não como foco de atenção (HOLZER, 1999, p. 157-158).

Holzer apresenta outras definições de paisagem para a Geografia Cultural que também se afastam do conceito de paisagem apenas como descrição dos atributos visuais do sítio e, para tanto, deixa muito clara a necessidade de que, para se fazer uma geografia da paisagem é preciso situar o nível perceptivo a ser abordado. Este autor destaca na Geografia Cultural francesa a importância do estudo do “espaço vivido”, cuja abordagem considera a paisagem “um depósito de história, um produto da prática entre indivíduos e da realidade material com a qual nos confrontamos” (HOLZER, 1999 p. 161). Elege, como central, a seguinte questão: é possível estudar os objetos tais como eles são (positivismo), ou é melhor compreendê-los em suas forças não-observáveis, que são subjetivas (fenomenologia) - (id.) Os mecanismos do processo cognitivo obrigam à integração da subjetividade. Apoiando-se em A. Bailly, C. Raffestin e H. Reymond, Holzer concorda com a necessidade de se propor uma metodologia (para a investigação teórica da paisagem) que ao considerar a subjetividade pessoal possa esclarecer os grupos de similitudes existenciais criadoras de paisagem.

O geógrafo francês Augustin Berque, um dos citados por Holzer, também se preocupa com o espaço vivido, tendo desenvolvido a hipótese de que: “a paisagem é um terceiro termo mediador entre o homem e o meio”, sendo ainda a paisagem “um aspecto do produto fundamental que institui o sujeito enquanto tal, dentro do meio enquanto tal” (BERQUE, apud HOLZER, 1999, p. 163).

Schama (1996), em seu clássico *Paisagem e memória*, vai além, admitindo que a paisagem é cultura, antes de ser natureza; é um construto da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. Para esse autor, quando

determinada idéia de paisagem, ou de um mito, ou de uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário.

(...) a paisagem nem sempre é mero “local de prazer” – o cenário com função de sedativo, a topografia arranjada de tal modo que regala os olhos. Pois esses olhos (...) raramente se clarificam das sugestões da memória. E a memória não registra apenas bucólicos piqueniques (SCHAMA, 1996, p. 28).

Assim, investe-se o olhar de toda a carga da experiência de uma vida e da experiência da existência humana, pois a paisagem é um “texto em que as gerações escrevem suas obsessões recorrentes” (Ibid., p. 23).

Castro (2002) admite que a paisagem é o que se vê, incluindo aí os limites do verbo numa discussão mais aprofundada, sendo o seu significado uma função do processo civilizatório que define esses padrões. E sendo o que se vê a paisagem “supõe necessariamente a dimensão do real concreto, que se mostra, e a representação do sujeito, que o codifica no ato da observação” (CASTRO, 2002, p. 122).

Em consonância com o pensamento de Augustin Berque, tem-se, então, a paisagem como fruto dessa observação, que resulta de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, pleno de valores simbólicos.

Essa dualidade da paisagem – real e representação – permite que sua manifestação concreta se ofereça à análise do tipo positivista, que localiza, mensura, classifica e descreve; no entanto, impõe reconhecer que ela existe primeiro em sua *relação* a um sujeito coletivo: a sociedade que a produz, reproduz e a transforma em função de uma certa lógica. Nesse sentido, ela exprime uma civilização, é uma marca, uma *geografia*, ou seja, uma escrita no espaço e tem de ser interpretada no contexto histórico das sociedades (CASTRO, 2002, p. 122-123).

Claval (1994 e 2001) reconhece o fascínio da paisagem enquanto objeto de estudo, mas alerta: a sua interpretação é delicada e nunca é fácil. A

paisagem é um documento de extraordinária beleza, fala dos homens que a modelam e que a habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informa sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar.

Nos estudos da paisagem e dos lugares em geografia, se destaca o geógrafo humanista chinês Yi-Fu Tuan. Ele desenvolveu o conceito de *topofilia* para melhor expressar as relações entre o ser humano e o seu espaço vivido. Tuan desenvolveu com profundidade estudos sobre a percepção ambiental, esclarecendo as visões humanas sobre o mundo circundante, assim como as relações estabelecidas através das diferentes visões de mundo e o meio ambiente. Desenvolvendo o tema, caracteriza a *topofilia* como o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5).

Tuan (1980) trabalha os *sentidos humanos* como traços comuns na percepção ambiental. Para ele, a percepção e a avaliação do ambiente variam de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo, pois estão ligadas à cultura, mas todos os indivíduos compartilham percepções comuns por possuírem órgãos perceptivos similares, sendo que essas percepções podem diferir das dos outros animais. O autor assevera que os seres humanos possuem cérebros grandes, possuem mentes, e, por isso, ostentam uma capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico. Com a linguagem, os seres humanos construíram mundos mentais para se relacionarem entre si e com a realidade externa. “O meio ambiente artificial que construíram é resultado dos processos mentais – de modo semelhante, mitos, fábulas, taxonomia e ciência” (1980, p. 15).

Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, Tuan (1980) considera necessário examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e arredores físicos. É necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. Gibson (1974) é outro autor que também aponta a dimensão subjetiva da percepção, que depende do observador, das peculiaridades e das experiências individuais de quem percebe. Ou seja, cada indivíduo reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio.

A paisagem revela as históricas relações entre a sociedade e a natureza, as sucessivas relações espaciais. Eric Dardel (1990[1952]), no seu clássico *L'homme et la terre* apresenta, conforme opinião de Holzer (1999), uma definição existencialista para o conceito de paisagem: “um conjunto, uma convergência, um momento vivido. Um laço interno, uma ‘impressão’, unindo todos os elementos”. A paisagem não se restringe apenas a substrato ou meio, mas expande-se em significados, ao incorporar o sentido de fonte de vida, estabelecendo profundas relações existenciais entre o Homem e a Terra.

Para Dardel (1990 [1952]) a paisagem é a geografia compreendida como o meio ambiente terrestre. Não se trata de um círculo fechado, mas um desdobramento, uma janela sobre possibilidades ilimitadas, um horizonte. Não é, na sua essência, feita somente para ser olhada, mas é a inserção do homem no mundo, lugar de combate pela vida, manifestação de seu ser através dos outros, base de seu ser social. Dardel (1990[1952]) enfatiza que a paisagem sempre pressupõe a presença humana, mesmo onde ela toma a forma de ausência.

Dardel ainda afirma que a paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante, perfeitamente válida, ainda que refratária a toda redução puramente científica. Ela põe em causa a totalidade do ser humano e seus vínculos existenciais com a Terra, ou seja, a sua geograficidade original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização. “Presença atrativa ou estranha, porém, lúcida. Limpidez de uma relação que afeta a carne e o sangue” (DARDEL, 1990[1952], p. 42)⁵.

À medida que os grupos culturais reencontram suas paisagens como um prolongamento da própria identidade, essas relações são intensificadas, interiorizadas, gerando processos combinados e simultâneos de natureza diversificada (LIMA GUIMARÃES, 2003). As paisagens emergem segundo as experiências e as percepções de cada indivíduo.

Ao envolverem os aspectos objetivos e subjetivos do espaço e o mundo vivido, cristalizam em suas respectivas imagens as estruturas das dimensões espaço-temporais onde a paisagem vivida é

⁵ “Présence attachante ou étrange, et pourtant lucide. Limpidité d’un rapport qui affecte la chair et le sang” (DARDEL, 1990[1952], p. 42). Tradução da autora.

construída pelas dimensões do real e do imaginário, imprimindo marcas entre a racionalidade e a afetividade e originando complexos sistemas simbólicos (LIMA GUIMARÃES, 2003, p. 50).

O estudo da paisagem vai além de uma morfologia do ambiente ou de uma psicologia do olhar. A paisagem não reside no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa desses dois termos. É na complexidade desse cruzamento que se vincula o estudo da paisagem (BERQUE, 1998).

Essa complexidade pode ser exemplificada através de inúmeros estudos, como, por exemplo, o de Bernard Picon (1998) que, ao analisar as operações de preservação da natureza e de paisagens no Sul da França contemporânea, mais especificamente na região de Marseille, aponta convergências entre os mecanismos culturais, sociais, econômicos e políticos, evidenciando, também, uma série de oposições territoriais e simbólicas entre o natural e o não-natural, o belo e o feio, o passado e o presente. Para o autor, algumas paisagens são então designadas em sua materialidade como os significantes de paraísos perdidos. O universo simbólico encontra-se no cerne das políticas paisagísticas, ao menos no que se relaciona à proteção ambiental, “designado então como patrimônio, patrimônio construído, natural, coletivo ou patrimônio comum da humanidade, etc.” (PICON, 1998, p. 268)⁶. A paisagem, para o autor, torna-se objeto de preocupação dos gestores segundo um sistema de valores, cuja tendência principal consiste em distinguir o notável do não-notável (ou o extraordinário do ordinário).

Pode-se se transferir ao Pantanal a assertiva de que sua paisagem é designada pela grande mídia, com corroboração dos meios oficiais e do grande público, como o signifiante de um “paraíso perdido”, de um “santuário ecológico”.

Evidenciando-se como paisagem, desde o século XVI, quando era projetado para o Velho Mundo como o Mar de Xarayes, o Pantanal pode vislumbrar, nessa categoria, um instrumento de análise compatível com a sua

⁶ “... désigné alors comme patrimoine, patrimoine bâti, naturel, collectif ou patrimoine commun de l’humanité, etc.” (PICON, 1998, p. 268). Tradução da autora.

realidade contemporânea. É o que se pretende demonstrar nesta tese, especialmente no Capítulo IV.

5 - PAISAGEM E TERRITÓRIO COMO CAMPOS IDENTITÁRIOS

Assim como a paisagem, o território também se apresenta como categoria de análise trabalhada pela Geografia Cultural. O território é visto como um espaço delimitado, apropriado, não nos sentidos de posse ou de adequação, mas por apropriação simbólica, afetiva, por identificação. Tanto essa delimitação quanto essa apropriação de um determinado território podem ser simbólicas, adjetivadas de diferentes formas, como por exemplo, a partir das lentes de uma máquina fotográfica ou através de simples lembranças (representações mentais) ou na aquisição de objetos que simbolizem o território desejado (os *souvenirs* de viagem, por exemplo).

Assim o território pode ser visto como espaço de articulação, de negociação, de mediação, de conjugação, para onde confluem as ações, para onde convergem as re-articulações, abarcando aspectos objetivos e subjetivos das relações que nele se celebram. Revela-se como objeto complexo, sobre o qual se estabelecem as redes de poder (dominação e submissão), e se materializam as relações sociais, culturais, econômicas, ambientais, enfim, todas as relações sociedade-natureza. O território participa efetivamente na construção histórica da identidade do povo que nele vive, definindo e absorvendo suas características, hospedando o espaço vivido e o espaço a se viver, em movimento simbiote que se encaminha para a paisagem, e esta, por sua vez, seria a tradução de todo esse processo.

Para Vargas (2004), o território é um eixo de análise indispensável para a abordagem de qualquer fenômeno ambiental, abrindo a possibilidade de incorporação de diferentes escalas. Isto leva a uma consideração metodológica indispensável, em se tratando da temática ambiental: o tratamento simultâneo dos diferentes âmbitos de incidência e de consequência dos fenômenos. Desta forma não se dá a subordinação entre escalas, mas a sua complementaridade,

o que de fato reflete mais cabalmente a própria dinâmica espacial dos fenômenos que se expressam em várias escalas simultaneamente. É nesta simultaneidade que o ambiente é mais compreensível.

Vale repetir que a análise do desenvolvimento territorial de um determinado espaço requer a sua apreensão, em um processo de construção e reconstrução permanente, de forma a permitir a percepção e a compreensão de sua complexidade em ampla escala: as significações e ressignificações atribuídas a este território, resultantes dos embates travados entre os diversos atores que disputam os sentidos do que realmente seja o desenvolvimento territorial da região em questão. Esses sentidos divergem muito no Pantanal, quando grupos diversos defendem formas diferentes e até antagônicas de se processar aquilo que seria seu desenvolvimento territorial: implantação de usinas sucro-alcooleiras; estabelecimento de indústrias, de pólos minero-siderúrgicos e/ou gás-químico; implementação de hidrovias; fortalecimento das fazendas pecuárias como unidades produtivas; implantação de grandes *resorts*, como verdadeiros refúgios para a clientela de um turismo mais elitizado; criação de unidades de conservação de “proteção integral” ou de “uso sustentável”⁷, etc. Grandes obras que visam, antes de tudo, à inserção do Pantanal em uma economia globalizada.

Para o Pantanal de hoje, exposto a inúmeros conflitos sociais, ambientais, econômicos e culturais, reais e simbólicos, essa análise se torna exemplar no momento em que a principal atividade econômica, a pecuária bovina, é abatida por uma profunda crise. Esta é desencadeada por vários fatores, dentre os quais destacam-se a valorização da moeda brasileira em relação ao dólar norte-americano, que se reflete na queda acentuada das exportações de produtos primários brasileiros, e, mais recentemente, pela ocorrência, no sul de Mato Grosso do Sul, de alguns focos de febre aftosa⁸,

⁷ Conforme estabelecido pela Lei n. 9.985/2000 que instituiu o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

⁸ Febre aftosa – enfermidade infecto-contagiosa, desencadeada por vírus, que ataca principalmente bovinos, suínos, ovinos e caprinos. O controle dessa enfermidade é de fundamental importância econômica, definindo a comercialização de produtos de origem animal. A febre aftosa funciona como uma barreira sanitária para a exportação da carne brasileira para os ricos mercados da América do Norte e da Europa, que possuem regras rígidas quanto à qualidade dos produtos alimentares, além da prática de subsídios às produções locais.

tendo sido estabelecido o embargo das exportações de carne e de bovinos vivos para outros estados brasileiros e, sobretudo, para o exterior.

Concomitantemente, encontra-se em vigor uma calorosa discussão acerca de um grande projeto de implantação de usinas de açúcar e de álcool no entorno do Pantanal, em áreas da Bacia do Alto Paraguai (BAP). Segundo informação divulgada na mídia, esse projeto, de autoria do Governo do Estado, seria por este arduamente defendido, assim como pelas dezoito prefeituras envolvidas (municípios da BAP). É muito clara a argumentação de caráter econômico do projeto, quando exalta, exclusivamente, a geração de emprego e renda para a região. Tal projeto, desde a sua primeira divulgação, tem sido abertamente criticado por grupos de ambientalistas locais e de outros centros.

O embate provocado pela veiculação deste projeto resultou, recentemente, no suicídio de um ambientalista da região, Francisco Anselmo de Barros, conhecido por Francelmo, que se imolou no dia 12 de novembro de 2005, no centro da cidade de Campo Grande, ateando fogo no próprio corpo, vindo a falecer no dia seguinte. O suicídio aconteceu durante uma manifestação contra o projeto de lei que autorizaria a implantação de usinas sucro-alcooleiras na BAP e recebeu ampla divulgação da mídia, promovendo maior projeção ao Pantanal, inclusive por jornais estrangeiros. O Projeto de Lei N. 170/2005 que propõe a implantação dessas usinas no Pantanal foi rejeitado por inconstitucionalidade, no dia 30 de novembro do mesmo ano, pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, obtendo 17 votos contrários e quatro a favor.⁹

É importante destacar que, para o Pantanal, além da proposta de permissão de instalação de usinas de açúcar e de álcool, ainda encontram-se enfileirados outros projetos de grande monta, considerados, para o meio sócio-ambiental, extremamente impactantes: a Hidrovia Paraguai-Paraná¹⁰, o Pólo

⁹ O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi fundamentado nos artigos 225 da Constituição Federal e 224 da Constituição Estadual, os quais exigem lei específica para disciplinar a utilização do Pantanal.

¹⁰ O projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná prevê a navegação em aproximadamente 3.400 km dos rios Paraguai e Paraná, interligando os cinco países da bacia do rio da Prata: Bolívia, Brasil, Paraguai,

Minero-Siderúrgico¹¹, o Pólo Gás-Químico¹². Todos os projetos defendidos pelo argumento da inserção do Pantanal na economia global. Moretti (2000) alerta que tais obras promovem, em seu conjunto, alterações diretas no ambiente natural e na relação sociedade-natureza.

Nos idos de 1979 e 1980, concomitantes à implantação do Estado de Mato Grosso do Sul, tem início um tímido movimento social em prol da defesa do meio ambiente, em especial do meio ambiente Pantanal. Acredita-se que dois fatores que mais favoreceram a formação desse movimento tenham sido a matança de jacarés no Pantanal e a proposta de instalação de usinas de álcool também no Pantanal. Nessa época o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) pretendia implantar várias usinas no pantanal. O movimento tomou forma, ganhou força, conseguiu mobilizar boa parte da população local e pode-se dizer que foi vitorioso. A caça aos jacarés foi controlada e hoje essa espécie não corre o risco de extinção. A instalação de usinas de álcool na Bacia do Alto Paraguai foi proibida através da Lei Estadual N. 1.581. Esse movimento aguçou a sensibilidade da população sul-mato-grossense quanto aos problemas ambientais do Pantanal e motivou a criação de organizações de

Uruguai e Argentina e prevê obras de dragagem, derrocamento, retificação dos rios Paraguai e Paraná, a partir do município de Cáceres, em Mato Grosso, podendo alterar todo o ciclo de águas da bacia pantaneira. A hidrovía deveria ligar Cáceres, no Pantanal Norte a Nueva Palmira (no Uruguai). Por decisão judicial, o projeto aguarda novo EIA/RIMA que deverá ser analisado pelo IBAMA. “As determinações da justiça são uma vitória do movimento sócio-ambientalista, que durante anos tentou barrar um projeto que acontecia camuflado, com obras isoladas e licenciamentos ambientais estaduais” (Portal de Informações Ambientais – Coalizão Rios Vivos. Disponível em: www.riosvivos.org.br/print_cont.php?canal=74&texto_id=58 Acesso em setembro de 2005).

¹¹ O pólo minero-siderúrgico previsto, desde a década de 1940, para Corumbá (MS), no centro do Pantanal, onde se encontram importantes jazidas de minério de ferro e de manganês. Este pólo que tem a adesão de mega corporações como a Vale do Rio Doce, a Belgo Mineira e a Rio Tinto Mineração, dependerá da energia a ser fornecida por um outro grande projeto, conhecido por pólo gás-químico binacional, também previsto para ser instalado em Corumbá (MS). (Portal de Informações Ambientais – Coalizão Rios Vivos. Disponível em: www.riosvivos.org.br/print_cont.php?canal=159&texto_id=48 Acesso em setembro de 2005).

¹² O projeto pólo gás-químico prevê implantação de três indústrias que produzirão gás de cozinha, polietileno e amônia. Os principais sócios deste projeto, sob o comando da Petrobrás, são a Copagás (do MS), a Repsol (da Espanha), a Brasken (do Grupo Odebrecht) e a YPF (da Bolívia). A preocupação dos ambientalistas se funda, principalmente, na localização desses empreendimentos, fortes emissores de poluição, no chamado “coração” do Pantanal, com a conseqüente transformação de parte da planície em um parque industrial como o de Camaçari (BA) ou Cubatão (SP). Consideram também que a geração de empregos não se destinará, necessariamente, à população local. (Portal de Informações Ambientais – Coalizão Rios Vivos. Disponível em: www.riosvivos.org.br/print_cont.php?canal=160&texto_id=49 Acesso em setembro de 2005).

defesa do Pantanal, dentre elas, a Fuconams (Fundação para a Conservação da Natureza de MS) e a Sodepan (Sociedade de Defesa do Pantanal). Esta última, constituída basicamente por fazendeiros pecuaristas do Pantanal, teve grande influência na importação do conceito de Parque Natural Regional Francês para o Pantanal.

6 – TERRITORIALIDADES E PERTENCIMENTO

Considerar o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de relação de pertencimento, “de pertencer àquilo que nos pertence”, para Santos (2001), prescinde da existência de Estado, ultrapassando a raça humana estendendo-se aos animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução; porém, “a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem” (p. 19). Em outra obra Santos insistiu:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2003, p. 96).

Cara (1996), ao tratar dos conceitos de território e de territorialidade, afirma ser o primeiro uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço, enquanto que a segunda seria a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida. Sob esse enfoque, o sentido de pertencimento, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional define a territorialidade regional. Os conceitos de territorialidade e de identidade proporcionariam a definição de territórios de identidade, territórios de pertença, territórios de referência e territórios de ação.

Andrade (1996) afirma que a formação de um território proporciona em seus habitantes a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre eles.

Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território (ANDRADE, 1996, p. 214).

Por sua vez, Corrêa (1996), apoiando-se na etimologia, destaca que território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. “Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação” (p. 251). O autor situa esta apropriação com duplo significado: i) a apropriação efetiva, legitimada sobre um segmento do espaço, na qual o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica; ii) a apropriação como uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, idade ou outros atributos, vinculando-se a uma geografia que privilegia sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares, conforme a abordagem da geografia humanista. Neste caso, a “apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial” (Id.).

Para Corrêa (1996) a territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.

Há vários territórios recobrando a superfície da Terra. Cada um apresenta uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido pelos diferentes agentes. Os vários territórios não formam um mosaico, regular ou irregular, mas assemelham-se às múltiplas possibilidades de arranjos existentes em um caleidoscópio (CORRÊA, 1996, p. 252).

Raffestin (1993) destaca que a noção de territorialidade foi construída pelos naturalistas que se preocuparam com a territorialidade animal. Nesse sentido aponta a necessidade de se abandonar as analogias animais para tratar da territorialidade humana, que é constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. Afirma ainda que a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas, tratando-se sempre, portanto, de uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. Para ele a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral, enfatizando que:

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais, ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

Picon constata que, no processo de revalorização dos territórios e das paisagens na França, as classes culturalmente dominantes não são mais as classes economicamente dominantes: “a emergência das classes médias marca profundamente a evolução da relação ambiental nos anos 1970” (PICON, 1998, p. 270). É quando os representantes das classes médias, para o autor, saem em busca de símbolos identitários. Desprovidos de signos de distinção próprios da riqueza dotam-se, coletivamente, de signos de pertencimento social. O resgate de espaços urbanos ou rurais passa a se constituir em um dos elementos fortes dessa busca identitária.

O sentimento de pertencimento é apresentado hoje como uma questão fundamental nas análises dos territórios. Luc Gwiazdzinski (1997) considera difícil explicar como é elaborado este sentimento em função da interferência de diferentes elementos, em especial da percepção direta do meio ambiente através dos sentidos e da percepção indireta, sobretudo, através da mídia.

Os psicólogos e os geógrafos mostraram que nós nos deslocamos, nos orientamos como se tivéssemos em nós uma representação do espaço. Escolhendo no espaço isso que sua experiência anterior o fez conhecer diretamente, e nisso, geralmente mais vasto que ele recebeu dos outros ou da mídia, o indivíduo ordena tudo isso que ele conhece sobre configurações mentais que o permitem de se referenciar em função de estratégias. Esse processo de cognição é um vai-e-vem permanente entre o indivíduo e seu ambiente. O sentimento de pertencimento participa da mesma lógica. Ele não é imóvel e varia no espaço e no tempo em função das características do indivíduo e do meio ambiente (GWIAZDZINSKI,1997).¹³

O sentimento de pertencimento a um lugar, ou território, pode ser relacionado com a conservação da biodiversidade, pois, como observa Campos-Filho, é necessário compreender que o compromisso das pessoas nasce do sentido de lugar, e “a ação [...] mais eficaz tem sido aquela que vem de pessoas intimamente ligadas a uma região, que se identificam com ela, que dependem dela para a subsistência, que se orgulham dela e que, finalmente, se sentem responsáveis por ela” (WRI/UICN/PNUMA apud Campos Filho, 2002, p. 53).

¹³ “Les psychologues et les géographes ont montré que nous nous déplaçons, nous nous orientons comme si nous avions en nous une représentation de l’espace. Choisisant dans l’espace ce que son expérience antérieure lui a fait connaître directement, et dans celui, généralement plus vaste qu’il a reçu des autres ou des média, l’individu ordonne tout ce qu’il connaît sur des configurations mentales qui lui permettent de se repérer en fonction de stratégies. Ce processus de cognition est un va-et-vient permanent entre l’individu et son environnement. Le sentiment d’appartenance participe de la même logique. Il n’est pas figé et varie dans l’espace et dans le temps en fonction des caractéristiques de l’individu et de l’environnement” (GWIAZDZINSKI,1997). Tradução da autora.

7 - GOVERNANÇA AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Governança constitui-se, na realidade, em um termo relativamente novo, muito difundido na França – *gouvernance* – mas ainda pouco preciso. Envolve gestão local, relação entre o nível local e os demais níveis, gestão integrada, democracia local e participativa, e descentralização do poder.

Némery adota a seguinte definição do conceito de governança: “É a capacidade das sociedades humanas de se dotar de sistemas de representação, de instituições, de regras, de procedimentos, de corpos sociais capazes de gerar as interdependências de maneira pacífica” (NÉMERY, 2003, p. 81)¹⁴. O autor acredita que esta definição estabelece laço estreito entre “governança” e “democracia representativa” e, também, assevera que a governança supõe uma boa organização territorial apta a responder às necessidades de evolução das comunidades locais, implicando no controle de estratégias visando a organizar as cooperações e as sinergias entre os atores. Considera, ainda, que para ser eficaz, a governança deve se repousar sobre a legitimidade. “A legitimidade supõe o consentimento do exercício do poder pelo cidadão”¹⁵ (Ibid., p. 82), pois, para ele, a governança legítima supõe uma adesão mais ampla e mais permanente do cidadão à maneira pela qual ele é governado. Combina, assim, a democracia representativa a uma democracia mais participativa (Id.).

Cavalcanti (2004), apoiado em Héctor Leis, conceitua “governança” como o arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico. Para este autor, a chamada governança ambiental, no Brasil, possui atributos avançados, através de uma moldura bem concebida de regras definindo o exercício legal de poderes sobre o meio ambiente. Considera sua

¹⁴ “(...) c’est la capacité des sociétés humaines à se doter de systèmes de représentation, d’institutions, de règles, de procédures, de moyens de mesure, de corps sociaux capables de gérer les interdépendances de façons pacifique” (NÉMERY, 2003, p. 81). Tradução da autora.

¹⁵ “La légitimité suppose le consentement à l’exercice du pouvoir par le citoyen” (Ibid., p. 82). Tradução da autora.

perspectiva progressista e em evolução, possuindo uma feição orientada pela noção de sustentabilidade ecológica, abarcando o capital natural, funções do ecossistema e serviços da natureza. Entretanto, este mesmo autor assevera que faltam ao Brasil certos elementos imprescindíveis a uma governança ambiental bem sucedida, em função do direcionamento da tomada de decisão para o sentido do crescimento da economia, com sérias conseqüências em termos da exploração e destruição do meio ambiente.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), grande mentor dos processos de desenvolvimento das regiões periféricas mundiais, destaca em seu documento “Perfil da Estratégia de Meio Ambiente”, concebido como um programa que visa a incorporar a dimensão ambiental às atividades relevantes do Banco, que a resposta institucional e o compromisso público/privado com o crescimento ambientalmente sustentável requerem um “quadro de governança” para integrar todas as instituições, a sociedade civil, as políticas, processos, ferramentas e informações.

Assim, o conceito amplo de “governança ambiental” é aquele que liga e harmoniza políticas, instituições, processos, ferramentas e informações de modo a capacitar todo um conjunto de interessados (entidades públicas e privadas, ONGs, comunidades locais e, em última instância, a comunidade global) a gerenciar conflitos, buscar consenso, efetuar escolhas abalizadas e assumir responsabilidade pelas próprias ações. A falta de mecanismos de boa governança constitui provavelmente o principal empecilho à obtenção de resultados efetivos. Por isso, propõe-se adotar, como um dos princípios subjacentes à Estratégia de Meio Ambiente, a boa governança ambiental (item 3.1, letra d, do documento do BID, s/d).

Pode-se atribuir ao conceito de governança a função ordenadora do chamado desenvolvimento local e, especificamente à governança ambiental, a ordenação do chamado desenvolvimento sustentável. Na literatura francesa a governança geralmente aparece associada a ordenamentos territoriais, intermunicipalidades, consórcios de municípios, descentralização, gestão dos recursos naturais renováveis, gestão compartilhada, dentre outros.

Guimarães (2003) acredita que o desenvolvimento territorial deve se dar como um processo endógeno e que o conceito de território sustentável pode ser assimilável por qualquer região ou comunidade, admitindo-se que: “no es la región o el territorio en si mismo ‘sustentable’ sino la forma de intervención en ella” (p. 39).

Em contrapartida, Rocha (2002) afirma que um projeto diferenciado de desenvolvimento para um determinado “lugar” ou “região” desencadeia uma nova forma de se pensar a apropriação do território e seus recursos. Esse projeto demanda uma ordenação territorial, como parte integrante de um planejamento regional, fundamentado numa política de desenvolvimento participativo, visando a uma gestão mais democrática dos recursos ambientais de cada lugar.

No Pantanal, a implantação do Parque Natural Regional, enquanto um consórcio de proprietários rurais, levantou e expôs as possibilidades de se praticar uma governança ambiental, visto que seu projeto impunha a necessidade de se harmonizar - ou “concertar” - as políticas, as instituições, os processos, as ferramentas, as informações, visando ao pleno envolvimento e à capacitação de todos os atores, através de planejamentos participativos, a fim de gerenciar os próprios conflitos, realizar escolhas e administrar as realizações.

Entretanto, constata-se que a proposta do PNRP não foi precedida por uma sondagem junto à sociedade local e mesmo de um planejamento regional, capazes de atribuí-lhe legitimidade, apontando, assim, uma demanda autêntica por esse tipo de organização. O Pantanal carece de levantamentos pertinentes às demandas da população acerca das formas mais adequadas para se desenvolver econômica e socialmente a região, protegendo sua natureza e sua cultura.¹⁶

Talvez, para se pensar a realidade do Pantanal, além da conciliação entre a conservação do ambiente natural com o desenvolvimento econômico do território, seria conveniente pensar em uma proposta que se aproximasse

¹⁶ O Capítulo III trata dessa constatação, ao abordar com maiores detalhes o processo de criação e implantação do PNRP.

dos preceitos do economista indiano Amartya Sen de desenvolvimento como liberdade. Em sua tese, ele assevera que o principal fim e o principal meio do desenvolvimento deveria ser a expansão da liberdade. A liberdade é colocada por ele como a perspectiva norteadora de todo o processo de desenvolvimento. Defende a expansão das liberdades reais: liberdade de ações e decisões dos indivíduos, como as oportunidades básicas reais de acesso aos serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado, segurança econômica e social.

Nas atuais condições do Pantanal, em processo de desenvolvimento, as carências emergem e se evidencia a necessidade do atendimento do que Sen (2000) chama de “liberdades reais”. Talvez, uma das falhas de planejamento apontada, seja exatamente a garantia de liberdades reais para um ator que se encontra quase invisível nas discussões sobre o PNRP: a gente pantaneira.

8 - A EMERGÊNCIA DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

No processo de territorialização da política, a noção de patrimônio exerce um papel legitimador. Na Geografia francesa, segundo Gravari-Barbas (2003), a imposição da noção de patrimônio se expressa pela passagem progressiva do monumento isolado ao perímetro de proteção em torno do monumento em questão, para abarcar, a partir daí, o lugar, o setor histórico, a cidade histórica, compreendendo, potencialmente, o território em seu conjunto.

Guy Di Méo, citado por Gravari-Barbas, destaca o “parenté conceptuelle”¹⁷ entre patrimônio e território, destacando que essa familiaridade se expressaria através de vários pontos, dos quais o mais marcante seria a lenta, mas constante, patrimonialização do espaço. A constituição do campo patrimonial se faz de maneira emocional, intelectual e, eminentemente dinâmica, se adaptando sempre às sensibilidades, aos desejos, às

¹⁷ Em tradução literal corresponde a “parentesco conceitual”.

interrogações, mas, também, aos interesses da sociedade envolvida (GRAVARI-BARBAS, 2003).

A produção do patrimônio busca se apoiar nas legitimidades históricas ou geográficas, mas ela não tem um caráter de automaticidade, ou seja, são os produtores do patrimônio que elegem os elementos a serem patrimonializados, não sendo, todavia, as qualidades intrínsecas dos elementos em questão. O papel desses produtores, que Gravari-Barbas chama de “empreendedores do patrimônio” é de selecionar, de triar, de mostrar, de explicar, de interpretar, de tornar compreensível, visível, desejável, esse patrimônio em emergência (GRAVARI-BARBAS, 2003). A autora admite ainda que o processo de construção do patrimônio pode ser estreitamente ligado ao processo de construção territorial, considerando que a construção patrimonial é operada freqüentemente nos objetivos territoriais (territorialização, reterritorialização, desterritorialização).

(...) o território é antes de tudo a terra dos ancestrais; se nossa sociedade nômade ou multiterritorializada parece ter esquecido, em certas sociedades, a tautologia entre território e terra de sepultura dos ancestrais é clara e direta (GRAVARI-BARBAS, 2003, p. 53)¹⁸.

Apesar da tradição de uma herança cultural material ter sido inaugurada no Ocidente desde a Renascença, a noção de “monumentos históricos” não foi institucionalizada antes da primeira metade do século XIX. É nesse momento que os monumentos históricos tornam-se negócio de Estado, passando a ser objetos de política pública.

A ascensão de um elemento ao *ranking* patrimonial é o resultado da ação conjugada da sensibilidade da sociedade da época e as escolhas efetuadas pelos “empreendedores do patrimônio”: homens do Estado ou de letras, artistas escritores, cujos papéis, implícitos ou explícitos, são de definirem um primeiro corpus de patrimônio nacional. Através deles a vontade pública escolhe e as políticas públicas definem seus emblemas e seus

¹⁸ « (...) le territoire est avant tout la terre des ancêtres ; si notre société nomade ou multiterritorialisée semble l'avoir oublié, dans certaines sociétés, la tautologie entre territoire et terre de sépulture des ancêtres est claire et directe ». Tradução da autora.

símbolos. O patrimônio aparece então como uma construção histórica e política (GRAVARI-BARBAS, 2003, p. 54).

Os “monumentos históricos” foram progressivamente cedendo lugar ao “patrimônio”, termo muito mais genérico que engloba testemunhos outros que os grandes testemunhos oficiais do passado. A emergência de “novos patrimônios” não é mais a expressão da nação, mas de grupos que vivem e produzem “patrimônios” sobre o território nacional. Em um certo sentido, se trata de um verdadeiro alerta do local que reivindica o estatuto patrimonial para os elementos que representam apenas um grupo limitado. A autora apóia-se em Léniaud para asseverar que a “memória nacional” cede então o espaço para as “memórias plurais” políticas (GRAVARI-BARBAS, 2003, p. 54).

Em obra mais antiga Gravari-Barbas já defendia a não existência de patrimônio *a priori*, pois um processo prévio de adoção é necessário. O grupo que se apropria não somente compreende sua significação, como também se identifica através desse patrimônio (GRAVARI-BARBAS, 1997, p. 58). A herança dos bens patrimoniais e a identificação de um grupo a estes legitima as ações que são conduzidas para ele em vista de sua salvaguarda. A identificação de um grupo a um território é expressa essencialmente através de elementos patrimoniais materiais, sustentados pelo território (p. 60).

Alphandéry (2001) considera que, desde o início dos anos 1980, acontece na França uma multiplicação de parques naturais regionais e de eco-museus e que estes, junto aos processos de certificações e selo com garantia de origem para os chamados *produits de terroir*¹⁹, conduzem o patrimônio ao desenvolvimento local. Esta seria a perspectiva adotada pela Federação dos Parques Naturais Regionais da França, pela Missão do Patrimônio (Ministério da Cultura) e pelo Centro Nacional das Funções Públicas Territorial que, associadas na apresentação de uma série de experiências locais, editaram um fascículo intitulado *Quand le patrimoine fait vivre les territoires*²⁰.

Alphandéry (2001) também destaca o relatório redigido, em 1994, pelo antropólogo Isac Chiva, a pedido do Ministério da Cultura da França, o qual

¹⁹ *Produits de terroir*, conceituação no Capítulo III, Item 5.

²⁰ *Quando o patrimônio dá vida os territórios*.

dedica-se à definição da noção de patrimônio cultural rural como suporte de identidade e ação social imbricando o econômico, o simbólico e o natural em torno do habitat humano, das paisagens e do *savoir-faire*. Por outro lado, ele questiona a compatibilidade da perspectiva antropológica de Isac Chiva com o processo de patrimonialização generalizado que, na França dos anos 1990, produziu uma superabundância de lugares e de objetos capazes de serem mais portadores de espetáculo do que de sentidos.

No Brasil, conforme Constituição em vigor, o Pantanal foi patrimonializado em 1988. Também reúne os títulos de Sítio do Patrimônio Mundial Natural e o de Reserva da Biosfera Mundial. Entretanto, assim como na França, o processo de patrimonialização, que vem se generalizando, desenvolve-se dentro de um caráter elitista, no qual, pequenos grupos, geralmente autoridades e técnicos de Estado, decidem qual monumento ou espaço (sítio) receberá o título de patrimônio e, a partir de então, incitam e convencem a população local a investir na busca pela concreção de tal “empreendimento”. Acredita-se que esse processo é impulsionado mais pelo fator econômico, visto que um “patrimônio” sempre se traduz em valorização espacial, muitas vezes transformado em atrativo turístico.

Para Anico (2004), o processo de patrimonialização estaria promovendo resgates do passado como uma reação às tendências de homogeneização cultural, promovidas pela globalização. A autora destaca que o patrimônio surge com o advento das sociedades modernas, como um artifício voltado para o fortalecimento de uma pertença a um mesmo espaço simbólico. Define ainda o patrimônio como uma síntese simbólica de valores identitários que contribuem para um sentimento de pertencimento e de identificação de um coletivo social.

9 – GLOBALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIDADES

Em um contexto de globalização, as condições econômicas, sociais, políticas e culturais são parte integrantes de um sistema-mundo no qual estado e indivíduo perdem grande parte da sua autonomia para um sistema de conexões mundiais. Desta forma, ao mesmo tempo em que se verifica uma tendência à universalização da cultura, subsistem modalidades de identificação particulares, que articulam os referentes culturais locais com os importados (ANICO, 2004).

Anthony Giddens (1991) define a globalização como um processo dialético de intensificação das relações sociais que, em escala mundial, ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a grandes distâncias e vice-versa. Floriani (2004), refletindo sobre a produção do conhecimento, constata na obra de Giddens que a globalização não pode ser concebida somente em termos econômicos, mas também em termos políticos, tecnológicos e culturais, podendo ser interpretada tanto em seus aspectos objetivos e processuais quanto em seus aspectos íntimos e pessoais, aludindo à existência de processos complexos e contraditórios no seio da globalização.

A globalização, para Geiger (1996), além de expressar a internacionalização da economia e a expansão mundializada das corporações multinacionais e transnacionais, também compreende a internacionalização dos movimentos sociais urbanos, que se preocupam com os direitos humanos, com a questão ambiental.

O processo de globalização tende a promover a uniformização do mundo material e esta, segundo Claval (1999), poderia comprometer os símbolos físicos das identidades. Para ele, as transformações políticas e a tendência à criação de grandes espaços econômicos desvalorizam algumas referências. Há um aumento da mobilidade social e as modernas tecnologias aproximam os indivíduos, mesmo que os outros pareçam perigosos. Nesse sentido, o autor assevera:

(...) a esses reflexos identitários que se dedicam todos aqueles a quem fascina a montagem de novas seitas religiosas ou filosóficas, a multiplicação de grupos voluntariamente retirados do mundo, a renovação dos regionalismos, a exacerbação de certos nacionalismos, ou a chama dos fundamentalismos (CLAVAL, 1999, p.89).

A suposta uniformização do mundo estaria conduzindo a uma separação do tempo e do espaço, que, segundo Giddens (1991), seria um dos fatores do dinamismo da modernidade. O tempo vai deixando de ser conectado ao espaço (e o lugar) através da uniformidade de mensuração promovida pelo relógio mecânico. Esta uniformidade instala-se, também, na organização social do tempo. Assim, a coordenação através do tempo torna-se a base do controle do espaço.

Na mesma linha, Octávio Ianni admite que a globalização tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias; afirma também que tudo tende a deslocar-se além das fronteiras, “línguas nacionais, hinos, bandeiras, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas” (IANNI, 2003, p. 94-95).

Hall (2004), por sua vez, ressalta que as novas características temporais e espaciais colocadas pelo processo de globalização, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, seriam um dos aspectos mais importantes a refletir sobre as identidades culturais da atualidade.

Os espaços hoje se encontram muito mais híbridos, mesclados, mas não perderam, de todo, antigas propriedades. Nesse sentido, Hall, citado por Haesbaert (1999, p. 183), aponta três possibilidades concomitantes de manifestação identitária:

- ✓ As identidades “globais” ou a diluição das identidades pela globalização;
- ✓ As identidades de resistência, geralmente saudosistas, retomando ou reforçando antigas memórias coletivas, como no caso dos neonacionalismos;
- ✓ As novas identidades pluriculturais, fruto de um diálogo entre o global/universal e local/particular.

As identidades pluriculturais, consideradas por Hall (2004) como “pós-modernas”, são consideradas por Haesbaert (1999) como “transterritoriais”, enquanto que para Canclini, também citado por Haesbaert, as identidades modernas eram territoriais e quase sempre monolinguísticas, já as identidades pós-modernas seriam transterritoriais e multilingüísticas e estruturam-se mais pela lógica dos mercados.

Haesbaert ressalta, entretanto, que a descontinuidade e a superposição territorial-identitária não se traduziriam em menor relevância do território e das identidades territoriais.

Se o território for visto não apenas como um *locus* de relações de poder que se fortalecem (ou debilitam) através das mediações espaciais, mas como um meio de identificação e de reformulação de sentido, de valores, então devemos enfatizar que tanto a identidade “transterritorial” não é uma identidade a-territorial, como também as identidades territoriais nos moldes mais tradicionais não estão desaparecendo, mas se reformulando (HAESBAERT, 1999, p. 185).

Considerando o território um conceito muito difundido na Geografia, Haesbaert assegura que a maioria dos trabalhos focaliza a destruição do território: a desterritorialização. Analisando as principais idéias sobre desterritorialização, ele conclui que na literatura pertinente convivem várias concepções de território, que se traduzem em inúmeras leituras. Os processos de desterritorialização, levantados pelo autor, realizam-se concomitantemente:

(...) uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-territorial) (HAESBAERT, 2002, p. 132).

Ianni também apresenta a desterritorialização como uma característica essencial da chamada “sociedade global” em formação, na qual:

Formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação. (...) O debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e territórios, tem alterado a base de muitas interações globais significativas e, simultaneamente, põe em causa a definição tradicional de Estado (IANNI, 2003, p. 95).

Como produto da globalização, a desterritorialização manifesta-se em todos os níveis da vida social, nas esferas da economia, da política e da cultura. Tudo passa a se movimentar em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias. Para Ianni (2003), desterritorializar significa dissolver ou deslocar o espaço e o tempo. Na sociedade global a desterritorialização é um processo cada vez mais intenso e generalizado, no qual as relações, os processos e as estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração parecem desenraizar-se:

Há fatos sociais, econômicos, políticos e culturais ocorrendo perto e longe, não se sabe onde. Manifestam-se em diferentes lugares, situações, significados, de tal maneira que produzem a impressão de que vagam por distintas regiões, nações, continentes. Um processo que está evidente no vasto espaço do mercado, na ampla circulação de idéias, na intensa movimentação das pessoas. O turismo e o terrorismo são ingredientes deste processo, conferindo a muitos a impressão de que as coisas, pessoas e idéias desenraizam-se periódica ou permanentemente. (...) A desterritorialização afeta as lealdades de grupos, as manipulações das moedas tanto quanto das identidades, e também as estratégias dos Estados (IANNI, 2003, p. 100-101).

Os territórios, diante da globalização, são construídos, destruídos e reconstruídos a todo instante. Novos territórios e territorialidades são inventados incessantemente para suprir uma demanda emergente e insaciável pelo “novo” e pelo “diferente”. Harvey (1992) preconiza que a modernidade é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes; aliás, para este autor, os pensadores iluministas, no século XVIII, “viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado” (HARVEY, 1992, p. 23).

Santos assevera que a mobilidade, na atualidade, se tornou regra e que a circulação é mais criadora que a produção, engendrando a idéia de desterritorialização:

Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de *desterritorialização*. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturação (SANTOS, 1997, p. 262).

Se considerar que o território vincula-se à apropriação e a territorialidade ao conjunto de práticas que garantem essa apropriação, a desterritorialidade, de acordo com Corrêa, representa “a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazer o território” (CORRÊA, 1996, p. 252).

No Pantanal, a desterritorialização já se dá nas esferas apontadas, sendo a perspectiva do turismo e as questões econômicas os traços mais fortes. Quanto ao PRNP, as estratégias de sobrevivência e manutenção do *status quo* dos proprietários rurais e a resistência, ou desistência, da população trabalhadora também permitem o próprio enquadramento no âmbito das definições de globalização e desterritorialidades.

Conforme exposto, há sempre a necessidade de desvelar alguns conceitos para facilitar a compreensão do fenômeno analisado, identificando suas especificidades e a sua relação com os demais conceitos empregados no processo de compreensão, podendo inclusive gerar a necessidade de se criar um novo conceito.

A intenção, ao final desta tese, é gerar uma nova compreensão para o Pantanal a partir da realidade atual, na qual, em meio a graves crises, se descortina um modelo de gestão que se choca com as propostas tradicionais e, também, com a legislação vigente, mas atende, pelo menos em parte, às expectativas colocadas pela onda do “desenvolvimento sustentável”. Ao mesmo tempo, vê-se na proposta do Parque Natural Regional do Pantanal uma frutífera oportunidade para melhor se apreender os conflitos sociais latentes

entre grupos ali envolvidos. Billaud (1984) afirma que essa modalidade de gestão permite a diluição dos mecanismos de poder, não conferindo a algum grupo de pressão a dominação absoluta, e, conseqüentemente, como em um teatro privilegiado, os conflitos de interesse, próprios daquela formação social, são realçados.

O que as novas emergências que se manifestam no Pantanal significam na perspectiva de uma idéia de sustentabilidade sócio-ambiental? Será que o PNRP vai se consolidar apenas como mais uma alternativa econômica que atende aos interesses de atores locais inseridos no mercado internacional com uma “etiqueta verde”?

Essas e outras questões derivadas da exposição teórica do presente capítulo servirão de âncora e de referência para abordar a diversidade de situações e de problemas identificados no PNRP, a fim de fazer emergir os múltiplos sentidos que co-existem nas dinâmicas sócio-ambientais do Pantanal.



Humberto Espíndola

Da série *Peito do Senhor Bovino*, 1969
Óleo sobre tela
151 X 224cm
Coleção UFMS/Aquidauana, MS

*Não é fácil nascer novo.
(...)
cresço no rasto dos primeiros exploradores,
com esta capela por cima, esta mina por baixo.
Os liberais me empurram pra frente,
os conservadores me dão um tranco,
se é que todos não me atrapalham.
(...)
Não é fácil
nascer e agüentar as conseqüências
vindas de muito longe preparadas
em caixote de ferro e letra grande.
Nascer de novo? Tudo foi previsto e
proibido no antigo Testamento do Brasil.*

Carlos Drummond de Andrade
Boitempo

CAPÍTULO III

EMBATES DA SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL NO PANTANAL

O Capítulo anterior voltou-se para a discussão das categorias de análise que se pretende aplicar ao longo desta tese: território, identidade, paisagem, governança, pertencimento, patrimonialização.

Neste Capítulo III será feito o encaminhamento da análise do objeto à luz dessas categorias construídas.

Houve destaque à atribuição de uma função decisiva aos territórios nos planos de desenvolvimento, observando que, cada vez mais, os processos institucionais de planejamento adquirem dimensões territoriais. Foi usada a França como exemplo, onde se destaca o caráter contratual entre o Estado e as regiões, traduzindo-se na criação de novas entidades geográficas.

Estas são geralmente designadas como um “pays”, ou mesmo como um Parque Natural Regional (PNR), instâncias nas quais os políticos, os atores econômicos e sociais se organizam em “concerto”, com o objetivo de pôr em prática os projetos de desenvolvimento comuns ao território em questão. Nesse empreendimento, estando devidamente articuladas as forças endógenas do território, este se estabelece como uma entidade geográfica.

Com o apoio de Shneider (2004) foi visto, também, que a emergência da abordagem territorial no Brasil pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. O espaço de ação se constrói a partir da ação entre indivíduos e o ambiente em que estão inseridos, sendo, portanto, o seu conteúdo entendido como o território.

Assim, as iniciativas de descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil – especialmente as ONGs -, a redefinição do papel das instituições, e a crescente importância das esferas infranacionais do poder público ganham destaque nessa nova unidade de referência, o território, passando-se a chamar de territoriais todas as ações de intervenção nesse espaço. Os territórios adquirem a função de agentes de transformação social, deixando de ser vistos apenas como suportes de recursos físicos, sendo reconhecidos e valorizados.

Diante dessa nova concepção de território e ciente da importância do território pantaneiro, com projeções internacionais, inclusive alvo de disputas por diversos grupos de atores atuantes nos campos econômico, social e ambiental, se pretende, neste capítulo, analisar a proposta de implantação do Parque Natural Regional do Pantanal, enquanto um projeto piloto, baseado em um modelo de gestão territorial adotado na França e em outros países europeus.

1 – PROPOSTAS E MODELOS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM

No Pantanal, paralelamente às políticas públicas e em reação à crise agrária brasileira e às ameaças de desapropriação de suas terras com objetivos de reforma agrária ou de proteção ambiental, grupos de proprietários fundiários, seus principais agentes econômicos, vêm se organizando. Uma das maiores inquietações se expressa na conjuntura do mercado da carne no Brasil, que sempre os coloca em desvantagem em relação aos produtores de carne do planalto, ou seja, das áreas especializadas em gado de corte, onde é re-criada e engordada a maioria dos bezerros provenientes da planície¹. Nesse

¹ Segundo Arruda (1993), sob o ponto de vista zootécnico, a exploração bovina para a produção de gado de corte, constitui-se basicamente de três fases de produção animal: cria, recria e engorda. A fase de cria seria a primeira fase biológica, se “inicia com o acasalamento do touro com a vaca, no caso de monta natural, ocorre a gestação, o nascimento, o aleitamento do bezerro. A cria termina com a desmama, que normalmente ocorre aos 7-8 meses de idade da cria”. Depois viriam as fases seguintes, a recria e a engorda (ou acabamento) quando o animal encontra-se pronto para o abate, com uma idade média entre 24-48 meses. O autor afirma que um animal só assume a sua individualidade como unidade

sentido, os pecuaristas do Pantanal tornam-se reféns de seus concorrentes das áreas mais modernizadas. Estas áreas - o planalto circundante ao Pantanal em território brasileiro, estendendo-se ao Oeste paulista -, segundo a lógica do mercado, apresentam-se mais adequadas às etapas de transformação dos bezerros da planície em bois ou vacas prontos para o abate ou reprodução, portanto, às etapas de maior agregação de valor. Estas áreas foram determinadas para essa função por uma série de motivos: 1) não são classificadas como áreas de especial valor ecológico, fato limitante de muitas práticas econômicas, como é o caso do Pantanal; 2) não estão sujeitas ao ciclo de enchente-vazante, que impõe ritmo diferenciado e, até, imprevisível à rotina pantaneira; 3) reúnem maior progresso técnico-científico; 4) localizam-se próximas aos frigoríficos e ao mercado consumidor em geral; e, 5) são servidas por sistemas mais eficientes de comunicação e transporte, favorecendo o escoamento de produção.

Por outro lado, concomitante às crises vivenciadas pelos pecuaristas do Pantanal, o continente europeu, um dos mais importantes mercados consumidores de carne bovina, vivenciou as ameaças da chamada “doença da Vaca Louca”, que causou grande impacto à pecuária bovina europeia, sobretudo na França e no Reino Unido, provocando imensos prejuízos financeiros e enormes riscos às vidas humanas².

Aliada aos problemas apresentados por essa e outras enfermidades que possam afetar os rebanhos bovinos, a corrente “verde” expressa pelo movimento ambientalista, muito atuante em países ricos do Hemisfério Norte, vem prescrevendo o consumo de alimentos mais livres de insumos agrotóxicos. Para o caso de produto de origem animal, é recomendado que os indivíduos destinados a abates não sejam submetidos a procedimentos considerados

negociável no mercado a partir da desmama. Em geral, é a partir desse momento que os bezerros do Pantanal, criados na forma tradicional, encontram-se aptos à comercialização.

² A “Vaca Louca” ou a BSE (sigla de Encefalopatia Bovina Espongiforme, em inglês) ocorre em muitas espécies diferentes e é invariavelmente fatal. Não é passível de tratamento e é de difícil diagnóstico. Muitas vezes não é possível dizer se um indivíduo está infectado até que os sintomas finais comecem a manifestar-se. A Doença de Creutzfeldt-Jakob (CJD) é um tipo de encefalopatia espongiforme transmissível que ocorre em seres humanos (Informações obtidas em boletim da **The Vegetarian Society UK**, extraído em 11/09/2003 do *site* <http://www.ivu.org/portuguese/trans/vsuk-bse.html>).

agressivos, não naturais, alimentados de preferência com pastagem natural, sem a adição de nutrientes artificiais e/ou de origem animal.

Nesse sentido, tanto na Europa, como no Brasil, as áreas rurais têm sido cada vez mais valorizadas pela sua função ambiental. De territórios essencialmente entendidos como produtores de alimentos passam a ser vistos, social e institucionalmente, como áreas de reserva ambiental. Portanto, áreas a serem protegidas, para as quais são aconselhadas somente práticas econômicas vistas como não danosas ao meio natural, que se estabelecem como mais “harmônicas” na relação sociedade-natureza. Dentre estas se encontram algumas atividades extrativistas, ou mesmo de criação ou de cultivo, com manejos extremamente controlados, de forma a não interferir substancialmente na reprodução natural do meio. Mas são mais destacadas as atividades de serviço voltadas para o grande público urbano, como as diversas modalidades, não predatórias, de turismo, tais como o chamado ecoturismo, ou turismo ecológico, o turismo rural, o de contemplação, o de aventura, etc.

Esta nova percepção do rural é derivada, basicamente, de uma população citadina, que, desenvolvendo maior sensibilização pelas questões ambientais, passa a atribuir valores aos elementos naturais, resgatando, assim, uma visão estetizante do meio rural. Como visto no capítulo anterior, o processo de redescoberta e de estetização da natureza tem início na Inglaterra dos séculos XV e XVI, quando também surgem as primeiras concepções de paisagem.

Na visão dos urbanos, “o ambiente é a natureza e a natureza é o campo” (MATHIEU & JOLLIVET, 1989, p. 11). Essa redefinição e ressignificação das paisagens e dos espaços rurais, como um fenômeno relativamente recente, se consolida na Europa, em especial na França. No Brasil vem tomando forma, quando a sensibilização ambiental, mais aguçada entre os urbanos - que perfazem aproximadamente 80% da população total – promove novas percepções do que seja um ambiente natural. Três grandes biomas brasileiros foram eleitos, pelo processo de construção da sensibilização ambiental, como detentores da supremacia ecológica do país, tornando-se alvos de críticas, opiniões, e, conseqüentemente, principais objetos das políticas públicas de

defesa do meio ambiente: a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Pantanal Mato-Grossense.

No Brasil, quando a abordagem territorial substitui, gradativamente, a abordagem regional, partes desses grandes biomas, muitas vezes traduzidas em regiões, conseguem se estabelecer enquanto territórios, com características e vontades próprias. Pode-se afirmar que o território adquire uma “alma”, alcançando, assim, certo destaque e autonomia.

A sensibilização ambiental, aliada à abordagem territorial, contribui para a superação do enfoque setorial das atividades econômicas, e, conseqüentemente, atenua a dicotomia espacial entre o campo e a cidade. Nesse sentido, algumas experiências, tidas como inovadoras, têm conquistado espaço. Aqui será tratada a experiência do Parque Natural Regional do Pantanal, em Mato Grosso do Sul.

2 – O PARQUE NATURAL REGIONAL DO PANTANAL

Em um contexto de disputa de sentidos do que realmente seja uma problemática ambiental e diante da emergência de processos de estabelecimento de áreas protegidas no mundo e de patrimonialização da natureza, nasce o Parque Natural Regional do Pantanal (PNRP).

Fruto da organização de um grupo de fazendeiros do Pantanal e inspirado na experiência francesa de parques naturais regionais³, o PNRP foi oficializado pelo governo de MS no ano 2002. Trata-se de um consórcio estabelecido entre proprietários rurais do chamado Pantanal do Rio Negro (Pantanal Sul – Bacia do rio Negro - abarcando as sub-regiões: Pantanal da Nhecolândia, Pantanal de Aquidauana, Pantanal de Miranda e Pantanal do

³ Um panfleto de divulgação do PNRP apresenta a seguinte definição: “Um **Parque Natural Regional** é uma modalidade de Unidade de Conservação desenvolvida na França para proteger territórios rurais frágeis, ameaçados pela forte pressão urbana e por tendências de exploração econômica inadequada. Caracteriza-se principalmente por apoiar-se num sistema de definição e gestão partilhada das formas de ocupação do território, a partir dos interesses primeiros dos próprios moradores da região”.

Abobral)⁴. O PNRP é resultado de um projeto de cooperação técnica bilateral entre Brasil e França e deveria funcionar como uma experiência-piloto para o Brasil⁵. Recebe o nome de “parque”, mas não se trata de uma unidade de conservação conforme o sentido expresso pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), mas de uma organização de bases territoriais que propõe o “uso sustentado” dos recursos.

O projeto orçado em 1.022.550 euros teve como financiadores a União Europeia (76%), o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (16%) e a Federação dos Parques Naturais Regionais da França (FPNRF) e o Ministério de Assuntos Estratégicos do Estado Francês (8%). A iniciativa contou com a participação do Grupo de Troca de Experiências do G7 e do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM). O beneficiário do valor previsto no projeto foi a FPNRF que estabeleceu um convênio com o Estado de MS em 1998, dando início ao projeto em maio desse mesmo ano.

Documentos de divulgação sobre esse empreendimento informam que a área inicial do PNRP abarca em torno de 20% do Pantanal de Mato Grosso do Sul, aproximadamente cinco milhões de hectares, tendo como especificidade a não desapropriação das fazendas e a adesão voluntária de seus proprietários. O projeto previa, dentre outras coisas, revolucionar a vida no Pantanal, abrindo novas possibilidades de negócios e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes. São evidenciados, nessa promessa de “revolução”, os anseios dos grupos de proprietários rurais por mudanças nos rumos da política de desenvolvimento adotada para o Pantanal, que impõe certa restrição ao uso dos recursos naturais, para atender a uma demanda internacional de conservação dos ecossistemas especiais.

⁴ Ainda não foi levantado o tamanho médio dessas propriedades. Conforme exposto neste trabalho, as características físico-naturais do Pantanal, sua localização geográfica e a sua história de ocupação, contribuíram para a consolidação de uma estrutura agrária extremamente concentrada, constituída, basicamente, por latifúndios. Para a manutenção da pecuária extensiva em áreas sujeitas a inundações periódicas, é defendida a necessidade de grandes propriedades. Assim, foi construída a idéia de que, no Pantanal, cada unidade produtiva, conhecida por fazenda, deve ter, como tamanho mínimo, em média, 5.000 ha para manter-se viável economicamente.

⁵ Projeto de Apoio à Criação do Parque Natural do Pantanal (Estado de Mato Grosso do Sul – Brasil) – PAPNP, a cujo *Relatório de Avaliação Final*, de dezembro de 2002, sob a responsabilidade da FPNRF, tive acesso.

Eis a principal justificativa para o lançamento desse projeto, destacada em seu relatório final:

O Pantanal, maior zona úmida do mundo, hospeda uma fauna excepcional pela sua diversidade e abundância. É pouquíssimo povoado, e seus fazendeiros praticam uma pecuária bovina muito extensiva. Essa prática faz com que o Pantanal possa conservar sua paisagem e biodiversidade. Nos últimos anos, no entanto, os fazendeiros encontram dificuldades econômicas crescentes que agravam ou induzem transformações dos modos de exploração. É de se temer que essas transformações possam perturbar os equilíbrios naturais (FPNRF – Relatório Final, 2002, p. 8).

O mesmo relatório enfatiza a missão do Projeto de Apoio à Criação do Parque Natural do Pantanal (Estado de Mato Grosso do Sul – Brasil) – PAPNP:

(...) criar, no Pantanal de Mato Grosso do Sul, um Parque Natural baseado no modelo dos Parques Naturais Regionais Franceses. Esse modelo associa a conservação da biodiversidade e a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento sustentável com a participação da população (Id.).

Uma outra missão expressa nesse relatório consistia em: “permitir que o Brasil se apropriasse do conceito de Parque Natural Regional, a partir da experiência do Parque do Pantanal, e o desenvolvesse em outras partes do país” (Id.).

Têm-se informações de que há tentativas de se expandir esse conceito pelo território brasileiro, mas ainda muito incipientes. Para o Pantanal há a existência de diagnósticos prontos para a criação de mais três PNRs: o de Porto Murtinho, o de Caracol e o do Nabileque. A intenção do Governo de MS seria criar algumas unidades territoriais, na forma de PNRs, montando assim uma “rede” de gestão compartilhada, com o objetivo de desenvolver uma política de incentivo para o Pantanal em sua totalidade. Desconhece-se o interesse para outras regiões brasileiras. Entretanto, há um técnico do Ministério de Assuntos Estrangeiros da França, responsável pela cooperação ambiental no Brasil, trabalhando atualmente junto ao Centro de

Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Ele, por ainda manter vínculo com a FPNRF e acreditar no sucesso do conceito de PNR, está investindo na divulgação e ampliação do modelo para todo o Brasil. Aliás, foi constatado que há grande interesse por parte da França em expandir o conceito de PNR na América Latina. Há trabalhos nesse sentido no Chile, na Argentina, além do Brasil. Na visão francesa, o continente latino-americano, em sua maior parte, estaria amadurecido, pronto para adotar tal conceito.

Billaud (1984) afirma que a instituição dos parques naturais regionais na França, em março de 1967, teve como objetivo conciliar a preservação da paisagem, o desenvolvimento das atividades tradicionais, em particular a agricultura, e estabelecer uma infra-estrutura turística. Para ele, a diferença em relação aos parques nacionais, criados na França a partir de 1960, é que “não se trata de ‘congelar’ um espaço ou anular a atividade econômica, transformando-se em reserva integral de fauna e flora, mas de organizar, à proximidade de uma concentração urbana importante, um ‘pulmão verde’ no qual a atividade agrícola é conciliada com o turismo”⁶ (BILLAUD, 1984, p. 198). No espírito dos gestores, os parques naturais regionais são uma estrutura flexível, na qual “as coletividades locais devem gerar um turismo rural, pouco exigente em equipamentos, mas sempre mais essencial à reprodução social das metrópoles”⁷ (Id.).

3 – A GÊNESE DO PROJETO DE APOIO À CRIAÇÃO DO PNRP

Há informações de que a iniciativa partiu dos próprios fazendeiros da região que, sentindo-se ameaçados pelo êxodo rural⁸, pelo desmatamento⁹,

⁶ “(...) il ne s’agit pas de ‘geler’ un espace où l’activité économique est nulle en le transformant um reserve intégrale de faune et de flore, mais d’organiser à proximité d’une concentration urbaine important, un ‘polmon vert’ où l’activité agricole passe compromis avec le developpement du tourisme” (BILLAUD, 1984, p. 198). Tradução da autora.

⁷ “(...) les collectivité locales doivent gérer un tourisme rural, peu exigent en équipements, mais toujours plus essentiel à la reproduction sociale dans les metrópoles.” (Id.). Tradução da autora.

⁸ O êxodo rural é justificado pela falta de estímulo à manutenção da propriedade. Alguns fazendeiros, ou seus herdeiros, não vislumbrando condições de manterem a atividade de pecuária nos moldes

pela “reforma agrária familiar”¹⁰, pelo turismo desordenado e pela ocupação das terras por organismos internacionais, pela política agrícola, pela globalização, organizaram-se no sentido de pleitear, junto aos órgãos governamentais e aos seus representantes políticos, uma forma de sobreviver a esses desafios.

Entretanto, a história revela que a idéia tomou forma no gabinete do ex-Senador Antonio Mendes Canale, ainda na década de 1980, tendo maior incentivo quando o Senador assumiu a direção da antiga SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste).

Para uma melhor compreensão do processo de opção pela implantação desse modelo de gestão territorial, faz-se necessário um mergulho na história recente do desenvolvimento da economia brasileira e, mais especificamente, da região Centro-Oeste, onde se situa Mato Grosso do Sul.

3.1 – A BUSCA POR NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO: AS RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA E O PAPEL DA SUDECO

O antigo Estado de Mato Grosso foi dividido em 1979, quando foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, até este ano, as ações governamentais recaíam sobre o território que hoje pertence às duas unidades da federação brasileira: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ambos inseridos

tradicionais, abandonam suas propriedades. Outros as vendem para indivíduos ou grupos externos, inclusive para ONGs (Organizações Não Governamentais) conservacionistas.

⁹ Conforme expresso neste trabalho, o desmatamento realizado no Pantanal, em sua maior parte, trata-se de iniciativa dos próprios fazendeiros, alguns orientados por assistência técnica, inclusive oficial, que objetiva ampliação da área de pastagem, com a introdução de espécies exóticas nas localidades menos suscetíveis a inundações, as chamadas “cordilheiras”, as quais, naturalmente, apresentam uma cobertura vegetal mais densa, típica de cerrado. Essas “cordilheiras” funcionam como abrigo sombreado para a abundante fauna pantaneira e para os bovinos, sobretudo nos horários de calor mais intenso.

¹⁰ Com uma estrutura fundiária tradicionalmente fundada em grandes latifúndios, capazes de comportar as atividades de pecuária extensiva, com o passar do tempo, o Pantanal teve suas propriedades repartidas em decorrência das divisões de espólios. Isso passou a ser comumente conhecido, entre os pantaneiros, como “reforma agrária familiar”. Não sendo vistas como economicamente viáveis no Pantanal, as fazendas de até 5.000 hectares geralmente têm um dos seguintes destinos: são vendidas para os chamados “fazendeiros do asfalto”; ou são abandonadas; ou tem sua estrutura modificada para intensificar a pecuária bovina, através de desmatamentos e introdução de pastagens artificiais (FPNRF, Relatório Final, 2002, p. 10).

na grande região Centro-Oeste. A partir de 1975, a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) iniciou um processo de intervenção sobre esse território, através de seus programas especiais. A SUDECO era o órgão de planejamento oficial para a região Centro-Oeste e se consolidou como foco de estudos para a formulação das políticas públicas de desenvolvimento implementadas pelos governos Federal e Estaduais (ABREU, 2001).

Criada em 1967, a SUDECO nasceu como uma entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior, tendo sido extinta em 1990. A prática realizada por esta superintendência se materializou em políticas de ações locais e regionais que,

(...) ao serem programadas pela SUDECO, comungavam com o ideário de propostas de ações de interesses (privados) nacionais e internacionais, vinculados ao capital monopolista, de modo a consolidar relações de produção e marcas espaciais próprias, que são, ao mesmo tempo, *novas* e *velhas*: *novas* porque incorporaram as mudanças provocadas pelos instrumentos de indução; *velhas*, porque continuaram (e continuam) reproduzindo relações de poder que são próprias às especificidades do capitalismo no Brasil (ABREU, 2001, p. 22-23).

Segundo Abreu (2001), as mudanças ocorridas na região seriam resultados de um modelo econômico implantado ainda na década de 1950, mas que teria sido renovado e fortalecido no período do governo militar ditatorial. Este modelo determinaria uma reorganização da agricultura brasileira, subordinando-a à indústria, afetando diretamente o espaço vivido da população local/regional, promovendo a inserção definitiva do “espaço mato-grossense”¹¹ no âmbito do projeto nacional de desenvolvimento. Essas mudanças transformam a região em espaço de ocupação necessária, de caráter geopolítico, “face a sua condição de ‘caminho’ para a conquista da Amazônia brasileira”, e, também, como um “espaço de absorção de população

¹¹ Abreu (2001) utiliza a expressão *espaço mato-grossense* para referir-se ao espaço das duas unidades federativas: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

e de alternativa para a desconcentração industrial através da agroindustrialização” (ABREU, 2001, p. 23).

A região Centro-Oeste, até a década de 1970, era pensada como um “vazio demográfico” ou como área vocacionada somente para as atividades agropecuárias. No “espaço mato-grossense”, até esse período, predominava a pecuária extensiva, com poucos vínculos externos, aliada à atividade mineradora, muito mais densa na porção norte do antigo Mato Grosso. O território era organizado com base na grande propriedade rural. Após a guerra com o Paraguai, o “espaço mato-grossense” apresentava a seguinte configuração: na parte amazônica do Norte de Mato Grosso se mantinha o extrativismo da borracha; à Noroeste, área de influência de Cáceres, também no Mato Grosso, havia a predominância do extrativismo da ipecauanha ou poaia (erva medicinal); na porção Sul, que hoje é território do Mato Grosso do Sul, o domínio era o da pecuária extensiva de bovinos; enquanto que no extremo Sul, região de Dourados e Ponta-Porã, prevalecia o extrativismo da erva-mate (ABREU, 2001).

Esses empreendimentos não contribuía para a integração nacional, visto que grande parte dos produtos era destinada à exportação, sobretudo para os países platinos que também mantinham muitas das estruturas de produção na região, vide exemplo da Cia. Matte Laranjeira. Esta empresa instalou seu império em território de aproximadamente um milhão de hectares, arrendado no extremo Sul do antigo Mato Grosso, onde a erva-mate nativa era abundante.

A função da SUDECO foi então a de reorganizar a agricultura do Sul do antigo Mato Grosso, no sentido do avanço da fronteira agrícola, e “esse era um processo previsto na política de planejamento do Governo Federal” (ABREU, 2001, p. 70). Sobre as “Políticas de Ações” da SUDECO, Abreu identifica os objetivos de:

(...) Realizar a expansão de áreas, principalmente através da ocupação de espaços vazios, no Centro-Oeste (na zona de “Cerrados”), no Norte e nos vales úmidos do Nordeste;

(...) Transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não-tradicionais (...) (MINTER/SUDECO apud ABREU, 2001, p. 70).

Assim, a base teórica para a formulação da programação da SUDECO foi a “teoria dos pólos de desenvolvimento (...) face às influências francesas do *Aménagement du territoire*, considerado como arma para fazer a prospectiva, indicando quais os caminhos que devem ser trilhados para atingir em uma data não muito próxima as metas que desejamos e podemos alcançar” (Andrade, apud ABREU, 2001, p. 78).

Gardin (2002), que analisou o processo de planejamento regional instituído para a Bacia Paraná-Uruguai nas décadas de 1950-70, assevera que, inicialmente, esse planejamento se fundamentou na experiência norte-americana de planejamento integral tendo como base o território delimitado pela bacia hidrográfica. Com o decorrer do tempo, o governo, tendo à frente o poder militar, promoveu maior centralização da política territorial, resultando na criação das superintendências regionais de desenvolvimento. Opta-se, portanto, pela base territorial das grandes regiões oficiais, em detrimento da divisão territorial em bacias geográficas. É quando são difundidas as teorias econômicas do francês François Perroux: teoria dos pólos de desenvolvimento e crescimento da economia.

Sobre essas formulações teóricas que se instalam e se fortalecem na Europa do pós-II Guerra, principalmente na França, Abreu afirma que

(...) chegam à América Latina e ao Brasil pelas vias da Economia, do Planejamento Econômico, e encontram também amparo na chamada Geografia Regional. Trata-se de uma teoria econômico-espacial, voltada justamente para o *diagnóstico* do conjunto de elementos que conduzem às desigualdades regionais e para o *prognóstico*, calcado na racionalização do uso do território, a partir de uma programação que pretende desencadear políticas de planejamento e que vislumbra o papel do Estado enquanto gestor/indutor dessas políticas (ABREU, 2001, p. 78).

O discurso de sustentação da SUDECO, e de outros órgãos oficiais na época, apoiava-se nessa teoria econômico-social de planejamento. Tratava-se, portanto, de um processo de internalização do desenvolvimento, entendido como crescimento econômico. Para os governos militares era necessário superar a situação de subdesenvolvimento por essa via.

Em 1971 foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o período de 1971-1974, pretendendo ampliar o mercado nacional, e realizar a integração horizontal do território, tendo atingido, segundo a autora, o “espaço mato-grossense”. Estava presente a idéia de que para integrar o território nacional era necessária a consolidação do Oeste brasileiro, visando à conquista da Amazônia. Nesse processo, o poder público deveria ser o “agente moderador, de modo a permitir o crescimento do PIB para ‘aumentar a renda’ e redistribuí-la junto às camadas sociais” (ABREU, 2001, p. 81). Exerciam importante papel, nesse empreendimento, os técnicos que compunham o quadro intelectual, “já que, em tese, possuíam a capacidade racional para planejar as ações econômicas, sociais e encaminhar o Brasil para o chamado ‘capitalismo social’ que se consolida na proposta do ‘Brasil-Potência’” (Id.).

A autora afirma que o I PNB tinha caráter normativo para as atividades governamentais e caráter indicativo para as atividades privadas, visando à motivação e orientação dos empreendimentos privados nacionais e estrangeiros, que deveriam ser conduzidos pelo caminho de uma estratégia nacional de desenvolvimento (ABREU, 2001).

A prática demonstrou que foi o capital majoritariamente proveniente das corporações multinacionais que veio a definir os setores e, por vezes, a própria estratégia nacional de desenvolvimento. Não foi aleatoriamente que técnicos estadunidenses e posteriormente franceses foram inseridos nos órgãos de planejamento, para ensinar, inclusive, *como* e *onde* planejar. Nesse sentido, a SUDECO é um exemplo, pois tanto encaminhou funcionários para a França, como recebeu técnicos franceses para orientar trabalhos (Ibid., p. 81-82).¹²

¹² A autora explica que as missões norte-americanas freqüentaram os gabinetes dos governantes brasileiros desde os anos 40 e, para o caso da SUDECO, as teorias de desenvolvimento utilizadas demandaram formação teórica, o que se deu com o auxílio de convênios e intercâmbios com a França.

Para a implementação das ações previstas para o Centro-Oeste foram criados programas especiais - todos sob o controle e a administração da SUDECO - para incrementar a pecuária de corte, a extração e industrialização de madeira, a mineração, a agricultura comercial, a pesca empresarial e o turismo. Pelas “mãos” oficiais o processo de globalização dava importantes passos no Centro-Oeste, conduzindo junto um de seus principais produtos: a desterritorialização. As portas do imenso território eram abertas para os procedimentos de construção, destruição e reconstrução, próprios desse processo que se generaliza, agora, com muito mais vigor.

Dentre esses programas especiais, interessa neste trabalho analisar o PRODEPAN (Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal). Entrando em execução em 1974, tratava-se de um conjunto de medidas destinadas a dotar o Pantanal Mato-grossense de “condições para melhor utilização de seus amplos recursos, visando a sua definitiva integração ao desenvolvimento nacional” (MINTER/SUDECO, apud ABREU, 2001, p. 107). Foi o primeiro dos programas especiais destinados à região Centro-Oeste e foi executado no período de 1974-1978.

A origem desse programa especial, segundo Abreu (2001) deu-se a partir de reivindicações do CIDEPAN¹³ - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal – que se transformaram na programação do PRODEPAN. Os documentos desse consórcio demonstram sua incisiva participação na idealização de políticas específicas para o Pantanal. Ali se delineiam os papéis das comunidades e instâncias governamentais nos movimentos de territorialização. Também há que se pensar na relação entre o governo militar ditatorial e a instalação de processos de territorialização, globalização e desterritorialização no País, e, para este caso, no Pantanal. Hoje é cogitado, inclusive, que a própria divisão do “espaço mato-grossense” seguiu essa orientação. Na realidade, diferentemente do que acredita a

¹³ O CIDEPAN foi criado em 12/06/1967, tratando-se de um consórcio, inicialmente de 15 prefeituras, depois 18, todas de municípios da Bacia do Alto Paraguai (BAP). “A união dos prefeitos em forma de consórcio contribuiu para a formação do Grupo de Estudos para um Programa de Desenvolvimento do Pantanal, constituído por representantes do Ministério do Planejamento, do Governo Estadual e do próprio CIDEPAN. Foram dois anos de trabalho. Os resultados desses estudos (...) teriam respaldado a criação do PRODEPAN” (ABREU, 2001, p. 107).

maioria, a criação de Mato Grosso do Sul não teria sido fruto de lutas antigas de “divisionistas sulistas”, mas ao contrário, a força destes estaria emperrando o avanço da globalização no Norte, interferindo no processo de ocupação desencadeado mais tarde na Amazônia. Assim, o governo federal, à surdina, e para surpresa de todos, decretou a divisão, liberando o “Norte” para a desterritorialização desenfreada, promovida pelas “forças globais”, conforme assistimos hoje¹⁴.

O PRODEPAN interviu em diversos setores: transportes, saneamento, energia, industrialização e pecuária. Cada um constituiu-se em uma das linhas setoriais de ação do programa, com recursos e organismo executor já pré-determinado. Para a linha de ação Desenvolvimento da Pecuária foram destinados 10,3 milhões de dólares para investimentos a serem executados pela Embrapa (Empresa de Pesquisa Brasileira em Agropecuária).

Na própria avaliação da SUDECO, o PRODEPAN apresentou baixíssimo rendimento no primeiro período, de 1975-76. Um dos fatores que prejudicaram o rendimento foi o retorno das cheias no Pantanal que coincidiu com o ano da criação do programa, 1974. “A estrutura físico-econômica pensada e planejada estava baseada em estudos de cheias/secas que indicavam 15 anos de seca que foram interrompidos” (ABREU, 2001, p. 111-112). Revela-se aí um grande flagrante da resistência do meio natural do Pantanal. A interrupção do ciclo seco levou, literalmente, “por água abaixo” todo o projeto pensado e idealizado nos gabinetes de Brasília, com o auxílio de técnicos internacionais.

Na realidade, pode-se inferir que grande parte dos projetos desse programa não foi efetivamente executada ou concluída por fatores de ordem administrativa, operacional, e também por inexperiência e desconhecimento em relação à geografia do Pantanal. É importante destacar a obra da tão sonhada rodovia Transpantaneira, que deveria ligar a cidade de Corumbá à Cuiabá, tendo sido concluído apenas o trecho Poconé/Porto Jofre, que, segundo Abreu (2001), compreende o trecho que corta o Pantanal no sentido Norte-Sul, paralelo aos rios Cuiabá e Paraguai, concluído no final de 1977, não tendo sido

¹⁴ Ver análise de Queiroz (no prelo) sobre o processo de construção da identidade sul-mato-grossense a partir dos movimentos divisionistas do antigo Mato Grosso.

asfaltado. Em janeiro de 1978 a estrada já apresentava danificação causada pelas chuvas que abatiam a região, com a ocorrência de sucessivos arrombamentos, inundações e falta de material apropriado para a pista de rolamento, haja vista que a jazida de cascalho mais próxima ficava em Poconé (MT), portanto muito distante, encarecendo demasiadamente os custos da construção.

Já o subprograma Desenvolvimento da Pecuária visava ao melhoramento do rebanho bovino a partir da introdução de pastagens plantadas e de assistência técnica ao produtor. A autora constatou que a ação desse subprograma foi dificultada pelo tamanho das propriedades rurais do Pantanal que prejudicavam a introdução de novas tecnologias profiláticas. Na opinião da autora, “a diminuição das áreas e o investimento nessas ‘modernidades’ não foram e não são atraentes para o produtor/fazendeiro pantaneiro que cria extensivamente, sem investimento e, portanto, sem risco, a não ser os naturais decorrentes das estações seca/cheia, aos quais está habituado” (ABREU, 2001, p. 119).

Evidencia-se a relação entre a proposta atual de implantação do PNRP no Pantanal e as políticas desenvolvimentistas do período ditatorial. Esses subprogramas do PRODEPAN podem ter sido a semente das estratégias dos fazendeiros do PNRP. Afinal, assim como na atualidade, a chamada “classe produtora rural” estava ou era representada nos gabinetes da SUDECO, no Senado, na Câmara Federal e em todas as instâncias políticas. Trata-se de um forte componente político para a análise do PNRP.¹⁵

Em relação ao desenvolvimento da pecuária, na década de 1970 pouco se fez para o aprimoramento da atividade, dificultado pelo tamanho dos latifúndios. Na atualidade, dentro da circunscrição do PNRP, se estabelece

¹⁵ Em pronunciamento no Senado Federal, em 09/08/2001, o Ex-Senador Juvêncio César da Fonseca (PMDB-MS) se manifesta em defesa do Vitelo Pantaneiro e do Parque Natural Regional do Pantanal, ressaltando a importância desses projetos para alcançar um “desenvolvimento sustentável, mas respeitando as culturas, os costumes, os interesses do homem pantaneiro, do produtor pantaneiro, do peão pantaneiro”. Destaca ainda que “o pantaneiro, antes de tudo, é um grande preservacionista”. E faz o seguinte comentário: “Você não vê o peão pantaneiro matando uma capivara, uma anta, ele quer sim a carne do boi e é justamente em razão deste costume que o Ex-Senador Lúdio Coelho conhece muito bem, é que o pantaneiro faz com que o Pantanal seja preservado como esse paraíso” (Disponível em: www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?316919 Acesso em novembro/2005).

uma “filosofia” que condena o desmatamento e a introdução de pastagens exóticas, e os cuidados profiláticos com os bovinos devem ser minuciosos, não podendo, entretanto fazer uso de insumos artificiais, com exceção das vacinas previstas em lei.

Até porque, na visão francesa expressa pela FPNRF, a introdução de novas pastagens ou o excessivo crescimento das pastagens naturais, com a retirada do boi, promoveria alterações significativas na paisagem. Isso impõe uma forte dependência à presença do gado bovino, que seria o responsável pela manutenção da paisagem. Para os preceitos do PNRP, a modalidade extensiva de pecuária seria mantida, mas os fazendeiros deveriam desenvolver uma visão que projetasse a sua lenta e gradual transição para a produção de “vitelo”.

3.2 – O PROPANTANAL (PROGRAMA DE ECODESENVOLVIMENTO DO PANTANAL) E A MISSÃO FRANCESA

Antonio Mendes Canale, enquanto Senador da República esteve à frente da antiga SUDECO no período de 1985 a 1987. Nascido na cidade de Miranda, hoje Mato Grosso do Sul, sentia-se um pantaneiro nato. Diante da gerência de tal órgão, Canale decidiu concentrar atenções e ações no Pantanal. Justifica seu empenho não somente por suas origens, mas pelo fato da região estar plenamente revestida de importância no contexto preservacionista. Em pronunciamento registrado no documento editado pelo Senado Federal, Canale refere-se ao Pantanal como “a mais bela área úmida do mundo” e, por isso, denomina-a “santuário universal da ecologia” (SENADO, 1989, p. 3).

Ele faz questão de destacar que sua luta em defesa do Pantanal é antiga, visto que havia participado, enquanto prefeito de Campo Grande (capital de Mato Grosso do Sul), de um movimento em prol do reconhecimento, como raça, do “cavalo pantaneiro”. Também exalta a sua defesa incontestada ao PRODEPAN, programa governamental analisado no item anterior deste trabalho. Faz referência ao PRODEPAN, para o qual manifestou apoio no

Senado, considerando-o responsável pela inserção do Pantanal nos grandes debates nacionais. Admite que ao assumir a superintendência da SUDECO, em 1985, não mediu esforços em resgatar as ações daquele programa, que haviam sido paralisadas. Referindo-se a uma reunião em Corumbá (MS), em 1986, afirma: “proporcionou um novo alento ao problema da região pantaneira, conseguindo envolver, além das áreas governamentais internas, a participação do Banco Mundial e do próprio Governo Francês, que já vinha colaborando conosco” (Id.).

No citado documento Canale faz a apresentação do Projeto de Lei N. 359/1989, de sua autoria, que dispõe sobre o Propantanal - Programa de Ecodesenvolvimento do Pantanal. Este projeto de lei tinha por objetivo a promoção da “defesa e do desenvolvimento do Pantanal, com aproveitamento racional de seus recursos naturais, mediante elaboração e implantação do Plano Diretor da Bacia do Alto Paraguai” (SENADO, 1989, p. 5). Destacava que o Propantanal deveria promover a execução imediata de projetos voltados para o estudo, a pesquisa, a assistência técnica, a educação, o monitoramento, a fiscalização ambiental, a conservação do solo e a observância das micro bacias hidrográficas¹⁶ (Id.). A coordenação do programa estaria a cargo do Ministério do Interior, através da SUDECO.

A priorização das ações vigentes nesse projeto de lei havia sido definida por um colegiado constituído por sete membros, sendo estes representantes dos órgãos envolvidos, dos dois governos estaduais, além de três representantes do CIDEPAN¹⁷. Também está definido nesse projeto que a sua área de ação seria todo o Pantanal e o seu entorno, envolvendo todos os municípios que fazem parte da Bacia do alto Paraguai.

A justificativa de tal projeto de lei, assinada por Canale em 31 de outubro de 1989, reporta-se ao Artigo 225 da Constituição Brasileira, o qual determina o Pantanal Mato-grossense como Patrimônio Natural da União, asseverando que

¹⁶ Nota-se que o projeto de conservação de solo com a observância das micro bacias foi cortado na emenda apresentada posteriormente, também inserida na publicação em foco.

¹⁷ Também houve alteração através da emenda acima citada, o CIDEPAN passava a participar com apenas um representante nesse colegiado.

a utilização do Pantanal, por tal projeto, deverá ser feita na forma da lei, pois, “essa exigência constitucional decorre da necessidade de se estabelecer, urgentemente, o binômio Ecologia e Desenvolvimento, cuja tradução dar-se-á na forma de políticas que assegurem o equilíbrio biológico e o desenvolvimento sustentável – o que vale dizer o ecodesenvolvimento” (SENADO, 1989, p. 7).

É fantástica a capacidade que os grupos políticos possuem em assimilar novos termos, adequando-os às suas conveniências e as dos grupos que representam. Em geral não há cuidados em relação aos verdadeiros significados, o que se impõe é o ornamento da retórica visando às garantias de futuros votos. Neste caso o Senador ousou juntar ecologia e desenvolvimento para assegurar o “equilíbrio biológico” e o “desenvolvimento sustentável”, que corresponderiam, no seu entendimento, ao “ecodesenvolvimento”.

Também se justifica tal projeto com a alegação de que estaria havendo um processo de devastação da região, em ritmo acelerado, ocasionado por segmentos da sociedade (não especificando quais) que estariam destruindo o que não conheciam. Sabe-se que as ações mais degradantes do ambiente Pantanal geralmente partem de indivíduos ou grupos perfeitamente aliados às grandes expressões políticas. Assim, é comum a utilização de tais argumentos, com intuitos de sensibilizar as altas hierarquias ou mesmo a opinião pública, ou, ainda, de desfocar a atenção para outros assuntos.

Sobre a constituição da área do projeto, é afirmado que,

(...) por suas características fisiológicas, o complexo ecológico do Pantanal comporta uma reduzida população e poucos centros urbanos, basicamente as sedes de oito municípios da planície do Pantanal. Sua densidade demográfica situa-se em torno de dois habitantes por quilômetro quadrado. Já na região do Planalto, que constitui as bordas ou contrafortes do Pantanal e onde nascem os rios que formam sua bacia, alinham-se inúmeros municípios de recente e numerosa população, com uma economia em expansão, à revelia da determinação da administração pública. Sua condição de fronteira demográfica e econômica, na última década, exerceu forte atração sobre os movimentos populacionais que se destinavam ao Centro-Oeste, contando-se entre seus migrantes inúmeros paulistas, paranaenses e gaúchos (SENADO, 1989, p. 8).

A justificativa do projeto insiste na necessidade de uma legislação disciplinadora das ações a serem empreendidas no Pantanal, pois continuar agindo da forma como havia sido feita até aquele momento, seria dispensar forças e poucos recursos, que “se perdem diante das exigências que as soluções se impõem pela magnitude das suas próprias necessidades” (Ibid., p. 9).

Canale, no documento editado pelo Senado, alude à existência de financiamentos para preservação ambiental da Planície Pantaneira, com recursos do Banco Mundial. Também informa que:

(...) o governo francês, também interessado em colaborar com a proteção e com o desenvolvimento da Região Pantaneira, estreitou as relações já existentes entre a Sudeco e a Agência de Cooperação e Administração do Governo Francês - ACA, enviando ao Pantanal uma missão composta por especialistas daquele governo, autoridades de reconhecido valor no meio internacional, como, por exemplo, Jean Claude Léfrevre¹⁸ e Emmanuel de Saint Vincent¹⁹ (SENADO, 1989, p. 16).

Em seguida, o Senador faz referência a uma reaproximação com o governo francês, conseguindo o retorno dos técnicos franceses, dando continuidade à cooperação técnica, trazendo para o Brasil a citada missão. A França, através de seu governo, promove também a ida de uma missão brasileira à França, para conhecer “de perto as áreas úmidas daquele País, podendo verificar, in loco, a maneira como o problema é tratado e as soluções que levaram aquele país irmão a adotar, no tocante a regiões similares ao nosso Pantanal” (Id.).

Continua informando que foi assinado com a ACA (Agência de Cooperação e Administração do Governo Francês) uma “Carta de Intenção”, na qual expressava suas reivindicações, aceitas preliminarmente por aquele

¹⁸ Jean-Claude Lefevre – Professor da Universidade de Rennes, especialista em Ecologia e Dinâmica da Ocupação Humana em Áreas Naturais. Foi durante muito tempo presidente da Confederação Francesa das Associações de Preservação da Natureza (SENADO, 1989, p. 29).

¹⁹ Emmanuel de Saint Vincent – Chefe dos Serviços dos Espaços Naturais do Ministério do Meio Ambiente. Apresentado como detentor de grande competência em questões administrativas e legislativas (SENADO, 1989, p. 29).

organismo francês, visando, sobretudo, ao levantamento cartográfico do Pantanal. Entretanto, Canale afirma que esse trabalho não foi realizado, mesmo não custando nada ao governo brasileiro, não foi agilizado. Mesmo assim ele teria informações de que o governo francês ainda estaria disposto a participar dessa cooperação (SENADO, 1989, p. 16).

Canale demonstra decepção pela falta de interesse efetivo por parte do governo federal brasileiro em envolver-se em seus projetos relativos de desenvolvimento do Pantanal. Mesmo assim, não desistiu e recorreu ao Banco Mundial, na busca de recursos para o seu Programa de Ecodesenvolvimento do Pantanal, acreditando obter resposta favorável (SENADO, 1989, p. 17). Dentre os projetos constantes nesse programa, o Senador destacava o concernente à melhoria da atividade de pecuária bovina, alegando que esta, em função de “choques outros, causados na ‘planície’ do Pantanal pelas atividades desenvolvidas no chamado ‘entorno’, vem sendo penalizada, o que levou a um grande decréscimo do rebanho” (SENADO, 1989, p. 18).

Continua, afirmando que o Banco Mundial, sensibilizado com suas propostas de preservação do meio ambiente pantaneiro, e também, ao considerar o boi um elemento inofensivo à manutenção do meio ambiente da região, acreditava que poderia haver investimentos desse Banco para recompor a economia pantaneira, calcada na pecuária.

Canale enfatiza ações efetivas que possam amenizar o impacto das atividades desenvolvidas no entorno da planície, “já que os que vivem na ‘planície’ são pessoas sensíveis aos problemas do Pantanal”, enquanto há os que, por desconhecimento, promovem atividades predatórias na “maior reserva ecológica do mundo”. Destacando também que, “piores do que estes – e eis porque devem ser recriminados – são aqueles que, de forma consciente ou alertados para o problema, insistem, por capricho, ferir o meio ambiente e a própria Constituição” (Id.).

Em seu empenho na busca por recursos para preservar “uma das mais belas regiões do mundo – o Pantanal Mato-grossense”, ele faz questão de

registrar sua idéia de que, além de ser “Patrimônio Nacional”, o Pantanal também possa ser transformado em:

Parque Natural essa vasta e rica região, dentro de um sistema consorciado, por tratar-se de área formada por propriedades privadas, que servirá para melhor desenvolver ações que visem não só a sua preservação – que mobiliza a opinião pública nacional –, mas que impulse, também, a sua economia, dentro do que denominamos o Ecodesenvolvimento do Pantanal (SENADO, 1989, p. 19).

Importante destacar que ao fazer referência a Parque Natural, Canale está aludindo ao modelo Parque Natural Regional desenvolvido na França. Então se comprova através deste documento que o Senador foi um dos responsáveis pelo estabelecimento deste modelo de gestão territorial no Pantanal. Ele insiste em afirmar que essa sugestão já havia sido inúmeras vezes proposta ao “Governo da nossa República, quer por audiência particular com o Presidente ou com seus ministros de área – Interior, Meio Ambiente, Seplan, Fazenda -, quer em reuniões técnicas, com pessoal gabaritado da Sudeco, em seminários, congressos e reuniões” (Id.).

Acompanham o documento ora analisado inúmeros anexos que se reportam aos expedientes tramitados por Canale, enquanto superintendente da SUDECO ou como Senador da República.

O primeiro anexo é constituído pelo Ofício N. 43, de 16/01/1987, do Superintendente da SUDECO para o Presidente do BIRD. Este ofício remete a Proposta de Ação Imediata do Programa de Ecodesenvolvimento do Pantanal, solicitando a sua inclusão no orçamento daquele banco para concessão de financiamento.

O anexo seguinte é justamente a resposta ao ofício, assinado pelo Chefe da Divisão de Agricultura para a América Latina e Região do Caribe, do BIRD, datada de 02/04/1987. Nesta, o representante do BIRD confirma o interesse do banco em participar do Projeto Nacional do Meio Ambiente. Confirma que em fevereiro daquele ano o banco havia enviado uma missão ao Brasil e que esta tinha mantido extensas discussões com vários órgãos

governamentais brasileiros, inclusive com a SUDECO. Retornando, a missão confirmou o interesse do governo brasileiro em recorrer à assistência do BIRD. A missão havia decidido, em concordância com a SEMA e a SEPLAN, que o Projeto Nacional incluiria:

- a) fortalecimento de instituições federais, estaduais e municipais de meio ambiente; b) desenvolvimento da rede de unidades de conservação (parques nacionais e estaduais, reservas biológicas, etc.); c) projetos especiais, tais como o da Serra do Mar e proteção do ecossistema Pantanal; d) estudos e pesquisas do meio ambiente; e) educação e treinamento; f) informações de campanhas públicas (SENADO, 1989, p. 24).

Por outro lado, o documento informa que o BIRD tem interesse em apoiar o projeto da SUDECO, mas através de projeto maior, o Projeto Nacional de Meio Ambiente. O BIRD entende que “as cinco linhas de ações para o ‘ecodesenvolvimento’ da região do Pantanal (...) constituem um compreensivo contato”, mas que consideravam ser necessária melhor definição das medidas específicas para cada linha de ação (Ibid., p. 24). Finalmente sugere à SUDECO coordenar a elaboração e preparação dos componentes do Pantanal junto à Comissão para o Meio Ambiente da Seplan.

Evidencia-se assim, como o BIRD define a sua participação no projeto mais global, de nível nacional, em termos de questão ambiental, a partir do modelo já estabelecido de unidades de conservação tradicionais, já existentes no Brasil.

O anexo que se encontra na p. 27 do documento é uma carta da Embaixada Francesa no Brasil dirigida à SUDECO, datada de 26/08/1986, confirmando a vinda de duas missões francesas, de “curta duração”, ao Brasil. A primeira prevista para o período de 15/09 a 15/10/1986, para estudar o projeto “Agro-Indústrias” da Sudeco. A segunda, para o mesmo período, coordenada pelo Senhor Lefevre, do Ministério do Meio Ambiente da França, para analisar o projeto “Desenvolvimento do Pantanal”. O anexo seguinte inclui outra carta da Embaixada Francesa dirigida à SUDECO, datada de 17/09/1986, confirmando o convite para funcionários da SUDECO visitarem e estudarem os

Parques Naturais Regionais na França, sugerindo que os programas dessas viagens fossem estabelecidos junto aos senhores Lefevre e Saint Vincent, integrantes da missão francesa que estava vindo para o Brasil.

A seguir é apresentado o projeto da Missão Francesa de Curta Duração no Pantanal que estabelece o Pantanal como “área prioritária no Planejamento Regional devido à grande extensão territorial e à preocupação com seu delicado ecossistema e seu potencial econômico” (Ibid., p. 29).

É pela sua singular característica – maior planície inundável do mundo – que é objeto de interesse de entidades e organizações mundiais chamando atenção para a preservação imediata das condições ambientais (SENADO, 1989, p. 29).

Evidencia-se a expectativa de que, dentro do espírito de cooperação técnica e científica, a missão acrescentará ao planejamento regional “um alto grau de qualidade e experiência de peritos franceses aos temas de interesse na área de preservação ambiental” (Id.). Os objetivos da missão são:

- ✓ Mostrar o Pantanal à equipe de especialistas franceses;
- ✓ Fornecer informações técnicas e facilitar o conhecimento da problemática da área;
- ✓ Apresentar a dinâmica desenvolvida pela Sudeco para o Programa Ecodesenvolvimento do Pantanal;
- ✓ Definir os temas de interesse regional e as formas de intercâmbio mais adequadas para as áreas (SENADO, 1989, p. 29).

Também é definida a função da SUDECO, ou seja, como coordenadora e líder do Programa de Ecodesenvolvimento do Pantanal, lhe caberá: promover uma viagem de reconhecimento e ilustração do Pantanal aos especialistas franceses; facilitar o encontro de todos os interlocutores envolvidos no referido programa com esses especialistas; colocar à disposição desses especialistas material documentário sobre a região; e discutir os temas e as formas de cooperação mais adequadas.

A missão teria os seguintes integrantes: Jean-Claude Lefevvre, Emmanuel de Saint Vincent e Françoise Meteyer.²⁰

Como sugestão de temas a serem abordados, o projeto aponta: “análise e evolução para uma legislação adequada para a região; e, estudo de definição de estatuto especial para organização territorial adequada para a região (ex: área especial, parque natural, estação ecológica, refúgio, santuário, etc.)”. Como resultados previstos, são enumerados: “os problemas para os quais a experiência francesa poderia apresentar soluções alternativas; orientações e análises, *a priori*, para solucionar os problemas identificados; indicação de especialistas franceses para estabelecer intercâmbio cabendo à SUDECO organizar e identificar um técnico de seus quadros para esta contrapartida” (SENADO, 1989, p. 29).

Dentre as possibilidades de cooperação após a missão são enumeradas as seguintes:

- ✓ Colaboração científica através de órgãos existentes e a organização de pesquisa francesa, incluindo Orston, Cirad, CNRS, etc;
- ✓ Missão de curta duração específica sobre assuntos e temas relacionados ao Programa de Ecodesenvolvimento do Pantanal;
- ✓ Estágio de formação profissional na França nas áreas: controle de recursos naturais e educação ambiental;
- ✓ Definição de condições para sistema permanente de preservação e conservação de recursos naturais;
- ✓ Análise e implementação do sistema de valorização econômica adequada para a região;
- ✓ Implementação de fluxo de intercâmbio científico dirigido à área da Bacia do Pantanal, que permite a troca de conhecimento acadêmico e técnico específico entre estudantes e pesquisadores dos dois países;
- ✓ Colaboração na elaboração do Plano Diretor para a região, na perspectiva de submeter um dossiê completo ao BIRD dentro de 15 a 18 meses;

²⁰ Assessora da ACA, na função de acompanhamento ao projeto há dois anos, formada em gerenciamento do espaço e organização territorial (SENADO, 1989, p. 29).

- ✓ Desenvolvimento de educação e formação para o meio ambiente dirigido às necessidades da área, inclusive com relação às diversas formas de turismo;
- ✓ Estabelecimento de convênio específico para assistência técnica e reavaliação do Plano Diretor da área, firmado com órgão especializado (SENADO, 1989, p. 29).

A seguir é apresentado um roteiro de viagem, incluindo visita à SUDECO, à SEMA, ao IBDF, ao CNPq, todos em Brasília, seguindo para Campo Grande, onde participam de reunião organizada pela SUDECO, com representantes de diversos órgãos governamentais, entidades civis e convidados; depois visitam algumas fazendas no Pantanal, visitam Bonito, seguem para Corumbá, onde também têm contatos com técnicos da Embrapa-Pantanal, visitam algumas fazendas naquele município e participam de outra reunião realizada nos moldes da de Campo Grande, passam por vários outros municípios do Pantanal e, depois, seguem para Mato Grosso para visitar fazendas do Pantanal Norte e participarem de reunião similar em Cuiabá. São previstos, também, sobrevôos sobre os vários pantanais. No final, em Brasília, é realizada uma reunião com a SUDECO e, depois, reunião na Embaixada Francesa. O período previsto era de 21/10 a 05/11/1986.

Outro documento incluído é uma espécie de ata de reunião da Comissão da SUDECO e da Missão Francesa, realizada na Embrapa-Pantanal em Corumbá, em 26/10/1986. Neste documento é expressa a intenção do Governo Francês em cooperar com o Governo Brasileiro, em termos de “preservação e desenvolvimento do Pantanal”, visando, principalmente, “a desenvolver um projeto via modelo ‘Parque Francês’”, enfatizando, no final: “Há, evidentemente, o interesse em aproveitar a experiência dos franceses em relação aos Parques Naturais e Regionais, porém, o poder de decisão cabe à comunidade envolvida”.

A ata final dos técnicos franceses, datada de 05/11/1986, exalta a importância do Pantanal e admite que “sua apropriação e exploração pelos fazendeiros, orientadas para a criação de gado, não permite colocá-lo como

uma estrutura do tipo Parque Nacional clássico, excluindo as atividades humanas”. Também considera que a manutenção da atividade pecuária, da forma que ela vem se dando, é indispensável para a “conservação do potencial e da diversidade ecológica da região” (SUDECO, 1989, p. 42). Desvela-se, a partir desse último argumento, o pacto de interesses entre os franceses e os fazendeiros pantaneiros envolvidos nesse projeto, como uma conveniente estratégia de ação.

Em 12/12/1986, é assinada por representantes da ACA (França) e da SUDECO (Brasil), em Paris, uma Carta de Intenções, visando à continuidade da cooperação técnico-científica. Este documento apresenta a decisão pela manutenção do envolvimento com o Pantanal, propondo iniciar várias ações, tais como: a transferência de tecnologias francesas; realização de estudos ambientais diversos; realização de base cartográfica da região do Pantanal; elaboração de plano diretor; envolvimento da Federação de Parques Naturais Regionais da França; criação de um Órgão de Gestão do Parque; promoção de estudos para o desenvolvimento do turismo; e, também, despertar junto à França, o interesse pela defesa e pela preservação do meio ambiente do Pantanal. Sugere a organização de uma “Associação dos Amigos Franceses do Pantanal”, além da revalidação do acordo assinado entre os dois governos etc. (SENADO, 1989, p. 56-57).

Diante dos projetos e ações coordenados pela SUDECO, no período em que esteve à frente o ex-Senador Antonio Mendes Canale, e também da participação da Missão Francesa e de órgãos do Governo Francês, considera-se que tenha havido grande interesse do lado francês em contribuir com o processo conservacionista desencadeado no Pantanal. Mesmo não havendo uma imposição clara no sentido de indicar o modelo PNR como modalidade de gestão e conservação territorial, os documentos da SUDECO revelam indícios de direcionamentos para a adoção dessa modalidade de gestão no Pantanal, sendo especificada “a necessidade de se criar um Parque Natural” na região.

No relatório final da FPNRF, referente ao Projeto de Apoio à Criação do PNRP (PAPNRP), o ex-Senador Antonio Mendes Canale é apresentado como principal responsável pela demanda brasileira pelo “conceito” de PNR. É

relatado que Canale, “consciente da degradação da situação econômica dos criadores do Pantanal, consciente também da importância ecológica desse meio ambiente, procura um conceito que permita conciliar o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental” (FPNRF, 2002, p. 11).

É atribuída, ao ex-Senador, a responsabilidade pela aproximação entre o Governo de Mato Grosso do Sul, a Embaixada da França no Brasil e a Embaixada do Brasil na França, gerando uma série de contatos, através de missões organizadas pelos dois países, que efetuaram inúmeras trocas de experiências e de conceitos. São as embaixadas que transmitem a demanda brasileira para a Federação dos Parques Naturais Regionais na França.

3.3 – ITERPAN – 1º. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO DO PANTANAL

Em junho de 1989 foi realizado, na cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, o I Congresso Internacional sobre Conservação do Pantanal - o Interpan -, promovido pelo próprio Governo do Estado, com o patrocínio da WWF. Nesse evento, inúmeros especialistas apresentaram conferências e participaram de debates, contando também com a presença de muitos políticos e representantes da sociedade civil, em especial muitos proprietários rurais do Pantanal.

Dentre os conferencistas, houve a participação de representantes de organismos internacionais – da Alemanha, da Venezuela, dos EUA e da França - que, na época, detinham experiências em proteção e gestão de áreas úmidas. Dentre os quais, destaca-se, para este trabalho, Françoise Meteyer, apresentada como Assessora para a América Latina e Diretora de Assuntos Econômicos e Internacionais do Ministério de Obras Públicas e Meio Ambiente da França. Trata-se da mesma pessoa que teria participado em outubro de 1986 da missão francesa de curta duração organizada junto à SUDECO. O título da conferência proferida por ela foi: “Experiência Francesa de Parques Naturais Regionais em Áreas Úmidas”.

Meteyer destacou como as principais diferenças entre os modelos de Parque Nacional e de Parque Natural Regional: a não desapropriação das áreas e a gestão comunitária destas. Apresentou também o PNR como uma instância capaz de tratar os diferentes interesses e de amenizar os conflitos de gestão, como um instrumento de diálogo incessante.

A conferencista finaliza sua exposição afirmando:

(...) para ter um Parque Natural Regional que funcione bem é necessário um líder, um grupo de líderes que vão instruir todos os outros. Também é muito importante fazer experiências que possam demonstrar que proteção e desenvolvimento podem ser compatíveis e, sobretudo que a proteção pode atrair recursos novos como, por exemplo, de turismo. Que representam e é um dos recursos mais importantes dos Parques Naturais Regionais, também é preciso que eles sejam usados para a educação ambiental (sic) (ANAIS DO INTERPAN, 1989, p. 107).

Entretanto, percebe-se a partir dos Anais do Interpan, que não houve maiores repercussões em torno da proposta apresentada por Meteyer. Mas, dentre as inúmeras recomendações preconizadas no evento, todas de caráter ambiental, aparecem: a criação de parques e reservas no Pantanal; a regulamentação do Pantanal como Patrimônio Nacional, a partir de uma ação conjunta entre os dois estados (MT e MS); assim como o fortalecimento das entidades ambientalistas. Presume-se que essas decisões possam ter se configurado em ameaças à propriedade privada da terra no Pantanal. Após a realização do Congresso o Pantanal se evidenciava ainda mais no cenário internacional.

4 – O PNRP TORNANDO REALIDADE NO PANTANAL

Por uma série de motivos já discutidos neste trabalho, dentre eles a necessidade de se contornar os labirintos da conjuntura do mercado, brasileiro e mundial, de carne bovina, pecuaristas do Pantanal organizaram, com o apoio do Governo do Estado e de instituições francesas, o Parque Natural Regional

do Pantanal (PNRP). Criado oficialmente em 2002, o PNRP é um consórcio de proprietários rurais, inspirados em experiências francesas, objetivando a gestão compartilhada dos territórios de suas propriedades com o Estado.

Antes, porém, em 1996, foi assinado um acordo de cooperação técnica entre o Governo de MS, representado pela Fundação Pantanal, e a FPNRF. Esta última encarregou-se de buscar os financiamentos necessários para a criação de um PNR no Pantanal, com a colaboração da Fundação Pantanal. As várias missões de avaliação realizadas por técnicos das duas instituições resultaram no PAPNP, que teve como objetivos gerais:

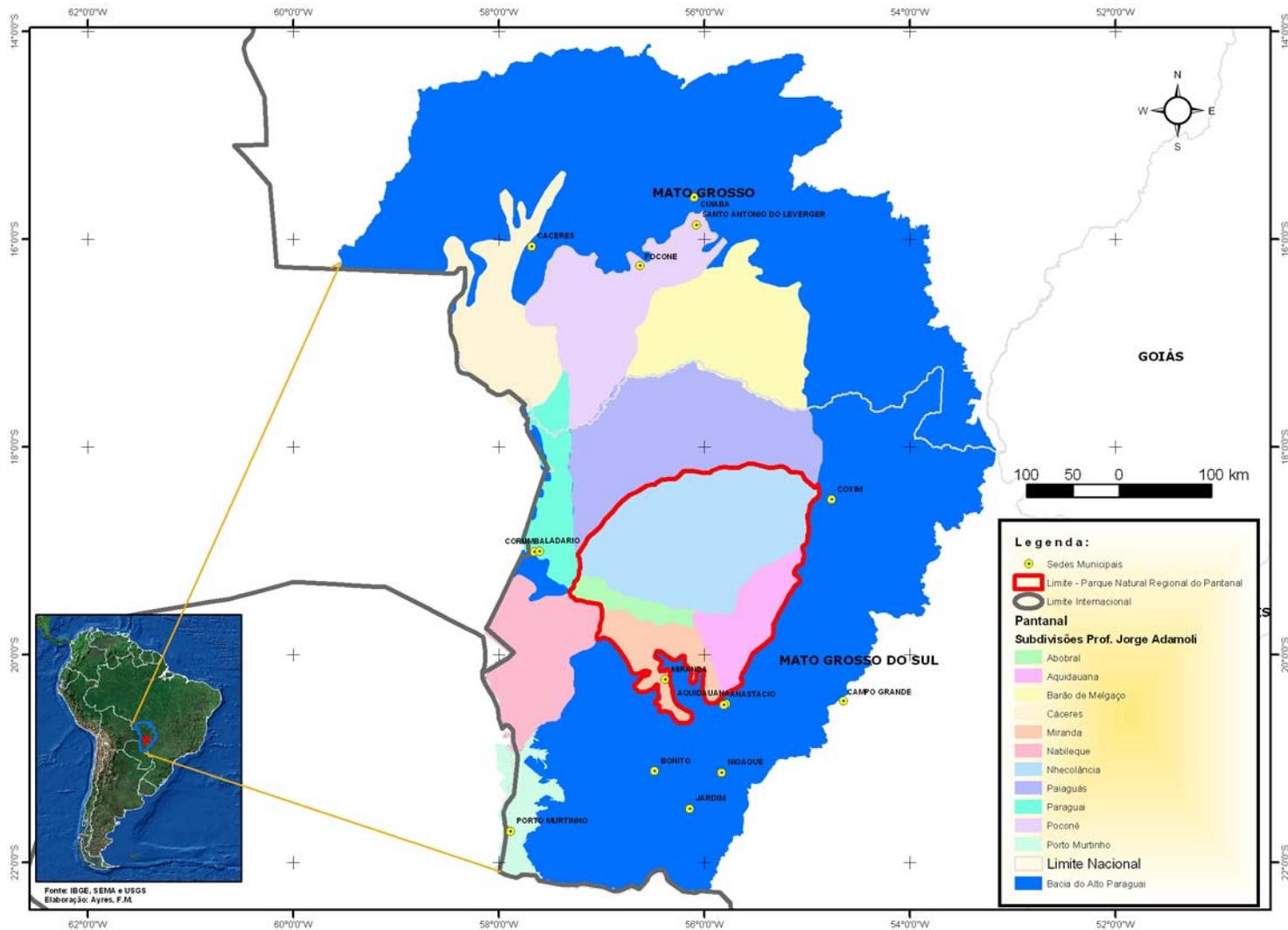
- ✓ Apoiar a implementação de uma política de proteção-valorização sustentável do Pantanal (Bacia do Rio Negro);
- ✓ Permitir que o Governo Brasileiro se aproprie do conceito de PNR;
- ✓ Desenvolver essa abordagem em outros lugares do Brasil, particularmente em zonas úmidas ainda não protegidas (FPNRF, 2002, p. 12).

O perímetro do território “definido para o projeto foi o conjunto da bacia coletora do Rio Negro, tributário do Paraguai”, uma superfície de aproximadamente 5 milhões de hectares, superpondo, total ou parcialmente, cinco municípios de MS: Corumbá, Aquidauana, Corguinho, Rio Negro, Rio Verde. Envolvendo uma população aproximada de 14.000 habitantes, em uma densidade populacional média de 0,35 habitantes/km² (Id.) – vide Figura 6.

O relatório da FPNRF afirma:

as características da região, tanto naturais (distâncias e dificuldades de acesso), quanto patrimoniais (95% do território constitui-se em propriedades particulares), ou administrativas (os municípios têm pouca competência sobre o território do Projeto) fizeram com que fosse difícil, para não dizer inútil, aplicar diretamente ao Brasil o modo de gestão de Parque Natural Regional francês (Ibid., p. 13).

Figura X – Bacia do Alto Paraguai (BAP-Brasil), Pantanal Mato-Grossense e sub-divisões e Parque Natural Regional do Pantanal (PNRP)



Ressalta-se que, na França, a instituição PNR tem participação efetiva dos políticos eleitos, além, é claro, de toda a comunidade envolvida. Geralmente a decisão em criar um novo PNR parte da organização entre os prefeitos que, em concerto, reivindicam aos ministérios competentes a instalação de um Parque no território sob suas jurisdições.

No Pantanal, segundo tal relatório, o grupo bi-nacional percebeu logo a não relevância dos prefeitos para o projeto e foi decidido apoiar a criação do PNRP junto aos atores sociais diretamente envolvidos, considerados os “únicos a terem um certo domínio, ou seja, os fazendeiros” (Id.). Assim, o território real de aplicação do projeto é definido pelas propriedades rurais que aderem aos objetivos do PNRP, correspondendo à soma das superfícies dessas propriedades.

O grupo, constituído por fazendeiros e instituições envolvidas no projeto, organizou novas associações e criou o Instituto Parque do Pantanal (IPP), uma OSCIP²¹ que atua como órgão gerenciador do PNRP, criada para esse fim. Assim, o Pantanal passa a ser o primeiro bioma brasileiro a possuir um parque estabelecido como uma “Área de Proteção Especial”²², conforme expresso no Decreto nº 10.906/02,²³ cujo artigo 2º afirma que o PNRP é constituído por livre iniciativa dos proprietários rurais, compreendendo exclusivamente terras privadas, não necessariamente contíguas, dotadas de atributos bióticos, estéticos e culturais cuja proteção é de relevante interesse ambiental.

²¹ OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

²² A categoria “Área de Proteção Especial” é própria do Estado de Mato Grosso do Sul, do seu Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), desconhecida no âmbito federal, portanto, não integrante do SNUC (FPNRF, 2002).

²³ Decreto Nº 10.906 de 29 de agosto de 2002, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul que cria o PNRP.

O PNRP teria por objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável na planície pantaneira na forma institucional de gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil. Esse empreendimento prevê o fortalecimento da economia do Pantanal, com a introdução de novas tecnologias para aproveitamento sustentável da cadeia alimentar (da carne, na produção de “orgânicos”)²⁴, apoio ao ecoturismo e a valorização da cultura, através de programas de educação, saúde, conservação do patrimônio histórico e artístico, profissionalização dos jovens, pesquisas e geração de técnicas sustentáveis.

O empreendimento prevê, além das inovações tecnológicas programadas para a atividade pecuária, outros projetos²⁵, envolvendo o incremento da atividade turística e a valorização da cultura. Essa “pluriatividade” proposta ao Pantanal, introduzindo novos hábitos, práticas e tecnologias, certamente implicaria em mudanças substanciais nas condições de reprodução da pecuária pantaneira e nas formas tradicionais de reprodução cultural e de sociabilidade existentes na região.

Em 13 de março de 2002, o *site* da Embaixada Francesa no Brasil divulga matéria sob o título “França patrocina parque do Pantanal”, dentro do Programa Cooperação França-Brasil. Noticiava a ida do embaixador, Alain Rouquié, a Mato Grosso do Sul, para assinatura de acordo com o governador

²⁴ É importante lembrar que tal empreendimento também pode ter sido oportunizado pelo quadro de crise da bovinocultura européia, intensificado pela chamada “crise da Vaca Louca”, que acentuou o quadro de riscos ambientais.

²⁵ Dentre os demais projetos destacam-se: 1) o chamado turismo sustentável ou ecoturismo, atividade bastante explorada na região, sendo que o PNRP tem como parceira a Associação de Pousadas Pantaneiras (APPAN), que visa à promoção do turismo e sua integração com demais atividades; 2) há também o projeto do Mel Orgânico que prevê a implantação de apicultura com técnicas de produção e armazenamento, monitoradas e inspecionadas pelo PNRP; 3) está previsto, também, um projeto de valorização da biodiversidade, em parceria com o CIRAD (Centro de Cooperação Internacional para Pesquisas Agronômicas para o Desenvolvimento), que pretende conhecer e identificar a situação real da fauna silvestre pantaneira, visando ao estabelecimento de planos técnicos de manejo sustentável de algumas espécies com maior potencial de mercado (como o cateto, o porco-monteiro, a capivara, o jacaré-do-pantanal, a ema, etc.) para exploração considerada racional, através de criação em sistemas extensivos; 4) O Projeto Piloto de Educação/Pantanal, a ser coordenado pelo IPP e pela Secretaria de Estado de Educação, com parcerias com universidades, prefeituras e MEC, prevendo a implantação de um programa de ensino fundamental para crianças, jovens e adultos do PNRP, com calendário e currículo específicos; 5) também há a intenção de realização de trabalho visando a amenizar o conflito existente entre a Onça Pintada do Pantanal e os pecuaristas que alegam perdas significativas de seus rebanhos bovinos derivadas de ataques deste predador que, na falta de suas presas naturais, alimenta-se de bezerras.

do Estado, para o financiamento de projetos-pilotos, para a implementação do Projeto de Valorização da Biodiversidade e da Fauna do Pantanal, um dos importantes projetos vinculados ao PNRP (EMBAIXADA FRANCESA, 2002). Nessa matéria havia o reconhecimento das potencialidades da biodiversidade pantaneira, atribuindo a sua manutenção à atividade pecuária, admitindo também a existência de dificuldades para a continuidade dessa atividade econômica na atualidade, o que estaria induzindo a transformações das formas de exploração. Isso poderia se traduzir em desequilíbrio na relação sociedade-natureza que, certamente, ameaçaria a conservação da rica biodiversidade. Foi anunciado que o projeto visava à preservação da pecuária extensiva, auxiliando os proprietários rurais a manter o equilíbrio econômico através de uma diversificação de suas atividades produtivas, tendo em vista a valorização da biodiversidade, através de dois importantes eixos: o ecoturismo e a produção de animais silvestres.

Constatou-se que durante a evolução das atividades do PNRP e durante o período de elaboração desta tese, foi sendo adotado um novo nome e nova sigla para o parque, passando a ser divulgado, então, como Parque Regional do Pantanal (PRP), excluindo-se, portanto, o “N” de “Natural”. Questionado sobre isso, um dos técnicos diretamente ligados ao projeto inicial afirmou ser tal fato a expressão da vontade dos proprietários rurais envolvidos. Isso poderia ser traduzido em uma forma de contestação ao modelo francês e necessidade de se estabelecer um modelo próprio. Outra hipótese seria que, desvinculando-se do adjetivo “natural”, estariam se esquivando de possíveis comparações ou confusões com as unidades de conservação, os parques estabelecidos pelo SNUC. O termo “natural” faria alusão a áreas de especial valor ecológico que, sob o olhar do grande público, poderia representar a necessidade de preservação.

Considera-se importante destacar que, apesar de haver forte apoio do atual governo de Mato Grosso do Sul, o PNRP poderia ter sido concretizado sem a participação efetiva do Estado. A participação estatal da esfera federal praticamente inexistente. Isso corrobora a opinião de Shneider (2004), quando destaca o enfraquecimento da instância governamental diante do movimento globalizante. Para ele, hoje, o fluxo de ações liga-se diretamente ao movimento

global, incidindo sobre as instâncias locais, resultando em uma melhor definição dos territórios, quando são reconhecidos como tal e valorizados. É o caso do Pantanal em relação a este e outros projetos que o elevam à categoria de território notável. O Pantanal, para além de mero suporte de recursos e belezas naturais, é projetado a estágios mais significativos, podendo atingir o estatuto de agente de transformação social, através das identidades que são próprias de um território especial, detentor de uma cultura também especial.

Por outro lado, amparados nos preceitos legais, representantes de ONGs e outras organizações ambientais manifestam uma forte reação à adoção do conceito de PNR no Pantanal. Isso se concretizou a partir de uma "Moção de Repúdio" ao referido projeto, expresso pela Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação²⁶, em 2002, ano da implantação do PNRP. O principal argumento dos signatários se centrava na ilegalidade do projeto com relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ao criar uma nova categoria de manejo, a de "Parque Natural", o Governo de Mato Grosso do Sul estaria sobrepondo a respectiva legislação, e utilizando-se de uma categoria sem fundamentação técnica para a conservação. Pude constatar, posteriormente, que fizeram parte desse evento, encabeçando o movimento de reação, alguns técnicos do organismo ambiental estadual. Esse grupo é apontado por alguns defensores do PNRP como um dos responsáveis pelos maiores empecilhos à consolidação do projeto.

Da mesma forma, dentro do próprio Governo de Estado, dos órgãos responsáveis pela área ambiental, entre os pesquisadores e a comunidade dos produtores do Pantanal, surgiram posições contrárias à criação e manutenção do PNRP. Há uma reação muito visível também de indivíduos e grupos organizados, não absorvidos pelo PNRP, que expõem suas desconfianças, argumentando que essa proposta põe em risco a tradição pantaneira.

Observamos, contudo, um crescente interesse mundial pelo Pantanal, colocando a questão ecológica como linha de frente e mais recentemente devido ao "Mal da Vaca Louca" a chamada "Carne Orgânica". Descobriu-se que o Pantanal é o

²⁶ O documento foi emitido durante o 3º. Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado em Fortaleza, Ceará, entre os dias 22 e 26 de setembro de 2002 e divulgado na imprensa eletrônica.

grande celeiro desse tipo de produto e que devido a sua extensão e ao número de cabeças poderia ainda abastecer com carne saudável um grande número de pessoas. O interesse por tal produto que vem se tornando cada dia mais em uma iguaria da Ultra-modernidade, vem muitas vezes propor, transformar o Pantanal em Parque, esquecendo que ali existem pessoas, uma Cultura bastante consolidada e acima de tudo um já estabelecido sistema produtivo que gera um produto hoje em dia muito cobiçado: Comida Saudável! (FIGUEIREDO & PENNA, 2002).

No Pantanal é visível a influência do modelo de PNR na visão dos agentes econômicos. Este conceito, conforme é apresentado pelos franceses, abriu um novo campo de possibilidades para a produção agropecuária pantaneira. Ao destacar a importância e o valor da carne “orgânica” para o resto do mundo, sobretudo para os países ricos, que detém a grande fatia do mercado de carnes e que agora clamam muito mais por comida saudável, o PNR concedeu novas energias para a atividade que se encontra em fase declinante. A bovinocultura pantaneira, não atingindo os padrões de produtividade do mundo moderno, apresenta índices econômicos inadequados para a expectativa de mercado, comprometendo a manutenção do cenário tradicional, representando, para muitos, o fim desse “sistema tradicional preservacionista de criação de gado” (Id.).

É este paradoxo que impulsiona muitas discussões atuais nos setores envolvidos com a produção agropecuária: o Pantanal, ao mesmo tempo em que apresenta uma atividade de baixa produtividade, detém o maior celeiro mundial de “carne orgânica”, uma “iguaria da ultra-modernidade” (Id.).

5 – VITPAN – O VITELo ORGÂNICO DO PANTANAL: A INVENÇÃO DE UM PRODUTO DE TERROIR

O PNRP possui como projeto principal, o chamado Vitelo Pantaneiro (Vitpan), apresentado como uma proposta de desenvolvimento de um produto com identidade pantaneira, um verdadeiro produto de *terroir* do Pantanal.

Trata-se de um novo modelo de produção de carne bovina “orgânica” que alia técnicas inovadoras de criação, de abate e de comercialização. Atores envolvidos nesse projeto acreditam que o Vitpan poderá mudar radicalmente a exploração econômica do Pantanal. O Vitpan consiste em uma carne de animais machos e fêmeas entre dez e doze meses de idade, com média de 180 quilos, 55% de carcaça, criados em pastagem natural, atendendo aos padrões exigidos pelo mercado internacional, em especial o europeu. O projeto promete oferecer carnes nobres, macias, saborosas, livres de resíduos químicos e com baixo teor de gordura. Seus idealizadores esperam atrair consumidores (exigentes e de bom poder aquisitivo) do mundo inteiro. O produto está sendo colocado no mercado com um selo de qualidade fornecido pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e pela empresa francesa Ecocert/Brasil.

Estudos da Embrapa-Pantanal informam que a oferta potencial do vitelo pantaneiro com aproveitamento de 50% da produção anual de bezerros é de 14,5 mil toneladas. O consultor técnico do projeto para o IPP, Edson Rodrigues dos Santos, explica que com a evolução da consciência sobre alimentos de boa qualidade, como sinônimo de vida saudável, a carne do Vitpan, rigorosamente monitorada em todas as suas fases de produção, abate e acondicionamento, conquistará a confiança do consumidor mais exigente. “Trata-se de um produto ecologicamente correto, de alto padrão genético, que garantirá sustentabilidade ao Pantanal e a recuperação econômica dos pantaneiros”. Santos explica que o rastreamento rigoroso da origem dos produtos, para controle e qualidade, inclui monitoramento da qualidade da água, evitando-se organismos nocivos, como metais pesados e resíduos químicos. Informa também que as fazendas envolvidas no projeto foram mapeadas com GPS²⁷ para definir as áreas em condições (de seca e cheia) para cria dos bezerros.

²⁷ GPS - *Global Positioning System* - é um sistema de rádio navegação, baseado em satélite, desenvolvido e operado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América.

Assim como na França e na maioria dos países da UE, a origem do produto alimentício, além da maneira pela qual foi produzido e por quem foi produzido têm sido preocupações recorrentes em grande número de consumidores brasileiros, são questões presentes no cotidiano de consumidores que agora se preocupam com a segurança alimentar. Em época de contaminação por excesso de agrotóxicos e cuidados sanitários precários, as redes de supermercados estão ampliando a oferta de alimentos com garantia de procedência, monitorando suas cadeias de produção, das unidades produtivas às gôndolas das grandes lojas.

A revista Globo Rural, edição de julho de 2004, em matéria especial, deu amplo destaque ao processo de comercialização de produtos com procedência garantida. Essa matéria afirmava que o grupo francês Carrefour havia criado no Brasil, desde o ano 2000, o selo Garantia de Origem, presente na França desde 1993. Os produtos que carregam essa especificação devem obedecer às condições estabelecidas: socialmente corretos (produzidos por trabalhadores registrados; não utilização de mão-de-obra infantil), visualmente agradáveis, sem resíduos tóxicos, e produzidos sem ações degradantes à natureza. Produtos polêmicos, como os transgênicos e as rações de origem animal, não participam dessa chancela.

Esses produtos geralmente possuem um custo final mais elevado do que as mercadorias convencionais, mas, em contrapartida, são portadores de garantia de origem, de maior tranquilidade em relação ao seu histórico. O selo também estaria proporcionando aos produtos brasileiros a possibilidade de exportação para outras unidades internacionais de grandes redes como o Carrefour. O selo se caracteriza, na realidade, como a marca do produto. Para o caso aqui estudado, o selo se traduz na marca do PNRP, “a marca do parque”.

O Vitpan, enquanto um produto de *terroir* inventado para o Pantanal, ainda se encontra em fase experimental. Os primeiros abates traduziram-se em sucesso, proporcionando bons retornos financeiros para os produtores. Entretanto, as poucas análises existentes provêm da perspectiva dos agentes econômicos – os fazendeiros, os técnicos, os idealizadores, os representantes

de frigoríficos. Inexistem ainda análises sobre a repercussão desse projeto junto ao peão pantaneiro, ou seja, a todos aqueles que habitam um universo de submissão à lógica produtivista que se impõe no Pantanal.

Por outro lado, o Vitpan, considerado pelo olhar da lógica dominante, contribui para a manutenção das atividades tradicionais do Pantanal, às quais é atribuída a manutenção da paisagem pantaneira. Esse *terroir*, devidamente adaptado ao ambiente, poderia perfeitamente servir como “moeda” exclusiva ao processo de reprodução dos agentes econômicos do Pantanal, tornando-os competitivos em relação aos seus vizinhos do planalto, os “predadores autorizados”.

Também é mister considerar que, tanto o Vitpan quanto os demais projetos do PNRP integram um amplo plano de conservação do Pantanal da forma em que ele se encontra, após dois séculos de exploração pecuária. A sustentabilidade sócio-ambiental é apresentada como meta principal do arcabouço do PNRP. E são as atividades que promovem esse vínculo, a sustentabilidade, que também permitem ao Parque não se tornar um museu, ao contrário, um território muito vivo.

Ressaltando que todo *terroir* se situa num lugar e tem uma história, é difícil comparar o Vitpan aos verdadeiros *terroirs*, franceses ou brasileiros. Toda construção de *terroir* é *sui generis*, não é intercambiável, possui uma história própria. O Vitpan é inventado a partir do bezerro, tradicional e principal produto do Pantanal. O Pantanal vem sendo especializado, há dois séculos, na chamada pecuária de cria, ou seja, dadas as condições ambientais e de localização, sempre foi mais vantajoso fornecer o animal enquanto bezerro²⁸ para os produtores do planalto, que ali o terminariam de criar e engordar²⁹, preparando-o para o abate final. Como essa prática coloca o produtor pantaneiro em desvantagem, o Vitpan é inventado objetivando a agregação de valores ao produto bezerro. O principal elemento dessa valoração é, justamente, a marca “Vitpan”, o Vitelo do Pantanal, uma chancela plena de significações, a “marca do parque”. Para se atingir a sustentabilidade almejada,

²⁸ Unidade comercializável.

²⁹ Conhecidas por fases de “recria” e “engorda”.

o PNRP necessitaria atingir a sua autonomia financeira, que seria alcançada através da consolidação de sua “marca”. De acordo com o conceito de PNR, a marca é vista como a principal ferramenta de sustentabilidade financeira do parque, pois, sendo sua propriedade e usada através de um sistema de *royalites*, pelas projeções dos técnicos do PNRP, poderia sustentar em torno de 60% a 70% da estrutura total do PNRP.

Dada a sua prematuridade, considera-se ainda muito cedo a realização de avaliação do produto Vitpan enquanto um produto final do Pantanal para comercialização.

6 – ÁREAS PROTEGIDAS NA FRANÇA E NO BRASIL

6.1 – ÁREAS PROTEGIDAS, ESPAÇOS DE PROTEÇÃO

O histórico da criação das áreas protegidas no mundo sempre inicia com a instituição do Parque Nacional de Yellowstone em 1872 nos Estados Unidos, embora muitas iniciativas semelhantes já tivessem ocorrido em outros lugares, como as reservas de caça da realeza européia. Para Diegues (1996), o Yellowstone foi resultado da valorização de idéias preservacionistas, desenvolvidas desde o início do século XIX. Entretanto, no mundo ocidental nem sempre houve essa valorização do mundo natural selvagem. Na Europa, em especial na Inglaterra, até o século XVIII, “havia um conjunto de concepções que valorizavam o mundo natural domesticado, e os campos de cultivo eram os únicos que tinham valor” (DIEGUES, 1996, p. 23). Na Europa Ocidental renascentista, a domesticação de animais era considerada um importante fator da humanização; “entregar gado aos indígenas do Novo Mundo era introduzi-los na civilização” (Id.).

Na Inglaterra do século XVI, quando a agricultura já se expandia por todo o território, a terra não lavrada e cultivada passava a ser condenada. Nesse sentido Keith Thomas (1996) revela que os propagandistas agrícolas da época, se opondo ao não cultivo, alegavam que as “antigas terras de pastagem

juncosas deviam ser aradas e drenadas; os parques de servos eram um desperdício e havia reservas florestais e de caça em demasia” (THOMAS, 1996, p. 302). Isso demonstra que as áreas destinadas às reservas existem há mais de cinco séculos, mesmo que muitas delas tenham sido absorvidas pela febre dos campos cultivados ou com pastagens que avassalava a Inglaterra na época.

Diegues (1996) atribui a valorização do mundo natural, na Europa do início do século XIX, ao avanço da História Natural, assim como à intensa insalubridade do meio urbano, cujo ambiente fabril tornava o ar irrespirável. A vida no campo passa a ser idealizada, sobretudo pelas populações urbanas.

O autor, apoiado em Alain Corbin, ressalta a importância dos escritores românticos para esse processo de valorização e idealização do mundo natural selvagem. Eles teriam sido responsáveis por fazerem:

(...) da procura do que restava de ‘natureza selvagem’, na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime. (...) Essas idéias, sobretudo a dos românticos do século XIX, tiveram, portanto, grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas como ‘ilhas’ de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada (DIEGUES, 1996, p. 24).

Para Diegues (1996) é a partir dessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, oriundo dos Estados Unidos.

A noção de “wilderness” (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques [nacionais], no final do século XIX, era de grandes áreas não habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo norte-americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (DIEGUES, 1996, p. 24).

Assim, a idéia de parque como área selvagem e desabitada, típica dos primeiros conservacionistas norte-americanos, prevaleceu por muito tempo e ainda prevalece no Brasil. Para Diegues (1996) essa idéia teria origem nos mitos do “paraíso terrestre”, próprios do cristianismo que apregoava o Paraíso como uma região natural, de grande beleza e rigorosamente desabitada, de onde o homem teria sido expulso após o pecado original.

A instituição de reservas, de áreas protegidas, é um antigo instrumento de gestão de recursos naturais. Na Europa e nas áreas sob sua influência, historicamente, as áreas protegidas mais formalizadas foram criadas com o objetivo de proteger recursos particularmente úteis. É o caso das reservas cinérgicas ou florestais criadas para melhor explorar e gerir alguns de seus recursos em proveito de uma minoria ou dos Estados. As reservas faunísticas africanas criadas no século XX foram destinadas à proteção de algumas espécies destinadas à caça ou aos jardins zoológicos, visando ao fornecimento para o mundo desenvolvido. Da mesma forma, as reservas florestais do oeste africano foram sempre justificadas pela necessidade conservar materiais para a construção de redes férreas, também para a manutenção de infra-estrutura ferroviária do mundo desenvolvido. De forma extremamente pragmática, as áreas protegidas, nesses exemplos, são consideradas instrumentos de proteção de uma natureza útil ao homem. A gestão se concentra em algumas espécies pontuais, especiais, buscando melhorar os estoques e preservar o patrimônio genético. Não havia ainda, portanto, interesse em se preservar o todo, o sistema do qual faz parte determinada espécie, pois a incidência sobre outros elementos da diversidade biológica era secundária.

Já a visão desenvolvida nos Estados Unidos, no século XIX, que tinha como meta a instituição dos parques nacionais, objetivava conservar lugares pitorescos para preservar ou recriar a paisagem tal como era antes da chegada dos europeus no século XV. Esse modelo foi exportado para os países de maiores dimensões que ainda possuíam alguns espaços pouco perturbados por ações antrópicas recentes. Vastos parques e reservas naturais foram criados na África, na América, na Austrália. Esse tipo de abordagem se manteve por muito tempo, se mantém ainda no Brasil, apoiada no conceito fito-sociológico de “clímax” e no almejado estado de equilíbrio dos meios naturais.

Ressalta-se que esse modelo de área protegida exige a exclusão total das populações humanas, à exceção de pesquisadores e turistas, conforme a finalidade definida em seu estatuto. Assim numerosos espaços protegidos foram criados em regiões de populações humanas restritas, havendo, portanto, processos de exclusão de populações que residiam ou que exerciam alguma atividade na área destinada à proteção. Para esse modelo de unidade de conservação o homem pode ser visitante, não pode ser morador e não pode usufruir dos recursos materiais que a área oferece. Desta forma inúmeros conflitos se manifestaram. No Brasil isso ainda se faz presente. Muitas obras foram escritas revelando “o mito moderno da natureza intocada”.³⁰

O modelo de parques nacionais sem moradores para a preservação da vida selvagem sofreu críticas tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos (...). Rodman (1973) afirma que a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, uma vez em que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos, o que nos mostra o fato de que a natureza selvagem não foi considerada um valor em si, digno de ser protegido. A idéia de que a natureza tenha um valor em si mesmo provém basicamente dos que advogam direitos ao mundo natural independentemente da utilidade que possa ter para o homem. Ainda para Rodman (1973), esse modo de preservação por meio de áreas naturais protegidas é inadequado e injustamente seletivo, pois privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista estético, segundo valores ocidentais, como as florestas, grande rios, *canyons*, discriminando áreas naturais menos “nobres”, como os pântanos, brejos, etc., ainda que estas possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas (DIEGUES, 1996, 35).

Em 1972 Serge Moscovici já alertava quanto ao que ele chamou de “doutrina de proteção da natureza”, que apregoava o isolamento e o embelezamento da natureza nos parques, e que havia decidido que tudo o que não era vegetal ou animal era artificial, portanto, somente existiam na biosfera os equilíbrios da planta e dos organismos (MOSCOVICI, 1975).

Na mesma obra o pensador franco-romeno admitia que o advento da proteção da natureza mobilizasse os burocratas, proporcionava empregos políticos, além de ensejar grandes conferências internacionais. Também

³⁰ Título da obra mais conhecida de Antonio Carlos Diegues.

asseverava que a constituição de reservas de natureza virgem se traduziria em uma espécie de cadeia de museus naturais, verdadeiros laboratórios, nos quais o acesso seria controlado, permitido apenas aos cientistas e, em alguns casos, aos turistas. Para Moscovici esse comportamento revelava a concepção de uma natureza de função puramente vegetativa, apartada de todo o saber e de toda a atividade humana. A natureza seria então “esmigalhada” sob a forma de parques.

Sobre a proposta de criação de reservas vegetais e animais, onde só penetrariam os cientistas, representando o mínimo grau de intervenção humana, Moscovici admitia:

O seu único efeito seria mudar o teatro da natureza, tema de curiosidade que suscita a invenção, numa natureza de teatro, falso cenário pendurado sobre um imenso aparelho mecânico e químico. A proteção assim concedida parece bem duvidosa; não reduz a um estado estável, abrigado das transformações, mas culmina em uma gigantesca ilusão, com seus lados operatórios, que se limita a retirar uma parte das espécies de seu circuito próprio a fim de ligá-las a outros circuitos que terminarão, com o correr do tempo, por alterá-las, quer porque os intercâmbios que estavam, apesar de tudo, estabilizados conosco e nossas habilidades levam a periclitarem muitas dessas espécies animais ou vegetais, quer porque se obteria um ambiente mais natural que a própria natureza: um parque (MOSCOVICI, 1975, p. 335).

Na contemporaneidade, na mesma linha de Moscovici (1975) e em consonância com Diegues (1996), o IFB (Institut français de la biodiversité) admite que as conseqüências desencadeadas pela proliferação, sobretudo nos países do Sul, dos parques nacionais, se revelaram desastrosas para a sobrevivência ou a saúde das populações humanas usuárias. A destruição dos sistemas tradicionais de apropriação e de gestão desses espaços ou recursos e a ineficácia dos novos sistemas de controle conduziram a uma desconfiança sobre a legitimidade desse tipo de procedimento. Para o IFB esse projeto é colocado como uma tragédia da conservação, tendo sido rejeitado na Europa, havendo a reintegração do homem na lógica do espaço protegido.

Sob o impulso da Unesco e de seu programa inter-governamental de pesquisa sobre o Homem e a Biosfera (MAB), o conceito de reserva da

biosfera se desenvolveu a partir de meados da década de 1970. As reservas da biosfera tentam conservar a biodiversidade e perenizar os recursos biológicos permitindo sua utilização sustentável. O homem é visto como o centro das preocupações, como parte integrante dos ecossistemas. A pesquisa e a educação são pontos fundamentais dessa abordagem. Os países que desejam propõem a inscrição de espaços que respondem a esse conceito na rede mundial de reservas da biosfera. Há uma avaliação periódica, geralmente decenal, que permite confirmar a inscrição do espaço na lista da Unesco.

Os espaços protegidos têm sido freqüentemente concebidos segundo um modelo de zonas concêntricas, da menos protegida à mais protegida das atividades humanas em torno de um núcleo central. Esse modelo teórico foi, em numerosos lugares, colocado em prática, tendo conseguido efetivamente proteger a zona central. Entretanto, em muitos casos, o deslocamento das populações humanas cria novos problemas nas zonas periféricas.

Por muito tempo as áreas protegidas públicas, dentre elas os parques nacionais, foram o centro da política de conservação mundial. Hoje se percebe um avanço das iniciativas da sociedade civil para instituição de reservas particulares.

Com o objetivo de obter cooperação internacional, foi criada em 1948 a União Internacional para a Proteção da Natureza, transformada em 1965 em União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) (Brito, apud MORSELLO, 2001). Com o auxílio da ONU (Organização das Nações Unidas), a IUCN cria a Comissão Internacional de Parques Nacionais, com a responsabilidade de inventariar todas as áreas protegidas do mundo. Também foram realizadas várias conferências mundiais, nas quais sempre foram discutidas as questões das terminologias, dos conceitos de áreas protegidas, assim como os tipos de manejo mais adequados para áreas dessa natureza.

O conceito de parque foi se transformando, dando origem a diferentes tipos de categorias de Unidade de Conservação (UC). O conceito de UC quase sempre esteve associado à iniciativa pública como consequência de as categorias de áreas protegidas públicas terem se tornado mais comuns em

todo o mundo. Recentemente tem aumentado o interesse da comunidade conservacionista nas áreas particulares protegidas (MORSELLO, 2001). No Brasil, este tipo de UC tem se disseminado nos últimos anos, sobretudo as áreas estabelecidas como RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Nacional).

Constata-se que, além das categorias estabelecidas pela IUCN, outros tipos de espaços protegidos podem integrar o grupo das chamadas áreas protegidas. É o que admite o Institut français de la biodiversité, o IFB, em seu documento intitulado «Des espaces protégés pour concilier conservation de la biodiversité et développement durable : fondements et recommandations d'une stratégie de coopération pour la gestion des espaces protégés»³¹. Para este documento existem numerosos tipos de espaços protegidos que variam em relação ao estatuto jurídico. É citado o exemplo dos parques naturels regionaux franceses, além de outras reservas, como as “cinérgicas”, as “ornitológicas”. Variam também em relação à propriedade que pode ser pública, ou privada, ou comunitária; tendo referência social e cultural diversa, podem estar classificadas como patrimônio mundial, ou como santuário, ou como bosque sagrado, etc.; variam seus objetivos, como produção, conservação, pesquisa, proteção de paisagens, desenvolvimento sustentável, etc.; podem ter perspectiva intemporal ou de duração prevista, permanente ou temporária; oscilam também em relação ao tamanho, podendo abarcar um país inteiro, um maciço montanhoso, mares, etc.

Todavia, a decomposição da expressão “espaço protegido” revela elementos comuns, conforme documento do IFB, tais como: noção de limite geográfico; valor cultural, político ou biológico, passado, atual ou futuro; referência a possível degradação; dispositivo indicado para evitar essa agressão. Geralmente são incluídos também, na noção de “espaço protegido”, objetivos, exclusões ou restrições de atividades, dispositivos regulamentares, estatutos jurídicos, planos de manejo e programas de gestão.

³¹ Institut français de la biodiversité. *Des espaces protégés pour concilier conservation de la biodiversité et développement durable : fondements et recommandations d'une stratégie de coopération pour la gestion des espaces protégés*. Les cahiers de l'IFB. Paris, France. Disponível em <http://www.gis-ifb.org> Acesso em fevereiro de 2005.

O documento do IFB destaca que a classificação da IUCN distingue seis categorias em função das grandes orientações de gestão. Conta-se atualmente com aproximadamente 30.000 áreas protegidas no mundo, cobrindo cerca de 13 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, um pouco menos de 10% das terras emersas.

6.2 – A INSTITUIÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA FRANÇA

Nos países mais marcados pela valorização humana do espaço rural, novos procedimentos tentam integrar as atividades humanas em uma perspectiva de conservação, como uma alternativa ao modelo de criação de áreas naturais protegidas, desenvolvido inicialmente pelos Estados Unidos, comumente chamado de parques nacionais.

Simonnet, citada por Diegues (1996), analisando a evolução do “ecologismo” na França, admite a coexistência de duas correntes naquele país. A primeira seria a da luta pela defesa da natureza, inspirada nas sociedades de proteção, como a *Sociedade Imperial Zoológica*, fundada na França em 1854, depois transformada na *Sociedade Nacional de Proteção da Natureza*, responsável pela criação dos primeiros parques nacionais em meados do século XX. A outra corrente, que a autora reconhece como um novo “ecologismo”, teria sido inspirada por Pierre Fournier, quem havia proposto a volta às práticas de uma vida ecologicamente sadia, prescrevendo o retorno ao campo e à vida em comunidade, na tentativa de criar “ilhas” de uma sociedade ideal. Esse movimento, para Simonnet, sofreu influências de Ivan Illich, de Serge Moscovici, de René Dumont, tendo sido marcado pela “futuurologia” e por um profetismo alarmista: “o futuro incerto do planeta; o esgotamento dos recursos naturais; a superpopulação humana; a poluição ecocida; as tecnologias opressivas; a guerra nuclear; a ciência dominada pela tecnocracia” (apud DIEGUES, 1996, p. 40). As contrapropostas deste movimento visavam à uma sociedade libertária, de pequenas comunidades auto-suficientes, tendo a afirmação da sociedade civil em reação ao Estado centralizador. Considerado

um movimento de ruralização, manifestava uma utopia simplista: o retorno aos modelos de convívio das sociedades primitivas (DIEGUES, 1996, p. 40).

Assim Simonnet se expressa:

O bom selvagem e o velho agricultor foram considerados detentores de conhecimento e da sabedoria em razão de sua pouca adaptação à tecnologia moderna. A aldeia rústica e modesta se tornou o arquétipo da vida comunitária e os trabalhos rurais e artesanais, atividades doces e agradáveis, pois eram realizados em estreita comunhão com a natureza (Simonnet, apud DIEGUES, 1996, p. 41)

A tendência recente na França, de acordo com o IFB (Institut français de la biodiversité), busca conceber os modelos de espaços protegidos como o manejo do território local ou regional e o desenvolvimento sustentável das atividades humanas. O homem é assim reintegrado ao modelo e as populações locais tornam parceiras da gestão dos espaços protegidos.

Na década de 1990, os projetos de conservação e de desenvolvimento integrados tentaram, em muitos lugares da França, encontrar soluções sócio-econômicas para resolver os problemas ecológicos dos espaços protegidos. O balanço dessas ações não foi muito positivo, revela a certeza da difícil conciliação entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável em áreas protegidas e, paradoxalmente, também, sobre a implicação das partes envolvidas na sua gestão. Esses projetos tiveram o mérito de mostrar os obstáculos a serem transpostos e a necessidade de realmente integrar conservação e desenvolvimento (IFB, 2005, p. 23).

Conforme o documento do IFB, haveria, na atualidade, uma renovação dos modelos de espaços protegidos: a iniciativa das comunidades locais (citando como um dos exemplos as reservas extrativistas criadas pelas populações florestais na América do Sul – o caso dos castanheiros na Amazônia), as coletividades descentralizadas (os parques naturais regionais franceses, os santuários sobre as terras africanas sob o fomento das comunidades locais que se organizam através de um contrato de proteção e de gestão), ou dos proprietários privados (no Zimbábue, por exemplo, eles tornam comuns seus espaços, formam consórcios, para desenvolver a criação de

animais selvagens que depois poderão ser destinados à caça controlada ou ao mercado).

Na concepção francesa expressa pelo IFB, hoje o conceito de espaço protegido ou de área protegida estaria ultrapassado. O termo “protegido(a)” faria muita referência a uma percepção negativa, estática e repressiva. A área protegida representaria uma disputa de apropriação do espaço pelo político, o técnico e o especialista. A administração ou instituição que o gera, tende a apropriar-se desse espaço, desencadeando conflitos entre os gestores e os usuários (IFB, 2005, p. 24).

Na França, a gestão dos espaços protegidos deixou de ser confiada exclusivamente aos serviços especializados do Estado. Visto como o único responsável pelo interesse geral, o Estado produzia os espaços protegidos, freqüentemente, contra todos aqueles que podiam degradá-los. Esta gestão monista foi substituída por uma certa abertura e uma visão pluralista das responsabilidades e competências dos atores envolvidos com os espaços protegidos. A emergência de novos atores nos cenários internacionais e locais modificou consideravelmente as condições de tomadas de decisão e de gestão dos espaços protegidos. As comunidades locais, as ONGs locais e internacionais e as autoridades políticas têm sido envolvidos como parceiros ativos nos processos de decisão (IFB, 2005, p. 25).

A evolução recente dos critérios de criação e de gestão de áreas a serem protegidas, sobretudo na França, vem sendo acompanhada de uma perspectiva de ordenamento do território. Os parques naturais regionais franceses e as novas reservas da biosfera aparecem como precursoras de um manejo territorial fundado em um objetivo de conciliação, visando o benefício mútuo entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento econômico (IFB, 2005, p. 13).

6.3 – A POLÍTICA FRANCESA DE COOPERAÇÃO PARA A GESTÃO DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS

A política de cooperação da França para a gestão dos espaços protegidos e de seus recursos, conforme dados do IFB, foi muito pontual até o fim dos anos 1970. Já os anos 1980 foram marcados por ajudas constantes, concentradas essencialmente na assistência técnica à gestão e à formação em matéria de grande fauna selvagem, principalmente junto às savanas africanas. Essa política foi se diversificando, tematicamente e geograficamente, na década seguinte, em função das novas preocupações locais e internacionais.

A vontade política de conservação e valorização da diversidade biológica, pouco a pouco, promove uma reorientação na gestão de espaços protegidos, passando de uma preservação das espécies para uma gestão do ecossistema, tornando-se mais dinâmica e global, integrando, cada vez mais, os homens e suas atividades. A criação do FFEM (Fonds français pour l'environnement mondial) em 1994 permitiu uma composição entre parceiros franceses para a cooperação no seu apoio aos espaços protegidos.

Em relação a outros países, a aplicação da cooperação francesa para a gestão dos espaços protegidos e de sua diversidade biológica se singulariza, principalmente, pela afirmação do lugar do homem na gestão dos ecossistemas.

Conforme informações contidas em documentos do IFB, a estratégia francesa de apoio aos espaços protegidos deve se sintonizar às prioridades do Ministério Francês de Negócios Estrangeiros e do próprio governo francês. A prioridade de intervenção geralmente está ligada às preocupações de política geral, de parcerias a construir ou de serem reforçadas. As escolhas de intervenção são definidas a partir da identificação de iniciativas locais, de estratégias de ações multilaterais ou de complementaridades com outras ações de cooperação setoriais francesas. Essas escolhas geralmente recaem sobre zonas de forte valor biológico e ecológico, ou sujeitas a ameaças significativas (IFB, 2005, p. 17).

Para atingir uma sinergia entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, o IFB recomenda que os critérios de escolha do tipo de intervenção possam, cada vez mais, concentrar sua ajuda, prioritariamente, nos lugares onde há uma presença humana no espaço protegido ou em suas proximidades, e onde os processos permitam a implicação dessa população local na gestão de seu território. As potencialidades de gestão e de valorização por essas populações tornariam, assim mais importantes que os dados quantitativos de biodiversidade.

6.4 – Os PARQUES NACIONAIS FRANCESES

Somente em 1960 foi regulamentada, na França, a instituição de parques nacionais, conforme o modelo norte-americano, cujo objetivo é sempre a preservação de uma paisagem única, ou de determinada espécie animal ou vegetal. Na época, o objetivo era salvaguardar espaços dotados de flora e fauna raras, interditando-os para a circulação de carros, para construções, para a caça e a coleta. Suas bordas, entretanto, deviam ser equipadas com mecanismos de abrigo e assistência para os visitantes. (MONOD & CASTELBAJAC, 2004).

Foram criados seis parques nacionais que cobrem aproximadamente 1% do território francês: o de Vanoise, de Port-Cros, dos Pirineus Ocidentais, de Cévennes, de Écrins e do Mercantour. Correspondem a territórios de características selvagens, nas quais foram limitadas, aparentemente sem danos, as intervenções humanas. Estas características fizeram dos parques nacionais, na opinião de Monod e Castelbajac (2004), verdadeiros santuários da natureza. Todavia, a criação de novos parques nacionais na França estaria praticamente inviabilizada, pela quase inexistência de áreas com pouca intervenção humana.

Nesse sentido buscou-se outras alternativas que permitissem assegurar um equilíbrio entre a preservação da natureza, a manutenção da vida rural e a satisfação das necessidades de repouso dos cidadãos, tendo sido lançada, em

1967, a fórmula dos parques naturais regionais (MONOD & CASTELBAJAC, 2004).

6.5 – OS PARQUES NATURAIS REGIONAIS FRANCESES

Os PNR (parques naturais regionais) na França ocupam uma função essencial nos dispositivos atuais de ordenamento e construção dos territórios, pois eles refletem o cuidado de permitir à população residente, permanecer no local e manter sua atividade. Um PNR não existe sem a vontade de seus habitantes e são estes, ou seja, as próprias coletividades que escolhem as ações a serem conduzidas.

Monod e Castelbajac (2004) asseveram que o objetivo principal dos PNR seria a valorização dos lugares através da proteção das paisagens e do habitat tradicional, a restauração do patrimônio arquitetural monumental (igrejas, castelos) ou modestos (calvários, lavadouros, moinhos), a criação de espaços para exposições e de museus, a assistência para as novas construções, a organização de albergues, de trilhas para caminhadas e para calvagens. Os autores admitem que os PNR promovem o resgate das atividades artesanais e a valorização dos produtos locais, além de facilitar a pluriatividade das atividades rurais, notadamente da agricultura.

Informações do Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França designa um PNR como um território de equilíbrio frágil e com patrimônio natural e cultural ameaçado. Criados a partir de 1967, hoje totalizam 44 (quarenta e quatro) PNR, abarcando, aproximadamente, 13% do território nacional francês e 3 milhões de habitantes.

Para este Ministério, o procedimento do sistema PNR se funda a partir da noção de contrato e de livre adesão, permitindo preservar, gerir e valorizar um patrimônio natural, animar e dinamizar regiões pouco desenvolvidas ou submetidas à pressões diversas, assim como engajar os líderes políticos e demais atores locais em uma consideração maior para com o meio ambiente.

O PNR se apóia sobre uma Carta aprovada pelas coletividades territoriais e o Estado, que constitui um projeto de desenvolvimento sustentável fundado na preservação e na valorização do patrimônio. Esta carta deve organizar a coerência e a coordenação das ações dos parceiros envolvidos. Trata-se da Carta do Parque, o documento mestre do PNR.

A classificação de um território em PNR é desencadeada por uma demanda de nível regional³². Na França é efetuada por decreto do Primeiro Ministro a partir de proposição do Ministério do Meio Ambiente após apreciação do conjunto de ministérios concernentes (Turismo, Agricultura, Cultura, etc.). A classificação é o reconhecimento da coerência e da qualidade do território (riqueza patrimonial) e da pertinência da Carta ao olhar de seus desafios específicos. Ao validar a Carta do Parque, o Estado compromete seus diferentes serviços a promover ajuda técnica e/ou financeira a sua aplicação. Em caso de desrespeito grave à Carta, o Estado pode decidir pela sua desclassificação. A validade da Carta é, em média, de dez anos. Ao fim de cada período há uma avaliação geral, quando o Estado pode definir pela não validação da Carta por mais um período.

A primeira etapa na preparação de um PNR é a definição do perímetro de estudo. Na França é a região que define esse perímetro, apoiando e financiando o trabalho de elaboração da Carta (estudos, diagnósticos, sensibilização local, informação, divulgação, etc.). Os representantes de nível regional, das comunidades locais e os atores do território se unem em um organismo que dirige a fase de estudos com a ajuda de uma pequena equipe de “animação” local. A redação da Carta exige muitas etapas de conciliação/acordos e de validação em âmbito local até atingir um documento final. Essas reuniões promovem também o engajamento da maioria da população envolvida. Na França, o projeto da Carta é submetido à apreciação pública. O documento final é aprovado inicialmente em âmbito regional, depois é endereçado a todos os parceiros locais para recolhimento de seus acordos

³² Entende-se por nível regional, na França, um nível infra-nacional, disposto cada um de uma administração própria, submetida ao nível nacional. Na França existem 21 regiões. As regiões francesas seriam correlatas às unidades da federação brasileira, os nossos Estados.

formais. O perímetro do Parque corresponde ao das comunidades envolvidas, participantes na aprovação da Carta.

Após a criação do Parque, o organismo de estudo se transforma em organismo de gestão do Parque. É ele que põe em operação a Carta, velando por sua aplicação. O organismo gestor do PNR é, geralmente, um sindicato misto aberto que compreende necessariamente todas as unidades envolvidas: as regiões, os departamentos, as comunidades.

A rede de PRNs franceses está organizada em torno da Federação dos Parques Naturais Regionais Franceses, que coordena os parques existentes e assegura uma missão de apoio nas revisões das Cartas e em novos projetos.

O Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável destaca que o exemplo dos PNR serviu à delegação francesa para ilustrar as experiências nacionais de desenvolvimento sustentável nas diferentes conferências internacionais dos últimos anos (Johannesbourg em 2002, Durban em 2003, Kuala Lumpur em 2004) e que os PNR suscitam grande interesse em muitos países estrangeiros.

6.5.1 – A MARCA “PARC NATUREL RÉGIONAL”

A marca atribuída pelo Estado a cada um dos PNR franceses, por ocasião de sua classificação, corresponde a um título gráfico nacional. É composta de um emblema figurativo e de uma denominação própria a cada parque. A marca “Parc naturel regional” permite a identificação do território e as ações traçadas pelo organismo de gestão do parque.

A classificação do parque autoriza o seu organismo de gestão a atribuir essa marca aos produtos e serviços locais, que devem corresponder às normas particulares em aplicação do regulamento nacional de utilização da marca. Os produtos agro-alimentares e artesanais têm geralmente uma notoriedade de proximidade e é o parque que assegura a promoção em nível local e regional.

A marca sempre está correlacionada aos produtos, serviços e *savoir-faire* de seu território, correspondendo a quatro valores seguintes: a) produção de origem do território do parque; b) autenticidade; c) caráter artesanal de fabricação; d) respeito ao meio ambiente no processo de fabricação. O PNR viabiliza um dispositivo de controle de qualidade dos produtos da marca. As normas são elaboradas em coletivamente pelos PNR. Cada gama de produto é objeto de um conjunto de cláusulas específicas, envolvendo os quatro valores comuns de maneira adaptada ao produto.

6.5.2- A FEDERAÇÃO DOS PARQUES NATURAIS REGIONAIS FRANCESES

Um dos maiores objetivos da Federação dos Parques Naturais Regionais Franceses (FPNRF) é a promoção da política dos PNR na França e no exterior. Ela é interlocutora de diferentes ministérios envolvidos nas ações dos parques (Turismo, Meio Ambiente, Negócios Estrangeiros, Agricultura, etc.) e representa os PNR na seção francesa da IUCN e na Associação Européia de Parques (EUROPARC).

Outro objetivo é impulsionar as reflexões estratégicas e técnicas em matéria de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, além de participar de uma política nacional de PNR (criação e renovação de parques, elaboração de regulamentos, etc.). A FPNRF informa o público e os parceiros através da edição da revista "PARCS" e mantém um site na Internet. Estabelece e mantém relações com a imprensa francesa. Produz e mantém uma documentação de base sobre os parques e promove a publicação e co-edição de documentos de informação para o grande público.

A Federação também funciona como uma estrutura de concerto entre os PNR e as outras redes de áreas protegidas francesas, atuando também como interlocutora das administrações nacionais, das assembleias parlamentares e da UE para elaboração de textos e políticas referentes aos PNR.

Em matéria de cooperação internacional, os objetivos da Federação envolvem a promoção do conceito e do procedimento do modelo Parque

Natural Regiona e a transferência dos *savoir-faire* específicos dos parques. Os eixos de intervenção são os seguintes: a) apoiar o estabelecimento do procedimento “Parc” no estrangeiro em nível local ou nacional, privilegiando a apropriação local do procedimento, a formação dos atores locais e a troca entre os parques franceses e parceiros estrangeiros; b) promover de maneira geral o modelo “Parc” próximo às instâncias internacionais e dos arrendadores de fundos.

Os projetos de cooperação são financiados por diferentes fontes, dentre elas o Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM), o Ministério Francês de Assuntos Estrangeiros, o Ministério Francês do Meio Ambiente e a Comissão Européia.

O site da FPNRF na internet faz referência aos projetos de cooperação internacional, dando destaque ao PNR do Pantanal (Brasil).

6.6 – AS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL

6.6.1 – OS PARQUES NACIONAIS NO BRASIL

No Brasil, em 1934, se materializam as primeiras manifestações em defesa dos ambientes naturais. É quando se realiza a 1ª Conferência para a Proteção da Natureza, promovida pela “Sociedade dos Amigos das Árvores”. Também é o ano das promulgações do primeiro Código de Caça e Pesca, do Código de Minas, do Código das Águas, do Código Florestal (Carvalho, apud DIEGUES, 1996, p. 113).

O primeiro parque nacional foi criado em Itatiaia, em 1937, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. A proposta foi feita inicialmente pelo botânico Alberto Löfgren, em 1913, com o objetivo de pesquisa e lazer para as populações dos centros urbanos. A sua criação foi estabelecida pelo artigo 9º. Do Código Florestal, aprovado em 1934, que definiu parques nacionais como monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam (Quintão, apud DIEGUES, 1996, p. 114).

Diegues (1996) destaca que o período em que o governo brasileiro estava em mãos dos militares foi quando houve grande impulso ao estabelecimento de áreas de conservação. Por se tratar de um regime autoritário, as unidades eram criadas por imposição, sem consultas às populações envolvidas. O autor também faz a relação com o período em que mais foram convertidos vultosos empréstimos pelo governo brasileiro, sobretudo junto ao Banco Mundial e o BID. Estas organizações multilaterais, por sua vez, seguindo tendência dos países do Norte, para liberar os financiamentos, passaram a impor cláusulas de conservação ambiental, exigindo, em muitos casos, a criação de unidades de conservação.

Também em 1937, junto com a instituição formal da primeira área instituída para a conservação no Brasil, aparece o conceito de UC (Unidade de Conservação). Informes do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) indicam que até o ano de 2004 haviam sido criadas “256 UCs no âmbito federal, sendo 53 parques nacionais, 26 reservas biológicas, 29 estações ecológicas, 66 florestas nacionais, 29 áreas de proteção ambiental e 33 reservas extrativistas, totalizando 23.761.582,21 ha entre as UC de proteção integral e 30.044.868,10 ha de uso sustentável, representando 2,78% e 3,52%, respectivamente, do território nacional, consagrando as UC como a principal ferramenta na conservação da biodiversidade” (FERREIRA *et al.*, 2004).

6.6.2 – ÁREAS PROTEGIDAS PARTICULARES NO BRASIL – AS RPPNs

Wiedmann (1997) admite que a base legal para o estabelecimento de propriedades particulares destinadas à proteção ambiental no Brasil é anterior à legislação específica das UCs, existindo desde o antigo Código Florestal, de 1934, o qual fazia referência às chamadas florestas protetoras, que permaneciam de posse e domínio do proprietário e se tornavam inalienáveis, além de passar a dispor de isenção total de impostos. Em 1965 foi instituído o

novo Código Florestal (Lei nº 4.771), quando a figura das florestas protetoras desapareceu. Mas ainda permaneceu a possibilidade do proprietário de floresta não-preservada gravá-la com perpetuidade, por meio da assinatura de um termo perante a autoridade florestal e na averbação à margem da inscrição no Registro Público (Lei nº 4.771/1965, Artigo 6º). Possibilidade essa que foi revogada pelos efeitos da Lei nº 9.985/2000 (Lei do SNUC).

Assim, a prerrogativa de criação de áreas naturais protegidas, a partir da solicitação de seu proprietário, começou efetivamente pelo antigo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). A iniciativa de proteção de áreas privadas, por reivindicação de proprietários, se deu “quando alguns proprietários rurais sentiram a necessidade de dar proteção oficial às suas propriedades, face à pressão de caça” (Pereira, apud FERREIRA, 2004, p. 16). Em resposta, o IBDF editou uma portaria estabelecendo a figura dos chamados refúgios particulares de animais nativos. Nessa portaria (IBDF nº 327, de 29 de agosto de 1977) já constava a necessidade do gravame das terras pretendidas com caráter de perpetuidade, ou seja, novos proprietários (herdeiros e outros) não podiam alterar a sua inalienabilidade. Estava regulamentada então a existência da categoria de reserva ambiental de caráter privado. Em 1988 a proteção foi estendida para a vegetação, além da fauna, prevista em uma nova portaria do IBDF, a Portaria nº 217, de 27 de julho de 1988 (FERREIRA, 2004, P. 17). Este novo dispositivo legal atualiza e amplia a questão das reservas particulares, que passaram a se chamar reservas particulares de flora e fauna.

Apesar da instituição dessas portarias parecer um avanço, de acordo com Moura-Filho (apud FERREIRA, 2004), elas, por se tratarem de instrumentos baixados pelo órgão gestor, não possuíam força de lei. Assim, as reservas particulares recebiam o aval do IBDF, por meio de portaria, como sendo áreas de natureza conservada e funcionavam apenas para a proteção do patrimônio natural lá contido. Eventualmente o IBDF promovia uma fiscalização restrita e, em geral, os proprietários se encarregavam de colocar sinalização nos limites de tais áreas, acerca da proibição de caça e pesca nos seus limites. Porém tais áreas ainda não eram consideradas UC e nem figuravam como sendo parte do sistema oficial do SNUC (FERREIRA, 2004).

A partir de 1990, com a criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), as reservas particulares, com caráter de proteção da natureza, ganharam relevância. Por meio do Decreto nº 98.914/1990, foi atribuída ao IBAMA a competência de reconhecer tais reservas particulares. A partir da iniciativa de seu proprietário, em áreas onde fossem “identificadas condições naturais primitivas, semiprimitivas, recuperadas ou cujas características justifiquem ações de recuperação, pelo seu aspecto paisagístico, ou para a preservação do ciclo biológico de espécies da fauna e da flora nativas do Brasil” (Moura-Filho, apud FERREIRA, 2004, p. 17). Desta forma foi criada e instituída a denominação de reserva particular do patrimônio natural (RPPN) para tais reservas particulares de proteção ambiental (MESQUITA & LEOPOLDINO, 2002; PEREIRA, 2000 e 2002; WIEDMANN, 1997 e 2001).

Esse Decreto manteve os princípios para reservas particulares e estabeleceu grandes avanços com novos norteadores. As RPPN continuavam sendo reservas de domínio totalmente privado, ainda com caráter de perpetuidade, assegurando aos proprietários a definição da destinação da área, podendo ser a proteção dos recursos naturais e outros usos compatíveis com a proteção ambiental.

Na opinião de Ferreira (2004), maior avanço, ainda, ocorreu em 1996, quando foi editado o Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, conceituando melhor a figura da RPPN e definindo os usos permitidos, quais sejam: atividades de cunhos científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer, desde que assegurada a proteção dos recursos da reserva, e estabelecendo direitos e obrigações para os proprietários e para o próprio IBAMA. Porém, apesar dos avanços em tais decretos, as RPPN continuavam não sendo reconhecidas como UC, mas áreas especialmente protegidas com o aval do poder público e tendo usos relativamente restritos. Nesse último Decreto o IBAMA definiu que o proprietário da RPPN ficava sujeito a sanções administrativas em caso de comprovada infração, sem prejuízo de responsabilidade civil ou penal. No mesmo instrumento, ficou deliberada a necessidade do proprietário da RPPN elaborar o plano de utilização (hoje denominado plano de manejo) para a reserva, incluindo o seu zoneamento.

Também no Decreto citado, ficou facultado ao proprietário solicitar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) para a área criada como RPPN. Observa-se, portanto, o quanto foi ampliado o significado das reservas ambientais particulares e o grau de responsabilidade do seu proprietário, ao mesmo tempo em que eram instituídos incentivos para a sua criação (FERREIRA, 2004).

A autora observa, também, outros incentivos, como a prioridade na análise e concessão de créditos agrícolas por bancos oficiais e na concessão de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), do MMA, para projetos de implantação e gestão das RPPN, além da proteção contra queimadas, caça e desmatamentos, podendo contar com o apoio e a orientação do IBAMA no manejo e no gerenciamento das RPPN. Ferreira (2004) reconhece que apesar de tantos avanços e fortalecimento e da grande mobilização dos proprietários e suas associações, as RPPN só foram classificadas como UC a partir do ano 2000. Com a aprovação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei do SNUC), as RPPN passaram a compor o grupo de uso sustentável, mantida a obrigação da elaboração de plano de manejo, em substituição ao plano de utilização e ao zoneamento exigidos anteriormente.

Por meio da Lei do SNUC, a categoria de RPPN foi reformulada em seu conceito e em seu objetivo, sendo considerada “área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica”, conforme estabelece o Artigo 21 da citada Lei. Quanto aos usos permitidos em uma RPPN, a Lei do SNUC estabeleceu, nesse Artigo, em seu § 2º, que, “conforme se dispuser em regulamento”, podem ser desenvolvidas em uma RPPN atividades de pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais (FERREIRA, 2004, p. 18).

7 – VOZES E EMBATES DOS TÉCNICOS BRASILEIROS E FRANCESES E OUTROS ENVOLVIDOS

Para a implementação desta tese foram realizadas entrevistas com alguns atores envolvidos, direta ou indiretamente, no processo de criação, implantação e gerenciamento do Parque Natural Regional do Pantanal (PNRP). Foram selecionadas pessoas que exerceram atuação de destaque. Assim, serão trabalhadas neste item as entrevistas realizadas com técnicos franceses e brasileiros envolvidos no processo³³. Ressalta-se que o convênio estabelecido com a Federação dos Parques Naturais Regionais Franceses previa o envio de técnicos indicados por aquela instituição.

Pretende-se fazer breves explicações acerca das posições desses técnicos sobre o Pantanal e o PNRP, seguidas de análises, organizadas em tópicos de discussão.

7.1 – CONCEPÇÃO DO MODELO PARQUE NATURAL REGIONAL

Ao considerar o modelo francês de PNR ainda pouco conhecido fora da França e experimentado no Brasil, pela primeira vez, no Pantanal Mato-Grossense, presumem-se adaptações visando às necessárias adequações à realidade vigente. Questionado sobre esse processo de adaptação do referido modelo ao Pantanal, **TB1**³⁴ afirma:

Sim, é adaptável, inclusive dentro da própria França. O modelo é geral, mas cada parque tem sua particularidade, ele é um modelo baseado em características territoriais, não existem dois parques iguais, então se você quer construir um parque estude o seu território, estude a potencialidade econômica,

³³ Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, serão utilizadas siglas para a identificação de cada um. Assim, **TB** seguido de um número, corresponderá a um dos técnicos brasileiros envolvidos no processo de implantação e gerenciamento do PNRP. Enquanto que **TF**, também seguido de um número, fará correspondência a um técnico de origem francesa. Na medida em que cada um aparecer pela primeira vez, será feita uma breve apresentação em Nota de Rodapé.

³⁴ **TB1** (Técnico Brasileiro 1) – Com formação na área agrônoma e educacional, quando da realização da entrevista, em 2004, estava oficialmente à frente do IPP (Instituto Parque do Pantanal), como Secretário Executivo.

características econômicas, condições geográficas, morfológicas, biodiversidade, condições sociais, inclusive renda socioeconômica e a unidade cultural do território, isso que caracteriza o Parque. Provavelmente os demais parques que forem criados no futuro terão muitas coisas em comum com esse, mas não serão os mesmos parques.

Vê-se que **TB1** destaca as singularidades específicas de cada parque, sendo que essas se estabelecem a partir das características próprias de cada território, de suas particularidades. A interpretação deste técnico reflete as influências da concepção francesa de território, - hoje sedimentada nas reflexões teóricas locais e regionais -, que prevêem leituras sócio-econômicas, políticas, culturais e, sobretudo, ambientais, a partir de bases territoriais.

Ao ser solicitada uma definição acerca do modelo de gestão dos PNR, assim se manifestou **TF2**³⁵:

É uma grande oportunidade para os fazendeiros trabalharem juntos. É um grande desafio. O PRP pode oferecer a qualquer um, ou qualquer associação, apoio técnico e científico. O fazendeiro tem a sua casa no IPP. Eles têm que resolver muitos problemas financeiros, administrativos e de envolvimento e responsabilidade deles. [...] O Parque Regional do Pantanal não é algo físico, é uma maneira de ver o Pantanal, é mais um compromisso, um convênio, um consórcio, para trabalharem juntos, para desenvolver o Pantanal.

Percebe-se, nessa fala, um flagrante da visão desenvolvimentista de caráter econômico, expressa por um representante do grupo francês. Apesar da teoria demonstrar a necessidade de se pensar em desenvolvimento global, a prática se assenta em uma visão instrumental de desenvolvimento que tem a

³⁵ **TF2** (Técnico Francês 2) – Com formação em biologia e ecologia, especialista em manejo e conservação de animais silvestre, faz parte do quadro do CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento), instituição francesa que desenvolve pesquisas em parceria com inúmeros países tropicais. Quando entrevistado, em junho de 2005, encontrava-se interinamente à frente do IPP e em fase de encerramento do projeto que coordenava, o qual era intitulado “Ações Piloto de Valorização da Biodiversidade do Pantanal do Rio Negro”, financiado pelo FFEM. Este projeto objetivava a conservação da biodiversidade do Pantanal por meio da valorização de sua fauna selvagem (implementação de uma cadeia de produção de animais silvestres e desenvolvimento do ecoturismo) e da diminuição dos conflitos ligados à predação do gado pelos grandes felinos.

primazia do econômico. A expansão da liberdade, preconizada por Amartya Sen (2000) – prêmio Nobel de Economia – , como o principal meio e fim do desenvolvimento, atenderia às outras necessidades de desenvolvimento do território pantaneiro, além do meramente econômico. Isso porque o processo de desenvolvimento depende do atendimento da “liberdade de ações e decisões dos indivíduos”, garantindo o acesso aos serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado, segurança econômica e social.

Questionado sobre a prática de estabelecimento de áreas de proteção e sobre os modelos de Parque Nacional (PN) e Parque Natural Regional (PNR) na França, **TF1**³⁶ afirma:

Na França há poucos parques nacionais e os que existem ainda seguem modelos antigos. Tem apenas um que é interessante em relação às políticas de conservação e as comunidades locais, que é o Parque Nacional de Cévennes. É um parque muito especial com um zoneamento muito especial também. Na realidade é um Parque Nacional muito parecido com os Parques Regionais, só que a gestão é do governo, mas, por conta da história, reúne aspectos muito interessantes em relação à participação da população. Sobre os Parques Nacionais da França há uma grande reflexão em relação à implantação, gestão e integração.

TF1 afirma ainda que, na atualidade, naquele país, há...

(...) uma reflexão que se traduzirá em novos textos de leis que poderão resultar na criação de uma comissão ou um grupo que se chama GIP (*Groupe de Intérêt Public*) para a construção de toda a fase de criação, de definição das políticas, etc., incluindo técnicos do governo central e pessoas da região eleita. Ou seja, todo mundo vai participar da definição dos perímetros e das políticas que serão desenvolvidas, tanto na base central do parque quanto na sua periferia (entorno).

Sobre a política de gerenciamento dos parques na França, **TF1** diz que:

³⁶ **TF1** (Técnico Francês 1) – Em maio de 2004, era responsável pela cooperação ambiental no Brasil, do Ministério de Assuntos Estrangeiros da França. Enviado pela Federação de Parques Naturais Franceses para coordenar a implantação do PNRP, tem formação em antropologia, agronomia e economia. Autodefine-se como um generalista nos assuntos ligados à gestão de recursos naturais renováveis e projetos de desenvolvimento sustentável. Revela-se um conhecedor do modelo francês de Parque Natural Regional.

(...) a política da zona central do Parque Nacional será definida em conjunto com as pessoas que vivem no entorno. Cada um, na verdade, terá atribuição/responsabilidade em função de um zoneamento que será feito durante a fase de criação. Significa que haverá, além da simples consulta pública, uma efetiva participação pública no sentido pleno do termo. A noção de parque nacional na França tem evoluído muito em função dos parques regionais.

Em todas essas falas de **TF1** há uma forte defesa do modelo Parque Natural Regional (PNR), em detrimento ao modelo Parque Nacional (PN).

Na realidade, hoje, é visível nos países europeus uma maior valorização do espaço rural, visto como espaço menos transformado socialmente. Nesse sentido, novos procedimentos passam a integrar as atividades humanas, engendrados a partir de uma perspectiva conservacionista, e são apresentados como alternativas ao modelo de criação de áreas naturais protegidas. Na França isso se materializa, sobretudo, a partir do modelo de PNR. Naquele país há uma tendência em conceber os modelos de espaços protegidos como o manejo do território e o desenvolvimento sustentável das atividades humanas. As populações locais, reintegradas, tornam-se parceiras da gestão dos espaços protegidos.

Sobre a metodologia de implantação de PNR, **TF1** considera as associações criadas no processo de implantação do PNRP indicadores de resultados desta experiência, para serem utilizados em novas propostas de parques naturais regionais. Assim, ele recomenda:

Como foi feito no PNRP, criamos três ou quatro associações para começar o trabalho, na verdade estão tentando aproveitar essas ferramentas que conseguimos para ajudar a implementação dos outros parques, para facilitar, melhorar o funcionamento e a integração das unidades de conservação. Não é para acabar com tudo que existe, mas criar ferramentas, instrumentos para agilizar, para ajudar a integração de unidades de conservação, na idéia de pólos de desenvolvimento local e ver como as unidades de conservação podem ser um elemento de um dispositivo muito mais complexo.

Esta fala denuncia uma tendência de defesa em relação à interpretação do Outro. Isto evidenciaria um quadro conflitivo. Neste caso, o Outro poderia ser tanto o fazendeiro, produtor rural, quanto o representante do quadro

político, ou o técnico fiscalizador do cumprimento do aparato legislativo vigente, ou o representante de ONG que defende um modelo conservacionista mais restritivo dos espaços de proteção. Enfim, neste capítulo inúmeros conflitos se evidenciarão em decorrência dos embates que emergem quando se coloca em jogo a forma mais apropriada de gerir o território do Pantanal.

Conflitos entre:

- ✓ Produção (desenvolvimento) e proteção sócio-ambiental (sustentabilidade)
- ✓ O que é proposto pela França e o que é executado no Pantanal
- ✓ Entre o modelo francês e a legislação brasileira
- ✓ Entre técnicos franceses e técnicos brasileiros
- ✓ Entre os técnicos e os produtores, também intermediados pelos novos atores emergidos na contemporaneidade, que são os representantes das inúmeras ONGs que proliferam no Pantanal e no mundo.

É assim que a governança, enquanto um termo novo e ainda impreciso - bastante presente no discurso francês - pode auxiliar na compreensão e reflexão sobre esses embates. Governança envolve uma ação coordenada em rede, horizontal e verticalmente, abarcando todo o processo da gestão democrática e participativa.

Entretanto, **TF1**, apesar de utilizar-se do termo governança, revela, em seu discurso, intenções de uma prática pouco alinhada a este conceito, quando, por exemplo, ao pensar o desenvolvimento local para o Pantanal, apregoa como solução mais interessante a realização de

(...) uma mistura entre unidades de conservação, sindicatos intermunicipais, para encontrar a melhor maneira de como fazer, quais os tipos de pessoas mais adaptadas para tentar verdadeiramente valorizar a conservação, valorizar o meio

ambiente, caminhar, trilhar um tipo novo de desenvolvimento econômico, de aproveitamento dos recursos naturais, não sendo, simplesmente, minérios, quer dizer devastar, depois devolver o espaço para a conservação, como acontece no Brasil, eu acho, hoje em dia.

Esta fala denuncia flagrantes de intervencionismo. Se fôssemos pensar no espaço de ação destinado aos pantaneiros na constituição de conselhos, associações, esta fala explicita a intenção intervencionista, ou seja, não será dada voz a toda a população local. Poder-se-ia afirmar que, na concepção do técnico francês, o pantaneiro inexistiria enquanto agente desse processo, sendo necessário, portanto, “encontrar pessoas mais adaptadas (...) para trilhar um tipo novo de desenvolvimento econômico”.

Também transparece uma forte opinião que os europeus têm do Brasil em relação ao problema real da devastação desenfreada dos recursos naturais com a predominância dos extrativismos mineral e vegetal. Isso aponta dificuldades para a importação de um modelo que se estabelece no Brasil em uma circunstância de desvantagem em termos de sustentabilidade. Se a França já superou a fase de devastação desenfreada, até porque já viveu períodos de destruição de praticamente todas as fontes de recursos naturais em seu território, hoje preconiza e exporta preceitos conservacionistas. Esses posicionamentos diferentes podem repercutir no sucesso de empreendimentos do tipo que se estabelece no Pantanal, quando são realçadas as contradições.

Sobre a expansão do modelo PNR para outras localidades, dentro do Pantanal, em Mato Grosso ou mesmo ainda em Mato Grosso do Sul, **TF1** assevera que

É preciso utilizar os conceitos para criar ferramentas adaptadas à situação: primeiro estude a região, porque as soluções levantadas aqui poderão não servir para aquelas regiões [Paiguás e Porto Murtinho] porque os pantanais são diferentes. Diagnóstico, criatividade e tempo são muito importantes, não se pode simplesmente aplicar uma receita de bolo. (...) O trabalho de criação de novas ferramentas não deve ser simplesmente conceitual, intelectual, entre quatro paredes. Deve-se fazer isso de maneira muito concreta porque, na verdade, todo mundo já conhece os conceitos e eles são muito complicados, muito difíceis. O problema é a efetivação, a

materialização, a aplicação dos conceitos. (...) concretamente percebe-se que as coisas são muito mais difíceis, por isso se precisa da realidade para avaliar, adaptar, ver se é bom, e se funciona. O trabalho sobre intermunicipalidade e conservação pode funcionar melhor, mas nunca entre quatro paredes, lá em Brasília.

TF1, assim como **TB1**, enfatiza a questão da especificidade territorial e revela sua compreensão sobre a diversidade de pantanais que existem no Pantanal. Também ressalta a dificuldade de compreensão de todos os conceitos, ou seja, o trabalho de governança no Pantanal não estaria ao alcance de qualquer pessoa. Por outro lado, ao mesmo tempo em que **TF1** destaca a participação de todas as esferas institucionais de governo, alerta quanto à necessidade da aproximação efetiva com a realidade e da materialização de ações correspondentes aos anseios e particularidades locais.

Por sua vez, **TB3**³⁷ apresenta o modelo do PNR, sob o olhar do pantaneiro, ou seja, a versão local:

Então a França vendia essa idéia: “Nós temos o modelo de parques, diferente do modelo americano” - que são os parques nacionais, aquela coisa toda proibitiva – eles tinham um modelo diferente que era para fortalecer a atividade econômica, ou, criando alternativa econômica ecologicamente viável, de tal forma que o dono da terra continuasse lá e o filho dele entrasse com uma tecnologia nova, consorciando. Por exemplo, no caso da França, eles usaram muito, na produção de maçãs, a introdução de abelhas, de apicultura, que aumentava a produção da fruta, através da polinização, além da produção do mel. Assim, gerações deixaram de abandonar a área, o que hoje está acontecendo no Pantanal. Nós somos exemplo vivo disso, muitos pantaneiros estão saindo de lá, a proposta francesa era para evitar esse êxodo.³⁸

³⁷ **TB3** (Técnico Brasileiro 3) – Médico veterinário, natural do Pantanal, nascido na cidade de Corumbá (MS). Na época de sua entrevista, em julho de 2005, estava à frente de um programa de qualificação rural na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Sempre atuante nas questões ambientais do Pantanal, faz parte da ONG SODEPAN (Sociedade de Defesa do Pantanal), tendo sido um de seus fundadores. Exerceu importantes cargos, como Secretário de Estado de Meio Ambiente e Diretor da Embrapa-Pantanal.

³⁸ Por ser **TB3**, além de técnico, um nativo envolvido nas questões sócio-ambientais do Pantanal, no papel de proprietário rural, decidiu-se neste trabalho reproduzir integralmente suas falas, nas quais se destaca um tom típico. Nesta citação ele descreve a idéia de PNR “vendida pela França” e sua fala mistura o ponto de vista francês com o seu próprio ponto de vista.

Nessa fala de **TB3** transparece o discurso desenvolvimentista, próprio da maioria dos atores envolvidos no processo de criação/implantação do PNRP: proprietários rurais, técnicos franceses e brasileiros e políticos. Infere-se, também, a autodefesa em relação à pressão ambientalista vigente, que apontaria para a destinação de territórios privados do Pantanal à desapropriação e posterior estabelecimento de unidades de conservação de utilização restrita. Cabe ressaltar que Allem & Valls (1987) registram a intenção de criação do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, na região do rio Negro, município de Aquidauana, em território que certamente abarcaria boa parte do que hoje consiste o PNRP³⁹. Na época, provavelmente, estaria em tramitação o projeto de criação do PNRP. Presume-se que tenha havido uma intervenção que resultou na mudança de projetos, deslocando o Parque Nacional (modalidade de UC que, conforme a legislação brasileira restringe totalmente as atividades econômicas) para o norte, em uma região de menor tradição pecuária. Isso refletiria a força da autodefesa dos grupos ruralistas que dominavam a região do Pantanal do Rio Negro que conseguiu abortar tal projeto. A partir daí teriam passado a investir em projetos que não ameaçassem a manutenção da estrutura fundiária, assim como a continuidade das relações de produção que lhes são próprias, no território pantaneiro.

Na mesma fala, **TB3** demonstra o apego ao território como componente identitário, típico dos proprietários rurais que participam do projeto do PNRP. Para ele, se na França o êxodo rural foi controlado, nada mais justo do que implementar essa idéia no Pantanal, onde esse processo estaria avançando.

O êxodo rural apontado por **TB3** nem sempre se configura como perda da terra como geralmente acontece com os pequenos proprietários de outras regiões brasileiras. No Pantanal é comum o absentéismo. Muitos deixam suas propriedades sob os cuidados de intermediários (administrador, gerente,

³⁹ Allem & Valls (1987), pesquisadores da Embrapa, destacam a existência de propostas no antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) para a criação, no Pantanal Mato-grossense, de dois tipos de reservas naturais: o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e a Reserva Biológica do Caracará. Para os autores, o “Parque Nacional se localizaria na região do rio Negro, município de Aquidauana. A Reserva Biológica do Caracará, cobrindo a região das lagoas Uberaba e Gaíba, além da ilha do Caracará, município de Cáceres, foi criada pelo Decreto Federal n.º. 68.691, de 28 de maio de 1971”. Destacam ainda que, após dez anos, foi finalmente criado o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, com área de 135.000 hectares, mas na área da Reserva Biológica de Caracará, extinguindo toda a atividade pecuária e extrativa em todo o perímetro do novo parque.

capataz), não residindo em suas terras. Alguns nem mesmo as visitam. Na atualidade existem casos, inclusive, de abandono das terras. Isso, na opinião do fazendeiro, se justifica por não mais haver compensação financeira a qualquer investimento ou atenção. Todavia, o abandono não se traduz em renúncia aos direitos de propriedade da terra.

Em uma definição complementar, **TB3** expõe com clareza pontos de total empatia com a proposta francesa de PNR, que se afina aos interesses dos proprietários rurais representados pela Sodepan:

A minha definição é que o Parque é uma coisa conceitual, ou seja, se as pessoas adquirirem e passarem a adotar o conceito de utilização da terra, tirando dali o seu sustento, seus rendimentos, obrigatoriamente ele não teria limite geográfico. Ele não precisaria ser uno, os limites geográficos não são tão importantes, [se] a comunidade, unida, encontrasse o caminho do meio, o equilíbrio, entre o desenvolvimento e o meio ambiente, a preservação. Na realidade, a comunidade pantaneira é um exemplo vivo disso no mundo. Há 10 anos atrás, na Suíça, eu fui fazer uma palestra sobre isso, impressionei todo mundo, como que o produtor estava fazendo isso? Passou a ser exemplo para a humanidade. Qual outra região do mundo que tem 200 anos de ocupação econômica e está tão intacta como o Pantanal?

A empatia se dá porque a proposta francesa vem ao encontro da flexibilização dos limites geográficos, imprescindível para a estratégia de proteção dos interesses dos proprietários rurais pela manutenção da ordem estabelecida, de desenvolvimento econômico e de autodefesa do grupo em relação à pressão ambientalista.

A fala é contraditória em relação à coesão da “comunidade pantaneira”, visto que anteriormente havia destacado o abandono e o desinteresse pelas terras por parte de muitos fazendeiros e/ou seus descendentes. A postura de **TB3** denota a típica hipérbole do discurso do grande proprietário rural, que induz à falácia dos 200 anos de ocupação sem qualquer prejuízo ambiental. Outros interlocutores dessa questão – estudiosos, ambientalistas, defensores da cultura local - discordam e questionam “quem” seria a comunidade unida do Pantanal, se a maior parte da população não é considerada, na verdade nem

possui visibilidade, como é o caso dos trabalhadores rurais, dos ribeirinhos, e das comunidades indígenas, nem sequer mencionadas.

Constata-se que há uma grande confluência de interesses ligando os principais atores do processo de criação e implantação do PNRP: de um lado os técnicos franceses e seus interesses em compartilhar experiências em ações, determinando alguns pontos essenciais no espaço global para o estabelecimento de pontos importantes de uma rede, chegando, inclusive, a se configurar em processos de intervenção; de outro lado, os fazendeiros do Pantanal, que abraçam a proposta em nome da estratégia de manutenção do seu *status quo*.

É possível atribuir fortes influências da visão francesa de território sobre alguns técnicos brasileiros, sobretudo **TB1** quando expõe sua concepção de PNR. Entretanto, em termos de desenvolvimento territorial, talvez as concepções dos brasileiros ainda não tenham alcançado a perspectiva processual. A análise do desenvolvimento territorial de um determinado espaço requer a apreensão do território em estudo, dando ênfase ao processo de construção e reconstrução permanente, visando à compreensão de sua complexidade. Trata-se, portanto, das significações e ressignificações atribuídas a este território, resultantes dos embates travados entre os diversos atores que disputam os sentidos do que realmente seja o desenvolvimento territorial de uma região.

É nesse sentido que o enfoque da Geografia Cultural contribui ao partir, neste caso, dos indivíduos que exercem funções fundamentais na composição do território pantaneiro: os proprietários rurais, agentes de manutenção desse território. Suas experiências e, sobretudo, o sentido que eles atribuem ao território e à sua existência.

7.2 – GOVERNANÇA AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Ao tratar de questões ligadas diretamente à administração e à gestão dos Parques, **TF1** enfatiza a necessidade de se estabelecer processos de governança, integrando os diversos atores envolvidos direta ou indiretamente com o projeto. Ao expor sua opinião sobre isso, ele define:

Governança mistura gestão local, relação entre o nível local e os demais níveis, enfim, gestão integrada, de tudo isso um pouco, na realidade muito ligada à idéia de democracia local. Governança, democracia local, descentralização, etc., há toda uma mudança e uma reflexão que está sendo gestada desde os anos 60-70, mas hoje em dia encontra-se mais na fase de concretização, de validação. É por isso que há mais ou menos cinco anos há a formação de quadros para o desenvolvimento local na França, para formar todo um quadro de técnicos territoriais, não são somente da função pública, mas também privada, que vão apoiar os municípios a se organizarem. Então é preciso de um profissional de um perfil muito específico. Essas questões de desenvolvimento, de proteção do meio ambiente, não podem mais ser destinadas a especialistas, há necessidade de bons generalistas. Acho até que ser um bom generalista, hoje, já é uma especialidade. Eu sou um generalista. Hoje em dia há inúmeras pessoas e instituições que estão se dedicando à formação desse tipo de profissional.

As idéias do **TF1** correspondem à conceituação teórica levantada nesta tese, ao expor que governança envolve gestão local e integrada, descentralização do poder e democracia participativa. Em decorrência da evolução da relação entre governança e democracia local, há mais de três décadas, há uma concretização e validação dessa relação, na França.

Quanto à formação de técnicos, para o caso da França, há preferência pela formação generalista, enquanto que no Brasil ainda predomina a especialização. Como se poderá ver nos próximos itens, a possibilidade da formação generalista nem sequer é mencionada pelos brasileiros, subtendendo-se, inclusive, a supervalorização das especializações. Trata-se de uma questão que vem sendo debatida, há algum tempo, relativa à interdisciplinaridade do conhecimento. É por isso também que Leff (2001)

assegura ser a crise ambiental uma crise de conhecimento que impõe drásticos limites ao real (limites de crescimento econômico, de crescimento populacional, de desequilíbrio ecológico, de pobreza, de desigualdade social).

Ao ser questionado se a gestão compartilhada demandaria uma prática interdisciplinar, **TF1** afirma:

Eu acho que envolve tudo isso. O trabalho sobre o problema do desenvolvimento sustentável, da preservação do meio ambiente, é, fundamentalmente, um problema transversal, um problema transdisciplinar. Hoje em dia, é por isso que eu acho que há órgãos que estão fracassando, porque o perfil dos profissionais é de muita especialização, não há uma visão integrada, há na verdade uma visão de fiscalização, de proteção do território. Isso não funciona se há recurso. Mesmo na França, onde o recurso é importante, os parques nacionais estão integrando muitas técnicas, muitos conceitos dos parques regionais, essa abrangência um pouco maior, a integração do parque com o entorno.

Percebe-se que **TF1** aponta importante questão. Quando ele diz que a atitude fiscalizadora, controladora do Estado não funcionaria onde há recurso, ele está afirmando que onde há recursos naturais disponíveis e, em alguns casos, em abundância, como em muitas situações no Brasil, a política não poderia comportar-se da mesma forma. Ou seja, não deveria simplesmente ter ação coercitiva, mas deveria promover o concerto entre as ações das diferentes áreas, as áreas de proteção, de conservação da biodiversidade, e, as áreas de produção, que são as áreas para onde se destinam grande parte das atividades responsáveis pelo desenvolvimento econômico.

Ressalta-se que uma gestão ambiental do território e de seus recursos naturais, ancorada em uma governança ambiental, depende de visões e atitudes interdisciplinares. Para **TF1**, o profissional especialista não teria alcance para tratar da diversidade presente no território do Pantanal, cujos recursos naturais, tão abundantes, tornam ineficazes as ações de fiscalização e proteção. O foco muito direcionado do especialista não abrangeria a plenitude da diversidade, da riqueza de recursos sócio-ambientais. Já uma

equipe de técnicos de formação mais generalista teria mais condições na apreensão e solução de questões transversais.

O desenvolvimento de um determinado território, baseado em governança ambiental, desencadeia novas formas de se pensar a apropriação desse território e seus recursos. Isso demanda uma ordenação territorial, como parte integrante de um planejamento regional, fundamentado em política de desenvolvimento participativo, para se alcançar uma gestão mais democrática dos recursos ambientais de cada lugar.

O estabelecimento de um modelo de governança no Pantanal encontra dificuldades por vários motivos, tais como: o pantaneiro, proprietário rural, enquanto detentor de grandes extensões do território e sem a prática de compartilhamento de decisões, sem a prática de “consertar” as decisões, sentir-se-ia um pouco o “dono do mundo”, julgando que as ações que incidem sobre o espaço de sua propriedade independem das demais ações e não repercutem além das fronteiras de seu território. Já o proprietário rural francês não mais percebe o território enquanto um espaço sob seu total domínio. As tomadas de decisões têm que se dar em consonância com os anseios da maioria, as diretrizes científicas e o aparato jurídico. Este último, construído a partir de inúmeras reuniões, incansáveis discussões, muitos conselhos e respectivos documentos, que se estabelecem como normas. Tal atitude poderia se configurar em um verdadeiro “diálogo de saberes”, não fosse a dificuldade de conciliar tantas forças em confronto.

O pantaneiro, proprietário rural, não é burocrata, não vive essa prática de busca de consenso entre setores tão diferentes e entre seus pares. O Pantanal parece um grande “arquipélago”⁴⁰, subdividido em inúmeras “ilhas”, nas quais, cada proprietário se autogoverna e governa seu território, permanecendo “ilhado” e “espaçoso”, conforme explica **TB3**:

Na França, quando se vai discutir um parque, se discute com milhares de pessoas, numa área pequena. Aqui é sempre uma área grande e pouca gente. Quer dizer, aqui deveria ser muito mais fácil de se fazer o parque. Só que o pantaneiro é acostumado, nós, no Pantanal, temos muito espaço, ocupamos

⁴⁰ Devo o termo “arquipélago” à observação de meu orientador Dimas Floriani.

muito espaço. Então, a gente já chega, já senta, já pega o microfone, puxa, vai ocupando todo o espaço. E, normalmente, esse tipo de pessoas, quando trabalha em espaço menor, aprende a dividir mais. Essa é a incapacidade nossa. E tem uma outra coisa também, quando iniciou essa ocupação no Pantanal, as pessoas que vieram para cá eram os donos, os reis e a lei era deles. Eles criaram suas leis. Viviam no isolamento, na solidão.

Assim como **TF1**, **TB3** também se colocava como ardoroso defensor do modelo Parque Natural Regional (PNR), em detrimento ao modelo Parque Nacional (PN). Para ele, os Parques Nacionais representam a interdição total dos recursos naturais.

O Brasil adotou o modelo americano que está furado, porque esse modelo americano era aquele de colocar uma redoma de vidro em cima de tudo, e foi feito para as coisas que foram totalmente destruídas. Eu conheço muito bem os EUA e, somente nos pontos mais inacessíveis não destruíram a natureza. Então, o que eles fizeram? Eles só protegem a vegetação secundária. Já o europeu trabalha com a conservação, não com a preservação.

A ação sobre o território. O território enquanto forma de poder. Quanto maior o território, maior o poder de quem detém sua propriedade. Poder absoluto, insubmisso às orientações das ações especializadas. E estas, como visto, se apresentam insuficientes diante da complexidade do Pantanal. A visão do generalista se confronta diretamente com a visão do grande proprietário que se comporta como um especialista no seu domínio: produtor de gado bovino de corte.

Se nos EUA só se protege vegetação secundária, conforme **TB3**, no Pantanal pode-se afirmar que estaria havendo uma “secundarização” da vegetação através da substituição da vegetação nativa por pastagens exóticas. Na realidade, trata-se do desmatamento, termo este que não significa apenas retirada de árvores, mas, também, a retirada de qualquer espécie de vegetação, mesmo que sejam as gramíneas do Pantanal. Visualmente, a destruição desse tipo de vegetação não produz o mesmo impacto que a retirada de florestas, como na Amazônia, por exemplo. Entretanto, o prejuízo para os frágeis ecossistemas pantaneiros é imenso.

7.3 – LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIALIZAÇÃO

Ao discutir o papel da legislação ambiental no componente territorial e uma análise comparativa entre os dois países – Brasil e França – **TF1** considera que o arcabouço jurídico francês talvez não seja mais flexível que o do Brasil, mas expressa uma sensível diferença:

Não sei se seria mais flexível, mas ela [a legislação ambiental francesa] integra uma coisa, por causa da história do povoamento da França e da Europa em geral, ela integra o homem, porque o povoamento da Europa é muito mais antigo que o povoamento do Brasil. No Brasil há essa idéia de que existem espaços totalmente virgens e que precisam ser preservados. Isso não é verdade, pois desde o período neolítico não há mais espaços virgens, porque a agricultura passou a existir, então a transformação da natureza, até mesmo na Amazônia, mesmo que seja muito levemente antropizada, tem índios que cortam, queimam há muito tempo, então a natureza está transformada, há que se desfazer o mito da natureza natural intocada. Como eu estou vendo que há pessoas que querem fechar áreas para reservas, se elas não são mais naturais, por quê? Qual natureza eles querem preservar? Acho que na França há uma preocupação maior com a estratégia do poder, o território do poder.

Conforme visto nos itens anteriores, poder-se-ia atribuir aos fazendeiros do Pantanal uma sintonia com esse discurso, ou seja, eles estariam buscando estratégias de poder em consonância com as idéias francesas. Essas afinidades os levariam a desconsiderar as diferenças econômicas e sócio-culturais entre os territórios franceses e o pantaneiro, interferindo, portanto, no sucesso do projeto PNRP. Evidencia-se, nesse caso, a necessidade da percepção do território enquanto um todo complexo.

TF1 destaca o mito da natureza intocada, em consonância com Antonio Carlos Diegues, para quem esses mitos e representações simbólicas, produzidos pelas sociedades ocidentais, teriam por objetivos o estabelecimento de ilhas intocadas de vegetação original (ou quase original), os parques e/ou reservas naturais, nas quais a natureza pudesse ser reverenciada e admirada (DIEGUES, 1996). Entretanto, sabe-se que esses objetivos, provindos de

sociedades sócio e economicamente desenvolvidas, atendem às expectativas de uma população privilegiada que pode se dar ao direito desse deleite.

É importante considerar também que o processo de governança na França se manifesta na construção do arcabouço jurídico, através da participação das bases na instituição de leis e normas que atendam aos anseios da comunidade. No Brasil, a consolidação do processo democrático, de amplas discussões, ainda é incipiente. Essas circunstâncias realmente dificultam a implantação de um modelo de gestão de território francês no Brasil, especialmente no Pantanal, território tradicionalmente conservador.

Por outro lado, **TB3**, com sua experiência de Pantanal e também tendo conhecido outras experiências de conservação ambiental em outros países, percebe uma diferença essencial entre Brasil e França ao tratar especificamente de extensão territorial e população envolvida: na França, ao se discutir a implantação de um parque ou de outro empreendimento, geralmente reúnem-se muitas pessoas para discussão acerca de um espaço pequeno, enquanto que, no Pantanal, há sempre “grandes áreas com pouca gente”. Ou seja, tenta-se implantar um modelo fundado na realidade de pequenos proprietários com alta produtividade em uma região em que predomina a mentalidade latifundiária.

Apesar de alguns atores desse processo possuírem consciência dessas diferenças, percebe-se que não há grandes avanços em direção a efetivas transformações.

Sobre a instituição de reservas particulares legalizadas, conforme expresso no SNUC, as chamadas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), **TB3** afirma:

É terrível, ninguém mais quer, quem tem quer renunciar, voltar atrás, porque no começo se dizia que as RPPNs poderiam ser utilizadas para atividades de baixo impacto, pecuária extensiva, criação de abelhas, mas agora dizem que não pode mais ter pecuária extensiva, que o cara, inclusive, terá que cercar a RPPN. Primeiro ele terá que gastar para fazer a cerca e vai deixar na sua fazenda um pavio prontinho para começar um incêndio, porque ele não terá gado lá dentro comendo a matéria seca. Então quem tem está desesperado, não quer

mais, acabou. Tem projetos da WWF com a CI (Conservation International), mas no Pantanal isso está encerrado, ninguém quer nem ouvir falar nisso.

Recentemente a mídia nacional vem dedicando maior atenção ao Pantanal, fortalecida pelo episódio da morte do ambientalista Francelmo em novembro de 2005. Uma revista de grande circulação divulgou a informação de que as maiores RPPNs do Brasil estão no Pantanal⁴¹.

Outras tendências discordam da concepção, sustentada pelo mito dos 200 anos de ocupação harmônica, de que a pecuária extensiva seria a principal mantenedora do equilíbrio sócio-ambiental do Pantanal. Os argumentos são de que, ao contrário, é a presença da pecuária que, exigindo maior produtividade, incentiva as alterações mais drásticas no meio ambiente pantaneiro, tais como o desmatamento e a queimada, para a ampliação das áreas de pastagens.

Essas tendências opostas ocorrem também em outras atividades econômicas, que entram em conflito constantemente, vencendo ora uma, ora outra. É o caso recente da questão das usinas sucro-alcooleiras, na qual o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul defendeu uma drástica mudança na legislação vigente que impede a instalação desse tipo de empreendimento na Bacia do Alto Paraguai. O Governo tinha intenções de favorecer as instalações desse tipo de usinas no planalto do entorno do Pantanal, mas foi derrotado na Assembléia Legislativa. O impasse gerado na tramitação do projeto governamental e as fortes possibilidades de sucesso desse projeto estão ligados ao já mencionado episódio da morte do ambientalista Francelmo, um auto-sacrifício em protesto contundente que influenciou a decisão da Assembléia.

Quanto ao modelo preservacionista, no qual o território deve ser mantido como reserva natural, **TB3** posiciona-se terminantemente contra:

⁴¹ *Pantanal: um paraíso em perigo*. Reportagem de Ruth Costas. Revista Veja, N. 1.935, de 14 de dezembro de 2005.

Nosso modelo foi criado assim na época da ditadura, quando a Maria Tereza era a Mãe e o Paulo Nogueira Neto era o Pai⁴² da questão ambiental. Eles sobrevoavam uma região, olhavam de cima, e resolviam criar parques onde cismavam. Hoje é diferente, são feitos levantamentos, estudos, avaliações. Agora, recentemente, o Governo do Estado propôs a criação do Parque Estadual do Nabileque. Queriam tirar todo mundo de lá e criar um grande pavio, porque se tirar o gado de lá, tirar a gente de lá, instalando um parque que não pode ser utilizado, criam, ao mesmo tempo, um pavio para incêndios no Pantanal. Se cada reserva legal já é um paviozinho em cada propriedade, porque você não pode mexer com ela, agora vai ter que fechar a reserva legal e deixá-la sem gado, sem nada, quer dizer, você vai criar uma massa fantástica, para a qualquer momento dar início ao fogo. O Arnildo Pott [pesquisador da Embrapa-Pantanal] diz, e ele é um ecólogo que conhece bem o Pantanal, ele diz que o gado, o boi e as queimadas são os bombeiros do Pantanal, sem eles teríamos incêndios todos os anos.

Agora, o conflito se estabelece em direção à instituição governamental de administração e controle do meio ambiente no Brasil. TB3 refere-se a um passado recente, quando a questão ambiental começava a se instalar no Brasil, as decisões eram ainda mais centralizadas, careciam de fundamentação teórico-científica, e a escolha de áreas para a proteção se dava de forma aleatória.

Na mesma linha de pensamento, **TF2** faz a seguinte consideração:

No Brasil a legislação ambiental é muito velha. No Ibama é impossível se discutir sobre caça. Essa legislação não é adequada ao Pantanal. A fiscalização é inexistente e impossível. O peão mata a onça na fazenda e ninguém fica sabendo. A única pessoa que controla o peão é o fazendeiro e este só está interessado em seu próprio lucro. Acredito que

⁴² Maria Tereza Jorge de Pádua, engenheira agrônoma que atuou por 14 anos, desde 1967, à frente da Seção de Parques do antigo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). Ela afirma, em entrevista ao Jornal de Turismo que, desde o início, começaram a se preocupar com a Amazônia, que, na época, já vivia a instauração de uma grande infra-estrutura de desenvolvimento. Foi quando começaram a planejar as unidades de conservação. Paulo Nogueira-Neto foi o primeiro a assumir a Secretaria Especial do Meio Ambiente (1974-1986). Professor titular aposentado de Ecologia Geral, no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Foi membro da Comissão Brundtland para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Nações Unidas), ex-presidente e membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente e presidente da Associação de Defesa do Meio Ambiente (Ademasp), a mais antiga associação de defesa do meio ambiente do País. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/autores/pnneto.htm> Acesso em dezembro de 2005.

esses fazendeiros poderiam ganhar mais dinheiro com porco monteiro do que com o vitelo. A onça pintada do Pantanal é a maior do mundo. Nos EUA, em Las Vegas, há comércio de jaguar do Pantanal⁴³. Franceses já caçaram onça pintada no Pantanal, há filmes sobre isso.

Essas questões remetem à evidência do problema de implantação do modelo de PNR no Pantanal, indicando cinco pontos relevantes para reflexão:

- ✓ O arcaísmo da legislação ambiental brasileira, e sua inadequação ao Pantanal; inexistência de uma legislação específica para o Pantanal como há para a Amazônia;
- ✓ Em nome do lucro, o fazendeiro não tem interesse em impor ao peão o controle da matança dos animais silvestres;
- ✓ Suposto valor intrínseco dos animais silvestres, visando ao mercado global;
- ✓ Dúvida em relação ao sucesso do vitelo pantaneiro como o principal produto do PNRP;
- ✓ A confirmar-se a denúncia da existência dessas relações comerciais envolvendo mercados internacionais de tráfico de animais silvestres, conjetura-se a evidência de problemas de ineficiência dos órgãos fiscalizadores da aplicação da legislação ambiental brasileira.

Assim, **TF2** defende alterações na legislação ambiental brasileira, propondo a permissão da caça controlada, nos moldes em que acredita que já seja feito na Europa e na África.

Eu sou a favor da liberação da caça controlada. No Pantanal, apesar da legislação vigente que proíbe a caça, em torno de 40-50 onças são caçadas por ano. Dadas às condições fisiográficas do Pantanal e sua imensidão, aliadas ao conflito existente entre a atividade de pecuária bovina e o comportamento predador desses felinos, é impossível se controlar o abate desses animais. Em uma atividade de caça regulamentada poderia se conseguir até U\$ 10.000 por cabeça de onça caçada. Esse valor poderia ser agregado à fauna e ao

⁴³ Apenas duas espécies de grandes felinos vivem no Novo Mundo: a onça pintada ou jaguar (*Panthera onça*), e o puma ou suçuarana (*Puma concolor*). Ambas ocorrem juntas nas florestas tropicais e savanas. A onça pintada é o maior felino do hemisfério ocidental (HAEMIG, P. D., 2005).

meio ambiente em geral. (...) Na África, para se caçar um elefante macho, o caçador-turista tem que pagar U\$ 30 mil, mais um pacote de 21 dias a U\$ 1 mil/dia. Cada animal caçado tem parte do valor arrecadado distribuída entre a população local. O caçador pode levar somente o couro e as presas. A carne também é destinada à população local. Trata-se de uma caça controlada. O Ibama deveria normatizar, estabelecendo cotas de cada espécie a ser disponibilizada à caça. Há muitos critérios que podem demonstrar a população de cada espécie.

Existem opiniões que defendem o extrativismo controlado, certificado, como mais rentável e menos degradante do que a pecuária de corte que domina o Pantanal.

Há conflitos, discussões, contradições entre os diversos atores sociais que hoje protagonizam a história do Pantanal. A partir da promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, o Pantanal, assim como a Amazônia, a Mata Atlântica e a Zona Costeira foram designados como Patrimônio da União. É quando diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) são atraídas com o propósito de defender o Pantanal das ações degradantes. Muitas ONGs, inclusive, foram criadas a partir do final da década de 1980, aproveitando o ensejo da prerrogativa da nova constituição.

O Pantanal assiste à atuação de inúmeras ONGs, algumas estrangeiras, cujas ações têm alcance mundial. A maioria possui caráter preservacionista, defendendo a estrita conservação, como é praticada nas reservas norte-americanas. O relatório da FPNRF destaca a atuação de duas dessas ONGs no Pantanal, que “nem sempre foram interlocutoras fáceis” para o projeto do PNRP:

- ✓ a “The Nature Conservancy” que adquiriu, no Pantanal de Mato Grosso, duas áreas que totalizam uma superfície de 100.000 hectares, transformadas em RPPNs;
- ✓ a “Conservation International” (C.I.) que adquiriu a Fazenda Rio Negro, de 7.000 hectares, que serviu de cenário para a novela “Pantanal” da Rede Manchete de televisão. Esta ONG pretende estender sua política de aquisição de áreas no Pantanal, visando à instalação de um Parque Estadual.

O mesmo relatório apresenta outra ONG internacional que estabeleceu diálogo com o projeto do PNRP - a WWF (Fundo Mundial para a Vida Selvagem) que trabalha com certas associações do Pantanal e apoiou o projeto Escolas Pantaneiras do PNRP.

Da mesma forma o relatório destaca a SODEPAN (Sociedade de Defesa do Pantanal), ONG de origem pantaneira, criada também na década de 1980, fruto da organização dos proprietários rurais do Pantanal, que “defende os interesses de seus membros e procura diversificar as atividades de valorização dos recursos locais” (FPNRP, 2002, p. 11)

7.4 – A QUESTÃO AMBIENTAL E A PAISAGEM

No Brasil, em especial em Mato Grosso do Sul, há uma forte tendência em se estabelecer distinções entre o território liberado para a produção econômica, o planalto que circunda a planície pantaneira e, por outro lado, a planície propriamente dita. Esta, respaldada pela aquisição de vários títulos de patrimonialização e pelo empenho da mídia em disseminar imagens e idéias ecologizantes, designa o Pantanal como espaço destinado à proteção. Na realidade, o que se pretende proteger é a paisagem que é veiculada na mídia, passível de comercialização.

Comparando a realidade das paisagens brasileiras e francesas, quanto à classificação entre espaços destinados à produção e espaços de conservação, **TF1** enfatiza:

Não, na França isso é mais integrado, as paisagens são muito ligadas à produção, totalmente ligadas à produção. Cada lugar tem uma paisagem um pouco diferente porque os sistemas de produção são diferentes. Cada sistema de produção produz certo tipo de paisagem.

Considerando a comparação, entre o Brasil e a França, quanto ao processo de implementação de reservas legais com objetivos de proteção das paisagens, reservas dos grandes biomas, restritivas, com o impedimento da permanência das populações, **TF1** reconhece que na França não há grandes ecossistemas, no sentido de que não há mais áreas pouco ou parcialmente ocupadas, com revestimentos vegetais pouco alterados, e afirma:

O povoamento na França é muito mais espalhado. Há uma densidade populacional, na França, de 110 habitantes/km². Todos os lugares são povoados e os povoadamentos são muito dispersos, então não há unidades de conservação, as existentes são unidades naturais transformadas. Quando se observa a evolução das paisagens, se pega uma fotografia de determinada região francesa, 50 anos atrás, a cada mudança de paisagem coincide uma mudança de condição econômica, uma mudança de sistema de produção. Então, hoje em dia, quando se fala no sul da França como região de produção de vinho ou uva, se pegar uma fotografia do começo do século passado verá que ali se produzia trigo ou outro produto. Eu acho que isso também (...) mais porque na França as paisagens ou os ambientes, são mais uma construção econômica e social, não é como no Brasil, onde, ainda, o espaço é pouco transformado. Há certo esvaziamento em algumas partes do território francês, pois os pequenos agricultores, das montanhas, em condições mais difíceis, saem de seus lugares, porque não há mais condições de competirem, não alcançam mais uma rentabilidade em suas plantações agrícolas e a isso está ligada uma grande transformação das paisagens e uma grande transformação das florestas na França. Quando se fala isso para os brasileiros eles acham legal e dizem que bom que lá a floresta está se mantendo. Já para nós isso é considerado uma perda, uma perda de cultura, uma perda de diversidade, uma perda de paisagem. Na verdade, a integração do lugar com o social é maior na França.

TF1 aponta a diferença fundamental de percepção de paisagem entre os franceses e os brasileiros. Ao resgatar a teoria, pode-se inferir que os franceses, na atualidade, adotam mais o sentido do conceito germânico de “*landschaft*” para a paisagem, que privilegia a sinergia do lugar com o seu habitante, concretizando o “espaço vivido”. Na Europa, em geral, é a forma de ocupação do território que determina a paisagem. O dinamismo da história

social define a paisagem. Enquanto que para os brasileiros ainda prevalece a valorização pela “intocabilidade” das paisagens, natural ou já transformada, mas em condições de recomposição, em processo de recuperação. Trata-se de cenários geralmente determinados pela história natural, ou seja, os grandes biomas definem as composições das paisagens. São descartadas as histórias sócio-culturais das paisagens, em favor de uma pseudo-pureza, pseudo-naturalidade. Em especial o Pantanal, que sempre esteve associado à ecologia e ao meio ambiente, tradicionalmente corresponde ao sentido de uma paisagem natural.

7.5 – MANEJO DA BIODIVERSIDADE

Em relação ao projeto de manejo, conservação e criação de animais silvestres, desenvolvido no perímetro do Parque Natural Regional do Pantanal, sob sua coordenação, **TF2** assevera que:

Trabalhamos com a otimização do potencial biológico da população de animais silvestres (como extrair animais que não têm muito impacto na produção). No projeto do porco-monteiro trabalhamos com seis fazendas, na solução de problemas técnicos e no cadastro junto ao IBAMA. Também foi criada a Associação de Produtores de Porco-monteiro do Pantanal. Foi feito estudo da cadeia produtiva do porco-monteiro. Através de um convênio que reúne o IPP, o CIRAD, a EMBRAPA, o Ministério da Agricultura, a CNA, o IAGRO, o DFA, produtores, criadores, veterinários, foi realizado um grande projeto para a construção de um abatedouro de multi-espécies (vitelo, porco-monteiro, jacaré, capivara, carneiro, etc.), modelo para o Brasil. Este abatedouro está sendo construído na fazenda da EMBRAPA, aqui em Campo Grande. Considero que o melhor resultado do projeto do FFEM foi, tendo em vista que o Pantanal constitui-se em aproximadamente 99,5% de terras privadas, constatar que a única maneira de conservá-lo se dá através da agregação de valores à fauna e à biodiversidade em geral.

Diferentemente da maioria dos países africanos, onde a intervenção francesa ou de outra nação organizada é mais facilitada por tratar-se, em grande parte, de territórios comunais e desprotegidos de uma legislação mais

forte, no Pantanal o território tem dono(s). Ter dono é um importante traço da identidade do território do Pantanal. Há uma relação de forte caráter econômico e material, na qual o território pertence ao homem, a poucos homens; existe, portanto, uma forte submissão do território. Ou seja, há uma relação de pertencimento mais material do que afetiva, quando se trata da posse, enquanto propriedade efetiva da terra, submetendo o território - essa é uma característica diferente da noção de pertencimento por apropriação afetiva, que também é forte no Pantanal.

A pecuária do Pantanal vive uma crise anunciada há mais de 30 anos, mas, mesmo assim, se mantém como a principal atividade econômica. Isso expressa um forte poder do grupo que prevalece na região. Poder-se-ia inferir que a questão ambiental, cuja discussão se instala no Brasil a partir da década de 1970, tenha contribuído para a perpetuação dessa atividade econômica no Pantanal. Junto a essa atividade mantém-se também a estrutura fundiária e as relações sociais que lhe são peculiares. Não fosse isso, provavelmente a pecuária de corte já teria sido substituída por outra atividade mais rentável. Ao atribuir a responsabilidade pela manutenção da paisagem pantaneira à atividade criatória, o discurso ambientalista, praticado por essa tendência, a qual, talvez, possa ser atribuída uma classificação que incorpore os tipos “ambientalismo moderado” e “cornocupianos”⁴⁴, contribui para a manutenção da situação vigente e a fortalece.

Outro fator próprio do Pantanal é o caso da onça pintada que, para os fazendeiros, é vista como o maior predador do rebanho bovino. Esse felino costuma abater bezerros desgarrados. Em relação a isso, **TF2** e sua equipe desenvolveram estudos para amenizar esse problema.

O projeto sobre o conflito entre fazendeiros e onças objetiva revelar qual é a verdadeira situação hoje no Pantanal. Temos informações precisas, mas ainda de poucas fazendas. A idéia é fazer um levantamento de toda a região do PRP e realizar um mapeamento (está quase pronto) da distribuição das onças pintada e parda e tentar ver as melhores soluções para amenizar esse conflito. Modificar o manejo do gado no Pantanal é complicado, implica em gastos que os fazendeiros

⁴⁴ Cf. Pierri & Foladori (2001).

não querem fazer. Cerca eletrificada não funciona em regiões alagadas. São necessárias soluções simples, baratas⁴⁵.

O fazendeiro se debate, não tem consciência do significado da onça na identidade pantaneira, assim como, ainda não se despertou para a possibilidade de maior agregação de valor à fauna silvestre. Trata-se de um dado real, concreto, a onça está presente, alimentando-se de bezerros, provocando, então, prejuízos à produção.

Não se pode esquecer que esse problema vivido pelos fazendeiros é decorrente da quebra da cadeia alimentar, provocada pelo avanço das atividades econômicas que, progressivamente, provoca a escassez das presas naturais da onça, os mamíferos silvestres.

Percebe-se que as peculiaridades do Pantanal não são favoráveis à eficácia de ações, recursos, implementações, técnicas, que funcionam na França ou em outra região. A dinâmica natural do território impõe critérios ações especiais para o Pantanal. O técnico francês reconhece que são necessárias soluções específicas, que possam atender às singularidades do território: tanto em relação às especificidades naturais, como, por exemplo, alternativas adequadas a áreas alagáveis, quanto à necessidade de se pensar em soluções de baixo custo, que correspondam à disponibilidade dos fazendeiros, geralmente avessos a mudanças e grandes investimentos.

Na análise dos técnicos franceses seria inevitável a preocupação com os anseios dos fazendeiros, uma vez que estes detêm a propriedade praticamente absoluta do território pantaneiro.

⁴⁵ Há soluções expostas pela bióloga integrante da equipe: cerca com pimenta; introdução de jumentos no rebanho bovino, etc.

7.6 – EMBATES GLOBALIZADOS –TERRITORIALIZADOS

No universo de conflitos e disputas manifestados entre os parceiros brasileiros e as instituições francesas, **TB3**, como representante da Sodepan, evidenciou seu ponto de vista apontando importantes aspectos.

Em sua opinião, o modelo francês de PNR poderia ser ideal para a realidade pantaneira, mas, no entanto, com o desenrolar dos fatos, percebeu-se que a França não demonstrava interesse em ajudar financeiramente, apenas utilizava-se do projeto para obter prestígio internacional. Na verdade os franceses seriam apenas especialistas com *know-how* para vender e, tendo o Pantanal uma projeção ambiental já consolidada, tornou-se um território imprescindível para a rede francesa de PNR.

Considera também que a designação de um técnico francês como coordenador do projeto, indicado pela FPNRF, com a atribuição de administrar os recursos financeiros liberados pela UE e pelo FFEM, tenha promovido desavenças entre os franceses e os brasileiros, assim como, internamente, entre os tomadores de decisões: proprietários rurais, técnicos e políticos.

Considerando que, pela proposta inicial, faziam parte do projeto a FPNRF, a Fundação Pantanal – órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul, e a própria Sodepan, as instituições brasileiras teriam se sentido prejudicadas na condução e na administração financeira do projeto.

TB3, mesmo fazendo parte do grupo, manifesta suas contradições, reconhecendo e apontando também conflitos de ordem interna, tais como:

- ✓ A mentalidade dos componentes da comunidade (dos proprietários rurais) exigia que a coordenação fosse destinada a um pantaneiro com acesso e aceitação entre os fazendeiros da região.
- ✓ A atuação do Governo do Estado, criando novas representações, análogas à Sodepan, as novas associações de produtores do Pantanal, como a Unipan, a Upam, a Vale do Rio Negro, estaria

enfraquecendo a Sodepan. Esta, em sua concepção, seria muito mais ampla, envolveria toda a Bacia do Alto Paraguai (BAP).

- ✓ Os trabalhos necessários para a realização do diagnóstico da área do PNRP deveriam ser prestados por instituições qualificadas, já existentes, tais como universidades, empresas e institutos oficiais de pesquisa, ao invés de investir recursos na realização de novos levantamentos por equipes não tão qualificadas, sem experiência.
- ✓ Outro conflito acentuado se daria por conta dos critérios estabelecidos para a produção e o abate do VITPAN, o vitelo do Pantanal.

Entretanto, o conflito se torna mais evidente na opinião de **TB2**, quando afirma que o VITPAN, enquanto um produto pensado a partir do bezerro pantaneiro, perfeitamente adaptado ao meio natural, para ser aceito no mercado como um produto de *terroir*, tem sua produção cerceada por rígidas normas estabelecidas criteriosamente a partir da junção de pesquisas científicas com o saber acumulado historicamente. Na sua opinião, o Vitelo deveria se constituir em um bezerro pantaneiro, com melhores características de acabamento.

Por sua vez, na opinião dos técnicos franceses, há a necessidade de se estabelecer uma verdadeira governança para se atingir a sustentabilidade almejada, tanto ambiental, quando financeira. Para **TF1**:

(...) um elemento fundamental da gestão sustentável é a continuidade desse trabalho que depende das instituições, que devem ser autônomas do ponto de vista financeiro, caso contrário, diante de qualquer fator de mudança política, o projeto deixa de funcionar. É por isso que trabalhamos muito em cima da construção de ferramentas de sustentabilidade financeira da instituição, e a marca [do parque] é uma dessas ferramentas, porque ela é propriedade do Parque e, através de um sistema de *royalites*, pode-se sustentar tudo. Daqui uns cinco ou seis anos pode financiar até 60% da estrutura. Depois pode buscar financiamentos para realizar projetos, se já possui o quadro e despesas fixas garantidos. Aí então se podem desenvolver novos projetos, mas é necessária esta sustentação. As projeções que eu fiz, sobre o rendimento da marca, mostram que poderemos ter de 60 a 70% do orçamento através de *royalites*.

Entretanto, do ponto de vista dos técnicos franceses, a realidade colocada pelos proprietários rurais do Pantanal envolvidos com o PNRP ainda não atende aos critérios mínimos para o estabelecimento de uma verdadeira governança, capaz de atingir os objetivos da sustentabilidade sócio-ambiental. Na opinião de **TF2**, os proprietários rurais, membros do PNRP, “nunca conseguiram fazer uma Assembléia Geral. Foram feitos alguns *workshops* no Pantanal, gastou-se muito dinheiro, mas não houve sucesso no sentido de reunir todos ou a maioria. O maior problema dos fazendeiros: eles são muito individualistas e imediatistas. Também não aceitam decisões do IPP”. E, quando há necessidade de acompanhamento técnico nas propriedades, segundo este pesquisador, as dificuldades se acumulam em função da falta de participação efetiva desses fazendeiros:

O acesso, o deslocamento no Pantanal é muito difícil. Para os técnicos desenvolverem as pesquisas no Pantanal têm que pagar as hospedagens nas fazendas, o mesmo preço de turista. Quando se conseguia algum desconto era necessário levar a comida e o combustível. Por menos de 2 horas de barco tivemos que pagar 80 litros de gasolina. O sucesso dos projetos depende da vontade e disposição dos fazendeiros.

Os técnicos franceses apresentam um quadro que não favorece a prática da governança. Falta de empenho em executar reuniões, de promover encontros, de discutir problemas comuns, de demandar e apoiar os trabalhos dos técnicos pesquisadores, enfim, de concertar as decisões, são falhas cruciais que inviabilizam qualquer proposta de governança.

Ressalta-se mais uma vez que governança “é a capacidade de se dotar de sistemas de representação, de instituições, de regras, de procedimentos, de corpos sociais capazes de gerar as interdependências de maneira pacífica” (NÉMERY, 2003, p. 81). Envolve gestão local e integrada, e democracia participativa. A situação detectada no Pantanal evidencia um sério problema de centralização de poder que compromete toda a proposta de governança inerente ao modelo de PNR.

Além dos técnicos franceses que apresentam esse quadro, também é bom lembrar a já mencionada posição de Cavalcanti (2004) que reconhece a falta de certos elementos imprescindíveis a uma governança ambiental bem sucedida no Brasil, em função do direcionamento econômico da política brasileira, em detrimento da manutenção da qualidade sócio-ambiental.

8 – CONSIDERAÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO

Nos termos vistos neste capítulo, pode-se assegurar a existência de fortes influências da concepção francesa de território. Até recentemente, no Brasil, a noção de território não era muito veiculada. Região e lugar eram noções mais freqüentes nas análises e linhas de ações governamentais. Autores do resgate deste conceito, os franceses impulsionaram a sua aplicação nas propostas de ação, primeiro internamente, depois em âmbito internacional, como no caso da expansão do modelo de PNR. Os territórios passaram, inclusive, a ser tomados como agentes de transformação social e não mais como um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos. Hoje, a noção de território, como uma importante unidade de análise conceitual, já é de uso corrente nos programas governamentais da esfera federal no Brasil e o processo de planejamento adquire, cada vez mais, dimensões territoriais.

No entanto, levando em conta todos os depoimentos coletados, o que se revela é a existência de uma crise entre adotar a concepção de território preconizada pelos franceses e as reais condições de governança no Brasil e, especialmente, no Pantanal.

Na França há sintonia mínima entre o discurso que define território e governança e a aplicação prática dessas concepções através dos modelos implantados. No Brasil, o que se vê é o oposto: embora os discursos e alguns encaminhamentos de documentos e propostas governamentais pareçam atender à orientação francesa, na prática ainda há uma acentuada presença das concepções arcaicas sobre as condições de implantação, não só desse

modelo de PNR, como de qualquer projeto de ação territorial. A conciliação entre sustentabilidade sócio-ambiental e produção econômica, no Brasil, coloca-se ainda aquém das expectativas. Na França há constante busca pelo consenso de idéias e sintonia de ações, enquanto que no Brasil predomina a dissonância de concepções básicas que impõem ações conflitantes. Como exemplo clássico da política ambiental brasileira, tem-se o constante desencontro entre o Incra e o Ibama, órgãos da administração federal que, ao agirem isoladamente, promovem ações e reações contraditórias nos territórios.

A situação mais peculiar é aquela em que o proprietário de terras, exposto ao poder fiscalizador destes dois órgãos, encontra-se sempre encurralado entre dois deveres relativamente contraditórios: 1) deve conservar a vegetação original em, aproximadamente, 20% da propriedade como reserva natural, e não deve desmatar as encostas e a vegetação ciliar; 2) manter sua propriedade produtiva, o que, para a interpretação da maioria, traduz-se no desmatamento da maior parte de seu território, configurando o efetivo uso da terra, escapando, assim, da classificação de improdutivo e da possível desapropriação para a reforma agrária.

A dicotomia conservação-produção até hoje não foi superada; em consequência, é praticamente impossível uma solução para esta crise.

Na França de hoje, segundo o IFB (2005), o conceito de espaço protegido ou de área protegida é considerado ultrapassado. O termo “protegido (a)” faz referência a uma percepção negativa, estática e repressiva. Chega-se a comparar os espaços protegidos a uma proteção de tipo prisional. Para alguns, o termo “espaço” o isola das outras atividades humanas. De fato, a área protegida representa uma disputa de apropriação do espaço pelo político, o técnico e o especialista. Esse espaço passa a ser considerado posse da administração ou instituição que o gera, engendrando os conflitos entre os gestores e os usuários do espaço protegido.

Há poucos anos, na França, a gestão dos espaços protegidos mudou de mão, deixando de ser confiada exclusivamente aos serviços especializados do Estado. Este era considerado como o único responsável pelo interesse geral e

produzia, sozinho, as suas unidades de conservação e, freqüentemente, contra todos aqueles que podiam, aos seus olhos, degradá-los. Esta gestão monista, segundo o IFB (2005), teria sido substituída por certa abertura e uma visão pluralista das responsabilidades e competências dos atores envolvidos com os espaços protegidos. A emergência de novos atores nos cenários internacionais e locais modificou consideravelmente as condições de tomadas de decisão e de gestão de tais espaços.

A evolução recente dos critérios de criação e de gestão de áreas a serem protegidas, sobretudo na França, vem sendo acompanhada de uma perspectiva de manejo/ordenamento do território. Os parques naturais regionais franceses e as novas reservas da biosfera, de acordo com o IFB, aparecem como precursoras de um manejo territorial fundado em um objetivo de conciliação, visando ao benefício mútuo entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento econômico (IFB, 2005, p. 13).

A proposta francesa de cooperação internacional prima pela composição entre parceiros para apoio a espaços protegidos, mas, os próprios documentos do IFB estabelecem que as estratégias de apoio a espaços protegidos devem estar de acordo com as prioridades do Ministério Francês de Negócios Estrangeiros e do Governo Francês. As preocupações de política geral e de parcerias, a construir ou a reforçar, estabelecem a prioridade de intervenção. Assim, haverá intervenção onde forem identificadas iniciativas locais, estratégias de ações, multilaterais ou complementares (IFB, 2005, p. 17).

Entre as escolhas preferenciais de intervenção estão as zonas de forte valor biológico e ecológico, ou sujeitas a ameaças significativas, enquadrando perfeitamente o caso do Pantanal da atualidade.

Apesar dos embates presentes nos depoimentos apresentados neste capítulo, é possível perceber uma sintonia muito grande de idéias, cada lado com seus interesses. Os franceses com a intervenção disfarçada de cooperação, e os brasileiros, no caso dos agentes do processo do PNRP, com uma preocupação economicista, de completa manutenção do *status quo*, acobertadas pelo discurso ambientalista.

Entre os proprietários rurais é construída a falácia dos 200 anos de ocupação sem prejuízos ambientais, sendo alimentada pelo modelo de PNR - gestão compartilhada que também não agride o meio ambiente -, se configurando em um jogo de interesses evidenciado pelos atores aqui enfocados.

Na verdade, o que se configura nesse processo é uma orientação de racionalidade instrumental, com primazia do econômico, a qual vislumbra a agregação de valores ao território e à paisagem para a promoção de novos lucros. Leff (2001b) advoga que a racionalidade instrumental, na esfera econômica, traduz-se na construção e uso de técnicas eficientes de produção e em formas eficazes de controle e racionalização do comportamento social para alcançar certos fins, econômicos e/ou políticos.

Enfim, as categorias que atendem às questões deste capítulo são governança, território e paisagem, assim como as relações entre elas. A paisagem, na França, já se encontra transformada em sua totalidade e, no Brasil, sobretudo, no Pantanal, vive um processo de transformação. Pelo que os técnicos brasileiros e franceses apontam, a paisagem na França é muito mais cultural do que natural, mais ligada à produção, enquanto que, no Brasil, predomina a paisagem natural que reflete os grandes biomas, não implicando em relações sociais.

Ocorre ainda que na França todo o território encontra-se ocupado e de forma dispersa. Cada PNR francês concentra densa população, são inúmeros atores propondo-se a atuar em concerto, enquanto que no Pantanal são colocadas inúmeras dificuldades para se concertar idéias, opiniões, decisões. A própria imensidão do território se traduz em grandes distâncias e dificuldades de circulação para os atores envolvidos. Contribui também para intensificar a invisibilidade de boa parte da população que ainda não atingiu os estágios de liberdade de ação e de decisão estabelecidos por Sen (2000), ficando impedida, portanto, de participar efetivamente do processo de “gestão compartilhada” do território pantaneiro.

Tentou-se, neste capítulo, expor os grandes embates que imbricam o cenário da sustentabilidade no Pantanal. Em decorrência de um projeto de ordenamento territorial dito inovador e não impactante social, econômica e economicamente, têm-se a emergência de inúmeros aspectos ligados às disputas de sentido sobre práticas de intervenção e de gestão. As visões conflitantes entre os técnicos brasileiros e franceses revelam lógicas e interesses diferenciados, que são colocados em jogo em nome da “sustentabilidade”.



Humberto Espíndola
Por Uma Identidade Ameríndia, 1989
Óleo sobre tela
150 X 116cm
Coleção Humberto Luis Curvo

No conduzir de um gado, que é tarefa monótona, de horas inteiras, às vezes de dias inteiros, é no uso de canto e recontos que o pantaneiro encontra seu ser. Na troca de prosa ou de montada, ele sonha por cima das cercas. É mesmo um trabalho na larga, onde o pantaneiro pode inventar, transcender, desorbitar pela imaginação.

Manoel de Barros
Livro de Pré-Coisas

CAPÍTULO IV

SUSTENTABILIDADE E SÓCIO-DIVERSIDADE:

TERRITORIALIDADES DA(S) IDENTIDADE(S) PANTANEIRA(S)

A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir.

Hannah Arendt
A condição humana

O sucesso do Pantanal na mídia, enquanto destino turístico e área a se proteger, concede a Mato Grosso do Sul uma identidade fortemente associada às características do seu território. Mais uma vez, validando as categorias escolhidas, constata-se que a identidade pantaneira ultrapassa os âmbitos local e regional. A cultura pantaneira, engendrada por muito tempo em relativo isolamento, hoje ganha destaque internacional por sua singularidade e, sobretudo, por fazer parte da paisagem e território do Pantanal, amplamente divulgados.

Fernandes, analisando as narrativas locais, observa que o pantaneiro, assim como outros povos, luta contra a solidão, cultivando suas histórias e causos, “pois para que a tradição sobreviva é preciso que alguém escute suas histórias” (FERNANDES, 2002, p. 22). Afirma ainda que “os contadores são portadores de uma cultura esparsa e enraizada no meio” (...) “uma literatura registrada na memória” (Ibid., p. 24).

A valorização e divulgação de imagens, de idéias e, sobretudo, da cultura pantaneira se dá de forma tão intensa que há uma forte e polêmica corrente em defesa da mudança do nome de Mato Grosso do Sul para Estado do “Pantanal”. Isso exemplifica como um território, para se consolidar como tal, necessita de algum tipo de identificação e valoração simbólica do espaço pelos seus habitantes. Para o Pantanal, enquanto paisagem amplamente veiculada na mídia, esse processo de identificação e valoração espaciais se estende aos visitantes e a todos que de alguma forma têm acesso às imagens e idéias divulgadas.

Considera-se que o território absorve as características identitárias, construídas historicamente, e tudo isso se encaminha para a paisagem (a paisagem é resultado). A identidade, portanto, é parte integrante do complexo sistema território-paisagem, enquanto um campo de disputa de todos os sentidos. E a dimensão cultural aborda o território como um espaço dotado de identidade, uma identidade territorial.

A identidade fundamentada no território estrutura-se na alusão a esse território, simbólico e/ou concreto. O território se apresenta em suas múltiplas perspectivas em diferentes recortes geográficos. O Pantanal, enquanto um território constituído de vários “pantanais”, se oferece como paisagem, para representar a gente que nele e dele vive.

1. IDENTIDADE PANTANEIRA: UMA IDENTIDADE DIFUSA?

Vimos que, para Hall (2004), as identidades pluriculturais são consideradas “pós-modernas”; para Haesbaert (1999) são chamadas de transterritoriais; e, para Canclini, as identidades na atualidade também seriam transterritoriais e multilingüísticas, estruturando-se mais pela lógica dos mercados.

Uma das concepções de identidade trabalhada por Hall (2004) é chamada identidade do sujeito pós-moderno, que não possui mais uma identidade unificada e estável, tornando-se um sujeito fragmentado, composto por várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Nesse sentido, o homem atual não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (...) O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2004, p. 13).

O autor assegura que à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis.

Ao cogitar a existência de uma “identidade pantaneira”, atribuindo-lhe um importante papel no processo de ressignificação do Pantanal, uma questão emerge com muita força: hoje quase todos querem ser pantaneiros. Pessoas e lugares vão assumindo essa nova identidade, pode-se afirmar até que vão se “pantanalizando”¹. Nesse processo, Nolasco-Santos (2003), ao refletir sobre a construção identitária de Mato Grosso do Sul, observa a necessidade de revisar as antigas questões de identidade e representação culturais, dentro daquilo que ele elege como a nova região de riquezas culturais, ecológicas, turísticas e econômicas.

Destaca que a divisão do Estado transformou a fisionomia cultural, provocando rupturas dos valores pré-estabelecidos. Afirma haver uma estereotipagem da realidade que provoca estranheza ao observador – turista ou cidadão sul-mato-grossense – que, desde o momento em que desembarca na cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, se depara com os “subprodutos da fauna pantaneira”:

(...) o visível simulacro de uma realidade degradada ao nível da pura aparência das esculturas dos tuiuiús e das araras, tucanos e aves todos pintados com requintes naturalistas, com hiperestilização da aparência calcada em matriz ecológica que embebesse o olhar do habitante da cidade e que dispensaria, mediante este cenário desenhado/pintado e atirado ao olhar do espectador, a razão e necessidade de se visitar e conhecer o Museu Dom Bosco – o espaço próprio para a exposição de todo o bicharéu empalhado. Com base num discurso ecológico, politicamente correto, agencia-se uma “topografia do imaginário”, o imaginário paradisíaco (terra e mundo edênicos) construído com fortes cores e tintas, argamassa e cimento que pouco ou nada tem de “santuário ecológico do mundo” (NOLASCO-SANTOS, 2003, p. 130).

Diante desse quadro questiona-se: o que é ser pantaneiro? Tentando investigar essa situação, chega-se à primeira conclusão: a identidade pantaneira, hoje, é uma identidade difusa, ela vem sendo sistematicamente apropriada e

¹ A cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, também foi levada a embarcar nessa onda de “pantanalização”. Situada no planalto, distante mais de 100 km da planície, é travestida de várias maneiras como “Porta do Pantanal”, sendo assim “vendida” para os turistas.

transformada pelos mais diversos atores e segmentos sociais, assim como outros fatores exógenos. A apropriação da identidade pantaneira ocorre através do que poderia ser entendido como uma substituição do “saber ambiental” da população pantaneira, construído ao longo de quase duzentos anos de co-evolução. Hoje, mais do que uma identidade, ser “pantaneiro” ou ser “do Pantanal” significa ter uma marca de origem, funciona como um selo de qualidade para melhor circular no universo mercadológico.

Reforça-se, então, a inferência de que o indivíduo que se auto-intitula “pantaneiro” – nascido ou não na região – expressa um sentimento de pertencimento, sente necessidade de falar e agir como um pantaneiro típico. Neste caso, a identidade surge como uma “auto-atribuição”. A territorialidade enquanto ingrediente das identidades, nem sempre as reproduz com a mesma intensidade, e nem com a mesma forma.

Mesmo que os olhares tenham se voltado para a questão ambiental, percebe-se que impera no meio do Pantanal e no seu entorno “pantanalizado” uma lógica extremamente produtivista, amparada em uma racionalidade instrumental, avessa às “racionalidades substantivas” propostas por autores como Enrique Leff (2001b), Edgar Morin (2001), Dimas Floriani (2004), Souza-Lima (2005) e outros que incorporam níveis de complexidade associados ao sujeito.

Leff, conforme Souza-Lima (2005), propõe um tipo de parceria entre o sistema sociedade e o sistema natureza, à medida que concebe uma racionalidade que sugere não mais a apropriação abusiva do sistema natureza, mas relações de co-existência. Leff apresenta a racionalidade ambiental como racionalidade produtiva e não produtivista, como uma racionalidade que pressupõe complementaridade e não antagonismo entre os sistemas natureza e sociedade.

A substituição do saber ambiental pode ser vista enquanto trocas desiguais, desleais, oportunistas, que hoje se instalam na região e fazem uso dessa cultura produzida em 200 anos de co-evolução do sistema sociedade-natureza, estereotipando-a e preparando-a para o mercado de imagens e de idéias.

As características naturais do território pantaneiro proporcionaram um relativo isolamento, que motivou a produção de uma cultura singular. Hoje, o complexo

sistema território-paisagem do Pantanal possui uma identidade forte que, dadas as permanentes e dinâmicas trocas, tornou-a também difusa. Considerando a identidade difusa, qualquer um pode dela se apropriar.

Hall afirma que as culturas nacionais, compostas por instituições, símbolos e representações, são também um discurso, ou seja, um modo de produzir sentidos que influenciam e organizam as ações e concepções que cada um tem de si mesmo. “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (HALL, 2004, p. 51). Esses sentidos estão contidos nas narrativas, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Assim Hall utiliza-se de um termo cunhado por Benedict Anderson, afirmando que a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”, e que as diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas.

Transpondo essa noção de “comunidade imaginada” para um universo menos amplo, o caso da região do Pantanal, pode-se inferir que o discurso, a narrativa, tem importância ímpar no processo de difusão da chamada “identidade pantaneira”. Pode-se, inclusive, constatar a forte presença de manifestações que poderiam ser enquadradas como “tradição inventada” (Hobsbawn e Ranger, citados por HALL, 2004) ou “tradição revisitada” (FLORIANI, 2004), quando determinadas características são apresentadas na mídia, na literatura regional, ou mesmo incorporadas socialmente, como próprias da tradição pantaneira.

Um significativo exemplo de tradição do Pantanal, inventada ou revisitada, dentre as inúmeras produções da mídia, é constituído por uma reportagem divulgada em uma revista masculina de grande circulação nacional, a qual explora o lado sensual do homem pantaneiro, representado por vaqueiros (condutores de boiadas), chamando-os de *Homo pantaneiros*².

Essa intervenção na cultura local, tanto corresponde à já conhecida construção, em amplo sentido, do mito do “Paraíso Terrestre”, do “Santuário Ecológico”, quanto às situações específicas direcionadas a segmentos de público bem delimitados, como é o caso dessa publicação de cunho mais erótico. Por outro

² Revista *Playboy*, outubro de 2003, reportagem do jornalista André Rizek, intitulada “O último macho”.

lado, são mídias de grande massa, como a televisão, revistas e campanhas publicitárias, que exaurem o mito do “Paraíso Ecológico”, conforme a já mencionada promoção do turismo no Pantanal (Cf. MORETTI, Capítulo I).

2. O PANTANEIRO COMO ATOR NAS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA: DIÁLOGO DE SABERES

Os artistas fazem pinturas agradáveis que mostram o pastor conduzindo o seu rebanho por uma encosta gramada, ou contemplando, pensativo o sol poente, mas não há quadros que mostrem o pastor numa plantação de nabo cheia de lama(...).

Fred Kitchen, *Brother to the ox*, 1939

(Raymond Williams, 1989).

2.1- OLHARES DO SABER CIENTÍFICO

A ocupação do Pantanal por habitantes não-índios teve início no século XVI, quando os europeus – espanhóis e portugueses – adentraram a região através dos caminhos desenhados pelo rio Paraguai e seus afluentes (COSTA, 1999). A partir desse período, inúmeras etnias vêm construindo o que hoje pode ser chamado *homem pantaneiro* ou a *gente pantaneira*.

Rosseto e Brasil Jr. (2002) destacam que a natureza do Pantanal é percebida por sua gente como a grande responsável pela manutenção da atividade produtiva. Estes autores, que analisaram o Pantanal Norte, afirmam que a simplicidade extrema das formas de vida local é uma característica que acompanha as pessoas que habitam as fazendas pantaneiras, independentemente da sua posição ou grupo social. Também asseveram que aos saberes dos grupos que constituem os *pantaneiros tradicionais* é atribuída a sustentabilidade da região.

O sucessivo ritmo das águas nos pantanais possibilita a idéia de ciclos demarcados pelas épocas de cheia-vazante-seca, possibilitando o surgimento de saberes específicos que permitiram,

por mais de três séculos, sua sobrevivência e a prática da pecuária, como principal atividade econômica, imprimindo marcas pouco nocivas às condições ecológicas locais (ROSSETO & BRASIL JR., 2002, p. 6).

Ressalva-se que a análise desses autores se prende aos pantaneiros do Norte, região onde a bovinocultura não possui a mesma força que no Sul e, portanto, onde a primazia desta atividade, com toda a carga de desequilíbrios inerentes ao regime pastoril, reproduziu na região as contradições e desigualdades próprias da estrutura fundiária brasileira, conforme assertiva de Banducci (1995), exposta no Capítulo I desta tese. Foi visto também que no Pantanal Sul a pecuária é a mais determinante de todas as atividades desenvolvidas na região, tanto do ponto de vista econômico, quanto ocupacional. O estudo de Leite confirma:

A tradição ou o *modus faciendi* pressupõem a manutenção do saber empírico longamente adquirido e permitiu, até o advento das novidades, a manutenção de um tipo de vida no Pantanal, na qual a pecuária ali praticada deve permanecer como fornecedora de animais magros para serem vendidos a invernistas de outras regiões. (...) De tal forma que, no plano do discurso o moderno (o novo) é aceitável desde que não interfira nas formas de pensar, nos costumes consolidados naqueles mundos (LEITE, 2002, p. 40).

Obviamente, a atribuição da sustentabilidade ambiental da região à atividade criatória é discutível, pois o universo de saberes e de conflitos da gente pantaneira é muito mais amplo. No que diz respeito a sustentabilidade cultural aliada à ambiental, Banducci (1995) observa as práticas do mundo vivido pelos pantaneiros, saberes construídos historicamente e empiricamente, através da “escuta” e do “olhar”, das sensações desenvolvidas na convivência com o território e a paisagem pantaneira. Saberes ligados às variações climáticas da região, ao movimento das águas, às propriedades medicinais de produtos de origem vegetal ou animal, à prática da convivência com os animais, além de outros aspectos culturais relacionados às representações de mundo, incluindo a religiosidade e as crenças no sobrenatural. Aliam-se também as práticas de caça, pesca, lida com o gado, o artesanato, etc.

Essa ambigüidade entre conservação e degradação do ambiente pantaneiro, tem uma ligação histórica. Fernandes afirma que na mistura do tempo, no desenrolar

dos fatos, o cotidiano confunde-se com o passado, o tempo é um amontoado de lembranças e vivências.

(...) fatos decorrentes do processo de colonização encaixam-se com a história de vida. A Guerra do Paraguai, o banditismo, a coluna Prestes, o isolamento, o coronelismo, o mandonismo e inúmeras outras dificuldades por que passam os moradores do Pantanal são referenciadas em seus relatos. A história de cada um é também a história de uma região (...) o pantaneiro é e faz o tempo no Pantanal por meio de suas histórias. Nesse Pantanal, que surge pela fala do pantaneiro, vigora uma cultura apoiada na simplicidade e espontaneidade de um *saber e fazer* empíricos (FERNANDES, 2002, p. 53).

O autor destaca o passado do pantaneiro como fator de afirmação de sua identidade. O que o pantaneiro é decorre do que viveu, do que passou.

“Ser pantaneiro” passa por atitudes como compartilhar saberes, *saber fazer* algo que não é qualquer um que faz, ainda mais se não foi educado na ‘moda pantanal’, isto é, com base nos mais tradicionais. Desses valores destacam-se, principalmente, honra ao nome, respeito aos mais antigos e coragem no enfrentamento das surpresas e dificuldades da vida (Ibid., p. 59).

Fernandes sublinha que o distanciamento desses saberes fundamentais ao pantaneiro pode resultar em outras normas de convivência e padrões de sociabilidade que podem, inclusive, negar os valores e hábitos tradicionais:

Com as mudanças socioculturais instala-se o cíclico conflito de gerações. Peões, praticantes de crenças e superstições, com respeito aos santos e a alguns mitos, convivem em meio a um mundo eclético, onde há novos costumes, muitos dos quais contrários aos seus” (Id.).

Essa desterritorialidade se estabelece no Pantanal da atualidade como resultado das transformações globais que reformulam antigos conceitos, impondo novos padrões de vida e desestruturando ordens instituídas.

Acredita-se que o exercício do “diálogo de saberes” possa contribuir, facilitando as leituras das complexidades manifestadas nesse processo de

transformação sócio-cultural, imposto ao Pantanal e outros territórios, os quais, até há pouco tempo, poderia se caracterizar como detentores de culturas bem definidas.

Reportando-se a Enrique Leff tem-se que essa complexidade convoca o *diálogo de saberes*, ou seja, o encontro de tradições e formas de conhecimento legitimadas por diferentes racionalidades, por saberes arraigados em identidades próprias que se “hibridam” na co-determinação de processos materiais. O encontro entre a vida e o conhecimento, a confluência de identidades, de espaços vividos e de saberes.

Para esse exercício, tendo como pano de fundo o Pantanal e como objeto a sua gente, inicia-se pelos indicadores psicológicos, em abordagem freudiana, com o auxílio de Chavarelli (1995). Tendo desenvolvido um trabalho sobre as representações mentais do homem pantaneiro - entrevistando peões, pescadores e proprietários de fazendas, todos do Pantanal Sul – a autora define a dinâmica mental do indivíduo como dado cultural e considera a percepção de mundo que rege o habitante do Pantanal amparada no sensorial, na experiência e na intuição. Essa dinâmica seria revelada na fala egocêntrica e no pensamento animista, ou seja, a conversa com animais e plantas como costume.

A autora enfatiza a sensorialidade do homem pantaneiro, característica forte na sua personalidade, aguçada em função de sua estreita relação com o meio natural. Embora esta visão ressalte um traço parcial, ela se oferece a recortes tendenciosos, podendo ser utilizada pela grande mídia, que leva ao grande público um estereótipo do que seria a verdadeira figura da gente pantaneira. Vide reportagem veiculada pela revista Playboy mencionada no item anterior.

Outro ponto de vista, o da antropologia, também indica a proximidade do homem pantaneiro com o mundo natural. Banducci observa que nas fazendas de gado do Pantanal os animais impõem o ritmo da vida, em especial a do peão de gado.

Eles estão presentes no cotidiano do vaqueiro. Ora são vistos como estando próximos do universo humano, da cultura, ora como distantes, junto ao domínio da natureza e, como tal, são amados, temidos ou odiados. Através deles os peões expressam suas qualidades pessoais, transitam pela hierarquia de valores do mundo pastoril, conquistando o respeito da comunidade ou sua reprovação.

Os animais são intermediários no diálogo dos homens com a natureza e consigo próprios (BANDUCCI, 1999, p. 120).

A íntima interação sociedade-natureza no Pantanal é expressa na perspectiva do peão pantaneiro: homens e seres naturais integram um mesmo mundo indissociado, estando todos sujeitos às mesmas forças que o governam. Isso leva esses homens a respeitar essas forças, de caráter natural, social ou sobrenatural, bem como os seres com os quais se inter-relacionam, para a manutenção do equilíbrio da vida (Banducci, 1999).

Após duzentos anos de ocupação fundada em uma prática econômica hegemônica, a pecuária extensiva, com seus respectivos contextos sócio-culturais, a modernidade e as tendências globalizantes se intensificam no Pantanal, a partir das últimas décadas do século XX, provocando uma crise. Acredita-se que, na realidade, foram estabelecidas várias crises: crise identitária, quando esse homem passa a ter contato mais estreito com os moradores das cidades ou com os imigrantes que passam a integrar o espaço vivido, ou mesmo por estar mais exposto aos veículos midiáticos; crise econômica porque em sociedade produtivista não é fácil a sobrevivência de atividades econômicas que resistem às inovações tecnológicas, sobretudo as atividades do setor primário; crise ambiental, porque a paisagem do Pantanal foi projetada mundialmente pela mídia, no momento em que a humanidade decidia rever e avaliar as suas relações com o mundo natural; crise social, em parte em função das alterações nas relações trabalhistas tradicionais, provocadas pela substituição de muitos dos proprietários das terras pantaneiras, que passam a ser gerenciadas por pessoas de hábitos estranhos à região, ou mesmo pelas alterações na exploração da terra. Enfim, a contemporaneidade para a paisagem do Pantanal tem se revelado como um palco onde se travam infinitas lutas e onde imperam muitas incertezas. Tudo isso contribui para aprofundar a complexidade da relação sociedade-natureza no território pantaneiro.

Leite, ao analisar os depoimentos dos peões condutores de gado no Pantanal, admite que suas falas:

(...) indicam que as transformações advindas com a modernização da pecuária – simbolizada pelos leilões, pelos caminhões e principalmente pela mudança de valores éticos – reforçam a imagem

do passado positivo, reconstituída como contraponto ao contemporâneo degenerativo (LEITE, 2002, p. 190-191).

O autor considera extremamente singulares as formas “de enfrentar o novo em uma atividade tradicional, cuja característica fundamental é a mobilidade espacial, ainda que ela não signifique mudança de endereço” (Ibid., p. 192). A mobilidade espacial é própria do condutor de gado focado e, a sua maneira, inserido em um processo também peculiar de modernidade:

(...) é destacável que esse processo não se tenha completado – as comitivas ainda viajam, e muito – ressaltando as inquietações que uma história de segmentos “menores” reflete também a pauta proposta pela pós-modernidade, em ambientes em que a modernidade ainda é incompleta (Id.).

Ao sondar a memória dos condutores de boiada, Leite pretende compreender a maneira pelas quais “as comitivas e seus integrantes enxergam as mudanças, tentando encontrar nas falas a historicidade de sua profissão”, e constata:

(...) que as mudanças os incomodam, não só porque interferem na remuneração de seu trabalho, ou porque aproximaram os pontos finais das comitivas mas, sobretudo, por conta da sensação de envelhecimento de valores morais tanto apreciados e ao que parece praticados, os quais vão sendo abandonados, substituídos por novos e modernos procedimentos (Ibid., p. 190).

Entretanto, ao mesmo tempo em que a modernidade é modificadora, ela é reincorporadora de antigos sentidos. Para Chavarelli (1995), esta(s) crise(s) levará(ão) à transformação do território e de seu habitante, através das reações individuais à mudança: jogos de ameaça, medo, perda, que compõem o conflito interno. Este conflito é acentuado pela imposição dos fatos e deveria atingir uma síntese entre a cultura moderna que se impõe e o saber local.

O pantaneiro é visto, por esta abordagem da psicologia, como um indivíduo em cuja dinâmica mental predomina a percepção sensorial entendida nas condições naturais do seu estilo de vida, em sinergia com as águas, os animais, as plantas, e o

tempo existencial, comuns a esses componentes. Esta concepção aproxima-se da hipótese de Berque (citado por HOLZER, 1999) quando afirma ser a paisagem um terceiro termo mediador entre o homem e o meio. Se a paisagem não reside no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação desses dois elementos, é na complexidade desse cruzamento que se propõe o estudo da paisagem pantaneira. Torna-se improvável que se possa realizar estudos da paisagem do Pantanal, nos termos da Geografia Cultural (Claval, Cosgrove, Berque, Haesbaert, Holzer, dentre outros), do paradigma da complexidade (Morin) e da racionalidade ambiental (Leff) sem, contudo, mergulhar na interação de seus mais importantes elementos: o homem e o meio.

Ainda segundo Chavarelli (1995), a perda da condição da vida conhecida, ou seja, o seu mundo vivido, acentua no indivíduo pantaneiro o sentimento de menos valia. Nesse contexto de ambivalência entre o primitivo e o moderno, uma das tendências do indivíduo seria a regressão ao passado, a idealização e a defesa da sua forma de vida, de seu espaço vivido e de seu território, através de uma exacerbação do narcisismo, que leva à ilusão da liberdade em um movimento acentuado da libido, da valorização dos sentidos (muito bem explorada pela mídia em reportagens, novelas, etc.). Esta regressão ao passado vem sendo, em parte, estimulada pela modernidade de tendências globalizantes que, como vimos, apresenta-se como reincorporadora de antigos sentidos.

Vimos também que a emergência do processo de patrimonialização que se instaura no âmbito global busca se apoiar nas legitimidades históricas ou geográficas dos territórios, promovendo resgates do passado. O patrimônio surge com o advento das sociedades modernas, como um artifício voltado para o fortalecimento de uma pertença a um mesmo espaço simbólico, uma síntese simbólica de valores identitários que contribuem para um sentimento de pertencimento e de identificação de um coletivo social.

Entretanto, no Pantanal da atualidade, essa complexidade se acentua, pois, além do movimento de revigoração de valores, há uma perda constante movida pelas novas condições de trabalho: os peões estão sendo expulsos das fazendas, novos proprietários, descontextualizados, estranhos à realidade local, assumem o

comando, outros atores protagonizam intervenções no território. Tal processo reflete o momento de inserção na globalização, conforme exposto no Capítulo II desta tese.

Os conflitos internos podem resultar, segundo a psicologia, em paralisia ou adaptação do indivíduo. Por esse enfoque, são plausíveis duas tendências para o Pantanal de hoje: por um lado as tentativas de manutenção de atividades tradicionais, como apregoa a filosofia do modelo francês de Parque Natural Regional; por outro, a possibilidade de o homem pantaneiro concretizar a própria força interna em um trabalho novo, como o turismo, para o qual a racionalidade transformada é capaz de reconhecer o valor da face primitiva, sem dúvida a que interessa ao turista, que se encanta com a simplicidade desse homem pantaneiro e com suas manifestações culturais tradicionais³, resgatadas por esta atividade que emerge com a modernidade e que, aos poucos, vai estabelecendo-se no Pantanal.

Por outro lado, recorrendo à abordagem antropológica, atentando para os indicadores culturais aplicados à sócio-linguística, conforme Nogueira (1990), a primeira distinção a impor-se a respeito do homem do Pantanal é a divisão do universo sócio-cultural, com um forte componente econômico: padrões com cultura refinada, estudo superior, de tradições, rituais e convenções burguesas, que, na maioria, residem na cidade; trabalhadores rústicos, analfabetos ou semi-alfabetizados, vida simples e espontânea baseada em saber e fazer empíricos, de transmissão oral, nômades entre os diversos pantanais.

Pode-se supor que tal definição não abrange a maioria dos proprietários rurais, conhecida pela prática absenteísta. Essa prática, entretanto, nem sempre indica o acesso à formação acadêmica e nem um verdadeiro distanciamento da simplicidade das outras categorias da população mais permanente. Não se configurando, portanto, com a exceção do ponto de vista econômico, uma hierarquização social. Trata-se mais exatamente de características de um padrão cultural próprio do território pantaneiro.

Muitos proprietários são descendentes dos primeiros ocupantes não-índios que adentraram a planície ainda no século XIX, logo após a guerra com o Paraguai.

³ Hoje, a atividade turística no Pantanal também explora esse homem pantaneiro como estereótipo do nativo, homem simples, místico, contador de “causos”. Muitos dos peões estão se transformando em guias de turismo na região. (Cf. CHAVARELLI, 1995; RIBEIRO, 2004).

Outros têm em comum com seus empregados a condição de migrantes, vindos de estados do sul, do leste, além dos mineiros das Gerais que têm sua história ligada à fundação da atual capital de Mato Grosso do Sul. Entre os peões, vaqueiros e pescadores é acentuada a presença de mestiços, além de paraguaios e bolivianos.

Ao olhar do historiador, a identidade pantaneira contemporânea assenta suas raízes a partir de fins do século XIX, mas não deve ser entendida apenas através do processo de formação das fazendas, no período pós-guerra com o Paraguai. Deve-se retroagir à trajetória de conquista desde o século XVI, “cujo legado evidencia a história pantaneira em sua totalidade. (...) Grande parte do êxito das fazendas deveu-se ao *amansamento* da região, em especial, com o controle e extermínio das populações indígenas”. Os sobreviventes dessa “saga” nunca conseguiram enfrentar os *novos senhores da terra* (CORRÊA, 1999, p. 116).

Obviamente, nem os colonos conquistadores, nem os indígenas primitivos senhores da terra, tinham a percepção de fazer parte da totalidade histórica de que resulta a identidade pantaneira como um amálgama desses componentes. Os antigos tempos de resistências e conquistas não são muito diferentes dos séculos posteriores, quando a formação das extensas fazendas forjou a identidade pantaneira e estabeleceu o *modus vivendi* pantaneiro também com “forte dose de violência, conquistas e resistências” (Ibid., p. 117).

Corrêa também registra a série de interferências que transformou o cotidiano pantaneiro ao longo do século XX: a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que trouxe um grande fluxo de migrantes estranhos à cultura pantaneira⁴; o conjunto de estratégias governamentais na década de 1970, a construção da estrada de Integração, aparte da Transpantaneira e a divisão do Estado de Mato Grosso; “a incorporação de terras por capitalistas, e ou grupos desvinculados de suas raízes históricas e o avanço da indústria do turismo”. Essas interferências promoveram expectativas e novas dificuldades que os pantaneiros tiveram que enfrentar como novas ondas de modernidade (Id.).

Para Corrêa (1999), se por um lado, predomina uma versão oficial de uma história de mão única, especialmente entre os setores vinculados à grande

⁴ Sobre a instalação da estrada de ferro Noroeste do Brasil e suas conseqüências, ver Queiroz (1997).

propriedade rural e à elite dominante do Estado, por outro lado o resgate do papel histórico das nações indígenas na preservação e configuração de um Pantanal português e não Castelhana, possibilita a compreensão do Pantanal e da sua complexidade e pluralidade (Id.). Isso reflete na pluralidade e diversidade culturais com presenças fortes no território pantaneiro.

Ao pensar nos termos de um conceito de cultura popular mais “pelo seu uso e funcionalidade” do que pelos fatos de origem, o que resulta em modificações que o grupo assim determina, em seu caráter dinâmico, pode-se reconhecer, no Pantanal, no Estado de Mato Grosso do Sul, e na região centro-oeste, uma “feição multifacetada e policultural” (SIGRIST, 2000, p.134), ensejando, portanto, o pensamento (ou o paradigma) complexo para leituras mais profundas.

Da mesma forma, Leff *et al.* (2002) asseveram que as práticas produtivas fundadas na simbolização cultural do ambiente, em crenças religiosas e em significados atribuídos à natureza, geraram diferentes formas de percepção e apropriação, regras sociais de acesso e uso, práticas de gestão de ecossistemas e padrões de produção e consumo de recursos.

Portanto, a percepção social de um meio natural não é construída apenas de representações mais ou menos exatas sobre o funcionamento dos sistemas técnico-econômicos, mas, também de julgamentos de valor e de crenças imaginárias. O ambiente natural é o lugar dos mortos, a morada dos poderes sobrenaturais benévolos ou malévolos, que controlam as condições de reprodução da natureza e da sociedade (GODELIER, 1989).

Tais representações dão sentidos a comportamentos e intervenções sobre a natureza que podem parecer totalmente irracionais. O animal não representa somente a carne, o leite ou o couro, as árvores não são somente madeira ou frutos. Todo programa de desenvolvimento que não considera o conteúdo real das representações tradicionais que uma sociedade tem de seu meio ambiente e de seus recursos se expõe a graves riscos, estaria fadado ao insucesso (GODELIER, 1989).

Tentou-se, até aqui, enfatizar o valor da inter e multidisciplinaridade, a importância de pontos de vistas diversos e até radicais, que, aliados às vozes dos

atores mais ligados ao território, concretizam o diálogo de saberes. Isso é estimulado pela abordagem da Geografia Cultural que, como diz Paul Claval (2002), se recusa a considerar a natureza, a sociedade, a cultura, o espaço como realidades prontas, dados externos que se impõem aos homens, considerando o mundo mais complexo. A partir dos indivíduos locais, e de suas experiências, privilegia o sentido que as pessoas dão à sua existência.

Conforme exposto no Capítulo II desta tese, ao analisar um território, a Geografia tende a enfatizar a sua materialidade em suas múltiplas dimensões, enquanto a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder; já a Economia percebe-o como um fator locacional ou como base de produção; a Antropologia, por sua vez, destaca a dimensão simbólica do território e a Sociologia focaliza a sua intervenção nas relações sociais; por fim, a Psicologia incorpora o território no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, aproximando-o da escala do indivíduo.

Mesmo concebendo que sempre existirão conflitos entre a legitimidade local e a legitimidade dos especialistas (BILLAUD, 2005), é a partir desse movimento dialógico e, também, dialético, que se propõe agora uma escuta das manifestações mais genuínas, que configuram realmente a realidade pantaneira.

2.2 - VOZES, FATOS E ESPAÇOS VIVIDOS: O SABER LOCAL

No capítulo teórico vimos que diante da globalização os territórios são construídos, destruídos e reconstruídos. Para atender a uma demanda constante pelo “novo” e pelo “diferente” são inventados novos territórios e territorialidades a cada momento. A mobilidade, enquanto uma regra da atualidade, produz a idéia de desterritorialização, quando tudo e todos mudam de lugar.

Assim também se dá, no Pantanal, a desterritorialização, tendo na perspectiva do turismo e das questões econômicas em geral os seus traços mais fortes. Vimos que, tendo o Parque Natural Regional do Pantanal como referência, as estratégias de sobrevivência e manutenção do *status quo* dos proprietários rurais e a

resistência ou desistência da população trabalhadora, permitem o enquadramento no âmbito das definições de globalização e desterritorialidades.

A partir da década de 1970 houve no Pantanal uma intensificação de atividades que poderiam conduzir à profundas transformações na economia e na cultura local, alterando, inclusive, a paisagem. Alguns autores chegam a atribuir ao processo de globalização da economia uma uniformização das culturas e a conseqüente perda de diversidade.

Nesse processo de globalização ocorre a formação de “estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação”, pois para Ianni, “o debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e território tem alterado a base de muitas interações globais significativas” (IANNI, 2003, p. 95).

Assim, a desterritorialização manifesta-se em todos os níveis da vida social, nas esferas da economia, da política e da cultura, quando tudo passa a se movimentar em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias. Diante desse quadro questiona-se: haveria uma tendência à uniformização da cultura pantaneira? Seria o pantaneiro atingido pela lógica cultural mundial e por ela transformado? Havendo essa transformação seria no sentido de surgir um consumidor inserido na lógica instrumental de mercado?

Nogueira, que trabalha com registros lingüístico e icônico, reconhece “no pantaneiro, um incansável construtor de sua própria cultura, conhecedor dos mais diversos ofícios rurais, que se vê obrigado a exercer, por força das circunstâncias do ecossistema” (NOGUEIRA, 2002, p. 21). Portanto, apesar do anunciado isolamento, percebe-se uma produção e troca constante de conhecimentos, sendo que esse pantaneiro, conforme a autora, nas “atividades de aparte, doma, bagualeiro, condução de boiada, é tão *expert* no seu *metier* quanto um especialista em informática no exercício de suas funções” (Id.).

Cada objeto, ou cada elemento natural, presente no espaço vivido do pantaneiro, é especialmente significativo “pelo que simboliza no universo em que se integra e onde acaba por personalizar-se, à medida que se identifica com a realidade em que está inserido” (Id.).

A necessidade de sobrevivência imprime um estilo direto de aprendizado, as crenças, baseadas na experiência, são aceitas como verdade e geram convicções, resultantes dos hábitos de “perscrutar a fauna e a flora, observar os corpos celestes, buscando ler indícios de chuva, de sol, de mudanças de lua” (NOGUEIRA, 2002, p. 32). Nas palavras desta autora, “embora usando métodos diferentes, pode-se dizer que o pantaneiro é, ao mesmo tempo, um botânico, um zoólogo, um astrônomo, um geógrafo acostumado à leitura semiótica da natureza com a qual aprendeu a conviver” (Ibid., p. 31).

O pantaneiro estabelece indicadores, elementos do meio natural, os quais são utilizados, no seu espaço vivido, para sua melhor orientação: “Se a peúva floresce em maio, a chuarada vai começar cedo. Garça e tuiuiú nas partes altas do campo é sinal de grandes enchentes. Grandes camalotes se deslocando rio abaixo é sinal de chuva ou de enchente (Ibid., p. 33).

A relação de proximidade do pantaneiro com o meio natural é confirmada pelo antropólogo Álvaro Banducci, quando demonstra que as “atividades cotidianas estão pautadas no relacionamento com os animais, e, em grande medida, é a partir destes que se define o ritmo da vida e do tempo no Pantanal: proteger, amansar, ensinar, marcar, conduzir, vender”. Os pantaneiros “mantém com os animais um diálogo permanente, através de sons, gestos e palavras” (BANDUCCI, 1999, p. 109).

Para este autor, inevitavelmente, as relações sociais também são atingidas pela proximidade com o meio natural:

A relação que entre eles [o pantaneiro e os animais domésticos] se estabelece, baseada no contato diário, na afetividade, no diálogo mútuo, possui um significado mais profundo e de conseqüências sociais mais amplas. (...) Como se incorporassem a personalidade de seus proprietários, [os animais] expressam simbolicamente as qualidades e defeitos dos vaqueiros dispondo-os ao julgamento da coletividade. Eles são o espelho através do qual os peões expressam para si mesmos e para o grupo a sua capacidade elevada de trabalhador, a sua condição irrefutável de campeiro e, além disso, os seus atributos masculinos. Por intermédio dos animais os homens conseguem mobilizar seu *status* através da hierarquia de prestígio social (Ibid., p. 111).

A leitura semiótica do universo pantaneiro também revela as doses de ironia e de zombaria que o homem do Pantanal é capaz de jogar sobre suas próprias crenças, mesmo que fortemente arraigadas, como pode ser observado no seguinte diálogo:

Um pantaneiro diz:

- Vai chovê, bugiu tá gritando nu mato.

O outro retruca:

- Bugiu num é Deus, si fossi siriema, sim (NOGUEIRA, 2002, p. 33).

O sentido de divindade e o sentido de natureza se fundem no universo pantaneiro: com humor, esses atores registram essa fusão entre a natureza e o divino no seu cotidiano.

Fantasma existe, porque na Bíblia Sagrada existia. Deus deixou o dia para o homem trabalhar e a noite pra descansar (...) num sai porque de noite é cobra, é lacraia, é aranha caranguejeira, é fantasma, tudo quanto é coisa (Depoimento recolhido em 1995, por FERNANDES, 2002, p. 38).

A fala acima revela como o mito se presta, também, à proteção do mundo natural e do próprio indivíduo. Sob as ameaças de fantasmas e animais peçonhentos a cultura impõe certo controle à caça noturna, quando há maior abundância de animais mais cobiçados pelos caçadores. Também contribui para evitar que crianças e adultos se percam na paisagem extensa e de referências escassas como é a da planície pantaneira.

O cotidiano do homem pantaneiro é povoado por mitos⁵. Fernandes, ao tratar das narrativas pantaneiras, afirma que os mitos resultariam da tendência em

⁵ Entende-se por mito “um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e esquemas, um tema dinâmico que, sob o impulso de um esquema, tende a organizar-se em narrativa” (Durand,[1979]1998). Para M. Eliade ([1963]1998) “o mito relata como, graças às façanhas dos Seres sobrenaturais, uma realidade chega à existência, seja a realidade total, o Cosmo, ou somente um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. Portanto, é sempre a narrativa de uma ‘criação’: conta-se como alguma coisa foi produzida, como começou a ser”. Para Jolles ([19..]1998) a partir da narrativa do *gênesis*, que é o mito por excelência, a forma simples do mito resulta do jogo de pergunta e resposta. A pergunta encontra a sua resposta, “uma resposta a qual não cabe outra pergunta, pois ela se anula no instante de sua formulação: é uma resposta decisiva”. Já, para Lévi-Strauss ([19..] 1998) “os mitos não têm autor: do momento em que são

representar a terra como se ela possuísse arbítrio e animação, através do zoomorfismo ou da antropomorfização. O respeito e a veneração revelados podem chegar, em alguns casos, ao tratamento da terra como “o umbigo do mundo” (FERNANDES, 2002, p. 41).

Assim, é possível identificar no saber do homem pantaneiro, traços de uma religiosidade diferenciada, que chega a atribuir à terra, enquanto mundo natural, a gênese da vida:

Sabe no que eu acredito muito? É na terra! Essa terra que nasceu para nós criar. Nós come da terra, sai a água da terra, nossa produção é da terra, pois tudo vem é da terra, ta bem? Eu num sou contra o senhor, às vez o senhor é católico, tudo bem! Mas o negócio é o seguinte: esta terra, eu tenho como meu Deus! Porque tudo aqui é o nosso mundo! Aonde que o senhor faz a necessidade, que o senhor faz tudo, que o senhor come arroz, come feijão, produto da onde que vem? Do céu? Lá num cai nada! Se é a chuva que cai, mas vai daqui da terra e cai. Se é acima de nós ... eu acredito muito é na terra! Que a terra é o tudo nosso! Olha, eu tenho comigo que o meu Deus é essa terra! Que quando eu morrer eu vou ser enterrado nela. Esta terra eu beijo ela! E como arroz, feijão, tudo produto da terra. Pode ser que tenha algum Deus, num sou contra, que fez a terra, mas eu num sei nada! Como que é esse mundo? Eu falo essas coisa, mas num sei como que pode ser, como que num pode ser. Mas a terra aqui é meu Deus! (Depoimento recolhido em 1997, por FERNANDES, 2002, p. 41).

Este depoimento se enquadraria na filosofia da ecologia profunda, ao revelar acentuada veneração e uma relação de interdependência que integra o homem à natureza. Apesar de não se configurar como representativo da mentalidade da maioria dos pantaneiros, trata-se de um depoimento significativo pela representação simbólica que revela uma intensa relação de proximidade e respeito do homem pelo território pantaneiro.

Sobre o tipo pantaneiro, Nogueira destaca que:

Apesar de encontradas diversas características comuns ao tipo humano *‘vivente de um território indefinido’, ‘com formas próprias de fala e visão de mundo’*, na verdade, o caboclo dos pantanais transcende aos moldes pré-concebidos pela cultura urbana, para

apreendidos como mitos e independente de sua origem real, eles só existem encarnados numa tradição. Quando um mito é narrado, os ouvintes individuais recebem uma mensagem que não vem de parte alguma; por essa razão lhe é atribuída uma origem sobrenatural”.

elaborar o perfil do caipira, como simplório, ocioso, desnutrido, maltrapilho, sedentário, modelo este consagrado pela caricaturesca versão de Monteiro Lobato. (...) as condições de vida no Pantanal não condizem com hábitos sedentários, ingenuidade ou falta de iniciativa. Só se pode, portanto, incluir o pantaneiro dentro do conceito de caipira, após algumas reformulações e/ou ampliações desse mesmo conceito (NOGUEIRA, 2002, p.43).

Nogueira contribui para demonstrar como a cultura pantaneira, face ao processo de globalização, não se uniformiza e também não se degrada, podendo até se fortalecer e extrapolar os limites campo-cidade.

Por interferência das migrações gaúchas e das imigrações paraguaio-guarani, cultivam-se os hábitos do chimarrão, mate quente, e tereré, mate frio, tão arraigados aos costumes pantaneiros que:

(...) extrapolando as raízes culturais da zona rural, invadiram as cidades do Estado e passaram a constituir um dos traços significativos da região, principalmente após ser assimilado pela juventude, que numa réplica desse costume de origem rural, chega a atravessar as noites tomando tereré e pondo a vida em dia (NOGUEIRA, 2002, p. 135).

Colocando a vida em dia, através dessa “roda de tereré” ou mesmo do mate quente, cria-se um ambiente favorável “à manifestação da literatura popular pantaneira, (...) o pantaneiro de hoje carrega uma história de vida voltada mais para sua experiência individual, mas também com mitos, lendas e contos fundados no coletivo” (FERNANDES, 2002, p. 22).

Vê-se que a realidade sócio-cultural pantaneira retrata “o ser humano, as atitudes, os comportamentos e as atividades que redimensionam criativamente seu percurso histórico, assegurando sua identificação, à revelia das transformações e das mudanças” (NOGUEIRA, 2002, p.139). Essa é então a concepção compartilhada por esta tese, que considera a cultura em constante transformação através de sua utilização, em contraponto à abordagem psicológica que, embora contribua para a compreensão do perfil do pantaneiro, resulta em um protótipo fixo, que não contempla os constantes movimentos culturais e as diversas faces do Pantanal e de seus habitantes.

A relação sociedade-natureza, como visto, é extremamente complexa, não tendendo à uniformização, apresentando dinamicidade e especificidade próprias, como, por exemplo, a tendência à manutenção de vínculos especiais com os animais. “É através das classificações da fauna [mansos ou selvagens] e das representações simbólicas daí decorrentes, que os animais são concebidos e as atitudes dos vaqueiros em relação a eles são socialmente definidas e reguladas” (BANDUCCI, 1999, p. 120).

A presença tão acentuada da natureza no cotidiano pantaneiro se confirma na fala do peão quando diz: “Eu trabalhei viajando com boi por esses lados aí no Pantanal, com enchente. A gente trabalhava na água, a gente dorme molhado na água. De manhã cedinho já pisa na água e aí não tem estrada pra ir. A lida não é fácil”.⁶

Além de evidenciar a proximidade do homem às especificidades do meio natural, esta fala também demonstra o nomadismo, comum entre os peões vaqueiros, que circulam permanentemente entre as fazendas dos diversos pantanais.

Sobre a aproximação intensa entre o homem pantaneiro e o mundo natural, Banducci afirma que “(...) se os homens atribuem atitudes humanas aos animais, a analogia com a natureza também se faz na via inversa, quando os animais servem de referência para definir as atitudes humanas” ou seja, como no caso do zoomorfismo, apresentando alguns exemplos:

(...) se o peão costuma viajar de mais, não se demorando nas fazendas em que trabalha, é ‘igual burrico sem mãe, gosta de andar pelo mundo’. Se a criança faz muita algazarra ‘é como periquito em arrozal’ e se age com rapidez em proveito próprio, ‘é mais ligeiro que formiga em melado’(...) (BANDUCCI, 1995, p. 92).

Para o caso do antropomorfismo, ilustra-se com trechos do conto “Entremeio com o vaqueiro Mariano”, de Guimarães Rosa:

⁶ Peão, 64 anos, analfabeto, natural da região do Pantanal, entrevistado por Chavarelli (1995).

Daí entra dizer das vacas fazendeiras, os modos, sestros. De *Curicaca*, que é a preguiçosa, sempre se atrasando. De *Pombinha*, que finge de brava. De *Boliviana*, que escouceia ao ser peada. De *Moeda*, que tem um berrinho baixo. De *Careta*, que é chifradeira. De *Paraguanha* e *Piorra*, que aprenderam a abrir cancelas. Aponta para a *De-Casa*, com carinho e conta: quando novilha de sobreano, fora cedida a outro fazendeiro, e para longe levada. Tempo depois, escapuliu, entanto, e voltou, transtrilhando o Pantanal numa linha certa, em dias de caminhada, para retornar (ROSA, 1994, p. 788).

Uma outra categoria de pantaneiro, também extremamente inserida no meio natural, é a do pescador, que vive daquilo que os rios podem proporcionar. Ao descrever a vida no Pantanal, demonstrando um saber bastante especializado, construído no espaço vivido, esse pescador diz:

É muita coisa que tá aqui, tá fora do limite. Quer dizer, que eu fui criado desde pequeno, criei na boca de canoa, ali eu pescava. Minha avó me ensinava e fazia tudo, né? (...) O peixe só desova se chover, cria ova nova, se não chove ele seca a ova na barriga, ele num produz. O pacu, peixe de escama, solta desovando a ova, ele vai andando, viajando, desovando aquela ova. O pintado pára, peixe liso pára.⁷

Os anos 1970 impulsionaram o turismo no Pantanal que foi fortalecido pela expansão da atividade pesqueira. Isso contribuiu para a constituição de um outro grupo profissional que vem se impondo no cenário pantaneiro, justamente o cenário mais voltado para a contemplação da paisagem: são os catadores de iscas, também conhecidos por “isqueiros”, que abastecem os pescadores, turistas e/ou profissionais. Este grupo se constitui hoje em uma categoria de trabalhadores que, expulsos de outras atividades tradicionais, recorrem à coleta de isca como a última estratégia de sobrevivência no Pantanal. Desenvolvem suas atividades, na maioria das vezes, em ambientes insalubres, vivendo como nômades, em acampamentos improvisados. Alguns chegam a morar sob pontes ou habitam em favelas rurais, em barracos de lona. Esta atividade é sazonal, acompanha a temporada de pesca.

Banducci em seu estudo sobre os “isqueiros” do Pantanal, afirma que a captura de iscas é considerada uma atividade de pesca. Portanto esta categoria de

⁷ Pescador de Corumbá (MS), 54 anos, escolaridade média incompleta, entrevistado por Chavarelli (1995).

trabalhadores, apesar de marginalizada, hoje é reconhecida pela legislação pertinente e dispõe de licença de pescador profissional (BANDUCCI, no prelo, p. 58).

O autor também levantou a procedência desses trabalhadores e constatou que a maioria origina-se do universo campeiro. Atividades rurais, tais como o pastoreio, a lavoura e a empreita, representam 32% das atividades de origem dos isqueiros (Ibid., p. 59).

O turismo estaria contribuindo para reproduzir a condição de pobreza, levando os pescadores a exercer atividades insalubres e mal remuneradas, como a captura de iscas, que os mantêm à margem dos processos que definem a atividade na região, perpetuando a sua segregação. “A captura de iscas surge, nesse sentido, como uma experiência extrema, à qual são impelidos pela falta de perspectiva e cujo ingresso demanda grandes esforços pessoais” (Ibid., p. 179).

Depoimentos recolhidos por Banducci confirmam a situação e interessam especialmente a este trabalho:

Qué dizer enfrento isso aqui (...) que é difícil, é sujo, vocês tão vendo, aqui no mosquito, o perigo da cobra, o perigo do jacaré, a dificuldade! Passa dias às vez não faz nada. Mas, por quê? (...) Porque eu num tenho... (...) condições de enfrentar muitas dificuldades aqui. A gente enfrenta porque é o único meio (...) que to encontrando pra mim sobreviver.⁸

Ah eu, do jeito que ta os fazendeiro hoje (...) Porque o meu serviço ainda é de fazenda mesmo, né? Salário muito pouco e num compensa, a responsabilidade da gente é demais, né? Assim memo num sendo peão, né? Sendo peão é só obrigação do dia (...).⁹

O depoimento do pescador apresentado anteriormente revela um indivíduo pleno de história e tradição profissional no Pantanal. Ufana-se de seu saber cultivado por gerações, demonstra sua integração com o meio em uma relação de co-existência, na qual se situa como presença marcante, que o enche de satisfação.

⁸ Depoimento de M., isqueiro, 57 anos. Extraído de Banducci (no prelo), p. 179-180.

⁹ Depoimento de A., ex-peão de fazenda, isqueiro. Extraído de Banducci (no prelo), p. 180

O saber constituído impregna sua fala com algum brilho que corresponde à imagem do “Paraíso”. Mas, na verdade, ele vive no mesmo lugar que o outro, o isqueiro, que luta pela sobrevivência em uma situação de extrema instabilidade.

Os depoimentos dos “catadores de iscas” demonstram as conseqüências da deterioração de outras atividades tradicionais da região, especialmente as relacionadas ao trabalho nas fazendas e à própria pesca.

Esses depoimentos representam a transformação do espaço vivido do Pantanal que, a partir da aceleração do processo de globalização, acentuado desde a metade do século XX, induz a uma conseqüente desterritorialização, deslocando indivíduos e grupos de sua atividade original, expulsando-os de seus territórios, usurpando suas identidades.

Ao se estabelecerem no campo de visão dos turistas, ao longo das rodovias, junto às pontes, constituindo favelas próximas aos complexos turísticos de hotéis, bares, restaurantes, às margens dos principais rios, os pantaneiros deslocados, em condições de trabalho subumanas, são transformados em manchas que maculam o cenário paradisíaco. Estabelece-se um grande contraste visual que expõe a realidade do Pantanal, contrapondo-se às belas imagens veiculadas pela publicidade turística, pelos variados meios de comunicação.

O turismo, impulsionado com o advento da globalização, adentra aos territórios, possuindo tudo e todos, com promessas de conservação e valorização do ambiente, e de favorecimento das condições de trabalho para a população local, com a conseqüente melhoria das condições de vida da comunidade. Mas a inserção recente do Pantanal no sistema global vem promovendo transformações nas relações sócio-ambientais historicamente construídas.

Em um contexto de estagnação das atividades tradicionalmente desenvolvidas no Pantanal,

(...) o turismo é idealizado como a atividade que irá recuperar economicamente a região e proporcionar a sua inserção no mercado mundial. Este é um discurso que se torna dominante, passando as ações governamentais, (...) a estar voltadas para o desenvolvimento da atividade turística na região pantaneira” (MORETTI, 2000, p.46).

Moretti (2000) que analisou a produção e o consumo do espaço pantaneiro, dando ênfase às transformações sócio-espaciais - em especial nas relações de trabalho - geradas pela implementação da atividade turística, conclui pela configuração do território em duas faces: o Pantanal Real e o Pantanal Símbolo. O primeiro construído pela sociedade local, através de sua história, pertencente à realidade. O segundo produzido pelos “marqueteiros”, se destina à comercialização turística. Há uma tendência ao domínio do real pelo simbólico quando, em nome deste, são impostas alterações no sistema sociedade-natureza da região.

Para a manutenção desse Pantanal simbólico, o turismo absorve parte de uma mão-de-obra anteriormente vinculada às atividades ligadas à natureza, como o peão de fazenda ou o pescador. O trabalhador muda de atividade ou de função e transforma-se em assalariado urbano. “Sua relação com a natureza, que tinha como pressuposto o ritmo desta própria natureza, é profundamente modificada” (MORETTI, 2000, p. 142).

Como consequência, o autor acredita em uma possível “destraditionalização” da sociedade pantaneira, através da criação de um novo lugar, no qual as relações sociais historicamente produzidas são transformadas. Esse novo lugar, também um “não-lugar”, seria a tradução do processo de desterritorialização em trânsito no espaço vivido da gente pantaneira. É bom lembrar que a “desterritorialização afeta as lealdades de grupos, as manipulações das moedas tanto quanto das identidades, e também as estratégias dos Estados” (IANNI, 2003, p. 100-101).

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO

Diante das transformações que se dão na paisagem pantaneira, decorrentes do avanço do processo de globalização, a fazenda pantaneira, unidade produtiva onde os peões exercem suas estratégias de reprodução de sobrevivência, também se transforma. Sobretudo em função das redivisões das terras, em processos de herança, assim como com a introdução de novos elementos, homens da (s) cidade (s) ou de outros lugares, que adquirem terras no Pantanal, e introduzem novas práticas, novos conceitos, novas representações. Nesse quadro, a perspectiva do

pantaneiro também se altera, interferindo na relação desse trabalhador com o ambiente pantaneiro. “O contato mais intenso com o contexto urbano modifica aos poucos sua forma de representar a natureza, dando lugar a outras formas de apreensão do mundo natural, secularizadas e impessoais” (BANDUCCI, 1999, p. 120).

Nesse sentido é necessário que as propostas para ao Pantanal “programem formas de atuação [que] procurem conhecer todo esse conjunto cultural, que, na sua totalidade, constitui uma unidade capaz de caracterizar o pantaneiro como tal” (NOGUEIRA, 2002, p.139).

Diante de atividades estranhas, diversas das habituais no Pantanal, tais como, o turismo desordenado, a utilização intensiva de desmatamentos e queimadas, a agricultura produtivista, “(...) dificilmente os discursos sobre desenvolvimento sustentável e as reuniões para tratarem da globalização de interesses surtirão algum efeito positivo, no redimensionamento do acelerado processo de descaracterização do ecossistema do Pantanal (...)” (Ibid., p.140).

De certa forma relativizando a posição dos especialistas, o discurso articulado dos representantes dos proprietários rurais tradicionais no Pantanal transita entre propostas pertinentes, no que condiz às atuais tendências do enfoque ambientalista, como também à discussão acerca da edenização do Pantanal, e, por outro lado, a mentalidade conservadora que remete à defesa da idéia de igualdade entre os padrões (proprietários fundiários) e os trabalhadores.

Não é um mundo cor-de-rosa como a mídia tanto propaga. Quem vive no Pantanal e dele depende sabe o quanto é difícil adaptar-se a essa natureza inconstante e até certo ponto bravia. Paga a sua cota de provação e, sobretudo, tem que se sujeitar aos caprichos repentinos e imprevisíveis das águas, que muitas vezes exageram em transbordar (PROENÇA, 1997, p. 14).

Patrões e trabalhadores são igualados pelas condições ambientais. O cronista evidencia a necessidade dos proprietários pantaneiros valorizarem as difíceis condições de sobrevivência no Pantanal. Isso alimenta a ideologia da suposta igualdade entre as camadas sociais que mascara as divisões da sociedade fundiária pantaneira.

Importante ainda ressaltar que, no geral, o homem pantaneiro patrão, vem, acentuadamente, apropriando-se de características próprias do pantaneiro peão, aquele que tem no Pantanal o seu espaço vivido cotidianamente, cuja cultura e saber ambiental, são cada vez mais valorizados pela mídia e pelo turismo. Evidenciam-se os interesses em salientar o papel da atividade pecuária na conservação do Pantanal, em detrimento das propostas preservacionistas.

Ninguém melhor para defendê-lo [o Pantanal] do que o próprio pantaneiro, aquele que nasceu, cresceu e vive em contato com a sua natureza. Portanto, preservar o homem pantaneiro é mais do que necessário, para que ele possa continuar a defender sua terra. É preciso encarar a defesa do Pantanal juntamente com seu desenvolvimento sustentado. Não é possível imaginá-lo uma imensa “reserva ecológica”, de 140.000 quilômetros quadrados, o que seria um luxo num país de tanta fome e de tanta carência de proteína. Existe nele uma atividade econômica que tem que ser conduzida à modernidade. [...] Deixá-lo como um santuário intocável seria afrontar a fome e a miséria; explorá-lo desordenadamente seria causar sua destruição. Então será necessário compatibilizar desenvolvimento com preservação, e, para isso, nada melhor que voltar os olhos ao passado para aprender com os pioneiros como é que eles conseguiram conservar umas das mais pródigas áreas naturais do mundo, para que a Constituição de 1988 pudesse entregá-la à nação e às futuras gerações, como um “patrimônio nacional” (PROENÇA, 1997, p.167).

Quando o cronista diz “o próprio pantaneiro”, em “contato com a sua natureza”, em defesa de “sua terra”, sem distinguir “as pessoas sem eira nem vaca”¹⁰ do fazendeiro de alma lavada pela chuva, estabelece um nivelamento sócio-econômico que distorce a realidade: nessa suposta “comunidade” todos vivem felizes, em perfeita comunhão com a natureza, inclusive o cronista e o poeta.

Esse tipo de discurso de alta carga ideológica deixa evidente para o leitor crítico que o patrão nunca admitirá a apropriação indevida de características do peão pantaneiro. Na realidade ele quer reproduzir aquilo que a mídia reconhece e divulga como protótipo do homem do Pantanal. Ele precisa ser reconhecido como tal

¹⁰ “Alegria é de manhã ter chovido de noite! As chuvas encharcam tudo. (...) Até as pessoas sem eira nem vaca se alegram. (...) A pelagem do gado está limpa. A alma do fazendeiro está limpa. O roceiro está alegre na roça, porque sua planta está salva. Pequenos caracóis pregam saliva nas roseiras. E a primavera imatura das araras sobrevoa nossas cabeças com sua voz rachada de verde” (BARROS, M. “Mundo renovado”. *Livro de pré-coisas - roteiro para uma excursão poética no Pantanal*. 1992, p. 237-238).

para poder ser eternamente recompensado com a tutela de “pantaneiro”. Somente assim ele obtém a “licença” para permanecer nesse “santuário” como dono.

Relembrando S. Schama (1996), quando determinada idéia de paisagem, ou de um mito, ou de uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário. É nesse sentido que o Pantanal, enquanto paisagem ou enquanto território, pleno de mitos, revela uma imbricada trama na qual categorias múltiplas e diversas interagem para se traduzirem em diferentes adjetivos, de acordo com a vontade de seu interlocutor. Por isso muitos traduzem o Pantanal por “Paraíso” ou “Santuário Ecológico”.

Essa imagem estereotipada, difundida amplamente, contribui para a exacerbação do bucólico e para uma simplificação do real, desconsiderando a complexidade da relação sociedade-natureza no Pantanal. Essa complexidade se expressa a partir de diferentes escalas, no movimento simbiote do território que hospeda o espaço vivido e o espaço a se viver, materializando-se como a base das relações sócio-ambientais. A territorialidade, por sua vez, aponta para a concreção do processo de produção espacial no Pantanal.

O homem pantaneiro, emergindo como ator na configuração da paisagem do Pantanal, pode contribuir para a contestação dessa imagem bucólica. Para fundamentar esta afirmação, recorre-se a Raymond Williams quando, ao referir-se ao mundo rural da Inglaterra do início do século XX, promove a visibilidade de “um contraste social existente e ativo”, que resulta em “uma alteração da paisagem, através de uma alteração da visão. A inclusão do trabalho e, portanto, dos trabalhadores, [é vista como] uma mudança consciente de identificação” (WILLIAMS, 1989, p. 124). É interessante reler a epígrafe do Item 2 deste Capítulo:

Os artistas fazem pinturas agradáveis que mostram o pastor conduzindo o seu rebanho por uma encosta gramada, ou contemplando, pensativo o sol poente, mas não há quadros que mostrem o pastor numa plantação de nabo cheia de lama (...).

Se para Williams faltam, na pintura da paisagem rural inglesa, a lama e os nabos, com os quais se debatia o pastor inglês, nas descrições do Pantanal, tanto

verbais (orais ou escritas), quanto visuais, também faltam a água descontrolada e os brejos imprevisíveis (ou instáveis), além dos intensos ataques de pernilongos, ou outros insetos, e do calor quase insuportável em boa parte do ano.

Tirando proveito do alcance da imagem poética, novamente com o auxílio de Manoel de Barros, pode-se lembrar que “no Pantanal ninguém pode passar régua. Sobremuito quando chove. A régua é existidura de limite. E o Pantanal não tem limites”.¹¹ Melhor ainda seria lembrar a leitura desses versos de Barros feita pelo técnico do Ministério do Meio Ambiente, Fredmar Corrêa:

Quando li isso, achei de uma beleza muito grande, mas eu não entendi nada; quer dizer, por que no Pantanal não se passa régua? Eu fui para lá e vi uma coisa fantástica. O Pantanal não tem geografia. Um dia ele está assim, depois... quer dizer, à medida que o tempo passa, à medida que o tempo caminha, que o ano vai andando, o Pantanal vai mudando de geografia, de paisagem, de referências (MMA, 2002, p. 159).

Essa dinâmica da paisagem pantaneira, refletida pelas incertezas provocadas pelo próprio meio natural - ora o período de estiagem se prolonga por vários anos, ora o período das enchentes se instala sem sobreaviso - exige do homem que ali habita conhecimentos e práticas especiais. Por ser uma extensa planície de relevo muito plano, onde a vegetação rasteira é predominante, confirma-se a “inexistidura” de limites, diante da qual o saber local é fundamental para a orientação espacial.

O território é a base das relações sócio-ambientais no Pantanal, espaço onde se materializam as práticas sociais em meio às peculiaridades – gentes, bichos, terras, águas, cheia-vazante-seca. Então ressignificado, o território de pertencimento configura-se na territorialidade, que é a concretização do processo de produção espacial em um lugar, cuja especificidade se dá através do vínculo estabelecido pela relação complexa entre seus atores e o meio natural. Tende-se, assim, para a comprovação de que a paisagem representa a síntese das relações travadas entre natureza e sociedade, de sentido eminentemente simbólico, plural e aberto, no Pantanal e alhures.

¹¹ Idem. Barros, M. “Mundo renovado”. 1992, p. 237.

Este trabalho deteve, até aqui, como referência espacial, o território do Pantanal Mato-grossense, que possui uma paisagem extremamente rica e complexa, fruto de sua diversidade sócio-cultural e natural. Entretanto, confirma-se que a complexidade das relações sociedade-natureza se faz presente em qualquer localidade, independente dos atores e do espaço, em níveis diferenciados, no Brasil ou em outro lugar. Isso contribui freqüentemente para as crises de governabilidade, implicando em dificuldades de se colocar em prática uma proposta de governança ambiental, adiando sempre a utopia da sustentabilidade sócio-ambiental.

É nesse sentido que se constata que a viabilidade de propostas de gestão compartilhada do território, diante da complexidade pantaneira, para a qual convergem articulações diversas, disputas e conflitos de diferentes ordens, é sempre marcada por incertezas. Como atingir estágios de sustentabilidade sócio-ambiental no território demarcado pelo Parque Natural Regional do Pantanal, no qual coexistem elementos contraditórios?

De acordo com a concepção francesa, a proteção da natureza se configura como um expediente de gestão. Um PNR, assim como um “pays”, constitui-se em uma estrutura que associa normas ambientais a elementos de ordem econômica, histórica, cultural e social, em uma imbricação de dimensões de identidade e de gestão. Para se constituir um PNR é necessário o engajamento da maioria da população envolvida em prol de objetivos comuns que atendam: a conservação do meio ambiente, a valorização do patrimônio, a manutenção de boa qualidade de vida para seus habitantes, a defesa das economias locais, enfim, a valorização de seu território e de seus recursos naturais e sociais (ALPHANDÉRY, 2001).

O PNRP, para se constituir enquanto tal, cumprindo sua verdadeira função, deveria proporcionar condições para que as suas entidades¹² fossem capazes de justificar a aplicação das políticas públicas e de mobilizar financiamentos para uma valorização do patrimônio sócio-ambiental. Mas como consertar ações entre grupos tão heterogêneos? No Pantanal as disputas de sentidos, os objetivos contraditórios, os conflitos de legitimidade, exprimem uma dificuldade enorme em

¹² Associações de categorias profissionais e/ou de produtores, constituídas na fase de projeto do PNRP. Dentre elas destacam-se: APPAN (Associação das Pousadas Pantaneiras), UNIPPAN (União dos Pantaneiros da Região da Nhecolândia), V. Rio Negro (Associação do Vale do Rio Negro), APANMERA (Associação dos Pantaneiros da Margem Esquerda do Rio Aquidauana).

definir o que seja interesse geral, assim como estabelecer as formas mais viáveis de gestão do território rico em sócio-biodiversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha intenção foi elaborar uma tese capaz de expor os embates que se travam no interior dos processos de gestão territorial de espaços detentores de características sócio-ambientais especiais, tais como o Pantanal Mato-grossense. Todas as etapas pertinentes aos planos de gestão: cogitação, reflexão, diagnóstico, decisão política, planejamento e execução, geralmente comportam grande carga de conflitos das mais variadas ordens.

Realizei uma discussão em torno de elementos de natureza sócio-ambiental, espacial, política e econômica, das dinâmicas observadas no Pantanal, que considerava capazes de se comportar como mecanismos de aproximação e/ou distanciamento do Pantanal em relação à prática de um modelo francês de gestão territorial. Trata-se do Parque Natural Regional, modalidade de gestão amplamente utilizada na França desde o fim da década de 1960, que tem como fundamento principal a conciliação entre desenvolvimento econômico e o chamado desenvolvimento sustentável.

Consegui reunir, com o auxílio de estudiosos dedicados às questões regionais, sobretudo Albana Xavier Nogueira, Álvaro Banducci Júnior, Eudes Fernando Leite, Maria de Fátima Chavarelli, Frederico Augusto G. Fernandes, as principais características e a dinâmica da realidade do Pantanal Sul-Mato-Grossense. Foi possível vislumbrar elementos fundamentais da sociedade e da natureza pantaneiras para a compreensão da complexidade de sua realidade. Os depoimentos e os relatos de pantaneiros e de indivíduos vinculados ao Pantanal serviram para desvendar inúmeros conflitos, até as faces mais recônditas da realidade pantaneira. Com o apoio de Tuan (1980) e dos estudiosos do Pantanal foi possível certificar que o mundo material dos pantaneiros é resultado de processos mentais, assim como os mitos, as fábulas, a taxonomia e a ciência.

Em relação à transformação social e material da produção, por exemplo, com o apoio de Eudes F. Leite pude constatar a concomitância, no Pantanal da atualidade, de formas tecnológicas diferentes, que se refletem, inclusive, na prática de condução do gado bovino, de fazendas para fazendas ou para os abatedouros. Tal atividade pode ser realizada hoje através de modernos caminhões boiadeiros, mas ainda acontece através das tradicionais comitivas. O autor demonstrou que a incorporação de mudanças ao cotidiano pantaneiro incomoda os peões, não somente pelas possibilidades de exclusão, mas também por conta da sensação de envelhecimento e descartabilidade de antigos valores que vão sendo substituídos.

É evidente a existência, nas sedes de grande parte das propriedades rurais do Pantanal, de mecanismos de captação de imagem e som, que permitem o acesso à boa parte da população local à televisão, ao rádio, ao telefone e, em alguns casos, à internet, promovendo a sua inserção ao mundo globalizado. Sobretudo nas fazendas que fizeram opção em adotar o turismo como atividade complementar à pecuária bovina. Estas têm que atender às exigências dos visitantes por serviços de telecomunicações mais precisos.

Apresentei os conceitos de território e territorialidade¹ quando demonstrei, a partir de teóricos da Geografia, a polissemia que envolve esses termos. Tanto um quanto outro podem ser interpretados a partir de vertentes diversas: política, cultural, econômica e naturalista².

Vimos que o sentido de pertencimento, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional define a territorialidade regional. Os conceitos de territorialidade e de identidade proporcionariam a definição de territórios de identidade, territórios de pertença, territórios de referência e territórios de ação.

As identidades, por sua vez, ao se situarem num espaço simbólico, social e historicamente produzido, e apresentando estruturas dependentes da apropriação simbólica do território, são compreendidas como identidades territoriais.

¹ Cf. Capítulo II.

² Cf. Rogério Haesbaert, Manoel Corrêa de Andrade, Capítulo II.

O conceito de território, em sua origem etimológica significa terra pertencente a alguém, não se vinculando, necessariamente, à propriedade, mas à apropriação que pode ser efetiva ou simbólica, de dimensão afetiva, vinculando-se a uma geografia que privilegia sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares, conforme a abordagem da geografia humanista. A apropriação, assim passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial.

Com o apoio de Rogério Haesbaert penso na necessidade de superar a dicotomia material/ideal para pensar o território pantaneiro, reconhecendo a concomitância entre as relações sociais e as representações espaciais. O território delimitado, dotado de humanização, singularizado, concretiza e materializa as relações sociais do e no lugar.³

Ao abarcar tantas nuances, o termo território agora reúne outros fatores essenciais à vida humana, como o vínculo à terra, a percepção do lugar, o compartilhamento da paisagem, ou seja, tudo o que em Geografia é conhecido como espaço vivido.

Isso se concretiza no Pantanal, quando se identifica ainda, por exemplo, a presença da chamada relação de compadrio, estabelecida entre patrão e empregado, estendendo-se também a outros atores. Esse tipo de relação, existente na região desde os tempos da chegada dos espanhóis no século XVI, proporciona, aos não proprietários, um sentido de apropriação do território, que influencia e alimenta o sentimento de pertencimento ao Pantanal. Através dos depoimentos trabalhados – peões, patrões, pescadores, “isqueiros” - pode-se comprovar que mesmo para os pantaneiros despossuídos de propriedades fundiárias, o Pantanal pode ser sentido e percebido como território de identidade, território de pertença, território de referência e território de ação.

O conceito de território eleito neste estudo se estabelece como um campo de forças, tendo como elementos principais as territorialidades, as desterritorialidades, os poderes, as redes, os limites, as fronteiras, que

³ Cf. Vargas, 2004, Capítulo II.

alicerçam o entendimento da complexidade das relações sociedade-natureza no Pantanal.

No Pantanal, não somente o PNRP, mas todas as manifestações que por ora se apresentam em seu território, como o turismo, outras formas de gestão, a patrimonialização, e os grandes empreendimentos, seriam conteúdos de origem distante, estranha à habitual, que impõem novas representações e novas ações.

O PNRP e outros pontos do Pantanal poderiam ser enquadrados como componentes das grandes redes internacionais, refletindo as relações de economia global e sua simbologia universalizante. Da sede francesa se expande o modelo de PNR para o mundo e a administração central desta rede é realizada pela Federação de Parques Naturais Regionais da França.

A noção de território, no Brasil, também tem sido incorporada às políticas públicas, através do estímulo à gestão territorial, conforme programa da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, que incentiva o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, através das populações locais, das quais se espera mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e auto-gestão. Essa proposta também vai ao encontro das proposições do PNRP.

O conceito de território trabalhado se equaciona pela complementaridade, através da fusão das vertentes naturalista, política e econômica, num primeiro momento, sobrepostas à vertente cultural que, por sua vez, impõe às demais vertentes as representações simbólicas.

As representações simbólicas se concretizam, no Pantanal de hoje, por exemplo, com o processo de patrimonialização, com a atribuição de inúmeros títulos que o chancela como espaço destinado à preservação; com o avanço da atividade turística que implica em mudanças nas infra-estruturas de acesso e implementação dos equipamentos de hospedagem, assim como a presença efetiva de novos elementos no interior dos *habitats* dos pantaneiros; o PNRP que introduz novos olhares e formas de gerir o território, além de incentivar outras atividades, como a produção do vitelo, a produção de artesanato, o

turismo, a educação, o manejo da fauna silvestre; as possibilidades para a implantação de usinas de açúcar e álcool na Bacia do Alto Paraguai, de termelétricas e de complexos mínero-siderúrgicos em Corumbá; a implementação do complexo hidroviário Paraná-Paraguai etc.

Por outro lado, se intensifica a abstração do simbólico no assombro da eminência do Pantanal se transformar em “parque”, ou em vários “parques”, em uma imensa reserva ecológica, na forma de unidade de conservação, implicando na expulsão de toda a população para a preservação da vida silvestre; ou, ao contrário, o assombro da degradação inevitável do ambiente pantaneiro, diante da aceleração de processos de assoreamento dos rios, dos desmatamentos, das queimadas, da poluição generalizada. Isso se configura como abstração simbólica no âmbito do conceito de território elaborado ao longo deste trabalho, porque o conceito, na sua essência não admite a separação sociedade-natureza.

Ainda com Rogério Haesbaert também considero possível admitir várias possibilidades de manifestação identitária no Pantanal, através da percepção dos embates produzidos a partir da introdução do PNRP, ou seja, haveria manifestações de identidade “globais”, de identidades de “resistência” (as saudosistas que retomam antigas memórias coletivas) e, também, de identidades “pluriculturais” (ou difusas, ou transterritoriais), frutos de diálogos incessantes entre global-universal e local-particular.

Como detentores de identidades “globais” poderiam ser indicados, por um lado, os técnicos franceses preparados para a organização e implantação do PNRP, além dos turistas estrangeiros que visitam as pousadas vinculadas ao projeto; por outro, os técnicos e os políticos brasileiros que buscam influências no exterior; os participantes das ONGs internacionais atuantes no Pantanal e seus técnicos e simpatizantes brasileiros, preparados para a defesa da causa. As identidades de “resistência” seriam mais bem representadas pela tendência de alguns atores locais – fazendeiros, trabalhadores, pescadores, ribeirinhos – assim como por técnicos de órgãos voltados à preservação patrimonial, além de ONGs e outras organizações voltadas para os resgates das tradições. Já as identidades difusas podem ser reconhecidas nos atores

que circulam entre as identidades globais e as locais, geralmente representadas pelos indivíduos urbanos. Estes indivíduos “transterritorializados” mesclam identidades específicas, neste caso a pantaneira, com o caudal de fontes a que têm acesso: mídia (impressa, rádio-televisiva, virtual), intercâmbios, viagens, contatos com as mais diversas influências.

Ao tratar mais diretamente das identidades locais⁴ procurei apresentar a peculiaridade da relação sociedade-natureza no Pantanal. Destaquei os significados simbólicos de zoomorfismo e antropomorfismo que se impõem como características do espaço vivido do homem pantaneiro. Tentei demonstrar que muitos dos conceitos provenientes do pensamento universal não abarcam todos os sentidos inerentes às relações que a gente pantaneira estabelece com o seu meio.

Retomando a polissemia do conceito de territorialidade na tendência das ciências naturais que, geralmente, privilegiam a vertente que apresenta o território como área de domínio de determinada espécie animal, quero destacar o posicionamento de Raffestin (1993), que considera a noção de territorialidade animal construída pelos naturalistas, inadequada para tratar da territorialidade humana. Esta envolve relações mediatizadas com a exterioridade, tratando-se, sempre, de uma relação com outros atores, refletindo a multidimensionalidade do “vivido” territorial. Para o autor todas as relações são de poder, tanto as relações sociais quanto as relações sociedade-natureza. Entretanto, considero necessário relativizar esta teoria ao tratar da territorialidade pantaneira, a qual se mostra muito mesclada, em função da forte presença, no espaço vivido, de interações seres humanos-animais.

As relações especiais da gente pantaneira com os animais, caracterizada pelos processos simbólicos de zoomorfismo e antropomorfismo, implicam na mescla de funções entre os seres humanos e os animais, configurando, uma relativa troca de identidades. A globalização provinda de um mundo baseado em racionalidades instrumentais encontra uma realidade caleidoscópica, que chega a fundir identidades humanas e animais, retrato de

⁴ Cf. Capítulo IV.

uma cultura mais fundamentada na racionalidade ambiental.⁵ Essa realidade manifesta uma co-evolução do sistema sociedade com o sistema natureza, ao incorporar complexidades dos dois sistemas. É necessário, então, superar o dualismo da lógica econômica instrumental e considerar a racionalidade ambiental produtiva, não produtivista, aquela que “pressupõe complementaridade e não antagonismo entre os sistemas natureza e sociedade”⁶.

Por essa peculiaridade da identidade pantaneira, entre outras, o projeto de PNR encontra dificuldades em se estabelecer no Pantanal, apesar das tentativas explícitas de tratar, inclusive, as relações gente-animal, como é o caso do sub-projeto financiado pelo CIRAD⁷, que previa a amenização do conflito entre a Onça Pintada e os pecuaristas participantes do PNRP. De alguma maneira, o objetivo seria a diminuição (ou extinção?) dos conflitos ligados à predação do gado bovino pelos grandes felinos.

A compreensão desse tipo de paradoxo é facilitada por uma síntese das categorias analíticas trabalhadas. O território, enquanto um campo de forças, apresenta no Pantanal uma territorialidade incomum, uma relação de pertencimento que inclui elementos inusitados: o homem, o animal e o ambiente em uma relação quase simbiótica.

No entanto, essas especificidades, junto às influências exteriores, e tudo o mais que participa da complexidade das relações sociedade-natureza no Pantanal, na verdade, exigem muito mais das tradicionais categorias analíticas do pensamento científico ocidental. Nessa arena estão forças que não são apenas políticas, econômicas, sociais, mas também forças naturais, concretamente representadas pelos felinos indomáveis e pela imprevisibilidade do sistema hidrológico da planície pantaneira que ameaçam o poder dos agentes econômicos. E até forças sobrenaturais pairam sobre o território multidimensional do paraíso ecológico, onde precisam conviver o aparato

⁵ Cf. Enrique Leff (2001a e 2001b).

⁶ Cf. Edmilson Souza-Lima (2005).

⁷ CIRAD – Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento, instituição francesa de pesquisa que tem parceria com países tropicais.

científico-tecnológico da racionalidade econômica e as “porteiras mal-assombradas”.

A proposta de desenvolvimento sustentável importada da França estaria aquém desse jogo de forças. As categorias, isoladamente, não dão conta dessa complexidade. Não chegam a trazer à tona esse estranhamento que tem poder, essa força ambiental inusitada, não domada, que difere de tudo o que possa existir nos territórios europeus. Lá, um mundo natural dessa magnitude existiria apenas nos contos de fadas.

Após a década de 1960, quando o Pantanal começa a ser percebido externamente como uma imensa região de rica biodiversidade, detentora de paisagens belas e singulares, conflagra-se uma nova situação: gradativamente, os donos desse imenso território vão sendo questionados acerca de suas formas seculares de relacionamento com esse ambiente, e por sua vez, esses indivíduos, os mais importantes agentes econômicos, até então donos de tudo e de todos nos limites de seus territórios (alguns, inclusive, ultrapassam esses limites), começam a pressentir sua autonomia e seu poder de propriedade ameaçados.

São sintomas de uma desterritorialização que avança também no Pantanal. Há uma chamada para uma nova realidade, novas possibilidades de uso. Há um processo crescente de apropriação simbólica do Pantanal por grande parte da população brasileira. Isso vem se estendendo também ao exterior. As propagações das belezas, das riquezas naturais e dos problemas de gestão repercutem no mundo globalizado de hoje, sensibilizando grande número de indivíduos e grupos em torno da conservação ou preservação desse “santuário ecológico”.

A partir de uma visão européia, tem-se que o ambiente rural é bem menos natural do que aparenta e contém fatores de humanização que não podem ser negligenciados, mesmo em prol da preservação da utopia ou do desejo dos urbanos⁸. Para o Pantanal essa situação se expande para um público maior e exógeno. O ambiente do Pantanal, para a população externa,

⁸ Cf. Nicole Mathieu & Jollivet, Capítulo III.

geralmente se traduz ou é sinônimo de: ambiente desejado, herança, patrimônio, natureza espetáculo, natureza sacralizada. Já, para os indivíduos que habitam o campo, neste caso o Pantanal, o ambiente é visto e sentido a partir de uma perspectiva utilitária, é recurso, pode ser, inclusive, um meio hostil, é também o meio social, o mundo vivido.

A visão dos “de-fora”, aqui entendidos como os cidadãos urbanos e demais que não habitam ou se relacionam diretamente com o Pantanal, impõe certa conciliação entre a conservação do ambiente pantaneiro e a produção econômica. É nesse sentido que o “conceito” de parque natural regional francês é vislumbrado como solução para esse campo minado de conflitos. Aparece nesse universo como uma proposta de re-territorialização do pantaneiro.

Ao perscrutar a história da implantação do Parque Natural Regional do Pantanal, desde as elucubrações, no interior das primeiras organizações de produtores rurais da região, assim como nos gabinetes palacianos, até a sua efetivação no território pantaneiro, visualizei uma trajetória de incertezas e de mais perdas do que ganhos. Assim como acontece na dinâmica paisagem pantaneira, muitas vezes, aquilo que foi arduamente construído e conquistado em termos de organização sócio-econômica é carregado pelas águas de mais um ciclo de cheias.

No Brasil, geralmente as decisões são tomadas de maneira verticalizada, com pouca participação das bases. Como no Pantanal as bases são muito territorializadas, se estabelece certa resistência à assimilação de propostas que possam prenunciar desestabilização da situação construída e consolidada historicamente. É por isso que dizem que o pantaneiro “rumina as idéias”, no sentido de desconfiar sempre e refletir profundamente, demorando a tomar decisões e, muitas vezes, negando a se submeter às imposições externas. Mas “ruminar” também tem um sentido simbólico, zoomórfico, uma analogia ao comportamento bovino de remastigar tranqüilamente os alimentos.

A experiência de parques naturais regionais, considerada bem sucedida na França, não pode se colocar como conceito “universalizante” para a gestão

de qualquer território. Pantanal e França constituem-se em duas realidades com características muito diversas. Há que ser questionada a validade de implantação desse modelo no Brasil, mesmo havendo momentos de aproximação entre essas realidades.

Seria produtivo questionar de quais motivações derivam as estratégias da lógica de gestão do PNRP por parte dos agentes privados. Essas estratégias se inseririam apenas em uma lógica mercantil? É possível concluir que não, pois o patrimônio territorial e paisagístico do Pantanal possui uma simbologia muito forte. Talvez em outro território sem a chancela do imaginário para o qual o Pantanal é “santuário” as estratégias mercantis tivessem a primazia. Os mitos ainda são muito fortes no Pantanal. Isso dificulta a adoção de novas formas de gestão territorial, de relação sociedade-natureza. Esses mitos têm a característica de falácias, sempre têm algo de verdade, por isso têm força e são tão apropriados, produzindo legitimidade. O “tucura”⁹, por exemplo, é muito mais real que o “vitelo”¹⁰.

A paisagem, ao envolver os aspectos objetivos e subjetivos do espaço e do mundo vivido, imprime marcas entre a racionalidade e a afetividade, originando, assim, complexos sistemas simbólicos.¹¹ Dificilmente um modelo francês, com toda sua carga de interesses, se adapta à realidade pantaneira. Não alcança as especificidades do Pantanal e nem os interesses dos proprietários do território. Não atende às necessidades ali instaladas. “Ver e sentir” o lugar para os franceses não corresponde à maneira de “ver e sentir” dos pantaneiros.

O sentimento de pertencimento ao Pantanal confere ao pantaneiro uma especificidade fundamental no processo de análise e gestão do território. Esse sentimento também deveria servir de instrumento para a conservação da sócio-biodiversidade, pois, a identificação íntima com o ambiente e a consciência da interdependência proporcionam outros sentimentos, como a solidariedade com o meio, evocando orgulho e responsabilidade em relação ao território por parte daqueles que lhe pertencem.

⁹ Cf. Item 2, Capítulo I.

¹⁰ Cf. Vitpan, Item 5, Capítulo III.

¹¹ Cf. Augustin Berque e Lima Guimarães, Capítulo II.

Destaquei a territorialidade como um dos ingredientes essenciais das identidades, e que poderia se manifestar no cuidado com o patrimônio, tomando, muitas vezes, uma dimensão paisagística. Aí questiono: representaria o PNRP a melhor forma de conciliar a “dimensão paisagística” do Pantanal com as exigências impostas pela lógica mercantil?

Demonstrei a evolução do conceito de paisagem para o Ocidente. Desde Humboldt que o utilizava no sentido de “característica total de uma região terrestre”, aos cientistas românticos que associaram as novas tecnologias à observação das paisagens, aos dias de hoje em que paisagem é associada a território e também a espetáculo. Nesse mundo globalizado proliferam iniciativas de “espetacularização” da natureza, da paisagem. O processo de estetização da natureza, iniciado com o renascimento, se intensifica na atualidade. A observação de Raimond Williams, em epígrafe¹², reflete esse movimento de estetização, de espetacularização da paisagem, que perpassa toda a história da modernidade ocidental, tendo sido exacerbado na atualidade, período compreendido por muitos como pós-modernidade. Também as imagens inscritas como epígrafes visuais nesta tese, todas de autoria do artista plástico Humberto Espíndola, nos remetem a uma realidade regional que vive sob o domínio da estetização da paisagem, neste caso dando primazia absoluta ao “boi”, enquanto elemento de destaque. É o boi em perfeita sinergia com a paisagem, levado para as representações estético-culturais de todos os vínculos que a sociedade sul-mato-grossense mantém com a pecuária.

A paisagem entendida como o resultado da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, operando em sinergia constante, em perpétua evolução, resulta em um conjunto único. É o sentido expresso pelo termo alemão “landschaft”, de conteúdo abrangente e complexo, que melhor contempla a questão trabalhada nesta tese, ao considerar a sinergia Pantanal-pantaneiro. Todavia, o termo de origem francesa, que associa-se a uma ambivalência de significado, de território-espetáculo, se aplica muito bem à realidade do Pantanal contemporâneo, que, através dos apelos da mídia e da publicidade, é veiculada em uma concepção mais parcial de paisagem, que

¹² Cf. Item 2, Capítulo IV.

privilegia a sua expressão estética. Soma-se a isto a tendência à sensibilização de populações locais e externas, por parte dos agentes ambientais, que, para designar novas áreas à proteção, apóiam-se na vertente mais estetizante da paisagem.

Ao unir natureza e sociedade, a paisagem revela-se um conceito integrador, capaz de expressar as sinergias implícitas, os descompassos temporais, e tudo o mais que singulariza a paisagem pantaneira. Revelando um novo caleidoscópio na sucessão intensa de categorias e de metáforas mais reais que seus referentes. Se a paisagem não pode ser compreendida apenas como um mero “local de prazer”¹³, o olhar é acompanhado pelas experiências e a paisagem funde a dimensão do real e a representação do sujeito, que o codifica no ato da observação. A paisagem existe em relação a um sujeito coletivo, ela exprime uma civilização, uma marca, devendo ser interpretada a partir do contexto histórico da sociedade que a interpreta.

A paisagem do Pantanal, portanto, não é o paraíso simbolizado pela mídia, pelo turismo, ou mesmo pelo *síte* da FPNRF (Federação dos Parques Naturais Regionais da França)¹⁴. Ela é real, concreta, como um verdadeiro caleidoscópio que refunde real-imaginário, cultura-natureza, propriedade-trabalho, cheias-secas, bovinos domesticados-felinos indomáveis, o último macho e a fêmea invisível...

A paisagem não é apenas para ser olhada. Ela reflete a inserção do homem no mundo, lugar de combate pela vida, manifestação do ser social. Pressupõe sempre a presença humana, mesmo onde ela toma a forma de ausência, como no Pantanal, onde imensas propriedades com número exíguo de trabalhadores e proprietários absenteístas, na maioria das vezes são retratadas como vazios demográficos. A paisagem sempre revela a totalidade do ser humano e seus vínculos existenciais com a Terra, sua geograficidade original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização¹⁵. A paisagem,

¹³ Cf. Simon Schama, Capítulo II.

¹⁴ Ver Apêndice.

¹⁵ Cf. Dardel, Capítulo II.

portanto, que não reside no objeto, nem no sujeito, mas na interação complexa desses dois termos, na complexidade desse cruzamento.¹⁶

Assim, a conciliação entre a dimensão paisagística e a lógica mercantil se apresenta como um grande impasse. Haveria legitimidade no PNRP? Após ser cogitado por 20 anos, será que estaria pronto para a realidade do Pantanal? É difícil considerar esse tempo cronológico em sua totalidade, pois grande parte dele se passou nos gabinetes institucionais em Brasília. Esse período não atende as exigências da tradição pantaneira, não permite o processo da ruminância e também não corresponde à compressão espaço-tempo (não adianta estar na mídia, para chegar no Pantanal é necessário enfrentar estradas muito ruins ou desembolsar muito dinheiro em um táxi aéreo).

Ao não absorver a identidade pantaneira, o modelo francês de gestão da natureza, do território, carece de legitimidade. Isto estaria prejudicando a proposta que, em seu país de origem, se funda nos preceitos da governança. Para ser eficaz, a governança¹⁷ deve repousar sobre a legitimidade do consentimento do exercício do poder pelo cidadão, e um real engajamento de todos os atores. A governança também supõe uma boa organização territorial, apta a atender as necessidades de evolução das comunidades locais. Deveria comportar-se como ambiente de formulação de questões e de manifestação de conflitos.

A realidade da organização dos atores envolvidos com o PNRP revela um distanciamento dos preceitos da governança. Segundo os discursos dos técnicos¹⁸, os principais atores, os fazendeiros, não conseguem se reunir e não se esforçam para tanto. Alimentados por egos imensos, por hipérboles, por regionalismos, bairrismos extremados, por visões que distorcem a realidade, esses atores apresentam dificuldades em assimilar o conceito de governança. E este conceito só se efetiva com o pleno exercício da democracia. Há que se ponderar que a prática democrática demanda predisposição, dedicação e presença efetiva nas decisões. A carência desses pressupostos, aliada à

¹⁶ Cf. Augustin Berque, Capítulo II.

¹⁷ Cf. Item 7, Capítulo II.

¹⁸ Cf. Capítulo III.

geografia do território pantaneiro, que não favorece a aproximação entre os atores, produz uma realidade pouco propícia à prática da governança.

Entretanto, o projeto do PNRP estaria intimamente associado à prescrição da governança ambiental, por vários fatores: ao seguir a orientação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); estar em sintonia com os princípios do aclamado “desenvolvimento sustentável”; configurar-se como um plano de ordenamento territorial, com propostas de desenvolvimento integrado e participativo, a partir de uma gestão que se propõe democrática; concretizar-se na forma de consórcio de proprietários que demanda planejamento participativo, com definição e implementação compartilhada; envolver a contratualização entre os parceiros e o Estado, através de uma ferramenta legal, a Carta do Parque.

Além disso, o PNRP, enquanto um espaço institucional para a integração das ações, prevê uma marca que deveria servir para a valorização dos seus produtos no mercado. Vimos que a marca deve representar, para o consumidor final, uma garantia de procedência, de origem geográfica, uma certificação biológica, um aval sobre as condições sócio-ambientais de produção e a participação desse produto na manutenção do equilíbrio ecológico do Pantanal. A marca anunciaria, portanto, um produto adequado aos padrões atuais de segurança alimentar que exige produção “social, política e ecologicamente correta”, colocando no mercado o fruto de um saber tradicional, um *savoir-faire* pantaneiro.

Entretanto, o que se tem após quase quatro anos de implantação, não passa de uma organização incompleta, truncada, muito distante dos ideais propalados nesses vinte anos de projeto. Desde a sua criação, em 2002, pelo IPP (Instituto do Parque do Pantanal), estrutura política e técnica que responde como órgão executor do projeto, já passaram quatro diretorias executivas. Algumas ameaçadas de intervenção pelo poder estatal por motivos de ingerência de recursos e de projetos específicos.

O projeto que mais provoca polêmicas no interior do PNRP e também no âmbito externo é, justamente, o do Vitpan, hoje vivenciando problemas que

praticamente inviabilizam a sua consolidação. Como o projeto maior foi centrado no Vitpan, que deveria financiar as estruturas do próprio PNRP, certa descrença permeia as expectativas dos consorciados e do público em geral.

O produto de *terroir* – neste caso o Vitpan – não é portador do mesmo conteúdo cultural que tem na França. Na realidade configura-se como um produto ecologicamente correto que atende a uma expectativa internacional de uma carne saudável. Deveria representar uma rearticulação da produção (produto) com o território, a partir de várias dimensões: social, econômica, agrônômica, ambiental, etc. Essa rearticulação só seria possível após processos de re-territorialização, etapa ainda não configurada no PNRP, que se encontra em fase de re-estruturação.

Acredito que enquanto não forem trabalhados os problemas internos, concertados os interesses, adequado o projeto à realidade sócio-ambiental do Pantanal, o PNRP dificilmente se concretizará. Um dos pontos cruciais do projeto seria a elaboração e homologação da Carta do Parque. Segundo o conceito francês de PNR, cada parque deve se apoiar sobre uma Carta aprovada pelas coletividades territoriais e o Estado, organizando a coerência e a coordenação das ações dos parceiros envolvidos. Trata-se do documento mestre do PNR. No caso do PNRP a carta encontra-se em suspenso, ainda não foi efetivada. Provavelmente em decorrência das grandes dificuldades enfrentadas pelo grupo em concertar projetos e ações, tornam-se inviáveis os consensos necessários para a normatização.

Na França há a retomada da idéia de representação social do espaço. Existe uma organização coletiva do uso do território, na qual a questão da natureza é integrada. Os territórios se especializam, as atividades são territorializadas, e a gestão se dá, muitas vezes, de forma coletiva. O campesinato francês possui uma longa história de lutas, perdas e conquistas que garantiram o atual estágio de organização da sociedade rural daquele país. A maioria dos atores, que conseguiu explicitar suas intenções, encontra-se perfilada, pronta para atender às expectativas colocadas pelo novo cenário político-ambiental.

Para a concepção francesa, a proteção da natureza se impõe como um expediente de gestão. Os parques naturais regionais, ao associar normas ambientais a elementos de ordem econômica, histórica, cultural e social, entrelaçando dimensões de identidade e de gestão, exigem o engajamento da população em torno de objetivos comuns, através de ações em concerto, que valorizam plenamente o território.

No Pantanal, as contradições do modelo de desenvolvimento social, político, econômico e ambiental, estabelecido há dois séculos, contribuem para a emergência das questões concernentes à gestão territorial, que, aliadas ao apelo ambiental, começam a ter rebatimento nas políticas públicas, na idéia de governança, com retomadas de novas ou velhas identidades, interferindo na redefinição da paisagem.

Características diferenciais entre as duas realidades – a francesa e a pantaneira – impõem reflexões quanto à validade da adoção desse modelo de gestão territorial compartilhada – que pressupõe a governança – no Brasil. Além das diferenças geográficas e culturais, a exploração da natureza na França é feita, no geral, de forma intensiva, já no Pantanal ela se dá extensivamente. Apesar de não constar no projeto específico do PNRP, qualquer tentativa de substituição da prática extensiva pela intensiva, poderia configurar-se em uma drástica intervenção no Pantanal. É importante destacar, conforme expus no trabalho, que toda forma de intervenção, típica das relações entre os países desenvolvidos e os demais, geralmente aparece diplomaticamente dissimulada, como revela a história de aproximações entre a França e o Brasil em torno do PNRP ou de outros projetos.

São modelos de ocupação muito diferentes, o intensivo na França e o extensivo no Pantanal. Ao pensar em intensificar a produção econômica no Pantanal, invariavelmente pensa-se em adensar a população bovina, o que, nos moldes tradicionais de aproveitamento dos recursos naturais, se torna inviável. Torna-se necessária a expansão da fonte alimentar para os animais e isso se daria na forma de implantação de espécies exóticas de pastagens, prática necessariamente precedida de desmatamentos. Para o caso pantaneiro, mais recentemente, estudos científicos têm proporcionado a

previsibilidade das conseqüências dessa prática: erosão dos solos, assoreamento e transbordamento dos rios, comprometimento dos processos hidrológicos (que determinam os ciclos cheia-vazante-seca), alagamento dos campos, perda da biodiversidade, inviabilização da prática pecuária, expulsão do homem do campo. Isso vem se tornando recorrência no Pantanal, vide o caso mais extremo do rio Taquari.

Uma questão, mesmo não tendo centralidade, se impôs tenazmente na produção desta tese: o boi preservaria o Pantanal? A atividade pecuária poderia ser responsável pela manutenção das características sócio-ambientais do território? Apesar de não ter avançado na investigação, considera-se admissível atribuir à atividade a capacidade de preservar a manutenção da ordem, a estrutura fundiária. Mas é discutível a sua contribuição na conservação de paisagem e território sócio-ambientais do Pantanal. Entretanto, percebeu-se que, dos projetos franceses de intervenção na região, emana um desejo de conservação da paisagem pantaneira na forma em que ela se apresenta hoje, ou seja, configurada pela bovinocultura. A ação tradicional desta atividade econômica proporciona, na percepção dos franceses, uma paisagem esteticamente agradável. A ausência do boi é vista como promissora de deformação da paisagem. Acredita-se que, conforme visão muito difundida na Europa, o agricultor e o criador devam exercer o papel de “jardineiros da natureza”. Isso se traduziria para o Pantanal como a necessidade de se manter o boi no pasto, pois ele, ao impedir o crescimento desordenado da vegetação nativa, seria responsável pela manutenção da paisagem-espetáculo. O boi, ao evitar a formação de massa seca, que em reação ao calor pode entrar em combustão, contribuiria também para a prevenção de incêndios na região. O “boi-bombeiro”, assim, “vivendo em perfeita sinergia com a paisagem”, e em “convivência pacífica” com os animais silvestres, exerceria importantes papéis na conservação ambiental. É evidente que tal premissa foi prontamente acatada pelos atores locais que, movidos pelo seu conservadorismo, não pressupõem outras formas viáveis de exploração econômica ou convivência na região. Alia-se a isso a existência de trabalhos científicos que corroboram para a concepção do “boi-bombeiro” do Pantanal.

É visível a influência do modelo de PNR na visão dos agentes econômicos. Este conceito, conforme é apresentado pelos franceses, abriu um novo campo de possibilidades para a produção agropecuária pantaneira. Ao destacar a importância e o valor da carne “orgânica” para o resto do mundo, sobretudo para os países ricos, que detêm a grande fatia do mercado de carnes e que agora clamam muito mais por comida saudável, o PNR concedeu novas energias para a atividade que se encontra em fase declinante.

É este paradoxo que impulsiona muitas das discussões atuais nos setores envolvidos com a produção agropecuária: o Pantanal, ao mesmo tempo que apresenta uma atividade de baixa produtividade, detém o maior celeiro mundial de “carne orgânica”, uma “iguaria da ultra-modernidade”¹⁹.

Existe entre os fazendeiros empresários uma grande preocupação com a perda do controle sobre o Pantanal. Para eles, é como se o Pantanal se esvaísse das fortes mãos dos detentores do controle e do poder do território, até então absolutos. A ameaça do “Parque” (neste caso o PNRP como qualquer outro parque) é tamanha que não há mínimo empenho em analisar as diferenças entre um modelo de gestão territorial compartilhada e organizada em torno de objetivos comuns – como é o caso de um Parque Natural Regional – e um modelo de unidade de conservação de utilização restrita, como um Parque Nacional. Os padrões de gestão, apesar de tão diversos, se confundem nas cabeças dos atores locais.

Seria possível também, refutar as teorias que apostam na homogeneização da cultura em decorrência ao avanço do processo globalizatório. Elas não condiziriam com a realidade pantaneira que apresenta identidades locais, difusas e globais que se interpenetram, transformando-se e renovando-se gradativamente em processos de mutação constante, sem, contudo descartarem características fundamentais de sua composição. Quando um novo modelo chega para implantar padrões sócio-econômicos universais se depara com diversidades e adversidades inconciliáveis, pelo menos na atual fase do processo de inserção do Pantanal no cenário da sustentabilidade global.

¹⁹ Cf. Figueiredo & Penna, Capítulo III.

Em síntese, esta tese estabeleceu o território como a base das relações sócio-ambientais do Pantanal, o espaço onde se materializam as práticas sociais. A territorialidade, como a concreção do processo de produção espacial no Pantanal. E a paisagem foi apreendida como a síntese dessas relações território-territorialidade.

Nesse sentido, o termo *arquipélago* reúne os diversos territórios, territorialidades e paisagens típicos do Pantanal, na especificidade de sua geografia. No entanto, para apreender os vários territórios, imbricados em seus múltiplos arranjos, sem a regularidade ou irregularidade de um mosaico, como se apresentam no Pantanal, é necessário um termo complementar: *caleidoscópio*²⁰. A imagem do *caleidoscópio* explicita bem a mescla entre o homem e o meio (a flora, a fauna e a dinâmica das águas); os homens entre si (a sua gente nas mais diversas categorias: peões, fazendeiros, pescadores, isqueiros, ribeirinhos, novos atores que emergem com a globalização, etc.); além da participação cada vez mais efetiva dos agentes políticos e econômicos, o Estado, as organizações, que compõem a sociedade do Pantanal.

Arquipélago, um tradicional conceito da Geografia, neste caso é utilizado para representar o conjunto das diversas “ilhas” que formam o território pantaneiro. São “ilhas” naturais dadas as características fisiográficas da região, que reúne diversas configurações, resultando em um quadro pluri-ecossistêmico. São também “ilhas” sócio-culturais, com seus diversos grupos de atores, desde a população local até os agentes que intervêm de alguma forma, como simples visitantes ou como administradores, formadores de opinião e tomadores de decisão. Quando esse conjunto de elementos humanos se vê refletido no prisma das águas que se estabelece no território e na paisagem, está formado o caleidoscópio pantaneiro, um desafio à sustentabilidade globalizante.

Qualquer novo conceito que se proponha a abranger esse universo passa pelas idéias do *arquipélago* e do *caleidoscópio*. Assim, os múltiplos

²⁰ O símbolo do caleidoscópio é utilizado por Roberto Lobato Corrêa para conceituar território (Cf. Capítulo II).

aspectos do objeto se impõem ao sujeito e exigem o diálogo entre as ciências e os saberes, na direção de uma verdadeira transdisciplinaridade. Atingiremos, por essa via, o paradigma da complexidade, da integração, que faz com que o instrumento teórico tenha a chave da incompletude, contra a mutilação que a idéia de completude impõe, através dos cânones do pensamento hegemônico, como ensina Edgar Morin.

Diante da necessidade de interromper temporariamente este trabalho (minhas intenções envolvem uma continuidade nos estudos sobre as relações sócio-ambientais no Pantanal), tenho por certo que território e pertencimento são as categorias que constroem a relação paisagem-identidade no Pantanal. Reconheço a importância do papel dos conceitos de território, identidade e paisagem no Pantanal. Trata-se de processos em aberto, em eterna construção, até porque no Pantanal é muito difícil estabelecer fronteiras, o Pantanal com suas águas se espalha, não aceita réguas, como bem escreveu Manoel de Barros.

Finalmente assinalo, ao término formal deste trabalho ainda em construção, a forte invisibilidade da população feminina, das crianças e dos idosos, além das tradicionalmente excluídas nações indígenas. Reflexo da opção pelas fontes secundárias selecionadas.

Preciso constatar a presença feminina ausente na paisagem pantaneira que me subjugou, perfeita concretização do conceito de Eric Dardel. À exceção da avó do pescador que a ele tudo ensinava, das vacas antropomórficas do conto de Guimarães Rosa, fazendeiras sestrosas... E de minha avó pantaneira, presença constante em minha memória de menina assustada com os “causos” de assombrações, narrativas simbólicas que muito me auxiliaram na compreensão de que os territórios, as identidades e as paisagens, no Pantanal, não deixam de fundir-se como elementos eternamente inconclusos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDON, M. DE M.; SOUZA, M. P. DE; SILVA, J. S. V. *Identificação de impactos ambientais no meio físico subsidiada por banco de dados georreferenciados.* In: **ANAIS DO XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO.** Goiânia, Brasil. 16-21 de abril de 2005, INPE, p. 2793-2798.

ABRAMOVAY, R. *Dilemas da União Européia na reforma da Política Agrícola Comum.* Tese (Livre-docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo: 1999.

_____ *Obstáculos ao desenvolvimento territorial brasileiro.* Jornal Gazeta Mercantil – 13/03/2002 – p. A2.

ABREU, S. DE. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense.* Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

AB'SABER, A. N. *O Pantanal Mato-grossense e a teoria dos refúgios.* In: Revista Brasileira de Geografia. IBGE, Número Especial, Ano 50, T. 2. Rio de Janeiro, 1988. (p. 9-57).

ALLEM, A. C. & VALLS, J. F. M. *Recursos forrageiros nativos do Pantanal Mato-grossense.* Brasília: EMBRAPA-CENARGEN, 1987.

ALMEIDA, M. G. DE & RATTIS, A. JP. (Org.) *Geografia : leituras culturais.* Goiânia : Alternativa, 2003. 286 p.

ALPHANDERY, P. *Les campagnes françaises de l'agriculture à l'environnement (1945-2000) : politiques publiques, dynamiques sociales et enjeux territoriaux.* Thèse (Doctorat) - FNSP, Fondation Nationale des Sciences Politiques, Institut d'Etudes Politiques de Paris. Paris : 2001.

ALPHANDERY, P. & BILLAUD, J-P. *L'Agriculture à l'article de l'environnement.* In : Études Rurales, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, N. 141-142, Janvier-juin 1996.

ALPHANDÉRY, P., BITOUN, P, DUPONT, Y. *O equívoco ecológico: riscos políticos.* São Paulo: Brasiliense, 1992.

ALVES, G. L. *Pantanal da Nhecolândia e modernização tecnológica.* Campo Grande, MS: Ed. UNIDERP : Ed. UFMS, 2004.

AMBROISE, R. *Agriculture et paysage: quelques bonnes raisons d'investir ce chantier.* In : **MARCEL, O.** (Dir.) *Le défi du paysage : un projet pour l'agriculture.* Paris, Éditions Champ Vallon, 2004.

ANDRADE, C. D. DE. *Boitempo.* In: Poesia e Prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.

ANDRADE, M. C. DE. *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local.* In: **SANTOS, M., SOUZA, M. A. DE, SILVEIRA, M. L.** (Org.). *Território: globalização e fragmentação.* São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1996. 3ª. ed. (p. 213-220).

ANICO, M. *Patrimônio, turismo e políticas culturais autárquicas. Conflitualidade ou convergência de interesses?* Disponível em: www.naya.org.ar/congresso2004/ponencias/marta_anico.doc Acesso em abril de 2005.

ARRUDA, Z. J. DE. *Considerações econômicas sobre a produção de bezerras de corte.* Comunicado Técnico N. 47, Abril/1997, EMBRAPA-CNPGC. Disponível em www.cnpqc.embrapa.br/publicacoes/cot/COT47.html Acesso em dezembro de 2005.

ASSIS BRASIL, L. A. DE. *Anais da Província-Boi.* 2ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

BACHELARD, G. *A Água e os Sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria.* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BANDUCCI JR., A. *Sociedade e natureza no pensamento pantaneiro: representação de mundo e o sobrenatural entre os peões das fazendas de gado na "Nhecolândia" (Corumbá-MS).* Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995..

_____. *Os peões de gado e a representação dos animais no Pantanal da Nhecolândia.* In: Cadernos de Campo. Revista dos alunos de pós-graduação em antropologia da Universidade de São Paulo. N. 8. São Paulo, 1999. ISSN 0104-5679 (p. 107-123).

_____. *Catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal Mato-grossense.* Livro. [2006?]. No prelo.

BANDUCCI JR., A. & MORETTI, E. C. (Org.) *Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal.* São Paulo: Chronos: Campo Grande: UFMS, 2001.

BARROS, M. DE. *Gramática Expositiva do Chão (poesia quase toda).* 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

BEAUCHARD, J. (Dir.) *Le mosaïque territoriale : enjeux identitaires de la décentralisation.* Paris : l'Aube, 2003.

BERARD, L., DELFOSSE, C. & MARCHENAY, P. *Les « produits de terroir » : de la recherche à expertise.* In : *Ethnologie Française.* 2004/4 – Octobre-Décembre. Tome XXXIV. Revue trimestrielle. (p. 591-580).

BERQUE, A. (DIR.) *Cinq propositions pour une théorie du paysage.* Paris, Editions Champ Vallon, 1994.

_____. *Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural.* In: **ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. C.** (Org.) *Paisagem, tempo e cultura.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. (p. 84-91).

BERTRAND, G. *Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico.* In : R. RA'EGA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Departamento de Desenvolvimento Sustentável. *Estratégias Setoriais, Meio Ambiente (Perfil).* Disponível em http://europa.eu.int/environment/gouvernance/03012728_programe_en.pdf Acesso em 11/05/2004.

BILLAUD, J-P. *Marais Poitevin: rencontres de la terre et de l'eau.* Paris : L'Harmattan, 1984.

_____. *Environnement et ruralité.* Seminário do LADYSS (Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces), Nanterre, France, 08/02/2005.

BONNEMAISON, J, & CAMBREZY, L. *Le lien territorial entre frontières et identités.* In : *Géographie et Cultures*, no. 20. Paris : Éditions L'Harmattan, 1997 (p. 7-18).

BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil.* Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.* Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. (Textos para Discussão, 4).

BRUCE-MITFORD, M. *O livro ilustrado dos símbolos: universo das imagens que representam as idéias e os fenômenos da realidade.* São Paulo: Publifolha, 2002.

BRUNET, R., FERRAS, R. & THÉRY, H. *Les mots de la géographie: dictionnaire critique.* Montpellier: Paris: GIP RECLUS et La Documentation Française, 1993.

CAMPOS-FILHO, L. V. DA S. *Tradição e ruptura: subsídios ao planejamento conservacionista, direcionado à pecuária e ao turismo, no Pantanal de Poconé-MT.* Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

CARA, R. B. *Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires.* In: **SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. DE, SILVEIRA, M. L.** *Território: globalização e fragmentação.* São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELNOU, A., FLORIANI, D., VARGAS, I. A. DE, DIAS, J. B. *Sustentabilidade socioambiental no Pantanal Mato-grossense e seu espaço vernáculo como referência.* In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: Diálogo de saberes e percepção ambiental.* Curitiba, PR: Editora da UFPR, n. 7, 2003. (p. 43-70).

CASTRO, I. E. DE. *Paisagem e turismo: de estética, nostalgia e política.* In: **YÁZIGI, E.** (Org.) *Turismo e paisagem.* São Paulo: Contexto, 2002. (p. 121-140)

CAVALCANTI, C. *Características da governança no Brasil.* In: *II Encontro Nacional da ANPPAS.* Indaiatuba-SP, 2004.

CAVALCANTI, L. DE S. *Geografia, escola e construção de conhecimentos.* Campinas-SP: Papirus, 1998.

CHAVARELLI, M. de F. *Conversando com o homem do Pantanal: um estudo psicológico.* Dissertação de mestrado. Departamento de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 1995.

CLAVAL, P. *A nova geografia.* Coimbra : Livraria Almedina, 1987.

_____. *L'analyse des paysages.* In : *Géographie et Cultures*, no. 13. Paris : Éditions L'Harmattan, 1994 (p. 55-74).

_____. *Le territoire dans la transition à la postmodernité.* In : *Géographie et Cultures*, no. 20. Paris : Éditions L'Harmattan, 1997a (p. 93-112).

_____. *As abordagens da geografia cultural.* In : **CASTRO, I. E. DE, GOMES, P. C. DA C., CORREA, R. L.** (Org.) *Explorações geográficas : percursos no fim do século.* Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997b. (p. 89-117)

_____. *A geografia cultural: o estado da arte.* In: **ROSENDAHL, Z. E CORRÊA, R. L. C.** *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999 (p. 59-98).

_____. *A geografia cultural.* 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001a.

_____. *Épistemologie de la géographie.* Paris: Nathan, 2001b.

_____. *A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia.* In: **MENDONÇA, F. & KOZEL, S.** (Org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.* Curitiba, Ed. da UFPR, 2002. (p. 11-43).

CLOAREC, J. Seminário : *Les constructions sociales de la nature.* Seção: *Le paysage entre nature et société. Études de cas.* Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), 01/02/2005.

CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO DO PANTANAL, 1, Campo Grande, 12 a 16 de junho de 1989. Anais... Campo Grande, MS, SEMA-MS, 1989.

CORRÊA, R. L. *Territorialidade e corporação: um exemplo*. In: Santos, M., Souza, M. A. de, Silveira, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1996. 3 ed. (p. 251-256).

CORRÊA, V. B. *Fronteira Oeste*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

COSTA, M. DE F. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade : Kosmos, 1999.

DARDEL, E. *L'homme et l'aterre: nature de la réalité géographique*. Paris : Editions du CTHS, 1990 [1 ed. Francesa : Paris : PUF, 1952].

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DURAND, G. *Les structures anthropologiques de l'Imaginaire*. Berg International, 1979. In: **BRUNEL, P.** (Dir.) *Dicionário de mitos literários*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.

ECOLOGIA EM NOTÍCIAS - Edição 338, de 02/10/2002. Disponível em: www.riosvivos.org.br Acesso em 03/10/2002.

ELIADE, M. *Aspect du mythe*. Paris: NRF, Gallimard, 1963. In: **BRUNEL, P.** (Dir.) *Dicionário de mitos literários*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.

EMBAIXADA FRANCESA NO BRASIL. Cooperação França-Brasil. Boletim *França patrocina parque do Pantanal*, de 13/03/2002. Disponível em: http://www.ambafrance.org.br/atualidades/atualidades_pol.htm Acesso em 15/08/2002.

ESPÍNDOLA, H. Portal do artista plástico Humberto Espíndola. Disponível em <http://www.humbertoespindola.com.br>. Acessos em dezembro de 2005.

FÉDÉRATION DES PARCS NATURELS REGIONAUX DE FRANCE. Disponível em <http://www.parcs-naturels-regionaux.fr/> Acessos entre 2003 e 2005.

FPNRF – Federação dos Parques Naturais Regionais da França – Comissão Européia – *Projeto de Apoio à Criação do Parque Natural do Pantanal (Estado de Mato Grosso do Sul - Brasil)*. Relatório de Avaliação Final, dezembro de 2002. Mimeografado.

FERNANDES, F. A. G. *Entre histórias e tererés: o ouvir da literatura pantaneira*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, L. M., CASTRO, R. G., CARVALHO, S. H. C. *Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para reservas particulares do patrimônio natural*. – Brasília: IBAMA, 2004.

FIGUEIREDO, T. C. B DE & PENNA, J. C. B DE O. “O homem pantaneiro” – a interface entre o ultra-moderno e o ultra-primitivo. I Conferência Virtual Global sobre Produção Orgânica de Bovinos de Corte. 02 de setembro a 15 de outubro de 2002. UnC: Concórdia, SC; Embrapa-Pantanal: Corumbá, MS.

FLORIANI, D. *Conhecimento, meio ambiente & globalização*. Curitiba: Juruá, 2004.

FLORIANI, D. & KNECHTEL, M. DO R. *Educação ambiental: epistemologia e metodologias*. Curitiba: Vicentina, 2003.

GARDIN, C. *Histórico e avaliação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no desenvolvimento regional (1951-1972) – São Paulo e Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

GEIGER, P. P. *Des-territorialização e espacialização*. In: **SANTOS, M., SOUZA, M. A. DE, SILVEIRA, M. L.** (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1996. 3ed. (p. 233-246).

GIBSON, J. J. *The perception of the Visual Word*. Boston: Houghton Mifflin, 1974.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GILLET, P. *A gastronomia e as terras produtivas na França*. Disponível em <http://www.france.org.br/abr/imagesdelafrance/gastronomia.htm#5> Acesso em 10/10/2004.

GLOBO RURAL (Revista). *Com a garantia do selo*. Edição de julho de 2004.

GODARD, O. *A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação*. In: **VIEIRA, P. F. & WEBER, J.** (Org.) *Gestão de recursos naturais e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997. (p. 201-266).

GODELIER, M. *L'idéal et le materiel: pensée, economies, sociétés*. Paris: Fayard, 1989.

GOMES, P. C. DA C. *Geografia e modernidade*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

GONÇALVES, C. W. P. *Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade*. In: **SORRENTINO, M.** (Coord.) *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001. (p. 135-161).

GRAVARI-BARBAS, M. *Le « sang » et le « sol » : le patrimoine, facteur d'appartenance à un territoire urbain*. In : Géographie et Cultures, N. 20. Paris : Éditions L'Harmattan, 1997 (p. 55-67).

_____. *Le patrimoine territorial. Construction patrimoniale, construction territoriale : vers une gouvernance patrimoniale ?* In : **BEAUCHARD, J.** (Dir.) *Le mosaïque territoriale : enjeux identitaires de la décentralisation*. Paris : l'Aube, 2003. (p. 51-67)

GUIMARÃES, R. P. *Tierra de sombras: desafios de la sustentabilidad y del desarrollo territorial y local ante la globalización corporativa*. CEPAL. División de Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos. Série Medio Ambiente Y Desarrollo. N° 67. Santiago de Chile, septiembre de 2003.

GWIAZDZINSKI, L. *Sentiment d'appartenance et développement des territoires*. Communication au Colloque "Le pays, espace pertinent de synergies territoriales", Commissariat général au Plan, Futuroscope de Poitiers, 27, 28 mars 1997. Strasbourg, France. Disponível em http://www.developpement-local.com/article.php3?id_article=29 Acesso em abril de 2004.

HAEMIG, P. D. *A onça pintada e o puma simpáticos*. Disponível em : www.ecologia.info/panthera.htm Acesso em dezembro de 2005.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Identidades territoriais*. In: **ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L.** (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. (p. 169-190).

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HEEMANN, A. *Texto científico: um roteiro para estrutura, citações e referências de projetos e trabalhos monográficos*. 2 ed. Curitiba: Livraria do Eleotério, 2003.

IANNI, O. *A sociedade global*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IFB - Institut Français de la Biodiversité - *Des espaces protégés pour concilier conservation de la biodiversité et développement durable : Fondements et recommandations d'une stratégie de coopération pour la gestion des espaces protégés*. Les cahiers de l'IFB. Disponível em : <http://www.gis-ifb.org>. Acesso em fevereiro de 2005.

JOLLES, A. *Formes simples*. In: **BRUNEL, P.** (Dir.) *Dicionário de mitos literários*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.

JOLLIVET, M. (DIR) *Vers un rural postindustriel: rural et environnement dans huit pays européens*. Paris : L'Harmattan, 1997.

LANA, P. *Antropização dos meios naturais*. Curitiba : Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, 2002. Mimeografado.

LEFF, E. *Saber ambiental*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001a.

_____. *Espistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001b.

LEFF, E., ARGUETA, A., BOEGE, E. Y GONÇALVES, C. W. P. *Más allá del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde la América Latina*. In: **LEFF, E.** (Coord.). *La transición hacia el desarrollo sustentable. Perspectivas de América Latina y el Caribe*. México, PNUMA, 2002. (p. 479-577).

LEIS, H. R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis : Vozes; Santa Catarina : UFSC, 1999.

_____. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo : Gaia ; Blumenau, SC : Fundação Universidade de Blumenau, 1996.

LEITE, E. F. *Marchas na história - comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande, MS: Ed. da UFMS, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. *Le cru et le cuit*. In: **BRUNEL, P.** (Dir.) *Dicionário de mitos literários*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.

LIMA GUIMARÃES, S. T. DE. *Paisagens e ciganos: uma reflexão sobre paisagens de medo, topofilia, topofobia*. In: **ALMEIDA, M. G. DE E RATTI, A. JP.** (Org.) *Geografia : leituras culturais*. Goiânia : Alternativa, 2003. (p. 49-70).

MATHIEU, N. & JOLLIVET, M. (Dir.) *Du rural a l'environnement : la question de la nature aujourd'hui*. Paris, L'Harmattan, 1989.

MAXIMIANO, L. A. *Considerações sobre o conceito de paisagem*. In: R. RA'EGA, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. Editora UFPR.

MENDONÇA, F. *Geografia e meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. *Geografia Socioambiental*. In: **MENDONÇA, F. & KOZEL, S.** (Org.) *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. (p. 121-144)

MENDONÇA, F. & KOZEL, S. (Org.) *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. Da UUFPR, 2002.

METZGER, J. P. *O que é ecologia de paisagens?* *Biota Neotrópica*, Campinas/SP, v1, n. 1/2, ISSN 1676-0611, Dez. 2001. Disponível em : www.biotaneotropica.org.br Acesso em agosto de 2005.

MICLOUD, A. *La forêt qui cache les arbres : représentations sociales et développement local dans le Parc du Pilat*. In : **MATHIEU, N. & JOLLIVET, M.** (Dir.)

Du rural a l'environnement : la question de la nature aujourd'hui. Paris, L'Harmattan, 1989.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Consolidação da metodologia do ZEE para o Brasil : Transcrição de debates.* Brasília: MMA/SDS, 2002.

MONOD, J. & CASTELBAJAC, P. DE. *L'Aménagement du territoire.* Paris: PUF, 2004. 12^a. ed.

MORETTI, E. C. *Pantanal, paraíso visível e real oculto: o espaço local e o global.* São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2000.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro.* São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

_____. *Ciência com consciência.* 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORMONT, M. *Belgique: A la recherche des specificités rurales.* In : **JOLLIVET, M.** (Dir) *Vers un rural postindustriel: rural et environnement dans huit pays européens.* Paris : L'Harmattan, 1997.

MORSELLO, C. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo.* São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

MOSCOVICI, S. *Sociedade contra natureza.* Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

NEMERY, J-C. *La gouvernance locale. Réinventer le compromis entre la République et le territoire.* In : **BEAUCHARD, J.** (Dir.) *Le mosaïque territoriale : enjeux identitaires de la décentralisation.* Paris : l'Aube, 2003. (p. 69-91).

NOGUEIRA, A. X. *O que é Pantanal.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Pantanal: homem e cultura.* Campo Grande MS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, 2002.

NOLASCO-SANTOS, P. S. *Notas à margem: fato e ficção na construção identitária de Mato Grosso do Sul.* In: Marin, J. R. & Vasconcelos, C. A. *História, região e identidades.* Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2003. (p.19-46).

PARQUE NATURAL REGIONAL DO PANTANAL. Disponível em: www.parqueregionaldopantanal.org.br Acessos desde 2002.

PEIXOTO, P. *O patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas.* Oficina do CES (Centro de Estudos Sociais). Laboratório Associado. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra. 2000. Disponível em www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/155/155.pdf Acesso em junho de 2005.

PELLEGRINI FILHO, A. *Ecologia, cultura e turismo.* Campinas, SP: Papyrus, 2000.

PICON, B. *Des paysages très culturels.* In: REM – Revue de l’Economie Meridionale. Vol. 46, nº 183, 3/1998 (p. 267-274).

PIERRI, N. & FOLADORI, G. (Org.) *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable.* Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

PROENÇA, A. C. *Pantanal – Gente, tradição e história.* 3 ed. Campo Grande: UFMS, 1997.

Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/gefap/conteudo.asp?ecod=299&mcod=6&idmcod=1>
Acesso em janeiro de 2006.

PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS RPPNS DO PANTANAL. EDITAL 01 / 2005. Associação de Proprietários de RPPNs de Mato Grosso do Sul (REPAMS), 2005. Disponível em www.repams.org.br e www.conservacao.org , acesso em julho de 2005.

QUEIROZ, P. R. C. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908).* Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 1997.

_____. *Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio.* [2006?]. No prelo.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RAUTENBERG, M., MICOUD, A., BERARD, L. ET MARCHENAY, P. (DIR.) *Campagnes de tous nos désirs : patrimoines et nouveaux usages sociaux.* Mission du Patrimoine ethnologique. Collection Ethnologia de la France. CAHIER 16. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 2000.

RAYNAUT, C. ; ZANONI, M.; LANA, P. DA C. *O desenvolvimento sustentável regional : O que proteger ? Quem desenvolver ?* In : **RAYNAUT ET AL.** (Org.) *Desenvolvimento e meio ambiente : em busca da interdisciplinaridade : pesquisas urbanas e rurais.* Curitiba : Ed. da UFPR, 2002.

RIBEIRO, M. A. *Pantanal-MS: Turismo e pousadas.* In: **PANOSSO NETTO, A. & MARQUES, H. R.** *Reflexões em Turismo: Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: Ed. UCDB, 2004.

ROCHA, J. M. DA. *A gestão local dos recursos naturais: uma nova perspectiva para a sustentabilidade ambiental.* In: Anais do II Encontro Nacional da ANPPAS. Indaiatuba-SP, 2004.

RODRIGUES, A. M. *Desenvolvimento sustentável e atividade turística.* In: **SERRANO, C. ET AL.** (Org.) *Olhares contemporâneos sobre o turismo.* São Paulo: Papirus, 2000. p. 171-187.

ROSA, J. G. *Estas histórias.* Ficção completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROSSETO, O. C. & BRASIL JR., A. C. P. *A dimensão dos aspectos culturais na construção das paisagens sustentáveis das áreas alagadiças: Pantanal do Pe. Inácio – Jauru, Cáceres – MT.* Comunicação apresentada no I Encontro da ANPPAS. Indaiatuba, SP, novembro de 2002.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável.* Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. *Comment penser le développement au XXI^e siècle? 2a. Seção: De Bandung à nos jours: l'évolution de l'idée du développement incluant, durable et soutenu.* Seminário da EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales), Paris, 12/01/2005.

SANTOS, E. R. *Avaliação de programas de produção de carnes especiais com ênfase no vitelo orgânico do Pantanal – VITPAN: (um estudo de caso).* Dissertação de mestrado. Campo Grande, MS, Uniderp, 2004.

_____. *Diagnóstico: parques regionais dos municípios de Porto Murtinho, Caracol e da região do Nabileque.* Documento mimeografado. Campo Grande, outubro de 2004.

SANTOS, M. *O retorno do território.* In: **SANTOS, M., SOUZA, M. A. DE, SILVEIRA, M. L.** (Org.) *Território: globalização e fragmentação.* São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1996. 3^a. ed

_____. *Metamorfoses do espaço habitado.* São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Território e sociedade.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.* São Paulo: EdUSP, 2002.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M., SOUZA, M. A. DE, SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território: globalização e fragmentação.* São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1996. 3^a. ed.

SCHAMA, S. *Paisagem e Memória.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHIER, R. A. *Trajetórias do conceito de paisagem na geografia.* In: R. RA'EGA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR.

SCIFONI, S. *A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais.* In: **ANAIS DO II ENCONTRO DA ANPPAS** (Associação

Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade). Disponível em <http://www.anppas.org.br/> Acesso em julho de 2004.

SENADO FEDERAL. Senador Mendes Canale. *Pantanal*. Brasília, 1989.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRE, M. *A lenda dos anjos*. São Paulo: Editora Aleph, 1995.

SHNEIDER, S. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas*. In: Sociologias, n. 11. Porto Alegre (RS), 2004. Dossiê Sociedade e Território. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid Acesso em março de 2005.

SIGRIST, M. *Chão Batido: a cultura popular de Mato Grosso do Sul: folclore, tradição*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

SOUCY, R. H. DE. *Productos con identidad territorial*. Disponível em www.grupochorlavi.org/php/doc/documentos/productosconidentidad.pdf Acesso em 12/09/2004.

SOUZA-LIMA, J. E. DE. *As racionalidades substantivas no debate socioambiental e na gestão das águas: uma “nota de rodapé” epistemológica*. Tese de doutorado. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. Curitiba, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. *Espaço geográfico uno e múltiplo*. In: *Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais*. Universidade de Barcelona. N. 93, julho de 2001. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn-93.htm Acesso em 05/07/2003.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TUAN, YI-FU. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, G. M. *Território e natureza*. Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba (SP), novembro de 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/papers/GT/GT01/gloria_vargas.pdf Acesso em 20/04/2005.

VARGAS, I. A. DE & HEEMANN, A. *Sentir o paraíso no Pantanal: reflexões sobre percepção e valoração ambientais*. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: Diálogo de saberes e percepção ambiental*. Curitiba, PR: Editora da UFPR, n. 7, 2003. (p. 135-148).

VIEIRA, L. M. & COMASTRI F., J. A. *Potencial do agronegócio no Pantanal e a demanda por tecnologias.* Disponível em: www.institutobrasileiro.org.br/biblioteca/biblioteca.php?cod=109 Acesso em novembro de 2005.

VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (Org.) *Gestão de recursos naturais e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.* São Paulo: Cortez, 1997.

WIEDMANN, S. M. P. *As reservas particulares do patrimônio natural.*In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2. Anais. p.: 3-14, Vol. II Trabalhos Técnicos. Curitiba, 1997.

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – na Lei nº. 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. In: **BENJANIN, A. H.** (ed.). *Direito ambiental das áreas protegidas.* Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.